

UFPI  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
CCHL  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS

MARIA DO AMPARO ALVES DE CARVALHO

**HISTÓRIA E REPRESSÃO:**

fragmentos de uma memória oculta em meio às tensões entre a Igreja Católica e o regime militar em Teresina.

TERESINA – PI  
2006

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

MARIA DO AMPARO ALVES DE CARVALHO

**HISTÓRIA E REPRESSÃO:**

fragmentos de uma memória oculta em meio às tensões entre a Igreja Católica e o regime militar em Teresina.

Dissertação apresentada à Coordenação do Mestrado Acadêmico em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas de Letras da Universidade Federal do Piauí, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História do Brasil sob a orientação da Professora Dr<sup>a</sup> Áurea da Paz Pinheiro.

TERESINA – PI.  
2006

C331h Carvalho, Maria do Amparo Alves de.

História e Repressão: fragmentos de uma memória oculta em meio às tensões entre a Igreja Católica e o regime militar em Teresina. / Maria do Amparo Alves de Carvalho. Teresina: UFPI, 2006.

229p.

Dissertação (mestrado) História do Brasil. UFPI.

1. Ditadura Militar. 2. Igreja Católica – Problemas Sociais – Piauí.

I. Título

C.D.D. 321.9

MARIA DO AMPARO ALVES DE CARVALHO

**HISTÓRIA E REPRESSÃO:**

fragmentos de uma memória oculta em meio às tensões entre a Igreja Católica e o regime militar em Teresina.

Dissertação apresentada à Coordenação do Mestrado Acadêmico em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História do Brasil.

Aprovada em 24 / 03 / 2006.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup> Áurea da Paz Pinheiro (Orientadora)  
Doutora em História Cultural  
Universidade Federal do Piauí

---

Prof Francisco Alcides do Nascimento  
Doutor em História do Brasil  
Universidade Federal do Piauí

---

Prof Dr<sup>a</sup>. Terezinha de Jesus Mesquita Queiroz  
Doutora em História Sócio-Cultural  
Instituto Camilo Filho

À minha Família.

## **AGRADECIMENTOS**

À vida, nas suas mais diversas formas, e ao espírito que move o mundo,, que me impulsionou em todas as minhas realizações e especialmente na conclusão deste trabalho.

À professora Dr<sup>a</sup> Áurea da Paz Pinheiro, que mais que uma orientadora, foi uma amiga, competente, compreensiva, criativa, por ter sempre me incentivado e acreditado neste trabalho.

A todas as pessoas que gentilmente me concederam seus depoimentos e possibilitaram esta conquista.

Aos professores e professoras que compõem o curso de Mestrado em História do Brasil: Antonio Pádua C. Lopes, Áurea da Paz Pinheiro, Claudete Maria Miranda Dias, Edwar de Alencar Castelo Branco, Francisco Alcides do Nascimento, João Renôr Ferreira de Carvalho, José Luis Lopes Araújo, Maria do Amparo Borges Ferro, Paulo Ângelo de Meneses Sousa, Solimar Oliveira Lima e Wilza Gomes Reis Lopes. Em especial àqueles com quem trocamos idéias e livros.

Aos meus familiares, pelo carinho e incentivo, especialmente de minha mãe Cacilda.

Ao Mariano, pela constante e valiosa presença em minha vida nesta trajetória.

Ao Paulo Rogério e Ana Célia, pela contribuição valiosa na organização das fontes e nas orientações de digitação deste texto.

Aos meus companheiros de turma: Ana Cristina, Ana Rosa, Bernardo, Daniel, Francisco, Jaqueline, Johny, Julinete, Lidiane, Marcos Aurélio, Paulo

Gutenberg, Shamália, Sônia Campelo, pela amizade e pelo companheirismo nas pesquisas.

Ao Padre Raimundo José, pela atenção e pelo acesso à sua biblioteca e a fontes particulares.

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Piauí, pela atenção e presteza com que atenderam as solicitações de consulta ao acervo daquela Instituição.

Ao Senhor Valmir, funcionário do Jornal O Dia, que tão gentilmente atendeu às solicitações de consulta aos jornais daquela empresa.

A Avany, funcionária do Arquivo da Cúria Arquidiocesana, pela gentileza com que me auxiliou na pesquisa às fontes eclesiais.

Ao Padre Tony Batista, por me emprestar as Encíclicas Papais: “*Rerum Novarum*” de Leão XIII e “*Mater et Magistra*” de João XXIII.

À Coordenação do Mestrado, pela presteza com que me atendeu em todas as solicitações.

Ao Núcleo de Biodança do Piauí, por compreender as minhas ausências.

A Marlenildes e Adriana, pela amizade, compreensão e colaboração.

A minha eterna gratidão a João Gualberto, Palmira, Bomfim, Antonio José Medeiros, Maria do Rosário, Antonio Neto, Manoel Emílio, Terezinha de Jesus, Pe. Nery e Pe. Carvalho (*in memória*), Monsenhor Chaves, Monsenhor Isaac, Pedro Ribeiro, Célis Portella, Pe. Raimundo José, Maria Elias de Macedo, Antonio Ferreira, e Diogo José por compartilharem comigo as suas emoções e vivências, tornando possível a construção dessa história por meio de suas memórias.



Um homem que se lembra sozinho daquilo  
que os outros não se lembram  
assemelha-se a alguém que vê  
o que os outros não vêem. (Maurice Halbwachs).

## RESUMO

Este trabalho pretende reconstruir uma narrativa, dentre outras possíveis, da história e da memória de alguns sujeitos sociais que vivenciaram os acontecimentos históricos de Teresina na década de sessenta, quando os militares ascenderam ao poder no Brasil. Momento em que no Nordeste o episcopado encontrava-se comprometido com projetos sociais, de promoção humana e assistencial às comunidades mais carentes, voltados, sobretudo para as áreas de Educação através do MEB (Movimento de Educação de Base), da sindicalização rural e da assistência à saúde. Momento em que o Arcebispo de Teresina, Dom Avelar Brandão Vilela, ao adotar seu lema “Evangelizar e Humanizar” manifestava a sintonia que mantinha com as determinações da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Sensibilizado com as condições de pobreza e abandono das populações periféricas e rurais do Piauí, por parte do poder público, ele passou a investir e patrocinar a Educação de Base com a implantação da Rádio Pioneira e das Escolas Radiofônicas do MEB, bem como da assistência técnica e jurídica ao movimento de sindicalização rural. No Piauí, o movimento de sindicalização rural e o Movimento de Educação de Base importunaram, de certa forma, a elite agrária piauiense e, logo depois que os militares tomaram o poder em 1964, estes movimentos foram colocados sob suspeita de estarem promovendo a subversão do povo e favorecendo o movimento comunista no país. Naquele período, logo nos primeiros dias de abril, após o golpe militar, as lideranças que estavam comprometidas com os movimentos foram perseguidas, algumas foram presas outras apenas interrogadas e vigiadas diariamente, fatos estes que comprometeram profundamente a organização camponesa no Estado. Durante o Governo Militar, as relações entre a Igreja e o Estado foram marcadas por conflitos envolvendo bispos, padres, religiosos e leigos e, naquele contexto, o Arcebispo de Teresina empreendeu grandes esforços em todo o Brasil para que houvesse entre aquelas duas instituições um diálogo definido por ele como sendo de alto nível para resolver os possíveis mal-entendidos. Para Dom Avelar sua postura foi mal interpretada principalmente pela elite agrária do Estado, que chegou a considerá-lo subversivo e, por essa razão, algumas pessoas chegaram a sugerir a sua prisão, o que foi logo descartado até mesmo pelas autoridades militares, pois consideravam o Arcebispo como um patriota. Neste trabalho privilegiou-se a metodologia da História Oral capturando fragmentos de memória e considerando as atuais discussões em torno das relações entre a História e a Memória.

**Palavras-chave:** Ditadura Militar. História Oral. Memória. Igreja Católica. Piauí

## RÉSUMÉ

Le travail ci-dessus aspire à reconstruire une narrative, entre autres possibles, de l'histoire et de la mémoire de quelques sujets sociaux qui ont vécu les événements historiques de Teresina dans les années 60, quand les militaires ont acquis le pouvoir au Brésil. À ce moment-là, au Nord-Est les évêques étaient engagés à des projets sociaux et de promotion humaine et assistantielle aux communautés plus défavorisées, tournés vers et surtout au côté de l'Éducation à travers du MEB – Mouvement d'Éducation de Base, du syndicat rural et de l'assistance à la santé. Dans le temps, l'évêque de Teresina, Dom Avelar Brandão Vilela, a adopté son principe "Évangéliser et Humaniser", où il manifestait le symptôme que maintenait avec les déterminations de la conférence Nationale des Évêques du Brésil (CNBB). Sensibilisés avec les conditions de pauvreté et d'abandon dans les populations de la périphérie et des zones rurales du Piauí de la part du pouvoir public, Dom Avelar a commencé à investir et à favoriser l'Éducation de Base avec l'implantation de la "Radio Pioneira", les Écoles Radiophoniques du MEB, comme aussi, l'assistance technique et juridique pour le mouvement de la syndicalisation rurale. Au Piauí, les mouvements de syndicalisation rurale et le mouvement d'Éducation de Base, ont dérangés, de certaine façon l'Élite agraire du Piauí et, aussitôt que les militaires ont pris le pouvoir en 1964, les mouvements ont été mis sur suspecte de promouvoir la subversion du peuple en favorisant le mouvement communiste du pays. Dans cette période, les premiers jours d'avril, après le coup d'État, ceux qui étaient en tête et engagés avec les mouvements ont été persécutés, d'autres ont été mis en prison, et d'autres encore ont été interrogés et surveillés. Tous ces événements ont fortement bousculé l'organisation des paysans de l'État. Pendant le Gouvernement Militaire, les relations entre l'Église et l'État ont été marquées par des conflits avec des Évêques, des prêtres, des religieux et aussi avec des laïcs, et dans ce contexte, l'archevêque de Teresina a entrepris grands efforts au Brésil pour qu'il eût entre les deux institutions un dialogue défini par lui comme quelque chose de grand niveau pour résoudre les malentendus. Pour Dom Avelar, son attitude a été mal interprétée, principalement par l'élite agraire de l'État, qui a considéré qu'il était subversif et à cause de cela, quelques-uns d'entre eux ont demandé sa prison, ce qui a été dénié, même par les autorités militaires, car ils ont considéré l'archevêque comme un patriote. Ce travail, donne des privilèges à la Méthodologie de l'Histoire orale en prenant des histoires de vie et en considérant les actuelles discussions sur la relation entre l'Histoire et la Mémoire.

**MOTS-CLÉS:** Dictature Militaire. Histoire Oral. Mémoire. Église Catholique. Piauí.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. ABRINDO JANELAS: a Igreja Católica e o diálogo com o mundo moderno em meio às tensões do regime militar.....	23
2. FRAGMENTOS DE UMA MEMÓRIA OCULTA: as vozes dos atores sociais perseguidos pela ditadura militar.....	61
3. DOM AVELAR E AS CONTROVÉRSIAS DO SEU TEMPO.....	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	155
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	161
ANEXOS.....	170
ANEXO I - Depoimento da Professora Palmira Luzia Soares.....	171
ANEXO II - Depoimento de Antonio José Medeiros.....	183
ANEXO III - Depoimento do Padre Raimundo José.....	200
ANEXO IV - Depoimento de Manuel Emílio Burlamaque de Oliveira.....	210
ANEXO V - Notas veiculadas pelos militares nas rádios locais.....	219
ANEXO VI - Carta de Dom Avelar à Guarnição Federal.....	221
ANEXO VII - Carta de Dom Avelar à Guarnição Federal.....	222
ANEXO VIII - Carta do Padre Raimundo José aos militares.....	224

## INTRODUÇÃO

O interesse por este objeto de investigação surgiu da inquietação em compreender os aspectos políticos, sociais e ideológicos que marcaram a história brasileira e, mais especificamente, a história da cidade de Teresina quando da ascensão dos militares ao poder em 1964.

A proposta é reconstruir a memória de alguns sujeitos sociais <sup>1</sup> que sofreram algum tipo de repressão por serem considerados “comunistas” ou suspeitos de atos “subversivos” pelos grupos militares instalados no poder. Além disso, pretende-se compreender o impacto dos acontecimentos que marcaram aquele período na história de vida daquelas pessoas. Enfim, objetiva-se reconstruir a trama histórica dos atores sociais implicados nos acontecimentos vividos em Teresina na década de sessenta do século passado.

Ressalta-se que o recorte temporal da pesquisa se justifica em função de aquele período ter sido marcado por grandes transformações na Igreja a partir da conscientização de parcela do episcopado das condições de subdesenvolvimento nas quais vivia a grande maioria das pessoas, especialmente no Nordeste. Simultaneamente, aconteciam mudanças na sociedade, a partir de uma maior conscientização e organização das classes sociais desejosas de maior participação política e social durante o período histórico que teve o seu curso interrompido por uma crescente repressão dos militares aos grupos sociais organizados e que reivindicavam mudanças na sociedade. No Piauí, essas mudanças também

---

<sup>1</sup> A concepção de sujeito com a qual se trabalha está relacionada à idéia de sujeito sociológico do iluminismo proposta por Stuart Hall, para quem a identidade do sujeito é formada a partir da interação do eu com a sociedade. Os sujeitos são identificados nos limites desta investigação com aqueles dos movimentos sociais dos anos sessenta, representativos do fenômeno da modernidade tardia.

ocorreram e muitas lideranças sociais, que integravam os movimentos apoiados por Dom Avelar <sup>2</sup>, sofreram repressão dos militares.

Nessa pesquisa, busca-se ainda analisar os impactos do governo militar sobre as organizações sociais em Teresina, a partir da memória dos sujeitos que integraram a Sindicalização Rural, o Movimento de Educação de Base (MEB), a Faculdade de Filosofia (FAFI) e a Ação Católica - Juventude Agrária Católica (JAC), a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC). Destaca-se a postura da Igreja Católica, representada por Dom Avelar, no intuito de compreender como o arcebispo procurou exercer o que considerava um compromisso social na arquidiocese que administrava em meio àquelas transformações e conflitos. Tenta-se mostrar como a convivência entre a Igreja Católica e o Estado foi permeada por tensões e contradições ideológicas, que se constituíram no principal argumento para que os militares desautorizassem aquelas organizações patrocinadas pela Igreja Católica de exercerem suas funções políticas, sociais e organizacionais.

Esse processo repressivo, desencadeado pelo novo regime político implantado em 1964, promoveu um verdadeiro arrastão no sentido de eliminar todos aqueles que, de acordo com o pensamento dos militares, eram comunistas, ou disseminavam tais idéias no meio do povo.

Foi nesse contexto que parcela da Igreja Católica mais comprometida com as organizações sociais começou a entrar em conflito com as ideologias do novo governo, que passou a identificá-la como “agente do comunismo”, generalizando, assim, no Brasil, as divergências ideológicas que marcaram profundamente as relações entre a Igreja e o Estado. Muitas lideranças sindicais,

---

<sup>2</sup> Viveu de 1912-1986. Exerceu o episcopado na Arquidiocese de Teresina de 1956 a 1970.

leigos, padres, freiras, jovens foram presos, torturados e tantos outros foram mortos em diversos cantos do Brasil.

A Igreja Católica, na década de sessenta do século passado, vivenciou mudanças profundas, principalmente com a convocação do Concílio Vaticano II, realizado em Roma entre os anos de 1962 a 1965. A instituição eclesiástica compreendia que a sua missão no mundo era torná-lo mais justo, mais humano e que para isso era preciso estar ao lado dos grupos marginalizados da sociedade. Foi partindo dessa premissa que os bispos do Brasil e, sobretudo, do Nordeste começaram a desenvolver projetos de promoção humana e social visando à melhoria das condições de vida da população. Os projetos tiveram como prioridade a educação, a organização e a mobilização em busca dos direitos sociais e políticos das pessoas excluídas social, política e economicamente. Para atender a necessidade de educação, foi criado o MEB (Movimento de Educação de Base) que oferecia uma educação voltada para a conscientização política; como promoção humana, a Igreja oferecia assessoria técnica e jurídica ao trabalhador rural na organização sindical e na criação de cooperativas, além de outras atividades sociais e assistenciais.

Nessa pesquisa, o principal desafio é tentar reconstruir a memória coletiva daqueles agentes sociais vinculados à Igreja Católica que vivenciaram os conflitos decorrentes da ascensão dos militares ao poder a partir de 1964, quando esses grupos e pessoas foram reprimidos por realizarem trabalhos de conscientização sobre o nível de exploração e abandono em que viviam as populações periféricas e rurais.

Logo, o que se pretende é tecer uma narrativa, dentre muitas outras possíveis, daquelas tensões vividas entre a Igreja Católica e o Estado na cidade de

Teresina na década de sessenta do século XX, a partir da memória de sujeitos que estiveram envolvidos com movimentos de sindicalização rural, Movimento de Educação de Base, Faculdade de Filosofia e movimentos da Ação Católica como já se ressaltou.

Ao longo dessa trajetória investigativa, elegeu-se se alguns objetivos, dentre eles: dialogar com os agentes dos movimentos sociais e educativos patrocinados pela Igreja Católica na Arquidiocese de Teresina, durante o período em estudo, que atuaram na formação e na organização social das comunidades periféricas e rurais e que sofrem algum tipo de repressão ou foram suspeitos de atos subversivos pelos militares; destacar a atuação eclesial e política da Igreja Católica na Arquidiocese de Teresina, no período e situá-la no contexto dos acontecimentos políticos nacionais, marcados por conflitos e prisões dessas lideranças; analisar a atuação do governo militar no Piauí, como aqueles grupos sobreviveram e que espaços ocuparam como sujeitos sociais; investigar a influência daqueles movimentos eclesiais sobre as comunidades e a repercussão da ação do governo dos militares sobre os mesmos; analisar como os movimentos sociais locais mantiveram intercâmbio com outros em nível nacional e como os agentes sociais se articularam a partir dos acontecimentos do período; reconhecer as lembranças e as memórias dos líderes eclesiais e sociais como vestígios interessantes para pensar aquele momento.

Com o intuito de atingir os objetivos propostos, a meta foi capturar documentos: as fontes orais, as matérias jornalísticas, cartas, notas de esclarecimentos, dentre outros.

Para a construção das fontes orais, priorizou-se a entrevista temática, na qual se definiu o tema e período histórico com enfoque na vivência pessoal daqueles



que participaram dos acontecimentos. Foram entrevistadas dezoito pessoas com vivências comuns, ou seja, com participação em algum movimento social ou da Ação Católica na gestão de Dom Avelar. Seus nomes, a seguir, estão citados na ordem em que foram realizadas as entrevistas: João Gualberto dos Santos Soares, Palmira Luzia Soares, Maria do Carmo Alves Bomfim, Antonio José de Castelo Branco Medeiros, Maria do Rosário de Fátima Bezerra Rodrigues, Antonio Rodrigues de Sousa Neto, Manoel Emílio Burlamaque de Oliveira, Terezinha de Jesus Santos, Pe. Raimundo Nonato Nery Sobrinho (*in memória*), Pe. Francisco das Chagas Carvalho (*in memória*), Monsenhor Joaquim Raimundo Ferreira Chaves, Monsenhor Isaac José Vilarinho, Pedro S. Ribeiro, Maria Célis Portela Nunes, Pe. Raimundo José Airesmoraes Soares, Maria Elias de Macedo, Antonio Ferreira de Sousa Sobrinho e Diogo José Airesmoraes Soares.

A narrativa é construída a partir das entrevistas, em que se tecem os quadros como mosaicos, juntando as peças das singularidades expostas nos depoimentos e compondo-os num grande quadro histórico, enfocando a participação social, eclesial e política dos sujeitos envolvidos e os fatos que marcaram as suas vidas e o período em estudo.

A estratégia metodológica baseou-se na abordagem da História Oral, sendo que no percurso de captura daquelas entrevistas, considerou-se como fundamental a discussão em torno das relações entre História e Memória. Dialogando com Pierre Nora<sup>3</sup>, para quem “[...] a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais [...]” e “[...] a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente [...]”. Assim, debruçar-se sobre a busca das memórias, das vivências é sintomático de um tempo onde a

---

<sup>3</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História – História e Cultura*. PUC/SP, n 17, p. 9, 1998.

memória está sendo constantemente ameaçada de desaparecer, daí o empenho, enquanto pesquisadores, em reconstruir, problematizar e preservar os lugares de sua representação. Como lembra Le Goff<sup>4</sup>, “Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”. Dessa forma, o historiador desempenha na sociedade um papel singular: “[...] impedir que a história seja somente história”<sup>5</sup>. Daí a necessidade de a sociedade contemporânea construir espaços representativos da memória, lugares que dizem de um tempo em que não há mais memória espontânea, razão para que alguns estudiosos da memória e da identidade afirmarem que muitas culturas têm a necessidade de criar arquivos, manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, num mundo em que essas operações não são mais tão naturais.

Assim, trabalhar com as memórias de pessoas que vivenciaram momentos tão difíceis como aqueles da segunda metade dos anos sessenta do século XX, no Brasil e, especificamente, em Teresina, é de fundamental importância para se compreender as múltiplas temporalidades e a relatividade das fontes e dos fatos históricos.

Lucília Neves, ao estudar os desafios da história oral, assinala o problema

[...] da relação entre os múltiplos tempos, realidades, pois em uma entrevista ou depoimento fala o jovem do passado, pela voz do adulto, ou do ancião do tempo presente. Adulto que traz em si memórias de suas experiências e também memórias a ele repassadas, mas filtradas por ele mesmo, ao disseminá-las. Fala-se em um tempo sobre um outro tempo. Enfim, registram-se sentimentos, testemunhos, visões, interpretações, em uma narrativa encontrada pelas emoções do ontem, renovadas ou avaliadas pelas emoções do hoje.<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> LE GOFF, Jacques. Memória. *História e Memória*. 3. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1994.p.47.

<sup>5</sup> NORA, Pierre. Op. cit. p.9.

<sup>6</sup> NEVES, Lucília. Os desafios da história oral – ensaios metodológicos. In: PINHEIRO, Áurea da Paz; NASCIMENTO, Francisco Alcides do (orgs). *Cidade: história e memória*. Teresina: EDUFPI, 2004. p. 276-277.

A historiadora reforça ainda, que essas fontes “[...] não são a história em si, mas um dos possíveis registros sobre o que passou e sobre o que ficou como herança ou como memória”.<sup>7</sup> Nessa perspectiva, percebem-se na fala dos depoentes as representações, as marcas, as dores, os sonhos e as frustrações do momento que relembram sentimentos que se mantêm vivos em suas memórias e que o tempo não conseguiu apagar.

Nos limites deste estudo, fala-se de tempo, de lugar e de espaço vivido, ocupado por aqueles atores sociais. O tempo individual de estudante, de militante, de professor, de prisioneiro, de exilado, de injustiçado. Lugar e espaço<sup>8</sup> que se coadunam e se fundem, que possuem significação: é a comunidade, a faculdade, o grupo, o movimento, a cidade de Teresina.

Para Ecléa Bosi<sup>9</sup>, “[...] o tempo social absorve o tempo individual que se aproxima dele”. Dessa forma, percebe-se, também, que pessoas e grupos vivem os tempos de forma diferente. Quando Bosi colheu memórias de velhos em São Paulo, concluiu que “[...] Cada geração tem, de sua cidade, a memória de acontecimentos que pertencem como pontos de demarcação em sua história”<sup>10</sup>. Nesse sentido, a pesquisadora atribui à memória o estatuto de memória coletiva trabalhada por Halbwachs<sup>11</sup>, que considera a memória individual como parte integrante da memória coletiva.

Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. [...] A

---

<sup>7</sup> Ibidem. p. 277.

<sup>8</sup> CERTEAU, Michel de. Relatos de Espaço. In: *Ainvenção do cotidiano*: 1. artes de fazer. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

<sup>9</sup> BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade*: lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 448.

<sup>10</sup> Ibid. id.

<sup>11</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice. Editora Revista dos Tribunais, 1990.

sucessão de lembranças, mesmo daquelas que são mais pessoais, explica-se sempre pelas mudanças que se produzem em nossas relações com diversos meios coletivos, isto é, em definitivo, pelas transformações desses meios, cada um tomado à parte, e em seu conjunto.<sup>12</sup>

Nesse sentido, o trabalho com a memória remete a lembranças individuais que foram urdidas coletivamente e reconstruídas com o passar dos anos a partir das transformações do presente. É por isso que Ecléa Bosi<sup>13</sup> afirma:

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado [...]. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítido que nos pareça de um fato antigo, ele não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor.<sup>14</sup>

Dessa forma, compreende-se que a memória não é apenas nossa, ela é um somatório de lembranças de várias pessoas que fizeram parte da nossa história. As lembranças são individuais, pois para cada pessoa fica marcado o significado de acontecimentos experimentados coletivamente. As lembranças do passado não permanecem inertes no tempo, mas vão se reconstruindo a partir das representações do presente. Pode-se mesmo dizer que a memória é dinâmica, ela é recriada por novos acontecimentos ou por novas lembranças que são agregadas àquelas do passado que são (re) elaboradas pelas vivências do presente. Portanto, passado e presente se fundem, se confundem, se agregam, pois a memória não conhece passado, mas é sempre presente.

A partir dessas reflexões, organizou-se o trabalho em três capítulos.

---

<sup>12</sup> Ibidem. p. 51

<sup>13</sup> BOSI, Ecléa. Op. cit, p.57.

<sup>14</sup> Ibidem. p. 57

No primeiro, são apresentadas algumas discussões em torno do contexto dos anos sessenta, na tentativa de compreender os acontecimentos sociais e políticos, sobretudo, o da ascensão dos militares ao poder e dos mecanismos de perseguição e repressão por eles adotados. Ao mesmo tempo intenta-se dialogar e situar as principais transformações ocorridas no interior da Igreja Católica e mostrar como elas foram transformadas em práticas político-ideológicas nas décadas de 50 e 60, a partir de um envolvimento maior de membros da Instituição eclesiástica com os grupos marginalizados da sociedade, destacando as especificidades locais.

Pretende-se, também, destacar o papel desempenhado pela Igreja Católica no Brasil e no Piauí, marcado por uma sintonia com os acontecimentos eclesiais que ocorreram nos anos sessenta depois do Concílio Vaticano II (1962 – 1965), especificamente, com a Conferência Latino-Americana dos bispos, ocorrida em Medellín, em setembro de 1968, que reforçou a *opção preferencial pelos pobres* do continente. Nesse sentido, é oportuno situar a ação pastoral do arcebispo de Teresina, Dom Avelar Brandão Vilela, por ter sido um dos principais protagonistas e incentivadores das idéias inovadoras trazidas pelo Concílio Vaticano II e pela Conferência de Medellín. A atuação de Dom Avelar na sociedade piauiense venceu os limites eclesiais na promoção do social.

No segundo capítulo, volta-se para a reconstrução da memória dos sujeitos sociais inseridos no contexto dos acontecimentos que marcaram a ascensão dos militares ao poder e como isso se refletiu em Teresina. Trilha-se pela segunda metade do século passado, percorrendo os vestígios deixados pelos entrevistados, considerando suas trajetórias políticas e ideológicas, bem como as suas impressões e vivências de um período singular da história recente, (re) significando aqueles acontecimentos. Intenta-se ainda aprofundar as discussões trazendo os discursos

presentes nos jornais de Teresina daquela época, sobretudo no que tange aos acontecimentos que envolveram aqueles sujeitos e a sociedade teresinense.

No terceiro, tecem-se considerações sobre as influências e o papel de Dom Avelar na Arquidiocese de Teresina, sua ação pastoral e sua preocupação com a dimensão sócio-político-ecclesial do povo piauiense. Nessa trajetória, procura-se privilegiar os aspectos que marcaram a sua convivência e o seu relacionamento como representante da CNBB, com os militares a partir do golpe de 1964, uma vez que a Igreja mantinha projetos sociais em parceria com o governo e parte das lideranças leiga que se encontrava comprometida com ações sociais ligadas a terra, por meio da sindicalização rural; da educação, através do Movimento de Educação de Base e do ensino superior, na Faculdade de Filosofia.

## 1 **ABRINDO JANELAS: a Igreja Católica e o diálogo com o mundo moderno em meio às tensões do regime militar.**

[...] Foi um atraso tremendo na História do Brasil. Naquela época o Brasil estava tomando consciência de sua dignidade política e econômica. A “revolução” apagou assim uns 30 ou 40 anos de nossa História [...].<sup>15</sup>

Falar sobre os anos sessenta é abrir e vislumbrar um caleidoscópio de memórias e relembrar um período em que os ventos da história sopravam inovações e transformações difíceis de notificar àqueles que não sofreram as suas influências. Como nem todas as mudanças são bem vindas, nem todas têm a mesma intensidade para quem as vive, e o curso da história tem comprovado isso, pois muitas foram as estratégias usadas por aqueles que não aceitavam as transformações culturais, mentais políticas e sociais, e assim se colocavam no combate àquele furacão de mudanças que deixou marcas profundas na história da sociedade e na vida pessoal de muitos que assumiram a vanguarda de movimentos de transformação. O que a sociedade tradicional dos anos sessenta não sabia era que aqueles sentimentos eram latentes e que aquelas pessoas não se renderiam, mesmo que isso lhes custasse a própria vida.

Fatos históricos ilustrativos da realidade a que se refere este estudo, trazidos pelas inovações tecnológicas são narrados por Castelo Branco<sup>16</sup>, que mostra como a sociedade ao mesmo tempo em que se assustava com o curso das novidades, também, se extasiava ao contemplá-las. Sentia-se fragilizada, desafiada a conviver com uma pluralidade cultural que ruía os tradicionais valores. As inovações tecnológicas que levaram o homem à lua, que inventaram o computador;

<sup>15</sup> SOBRINHO, Raimundo Nonato Nery. *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, abr. 1998.

<sup>16</sup> CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. Deslumbramento e susto: maravilhas tecnológicas, captura do social e fuga identitária nos anos sessenta. In: *Todos os dias de Paupéria: Torquato Neto e a invenção da Tropicália*. São Paulo: Annablume, 2005.

que aceleraram os avanços das pesquisas científicas, concretizadas com os transplantes de córnea e do coração; o aparecimento de novas formas de comunicação como a experimentada pelos poetas da chamada “poesia marginal”; a experiência tropicalista e o contraponto com os Centros de Cultura Popular da UNE; a televisão, suplantando o rádio, foi uma invenção, dentre outras, igualmente importante, somada à rapidez da comunicação e ao fascínio da imagem que foi transformando aos poucos a vida e a percepção das pessoas, que passaram a conviver com um mundo em processo crescente de globalização.

As médias e grandes cidades emergiram nos anos sessenta como espaços privilegiados de acesso e contato com aquelas inovações. Também, a cidade foi o palco no qual se viveu o drama da crise da linguagem poética, artística e principalmente de confrontos políticos e ideológicos. Dessa forma, Castelo Branco diz:

Olhar as novidades introduzidas nos anos sessenta nessas cidades – a pavimentação asfáltica, novas modalidades de transporte, a televisão, etc. – permite cartografar as metáforas que significavam o Brasil do período, cujo signo mais visível era o anúncio do novo, que se fazia especialmente através das manifestações artístico-culturais e dos movimentos da juventude. No âmbito da política, o Golpe Militar de 1964 é o marco mais original do processo de desmantelamento do dispositivo nacionalista e, principalmente, é o evento que coloca, para os diversos grupos políticos do país, a angustiada necessidade de se redefinir face à internacionalização da política e da economia.<sup>17</sup>

Nesse fragmento de texto, são ressaltados movimentos que marcaram o cenário brasileiro dos anos sessenta como protagonistas do novo, um desses foi o movimento da juventude, trazendo, sobretudo, uma nova linguagem e propondo mudanças no âmbito cultural e social, uma vez que parcela dos jovens protagonizava mudanças políticas e, em nome deste engajamento, atuavam em

---

<sup>17</sup> Ibidem. p.60



partidos ou grupos políticos de esquerda, que enveredavam pela clandestinidade e pela luta armada, quando muitos morreram ou foram presos, e outros escaparam para o exílio<sup>18</sup>. Contudo, nem todos os jovens tiveram a mesma postura. Os tropicalistas, por exemplo, optaram pela bricolagem cultural e na música foram aglutinando elementos nacionais, regionais folclóricos e internacionais, introduzindo no seu repertório novos instrumentos eletrônicos como a guitarra. Essa postura lhes conferiu o título de alienados, sobretudo pelos grupos culturais originários do Centro Popular de Cultura da UNE.

O outro movimento foi o que deflagrou o Golpe Militar, numa tentativa desesperada de conter o dragão do tempo, representado pela chamada “Era de Aquários”<sup>19</sup>, que mobilizou os jovens em grande parte do planeta. O movimento de 31 de março se dizia apresentar uma alternativa político-econômico-internacional, contrapondo ao discurso nacionalista, e afastar o perigo comunista.

Reis<sup>20</sup> diz que as esquerdas brasileiras não conseguiram perceber que em meio à crise do capitalismo a realidade exigia a busca de novos caminhos mesmo à custa do “[...] silenciamento e subordinação de formas políticas e instituições consideráveis”. O êxito do golpe militar não se constituiu pelas manobras de um grupo apenas, mas por uma associação de forças, nem sempre convergentes.

Na verdade, a vitória do golpe fora produto de uma ampla e heterogênea frente social e política. Uniram-se o grande, o médio e o pequeno capital. O capital nacional e o capital internacional. Bancos, indústrias e comércio. Federações industriais e agrícolas. A maioria do parlamento e do judiciário. A Igreja e a classe média. A amplitude desta frente, aliás, condicionaria, no interior das Forças Armadas, uma unidade que seria dificilmente concebível em condições ‘normais’.<sup>21</sup>

---

<sup>18</sup> GABBEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>19</sup> GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

<sup>20</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. Ed. Brasiliense: São Paulo, 1990. p. 57.

<sup>21</sup> *Ibid.* id.

Partindo desse mesmo pressuposto, Albuquerque Júnior<sup>22</sup> considera que a década de sessenta foi marcada pela superação do discurso político nacionalista, forjado no Brasil desde a década de vinte, à medida que o mundo polarizado entre socialismo e capitalismo passava a ditar as novas regras econômicas do mercado internacional. O discurso denominado de Nacional-Popular, de conotação esquerdizante, não conseguia responder às exigências da política e do capital internacional, mesmo que o Brasil estivesse associado àqueles interesses. O modelo de desenvolvimento capitalista tinha como condição de sobrevivência a exclusão por completo de setores da sociedade como o dos trabalhadores do campo, prevendo para eles uma política de inclusão subordinada e controlada da mesma forma que ocorrera anteriormente com o operariado <sup>23</sup>.

Os conflitos entre os diferentes grupos e a impossibilidade de o governo apresentar caminhos que contornassem a crise provocada pelo capitalismo internacional geraram uma situação política insustentável.

A década de sessenta inicia-se com a questão nacional no Brasil, ganhando uma conotação mais esquerdizante, à medida que o nacional-populismo tinha que encarar, não apenas a questão da localização do país diante da correlação de forças internacionais, mas, principalmente, diante de um processo nítido de internacionalização de nossa economia, acentuando, no período desenvolvimentista juchelinista, que levava a uma alteração na própria composição dos grupos sociais, dispostos a apoiar esta política. A questão nacional é reposta com maior ênfase, mais denotando de modo crescente os seus limites, a sua impossibilidade dentro da ordem capitalista. A internacionalização da economia, da cultura e da política, embora tornassem o nacionalismo e as nações, paulatinamente, um anacronismo, estes terão, justamente nos setores ditos progressistas e revolucionários, os seus maiores defensores. <sup>24</sup>

---

<sup>22</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Um engenho anti-moderno – A Invenção do Nordeste e Outras Artes*, 1994. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

<sup>23</sup> Ibidem. p. 357

<sup>24</sup> Ibid. id.

A partir de então, a influência americana tornou-se cada vez mais presente no governo brasileiro, sobretudo na montagem do sistema de informação com a colaboração da CIA desde meados de abril de 1964.<sup>25</sup>

Com a montagem do Sistema Nacional de Informação, o governo dos militares se equipou de um poderoso esquema de vigilância capaz de detectar todos os focos de atividades subversivas no país. Todavia, o SNI extrapolou os limites da sua atuação e descaracterizou a sua função quando se envolveu em corrupção e em conflitos sociais e políticos.<sup>26</sup>

Vale lembrar o episódio em que o SNI se envolveu com o contrabando do café mesmo em 1965, estreando a sua participação em uma série de outros escândalos, no Brasil.<sup>27</sup> Simplício Mendes<sup>28</sup>, político piauiense, se refere a esse drama do café como causa da inércia e ineficiência do próprio governo. Para ele “[...] No Piauí é raríssimo agora café sem ser torrado e moído. Mesmo este não é fácil. Às vezes, é comerciado, velho, alterado, deteriorado, de péssima qualidade”. Como se pode perceber a crise no Brasil atingiu todas as esferas: política, social e econômica. O Governo brasileiro deveria ter assumido uma postura de combate à corrupção sem deixar-se dominar pela prática da repressão, uma grande aliada da política brasileira.

Maria Celina D’Araújo<sup>29</sup> acredita que os mecanismos e uso da força repressiva para combater as oposições não foram apanágio apenas dos governos militares, nem se constituiu numa prática recente, pois já governo Vargas usara excessivamente a repressão, a tortura, as prisões e o exílio contra os seus adversários políticos e ideológicos. Para a autora, depois da Segunda Guerra

<sup>25</sup> GASPARI, Elio. Op. cit., 2002.

<sup>26</sup> Ibidem, p 161.

<sup>27</sup> Ibid. id.

<sup>28</sup> O DIA. Teresina, ano XIV, ago. 1964. p. 3

<sup>29</sup> D’ARAÚJO, Maria Celina. *Os anos de chumbo*: memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Demurá, 1994. p.10.

Mundial, quando o mundo se polarizou em dois blocos econômicos, a repressão política e ideológica, bem como as doutrinas militares de combate aos novos inimigos com experiências de guerrilha foram redefinidas, adotando métodos de ação que tornaram os confrontos mais violentos.

D'Araújo contextualiza aquela prática repressiva esclarecendo que o desrespeito aos direitos humanos no Brasil vinha desde o período da colonização quando o “tronco” era o principal instrumento de castigo corporal. Para a pesquisadora, o que diferencia a prática dos militares das demais épocas de repressão seria que:

Jamais, em qualquer época, a instituição militar esteve tão diretamente envolvida com as atividades de repressão política. Mais do que isso, as Forças Armadas, naquele espaço de tempo, detiveram, soberanas, o monopólio da coerção político-ideológica.<sup>30</sup>

Gaspari<sup>31</sup>, ao abordar a questão da violência no governo dos militares, explica que naquele período houve uma oscilação “[...] entre maior ou menor racionalidade no trato das questões políticas [...]”, e continua:

Foram duas décadas de avanços e recuos, ou, como se dizia na época, ‘aberturas’ e ‘endurecimentos’. De 1964 a 1967 o presidente Castelo Branco procurou exercer uma ditadura temporária. De 1967 a 1968 o marechal Costa e Silva tentou governar dentro de um sistema constitucional, e de 1968 a 1974 o país esteve sob um regime escancaradamente ditatorial. De 1974 a 1979, debaixo da mesma ditadura, dela começou a sair. Em todas essas fases o melhor termômetro da situação do país foi a medida das práticas da tortura pelo Estado. Como no primeiro dia da criação, quando se tratava de separar a luz das trevas, podia-se aferir a profundidade da ditadura pela sistemática com que torturava seus dissidentes.<sup>32</sup>

Para Gaspari, o Governo Castelo Branco com suas ambigüidades instalou a desordem na vida política do Brasil e a proposta de abertura política dos Governos

---

<sup>30</sup> Ibid. id.

<sup>31</sup> GASPARI, Elio. Op. cit, 2002.

<sup>32</sup> Ibidem, p. 129.

Costa e Silva e Garrastazu Médici foram, em sua opinião, desastrosa ou mesmo falsas.

A perseguição declarada aos comunistas se tornou em nível de gravidade para a nação menos expressiva, diante do nível de corrupção em que se encontrava o país. No entanto, o Governo Militar tinha força para perseguir os comunistas, mas não a usou para disciplinar o Exército, pois a repressão “[...] tornava-se um dos instrumentos burocráticos de ascensão e ampliação do poder [...]”.<sup>33</sup>

No Piauí, em 1963, houve uma crise na Polícia Militar<sup>34</sup>. Para Medeiros<sup>35</sup>, foram querelas que vinham se prolongando há longo tempo, chegando no seu ponto nevrálgico quando os oficiais, subtenentes, sargentos, cabos e soldados da Polícia Militar, depois de enviarem um memorando ao Governador Petrônio Portela reivindicando aumento salarial, receberam a declaração, do então governador, que não poderia dar aumento naquele momento, e, quando o fosse fazê-lo, deveria estendê-lo aos civis. Indignados, os policiais militares mantiveram uma posição irreduzível, instalando-se, acompanhados de familiares, no próprio quartel. Na tentativa de contornar a situação, o governador solicitou a intervenção da Força Federal que logo ao ser mobilizada em Teresina cercou o quartel e ordenou o fim da rebelião.

---

<sup>33</sup> GASPARI, Elio. Op. Cit. p. 150.

<sup>34</sup> O DIA. Teresina, ano XIV, ago. 1963. p. 1- 2- 4

<sup>35</sup> MEDEIROS, Antonio José. *Movimentos Sociais e Participação política*. Teresina (PI): CEPAC, 1996. p. 83-86.

Por ocasião desses conflitos, Dom Avelar tentou intermediar as negociações, mas o envolvimento do Padre Carvalho e mesmo do arcebispo no episódio provocou uma série de desentendimentos entre Dom Avelar e o governador, que acusou o clérigo, em carta, de conivência com o movimento, quando o arcebispo colaborou doando alimentos que seriam levados para os militares aquartelados <sup>36</sup>.

Cessada a crise na Polícia do Piauí, muitos militares foram presos e afastados das suas funções, o que poderia se supor ter eliminado qualquer perigo de indisposição entre Governo e militares no Piauí a partir de 1964. No entanto, entre a Igreja Católica e o Estado, a partir de então, as relações se melindraram, especificamente quando, nos primeiros dias de abril, os militares prenderam as principais lideranças sindicais dos trabalhadores rurais do Piauí, orientados por aquela instituição eclesiástica, sob suspeita de subversão, e cercearam a liberdade do Padre Carvalho, proibindo-o do exercício das suas atividades eclesiais e sociais como articulador da Juventude Operária Católica; puseram também sob suspeita de subversão o trabalho do Movimento de Educação de Base.

Cessados aqueles mal-entendidos entre as lideranças da Igreja Católica e os militares no princípio do governo em abril de 1964, aquelas lideranças retornaram à cena no final de 1968 e início de 1969, quando os militares prenderam um grupo de estudantes juntamente com o professor Diogo, todos da Faculdade de Filosofia, suspeitando que estivessem participado da pichação da cidade de Teresina, como se explicará em capítulo seguinte.

No âmbito da política, a mobilização pelas “reformas de base”, no Piauí, ganhou a simpatia de políticos, especialmente do governador Petrônio Portela <sup>37</sup>,

---

<sup>36</sup> CARVALHO, Francisco das Chagas. *Depoimento concedido a Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, no. 1997.

<sup>37</sup> O DIA. Teresina. Ano XIV n.1204, 1964. p. 1

que contrariamente à política de seu partido – UDN – optou por apoiar o presidente João Goulart.

Também os bispos da Igreja Católica consideraram as reformas de base como “reformas inadiáveis”<sup>38</sup>. Dom Avelar em alguns momentos proferiu palestra abordando as questões das reformas, como na conferência da semana do calouro das faculdades piauienses, em março de 1964<sup>39</sup>. Também externou a sua posição sobre a reforma agrária<sup>40</sup> e total apoio à sindicalização rural, no momento em que se declarou, juntamente com outros bispos do Nordeste, favorável à organização sindical como promoção humana dos trabalhadores rurais. O Arcebispo se pronunciou ao povo piauiense antes da sua viagem a Roma, onde participaria do Concílio Vaticano II, dizendo que “[...] A Igreja olha o sindicato como instrumento de luta pacífica, mas decidida pela causa justa do trabalhador rural [...]”<sup>41</sup>.

Assim, para aquele segmento da Igreja, eram urgentes as medidas que possibilitassem a resolução dos problemas existentes no campo, naquele momento.

É, aí que se percebe a urgência de uma reforma que não seja espoliativa, mas que não seja paliativa, e venha em socorro do direito de propriedade ameaçado e em defesa do camponês impedido de melhorar suas condições de vida. Se não encontrarmos esse novo caminho, não vejo como poderemos garantir a segurança de que precisamos para um trabalho tranqüilo e fecundo, nesse nordeste subdesenvolvido, batido pelas secas e pelas inundações, cheio de analfabetismo, de doença e de tantos outros problemas acumulados. [...] Finalmente, desejo afirmar que continuo patrocinando a causa dos sindicatos rurais.<sup>42</sup>

---

<sup>38</sup> FOLHA DA MANHÃ. Teresina, ano VI, n. 1.500, 1963. p. 3

<sup>39</sup> O DIA. Teresina, ano XIV. n. 1193, 1964. p. 3

<sup>40</sup> FOLHA DA MANHÃ. Teresina ano XXXIV, n. 579, 3 set. 1963. p. 1.

<sup>41</sup> DOM AVELAR. Declaração de S. Exa. Ao povo piauiense. *Jornal Estado do Piauí*. Teresina, ano XXIV, n. 579, 29 set 1963. p. 1.

<sup>42</sup> *Ibidem*, p. 3.

A ênfase dada por Dom Avelar e pelos demais bispos do Nordeste na defesa dos sindicatos rurais é notória em uma área que demandou muitos conflitos entre a Igreja, proprietários de terra e o Estado nos anos de chumbo.

Essa polaridade existente na sociedade em relação à postura dos sindicatos está ilustrada na Crônica de Pedro Celestino, quando aborda a questão do sindicalismo no Brasil.

Queiramos nós, ou não queiram eles – capitalista e latifundiários de espírito puramente conservadorista – o sindicato no Brasil é uma autêntica realidade nacional, e uma tendência é crescer e fortificar-se cada vez mais, integrando-se cada dia na nova dinâmica social, como órgão de colaboração com os poderes públicos, na solução e desenvolvimento dos problemas sociais.

Há, todavia os que fazem guerra ao sindicato, negam a sua ação colaboracionista, taxam-no de comunismo, na suposição de que assim agindo deixe o sindicato de existir ou faltar à sua finalidade social. O medo, já se disse é capaz de tudo. O burguês acomodaticio e medroso vê comunismo em tudo. Ou melhor, é a técnica do anti-comunismo, que de tanto ser batida já não soa mais nem pega mais, porque o povo cada vez se esclarece e vê que o sindicalismo é uma necessidade social erguida das circunstâncias do trabalho em comum!

O sindicato não é embaraço para um bom governante nem constitui entrave ao progresso da nação. Quem assim afirma são os levianos que acham que esse estado de coisas que se alastra por esse Brasil a fora está tudo muito bem, pode até cair uma bomba do céu desde que não lhes afete os privilégios, pouco ou nenhuma coisa importa.<sup>43</sup>

A opinião de Celestino é representativa de uma parcela da sociedade que apoiava e percebia como positiva a organização sindical, especialmente no campo, no entanto reconhece que propor alguma mudança na estrutura campesina é atingir em cheio os privilégios dos proprietários rurais mantenedores de uma estrutura agrária tradicional que não incluía benefícios que promovessem o trabalhador do campo.

---

<sup>43</sup> CELESTINO Pedro. *Crônica*: o sindicalismo no Brasil. Folha da Manhã. Teresina, ano VI, n. 1618, p. 3. 29 set. 1963.



A maior resistência dizia respeito à manutenção dos privilégios, como manifesta Simplício Mendes, um dos típicos representantes da elite agrária piauiense daquele período. O político apresenta as suas impressões sobre a manifestação dos trabalhadores rurais do Piauí ocorrida em sete de setembro de 1963, que contribuiu para inflamar ainda mais as relações entre os donos de terra e algumas lideranças da Igreja Católica, inclusive o arcebispo.

Sobre aquela mobilização de trabalhadores afirma Simplício Mendes:

[...] Queiram ou não queiram os comunistas estão satisfeitos, porque não há diferença alguma entre os *sindicatos cristãos* e as *ligas camponesas do materialismo marxista*. Os processos e o modelo são os mesmos.

É a luta de classes incentivada e levada aos meios ruralistas. Os *Sindicatos*, da mesma forma que as *Ligas Camponesas* não visam organizar o trabalho, pacificar pela compreensão de direitos e deveres entre trabalhadores e proprietários de terra, não. [...] É assim que se via na Praça Rio Branco, ao lado de comunistas risonhos e de braços cruzados, - a multidão de camponeses, testemunhando em confusão, - autoridades e o clero [...].<sup>44</sup>

Como se pode perceber, os donos de terra não reconheciam nenhuma legitimidade naquele tipo de organização dos trabalhadores rurais. Enquanto para os camponeses a conquista do espaço de organização sindical representava a esperança de conquista de algum direito e liberdade sobre a terra, para os proprietários não passava de simples demagogia revolucionária de políticos oportunistas e comunistas aproveitadores.

Para Simplício Mendes,

A Célebre concentração de sindicatos camponeses na Praça Rio Branco - promovida pelo Revdo. Padre Carvalho tinha de tudo, - *cinco mil trabalhadores rurais*, sindicalizados em diversos municípios, com os respectivos presidentes, representantes da política

---

<sup>44</sup> MENDES, Simplício de Sousa. Demagogia Revolucionária. Coluna: Televisão. *Folha da Manhã*. Teresina, ano VI, n. 1601, 10 set. 1963. p. 2.

oposicionista, todo o estado-maior comunista e até a macumba a do morro do urubu.

Nada faltou para dar à concentração demagógica, - o aspecto que realmente teve: - significava confusão.

Ora, por mais que procuremos não nos é dado encontrar o sentido real de tão ruidosa e caríssima reunião de elementos e ideologias de propósitos e fins tão diversos e opostos, à qual também se deu o tempero dos governos estaduais e municipais.

O objetivo, no entanto ao que nos parece procedente foi este: - uma demonstração de força e de ameaça aos proprietários de terra, - dados e havidos por exploradores do trabalho rural. [...] O que ficou evidente é antes uma promoção de desacato à propriedade privada da terra contra a qual tanto se lançam e se levantam e se encrespam os representantes materialistas do científico *socialismo leninista*. Daí a razão da presença dos comunistas, sorridentes e bem satisfeitos no *comício monstro* sindicalista de sete de setembro, - tendo à frente o ardoroso e incansável Revdo. Padre Carvalho, representante da missão social da Igreja.<sup>45</sup>

Nesse fragmento de texto, é possível perceber a posição dos proprietários de terra em relação ao trabalho dos sindicatos e de sua representação na sociedade naquele período. Toda e qualquer ação estaria identificada com ação subversiva, demonstração da força e do convencimento dos comunistas. No discurso de Simplício, representante daquela elite agrária, havia uma oposição aos sindicatos rurais, fossem eles de inspiração comunista ou cristã.

Nota-se que as contestações daquele período não se restringiram aos pronunciamentos e às ações dos bispos, nem das organizações de esquerda, mas permearam a música popular, o cinema, o teatro, as artes plásticas e a literatura. Castelo Branco<sup>46</sup> apresenta, de forma enfática, diversos movimentos culturais dos anos sessenta; Reis<sup>47</sup>, por sua vez, afirma que ocorreram inúmeras manifestações culturais no Brasil entre 1964 e 1968, onde os sonhos foram embalados pelos ideais da revolução. Os manifestantes, “[...] cantavam em verso e prosa a esperada

---

<sup>45</sup> MENDES, Simplício de Sousa. Confusão Demagógica. Coluna: Televisão. *Folha da Manhã*. Teresina, ano VI, n.1604, p.2. 13 set. 1963.

<sup>46</sup> CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. Op. cit., 2005.

<sup>47</sup> RIDENTI, Marcelo. Op. Cit. 1997. p. 15-17.

‘revolução brasileira’ – com base principalmente na ação das massas populares, cujas lutas a intelectualidade de esquerda estaria organicamente engajada”.

Em meio à crise institucional generalizada na primeira metade dos anos sessenta com a queda do regime político conhecido como “populismo”, instaurado em 1946, Reis <sup>48</sup> destaca que “[...] As instituições políticas pareciam incapazes de conciliar os interesses dominantes e canalizar as pressões e a insatisfação dos dominados [...]”.

A Crise contaminou dois veneráveis suportes dos regimes políticos brasileiros: as forças armadas e a igreja católica. Nas primeiras, divisões verticais e horizontais colocaram em xeque suas bases e organização: a hierarquia e a disciplina. A segunda perdeu coesão e unidade, dividida entre a maioria conservadora, assustada com a ameaça dos ‘sindicalistas’ e ‘comunistas’, e uma minoria progressista, favorável às mudanças sociais. <sup>49</sup>

Com a ascensão dos militares ao poder, intensificou-se a crise de divisão de opiniões e posturas tanto no seio da Igreja Católica como no das forças armadas, o que provocou o aperfeiçoamento do aparelho repressivo, por meio de “atos institucionais”, cerceando a liberdade e os direitos políticos e civis dos cidadãos brasileiros. Como nos lembra José Murilo de Carvalho, “[...] Dado o golpe, os direitos civis e políticos foram duramente atingidos pelas medidas de repressão [...] Os Instrumentos legais da repressão foram os atos institucionais editados pelos presidentes militares” <sup>50</sup>.

Carvalho afirma ainda que a cassação aos direitos políticos atingiu desde senadores, deputados, vereadores, dirigentes sindicais, funcionários públicos, dentre

---

<sup>48</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: brasiliense. 1990.

<sup>49</sup> Id. Ibidem. p. 21.

<sup>50</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p.164

eles muitos professores universitários, pesquisadores, e até mesmo muitos militares, que se opuseram ao golpe, incluindo o mais alto escalão, foram afastados.

No Piauí, a onda de repressão se estendeu além dos sindicalistas rurais, atingindo parlamentares e pessoas suspeitas pelos militares de articularem o Partido Comunista.

O Jornal *O Dia* publicou em 5 de abril de 1964 a manchete intitulada “Desbaratado o Partido Comunista, Secção do Piauí”<sup>51</sup>. Naquela ocasião, dizia a nota que haviam sido presos vários comunistas e que havia sido encontrada a sede do movimento à rua Santa Luzia, em Teresina, onde apreenderam vasto material de propaganda e outros objetos, como cédulas de cem e duzentos cruzeiros com esfinge de Lênin e sinete da Foice e do Martelo, quepes, bolsa para níquel e caderneta de origem russa.

Na lista dos que já se encontravam presos constavam os nomes de:

[...] José Pereira de Sousa, vulgo Zé Ceará, Secretário de P.C. em Teresina e recém-chegado da Rússia de onde trouxe abundante material subversivo. Honorato Gomes Martins, Acadêmico de Direito, ativo e perigoso líder comunista no seio dos estudantes e Ligas Camponesas, responsáveis pelo prédio onde funcionava a sede do Partido Comunista. Jesualdo Cavalcante Bastos, Acadêmico de Direito e Vereador de Teresina pela Legenda do P.T.B., elemento comunista de grande atuação nas classes operárias, estudantil e rurícola [...].<sup>52</sup>

Na mesma matéria, o Exército divulgou uma lista em que, segundo a instituição, constavam os nomes de pessoas que contribuíam com a elaboração dos jornais distribuídos em Teresina e no interior do Estado pela Frente de Mobilização Popular.

---

<sup>51</sup> O DIA. Desbaratado o Partido Comunista, secção do Piauí. Teresina, ano XIV, n. 1209, 5 abr. 1964. p. 1.

<sup>52</sup> Ibidem.

[...] Entre os numerosos contribuintes figuravam Armando Lima, Joaquim Pereira de Sousa, Raimundo Santos, Padre Carvalho, Samuel Dourado Guerra, José Alexandre, Pedro Marques Barbosa, Jesualdo Cavalcante Barros, Orgmar Monteiro Gonzalez (trabalha nos Correios e foi locutor da Rádio Clube), Paranaguá Neto, Bernardo Sampaio Pereira e Deusdedite Mendes Ribeiro [...].<sup>53</sup>

A Ação repressiva dos militares no Piauí se constituía em uma extensão do que estava ocorrendo em todo o Território Nacional, quando foi desencadeada uma perseguição brutal aos membros e simpatizantes do Partido comunista. A Guarnição Federal do Piauí divulgou na imprensa no dia nove de abril a chamada “Lista Fatal”, organizada pelos comunistas constando os nomes dos que estavam “marcados para morrer” logo que o “Paredon comunista” começasse a funcionar no Estado do Piauí. Os primeiros daquela lista seriam:

[...] Cel. FRANCISCO MASCARENHAS FAÇANHA – Comandante da Guarnição Federal.  
Cel. LUIZ CORREIA LIMA – Comandante do 25º B/C.  
General JOÃO HENRIQUE GAYOSO E ALMENDRA.  
Des. SIMPLÍCIO MENDES.  
Dr. ANÍSIO MAIA.  
FAMÍLIA FREITAS [...].<sup>54</sup>

A descoberta dessa lista e a prisão daqueles que seriam para os militares os principais autores e articuladores do movimento comunista no Piauí proporcionou alívio aos ameaçados e um certo heroísmo por parte do Exército que conseguia desbaratar tamanha organização subversiva.

Naquela mesma nota, a Guarnição Federal também divulgava os nomes de outras pessoas que haviam sido presas em Teresina e no município de Campo Maior.

---

<sup>53</sup> Ibidem.

<sup>54</sup> O DIA. Marcados para Morrer: Primeiros nomes da “Lista Fatal” - Organizada pelos comunistas do Piauí – “Paredon” ia funcionar no Estado. Teresina, ano XIV, n. 1212, 9 abr. 1964, p. 1.

#### PRESOS EM TERESINA

ROBERTO RIBEIRO MARTINS, vulgo Baiano – hospedava-se na casa do Vereador Jesualdo de Barros Cavalcante. Após a prisão deste, mudou-se para a residência de Osvaldino Medina da Silva. É elemento comprovadamente comunista, como os seus dois hospedeiros acima citados.

OSVALDINO MEDINA DA SILVA – estudante comunista, ocupava cargo na Diretoria da UBES.

CLOVIS BEZERRA DE ALMEIDA – líder comunista, residia na Casa do Estudante do Piauí. Em seu poder foi apreendido valioso material subversivo.

#### PRESOS EM CAMPO MAIOR

RAIMUNDO ANTÔNIO RIBEIRO, vulgo Tótó – comunista antigo e atuante, Mentor de diversas associações e Ligas de caráter comunista, que operavam em Campo Maior.

ANTÔNIO LUIZ HIGINO – presidente do sindicato da construção Civil de Campo Maior. Comunista, fazia agitações nos meios operários e rurícolas, juntamente com Tótó. Planejavam reunir as Ligas e Sindicatos por eles controlados na Cidade de Campo Maior, e aguardar a ordem para desencadear a revolução comunista.

LUIZ RIBAMAR OSÓRIO LOPES – comunista, presidente das Ligas Camponesas de Matinhos, município de Campo Maior, lugar de onde partiria a revolução no Município. Irmão de José Ribamar Lopes, elemento chefe de toda a organização no Estado.

ANTONIO DAMIÃO DE SOUSA – presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Campo Maior.

MANOEL DOMINGOS ALVES CARDOSO – agitador comunista. Foi preso no interior do município, onde se refugiara.

MARTIN PEREIRA DE ABREU – comunista, secretário do Sindicato Civil<sup>55</sup>.

O trecho acima constituiu uma pequena amostra da ação dos militares no Piauí na tentativa de eliminar qualquer cidadão que para eles estivesse envolvido com atividades de subversão. Com aquela prática, os militares percorreram quase todos os municípios piauienses instalando Inquéritos Policiais Militares e efetuando prisões de suspeitos de conivência com os comunistas ou de corrupção, pois a denominada “Operação Limpeza” tinha “[...] como finalidade a apuração dos atos subversivos e o combate à corrupção na sua plenitude [...]” <sup>56</sup>.

A partir do mês de maio, verificou-se, através do registro em jornal da época, a amplitude da ação dos militares através da “Operação Limpeza” atingindo

---

<sup>55</sup> Ibidem.

<sup>56</sup> O DIA. “Linha Dura” na Operação Limpeza. Teresina, ano XIV, n.1246, p.1. 23 maio 1964.

municípios como Valença, Elesbão Veloso, Corrente, Gilbués, Pedro II, Piripiri, Capitão de Campos, Beneditinos, Alto Longa e Campo Maior<sup>57</sup>, dentre outros.

No ano de 1964, registrou-se ainda no Piauí a cassação de dois parlamentares, a do Vereador do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) Jesualdo Cavalcante<sup>58</sup>, e a do Deputado Estadual Celso Barros<sup>59</sup> do PDC (Partido Democrático Cristão) por motivos políticos.

Aquela conjuntura repressiva visava, sobretudo, desarticular o movimento sindical e estudantil para evitar qualquer tipo de resistência. Para Carvalho<sup>60</sup>, a única instituição que conseguiu oferecer resistência ao governo militar, mesmo em meio a muitos conflitos, foi a Igreja Católica.

Reis<sup>61</sup>, ao abordar os conflitos entre a Igreja Católica e o Estado, afirma que a oposição da Igreja foi fruto das novas determinações propostas pelo Concílio Vaticano II, entretanto, não foram somente aqueles acontecimentos que determinaram a postura da Igreja Católica,

Mas foram os rumos tomados pelo capitalismo brasileiro, inclusive os valores éticos e morais que implicavam, que afastavam a Igreja, pelo menos parcialmente, das classes dominantes. O afastamento se transformou em oposição aberta nos anos 70, mas já na década de 60 o processo estava em curso.<sup>62</sup>

Em meio à efervescência política e cultural, a Igreja Católica, entre os anos 1950 e 1960, experimentou algumas transformações através do envolvimento

---

<sup>57</sup> O DIA. Em Ação a Operação Limpeza. Teresina, ano XIV, n. 1266, p. 1. 17 jun. 1964.

<sup>58</sup> O DIA. Cassado o Mandato do Vereador Jesualdo Cavalcante. Teresina, ano XIV, n. 1216, p. 3. 14 de abr. 1964.

<sup>59</sup> O DOMINICAL. Cassação de Celso Barros foi grande injustiça. Teresina, ano XXIX, n. 43/64, p. 1. 15 nov. 1964.

<sup>60</sup> CARVALHO, José Murilo de. Op. cit. 2001. p. 164.

<sup>61</sup> REIS FILHO, Daniel Arão. Op.cit. 1990. p. 61.

<sup>62</sup> Ibidem. p. 61.

de bispos, padres e religiosos com os segmentos marginalizados da sociedade, participando das lutas populares em todo o Brasil.

Os ventos da história que sopraram inúmeras mudanças na sociedade brasileira nos anos sessenta chegaram ao coração da Igreja Católica que, a partir de então, começou a experimentar novas formas de ser igreja. De uma igreja que se encontrava mais voltada para o seu interior surgiu uma instituição influenciada pelas mudanças tecnológicas, emergência das ciências e preocupada com os conflitos no mundo e os problemas mais recorrentes na humanidade.

**Figura 1: Papa João XXIII. *O Dominical*, 09 Jun. 1963.**





Para o Papa João XXIII, a Igreja Católica estava precisando “[...] abrir uma janela e dar uma olhada no mundo lá fora”<sup>63</sup>. Era exatamente este o fundamento do discurso católico presente no Concílio Vaticano II<sup>64</sup>, que propunha um diálogo mais profundo entre a Igreja e a sociedade, “[...] indicar caminhos, renovar a postura da Igreja diante do mundo e de si mesma”<sup>65</sup>. Inserir a instituição eclesiástica no mundo, exercitar a escuta e a solidariedade foram idéias expressas pelo Concílio Vaticano II. Para o Papa João XXIII, significava que,

Abrindo as janelas para ver o mundo, A Igreja se põe à escuta dos anseios e clamores da humanidade na vida real. Leva em consideração o progresso das ciências e da técnica, a diversidade das culturas, a marcha da História. E se sente inserida no mundo, ‘caminha junto com a humanidade inteira e experimenta com o mundo a mesma sorte terrena’. Mas a atitude fundamental e primeira é de escuta, a aí está um grande aprendizado: deixar a pretensão de que já se sabe tudo, deixar os ‘apriorismos’ e soluções prontas antes

---

<sup>63</sup> BOLETIM: A Caminhada dos 20 Anos Pós-Concílio Vaticano II. São Paulo: Publicação do CEDI. S/d. p. 3.

<sup>64</sup> Reunião dos bispos da Igreja Católica ocorrida em Roma entre os anos 1962-1965.

<sup>65</sup>BOLETIM: A Caminhada dos 20 Anos Pós-Concílio Vaticano II. Op. cit. p. 3.

dos problemas aparecerem; e ao contrário, sentir a realidade das pessoas e da sociedade.<sup>66</sup>

Dessa forma, a Igreja Católica abria uma janela para perceber o mundo e deixava que os ares de um novo tempo pudessem arejar o interior da instituição, há muito merecedora dessa atitude vital. Buscando sua inserção no mundo e o diálogo com a sociedade e com as culturas, abriam-se possibilidades de construção de um diálogo ecumênico com as demais igrejas cristãs, cultivava-se uma igreja inserida na vida comunitária, acreditando que assim estaria sendo fiel ao projeto cristão.

Para a Igreja Católica, o Concílio Vaticano II promoveu muitas outras mudanças no interior da vida eclesial, quando implantou a mentalidade da co-participação de todas as pessoas nos destinos da Igreja, quando convidou os leigos a uma participação mais efetiva, atualizou a liturgia, adaptando-a em cada nação à sua língua materna. Também a dinâmica do Concílio foi abrindo outras possibilidades como se percebe no trecho abaixo:

A Bíblia volta para a mão do povo; e mais do que isso se apura o estudo e a percepção da mensagem através de novos métodos exegéticos. Renovam-se a interpretação dos dogmas e os métodos da elaboração da Moral. E a liturgia de modo geral se renova, dando gradativamente maior espaço às expressões culturais e se constituindo mais realmente espaço da celebração da vida em Deus.

<sup>67</sup>

Aquele Concílio sofreu interrupções por ocasião da morte do Papa João XXIII que logo foi substituído pelo Papa Paulo VI, que continuou a política de seu antecessor.

Quando se ouve falar das mudanças ocorridas na Igreja Católica, proporcionadas pelas determinações do Concílio Vaticano II, imagina-se que elas

---

<sup>66</sup> Ibidem.

<sup>67</sup> Ibidem, p. 4

tiveram seu ponto de partida naquele momento histórico. Entretanto, quando o Concílio se iniciou, parte da Igreja já estava em plena efervescência, com as mudanças em curso, então, naquele momento, respaldada pelas determinações da cúpula eclesial, a dinâmica de renovação foi revitalizada e tornou-se mais visível, sobretudo, na Igreja Latino-Americana e especificamente no Brasil, onde alguns bispos, padres e religiosos viviam um maior engajamento no meio social.

Para a Instituição eclesiástica da América-Latina, as reflexões, as orientações e as determinações do Concílio ganharam maior impulso com a realização da Conferência Episcopal Latino-Americana (CELAM), que ocorreu em 1968 na cidade de Medellín, na Colômbia. Foi uma oportunidade para que os bispos pudessem dar seqüência às reflexões do Concílio Vaticano II, buscando adaptar as diretrizes conciliares ao contexto local, considerando a realidade de cada país e de cada igreja em particular. Naquela ocasião, compunha a direção do CELAM o então arcebispo de Teresina Dom Avelar Brandão Vilela.

Para o episcopado, a Conferência de Medellín impulsionou uma visão libertadora da educação nos colégios católicos, proporcionou a renovação nos meios populares e foi o chão fértil no qual germinou a Teologia da Libertação, que se constituiu em um discurso a partir do contexto sócio-político-cultural das categorias populares, representando um grito de denúncia das causas geradoras da opressão, tendo como proposta a superação de toda situação desumana.

Medellín significou, também, para o episcopado, a aplicação do Concílio à realidade da América-Latina, representando uma ruptura clara com o esquema de desenvolvimento até aquele momento dominante – a teoria da dependência, que impedia que se atingisse um verdadeiro desenvolvimento.

O Medellín histórico, o Medellín-documento tratou da justiça, da paz, da família, da educação libertadora, da pastoral de elites e das massas, da vida interna da Igreja – Catequese, liturgia, leigos, sacerdotes, religiosos, seminaristas, pastoral de conjunto – e meios de comunicação. Problemas, hoje candentes ou ainda não estavam em seu horizonte temático ou não tinha o atual relevo, tais como índios negros, luta pela terra e a reforma agrária, maior participação popular nas estruturas de poder da sociedade e da Igreja. Lá as Comunidades Eclesiais de Base apenas estavam na perspectiva da ‘vivência da comunhão’ sobretudo nas comunidades locais ou ambientais ‘do trato pessoal fraterno entre seus membros’ enquanto hoje elas são um continente de esperança eclesial de libertação.<sup>68</sup>

O documento de Medellín mostrou um episcopado sensível às necessidades do povo pobre e às condições que poderiam transformá-lo em sujeitos ativos na sociedade e na Igreja. Esse foi o referencial a partir do qual os bispos da América-Latina consolidaram seu compromisso com a luta pela justiça, fundamentada na análise da realidade do continente e na capacidade de denúncia como exigências para transformações globais. Para o episcopado, o compromisso com a realidade social não poderia ser identificado com o Marxismo, contudo deveria ser percebido em decorrência do processo de evangelização.

Conforme já se declarou, as mudanças na Instituição eclesiástica foram forjadas em década anteriores. A Igreja Católica no Brasil, entre os anos 1950 e 1960, experimentou transformações em virtude do envolvimento de bispos, padres e demais religiosos com os segmentos marginalizados da sociedade, participando das lutas populares. Esse movimento se caracterizou por uma ampliação da consciência de parcela significativa da Igreja, a partir do que a instituição considerava como compromisso sócio-político e pastoral da Instituição com o processo de libertação dos oprimidos e injustiçados, sobretudo no continente latino-americano no seu processo de desenvolvimento.

---

<sup>68</sup> TEMPO E PRESENÇA. Vinte anos de 68: Realidade e Utopia. Publicações do CEDI, n. 233 ago. [S.I.], 1968.

Para a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) <sup>69</sup>, aquelas transformações na Igreja ocorreram em momento oportuno - o surgimento de um novo sujeito popular na sociedade e na América-Latina. A emergência desse novo sujeito popular na sociedade e na Igreja ocorreu antes mesmo do Concílio Vaticano II, momento no qual a Igreja estabeleceu um diálogo de respeito com o mundo moderno, em seus diversos aspectos, acolhendo e assimilando muito de seus valores. Contudo, o mundo moderno trazia resultados negativos para a América-Latina, a dependência e a opressão, sobretudo dos pobres. A instituição eclesiástica munida dessa consciência de compromisso social desejava estar mais próxima das comunidades carentes.

Também, naquele contexto, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) <sup>70</sup> cuidou para que a Igreja no Brasil assumisse uma postura mais social que individual caracterizada pelo compromisso com as lutas populares. Ainda na década de 1950 é possível se falar desse compromisso, que alcançou maior solidez nos anos 1960.

Em carta pastoral, Dom Inocêncio Engelke dizia que,

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) nasce, em 1952, dos contatos, debates e objetivos de um grupo de bispos na sua maioria do Nordeste, sob coordenação de Dom Hélder Câmara, então bispo auxiliar do Rio de Janeiro. Eram pastores que tiveram longa experiência de ação católica, que viveram de perto problemas pastorais abordados com uma visão e métodos modernos, acompanhando, como assistentes eclesiásticos, militantes leigos no engajamento de sua militância em meio a complexas realidades temporais. [...] durante dez anos, o grupo inicial de bispos, engrossando com outros elementos, promovidos ao episcopado em cadeia de afinidade e sugestões, controlará praticamente as linhas mestras da orientação da entidade máxima da hierarquia brasileira, fazendo com que a igreja se postasse na linha de frente das diretrizes de reforma social. <sup>71</sup>

---

<sup>69</sup>BOLETIM. *Caminhada da Igreja no Brasil depois do Concílio Vaticano II*, 1990 p. 120. S/l

<sup>70</sup> Ibidem. p. 15.

<sup>71</sup> PRANDINI, Fernando. PETRUCI, Vitor A. DALI, Frei Romeu (orgs). *As relações entre Igreja Estado no Brasil: durante o governo do Marechal Castelo Branco (1964-1970)*. São Paulo: Edições

A CNBB, a partir da década de 1960, sobretudo depois das mudanças proposta pelo Concílio Vaticano II, comprometeu-se ainda mais com a situação dos grupos marginalizados, tornando-os alvo do seu projeto discursivo evangelizador, na tentativa de reconstruir a sua dignidade.

O Concílio Vaticano II impulsionou a Igreja Católica em direção a uma percepção da realidade sócio-cultural, criando instrumentos para que seus membros promovessem o que a Instituição julgava transformações necessárias dentro da sociedade. Daí porque a ação evangelizadora buscava uma nova estratégia pastoral. No entanto, é importante destacar que as transformações ocorridas na Instituição, principalmente na década de 1960, foram motivadas, também, por acontecimentos provenientes de décadas anteriores. A Ação Católica, movimento destinado à mobilização dos leigos, inserido na realidade para uma ação apostólica e missionária, tornou-se o grande responsável pelas mudanças ocorridas na vida de muitos bispos, padres e religiosos. Assim, o discurso da cúpula eclesiástica era no sentido de propor o engajamento de seus agentes com as camadas populares.

Dessa maneira, percebe-se que, a partir de 1950, a Ação Católica <sup>72</sup> adquiriu uma nova consciência – a da especialização, adequando-se aos problemas brasileiros e definindo ações em meios distintos: rural; independente; operário e universitário. Assim, ficou organizado o que posteriormente se conheceria como JAC (Juventude Agrária Católica); JEC (Juventude Estudantil Católica); JIC (Juventude Independente Católica); JOC (Juventude Operária Católica); JUC (Juventude Universitária Católica).

---

Loyola, 1986, p. 11. Vol. I (Coleção Igreja x Estado).

<sup>72</sup> BOLETIM DA AÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA, 1960 p. 3-4. S/l.

Para Mariae <sup>73</sup>, a Ação Católica especializada significou a bandeira de renovação da instituição eclesial, do aprofundamento evangélico a partir de uma consciência do mistério da Igreja presente no coração da realidade histórica. Nesse período de desenvolvimento da Ação Católica, o movimento trouxe consigo a inserção na realidade social através de uma pedagogia da ação. A realidade passou a ser interpretada pelas experiências pessoais e pelas análises das ciências humanas, à luz das exigências evangélicas e do comprometimento com a transformação pessoal, grupal e coletiva, ancoradas no método ver-julgar-agir, peculiaridades desses movimentos. Essa metodologia seria adotada posteriormente por dois grandes e influentes movimentos de inserção da Igreja Latino-Americana no mundo: as Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) e a Teologia da Libertação.

Com as mudanças em curso na década de sessenta, tanto em nível social quanto eclesial, a Igreja foi impulsionada para um processo de transformação e organização próprias. Em 1962, essas transformações ganharam maior impulso quando a CNBB lançou o Plano de Emergência, visando num primeiro momento a reforma paroquial e do ministério sacerdotal, dos educandários e da pastoral de conjunto e, num segundo momento, ressaltando as questões econômicas e sociais, tendo em vista às frentes agrárias, estimulando a sindicalização rural, o movimento de Educação de Base e a formação de lideranças cristãs.

Para a Igreja do Brasil, o Plano de Emergência foi a primeira tentativa de organização de um plano de Pastoral de Conjunto, que se tornou para a Instituição uma necessidade urgente naquela época, pois em razão de tantas divisões no país, os católicos necessitavam de orientações oficiais que buscassem o equilíbrio de um

---

<sup>73</sup> MARIAE, Servus. *Para entender a Igreja no Brasil: a caminhada que culminou no Concílio Vaticano II (1930-1968)*. Petrópolis; Rio de Janeiro: Vozes, 1994. (Coleção Igreja no Brasil)

programa pastoral coordenado em bases técnicas, sem perder de vista as atividades internas e sua projeção no social.

Nesse sentido,

A pastoral de conjunto criou as condições para que a CNBB, dentro de uma perspectiva eclesial, exercesse uma de suas principais funções, isto é, a coordenação, no respeito à personalidade de cada Igreja particular em um país de dimensões continentais como o Brasil. Criou igualmente condições para uma maior cooperação com as ordens e congregações religiosas, através da CRB (Congregação dos Religiosos do Brasil).<sup>74</sup>

Segundo Mariae<sup>75</sup>, a encíclica do Papa João XXIII ressoou fortemente na Igreja do Brasil em 1963. A comissão central da CNBB, em mensagem dirigida ao povo, sobre a realidade brasileira, tendo como base o documento do pontífice "*Pacem in Terris*" ressaltava a missão da Igreja focalizando as transformações que o Brasil não poderia mais adiar: a questão rural, as reformas agrária, tributária, administrativa, eleitoral e educacional. Era uma mensagem que dava sustentação ao pensamento defendido pela Ação Católica Brasileira que por sua vez coincidia com as posições políticas de grupos nacionalistas.

Naquele momento,

A encíclica '*Pacem in Terris*', também nesse aspecto prestava valiosa contribuição. João XXIII reconhecia a validade e a justiça de certos movimentos sociais em favor da construção de uma sociedade mais humana e eqüitativa mesmo se esses movimentos fossem apoiados e defendidos por ideologias originariamente ateístas. Essa posição do pontífice abria uma perspectiva de diálogo construtivo com as correntes marxistas.<sup>76</sup>

A mensagem da comissão central repercutiu em meio a grupos conservadores que se mobilizaram para esclarecer ao episcopado sobre os riscos

---

<sup>74</sup> Ibidem, p.144.

<sup>75</sup> Ibidem, p. 150.

<sup>76</sup> Ibidem, p. 152.



de um golpe ou de uma revolução comunista no Brasil. Isto resultou em fricções com o episcopado brasileiro por toda a década de 1960.

Mariae <sup>77</sup> afirma que a política do novo governo a partir de 1964 se chocou com a nova postura da Igreja frente à realidade brasileira. O novo governo pretendia conduzir as questões políticas, econômicas e sociais sem a interferência da Igreja, o que provocou tensões envolvendo o episcopado em suas relações internas, bem como naquelas com representantes do Estado brasileiro. Dessa forma, cabia à Igreja descobrir caminhos para conter as tensões internas.

Narrando a inserção da Igreja Católica no contexto frenético dos anos sessenta, tem-se a clareza de que não se deve conceber uma Igreja, sobretudo, naquele período, como uma instituição uniforme. Ela viveu internamente muitos conflitos, advindos da pluralidade de posturas na vivência da fé e do compromisso social.

O historiador Thomas Skidmore <sup>78</sup> afirma que a Igreja no Brasil encontrava-se fortemente dividida em relação ao papel que lhe cabia dentro da política. Os bispos se agrupavam em três alas, refletindo tanto a opinião clerical como leiga. Uma ala era “progressista”, na qual a figura mais expressiva era Dom Hélder Câmara, que denunciava a violência do governo e a injustiça social; a segunda era formada pelos “conservadores” da qual Dom Geraldo Proença Sigaud, arcebispo de Diamantina, era o nome mais conhecido; a terceira estava representada pelos “moderados” formados por bispos que evitavam qualquer posição pública sobre a justiça sócio-econômica e política. A ala dos “moderados” tendia a unir-se aos “progressistas”, formando a maioria, sempre que o clero era vítima da repressão.

---

<sup>77</sup> Ibidem, p. 157.

<sup>78</sup> SKIDMORE, Thomas. A Igreja: uma força de oposição. In: *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Tradução Mário Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. p. 271.

Assim, ressalta-se que esta investigação se deteve na análise dos fatos e documentos que evidenciam, na década de sessenta, que parcela da Igreja esteve comprometida com os movimentos sociais organizados na luta pela garantia dos direitos dos menos favorecidos.

As mudanças ocorridas na Igreja Católica do Piauí se fizeram sentir a partir da chegada de Dom Avelar, que passou a administrar a arquidiocese de Teresina em 1956.

Sobre essas mudanças ocorridas na Igreja do Piauí nas décadas de 50 e 60, Monsenhor Isaac <sup>79</sup>, contemporâneo do período, relembra muitos episódios. Acredita que toda aquela efervescência eclesial, de que se falou anteriormente, já ocorria no Piauí mesmo antes do Concílio Vaticano II, marco oficial da transformação da Igreja Católica no mundo. A cerca da importância do Concílio e sobre o período diz o prelado:

Então um dos maiores acontecimentos da Igreja, assim, da maior importância foi realmente o do Concílio. O Concílio Vaticano II, a partir do concílio Vaticano II nós começamos a celebrar os sacramentos e a missa em vernáculo, em português, para que o povo realmente começasse a se conscientizar. Nós começamos a ter uma vida mais participativa, mais dentro da vida do povo, inclusive os nossos hábitos de batina, músicas, festas antigas foram simplificados, nós começamos a nos vestir também como o povo, o povo simples, assim mais identificados. Agora a geração de hoje não pode imaginar a revolução cultural, social, política e religiosa desses anos de 1960 a 70, enfim essa década aí. Mas, nós os padres mais idosos de uma certa maneira sobrevivemos a essa borrasca. Bem, mas do ponto de vista religioso nós tínhamos, assim uma catequese

---

<sup>79</sup> VILARINHO, Monsenhor Isaac José. *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, abr. 1998. Ele conta com orgulho que é natural da comunidade Mimbó, no município de Amarante -Piauí onde nasceu em 11 de abril de 1929. Aos sessenta e nove anos recorda quando se ordenou em 1955, tempo em que a missa ainda era celebrada em latim e o padre ficava de costas para o povo. Os hábitos, naquele tempo, eram para ele parecidos com os da Idade Média. O Monsenhor viveu a época de transição da Igreja pré-conciliar e pós-conciliar. Na Diocese foi coordenador da JAC, teve participação em vários encontros nacionais e participou do momento de efervescência das Comunidades Eclesiais de Base, além de ter sido Capelão da Penitenciária Feminina em Teresina. De 1962 a 1965, trabalhou como vigário de União, até sua transferência para Teresina. Em 1968 retornou a Campo Maior onde permaneceu por vinte anos. Na época desta entrevista era o diretor espiritual do Seminário Maior de Teresina e residia no bairro dos Noivos.

muito tradicional, nós fazíamos desobrigas uma ou duas vezes por ano para celebrar, sobretudo os batizados e realizar os casamentos. Mas o povo só tinha aquela tradição religiosa de novena, do terço de Nossa Senhora, a parte do conhecimento maior da Igreja, a parte catequética, a parte bíblica, era realmente tudo isso muito rudimentar, não tinha estrutura para enfrentar essa onda de uma revolução cultural, religiosa que se processou no Brasil e dentro da Igreja também. E a partir desse movimento de abertura do Concílio, principalmente porque o Concílio praticamente não começou quando foi aberto em Roma não, já vários movimentos dentro da Igreja, já tinha a situação de tal maneira que o Concílio apenas aglutinou, coordenou e aprofundou esses movimentos e deu um pouco mais de luz, de fundamentos teológicos.<sup>80</sup>

Nessa conversa, as lembranças de um tempo foram brotando, enquanto ele rememorava os costumes religiosos daquela época anterior ao Concílio, do qual recorda com muita alegria e satisfação, mas também se empolga com as mudanças que foram ocorrendo. Em meio àquelas transformações, que ele chama de Revolução cultural, social e político-religiosa, sua postura foi de muita abertura ao novo momento, foi aos poucos se adaptando e assumindo sua missão no meio desta nova realidade.

Monsenhor Isaac viveu os dois tempos pré e pós-Concílio, quando a Igreja Católica, ou parte dela, reconheceu que precisava se livrar dos hábitos principescos medievais, que cada vez mais se distanciava do povo e começava adotar hábitos mais simples, começando pela simplicidade das vestimentas e pela adoção de uma língua e linguagem acessível a todos. A administração dos sacramentos, a leitura e o estudo bíblico, a participação do povo nas missas se tornou mais fácil quando se adotou a língua conhecida de todas que passam a falar e a se entender. A partir de então, a Igreja Católica passou a se identificar mais com a cultura popular, a se inserir na realidade social e cultural.

---

<sup>80</sup> VILARINHO, Monsenhor Isaac José. *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, abr. 1998.

No Piauí, a primeira missa celebrada em língua portuguesa aconteceu em Teresina no dia 16 de agosto de 1964. Sobre esse episódio, assim se manifestou à imprensa local:

Acontecimento religioso dos mais expressivos está marcado para o dia 16, domingo, quando a cidade estará completando 112 anos de existência. Trata-se da primeira missa que será celebrada em português, no Piauí.

O local escolhido foi o adro da Igreja Matriz de São Benedito. A missa será, portanto campal, às 17 horas e terá como celebrante o Senhor arcebispo Metropolitano de Teresina, Dom Avelar Brandão Vilela.

Para que os fies possam acompanhar com mais atenção a celebração da Santa Missa, dela participando, através de diálogos em português, estão sendo realizados programas em todas as Igreja e Capelas de nossa capital, dirigidos através do rádio. É grande o interesse que o povo vem tomando para adaptar-se a missa celebrada em português, passo bem avançado que a igreja dá no sentido de uma melhor compreensão daquele ato solene, que muitos (a grande maioria) assistem sem compreender, porque celebrada numa língua que não se conhecem.<sup>81</sup>

Daí o lema “Evangélizar e Humanizar” proposto por Dom Avelar que percebia o quanto seria difícil evangelizar o povo, às vezes, em condições extremas de pobreza. Para ele, frente àquela realidade, humanizar as suas vidas com melhores condições e oportunidades deveria ser o ponto de partida.

Antonio José Medeiros<sup>82</sup> faz uma análise da ação da Igreja Católica no Piauí, especificamente da Arquidiocese de Teresina nos anos 1950-1960, quando Dom Avelar, enquanto presidente da província eclesiástica passou a exercer forte influência em todo o Estado. O Arcebispo, na verdade, propunha-se a realizar o que o Concílio Vaticano II estabelecia, ou seja, que a ação eclesial não desconsiderasse as particularidades locais.

---

<sup>81</sup> Missa em Português. *O Dia*. Teresina, ano XIV n. 1312, 14 ago. 1964. p. 1.

<sup>82</sup> MEDEIROS, Antonio José. *Movimentos sociais e participação política*. Teresina: CEPAC, 1996. p. 87.

Para Medeiros, a vinda de Dom Avelar para o Piauí proporcionou uma Igreja mais dinamizada nas suas atividades eclesiais, com mais vitalidade na sociedade, vez que o arcebispo, vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, representava uma parcela da Igreja Católica que desejava a mudança social.

Foi Dom Avelar que implantou o Movimento de Educação de Base (MEB) no Piauí. Este se caracterizava como espaço de alfabetização e politização dos trabalhadores rurais. Em um contexto social e educacional como o do Piauí, o acesso à escolarização representava uma possibilidade de melhoria nas condições de vida de centenas de pessoas que viviam distantes da zona urbana. O arcebispo também apoiou e patrocinou a organização sindical, quando então já estavam sendo fundadas as Ligas Camponesas no Piauí.

Com a organização das Ligas Camponesas no Piauí, Dom Avelar decidiu também que era hora de desenvolver ações em benefício do trabalhador do campo, promovendo a Sindicalização Rural e afastando o perigo do comunismo. O movimento de sindicalização desencadeou um processo de organização na zona rural, e, por outro lado, causou uma série de dificuldades e mal entendidos entre as lideranças eclesiais e os proprietários de terras.

Monsenhor Chaves <sup>83</sup>, contemporâneo de Dom Avelar quando ainda estudante no quarto ano de Teologia em Olinda, relembra com satisfação quando recebeu o telegrama do Núncio Apostólico comunicando a nomeação de Dom Avelar

---

<sup>83</sup> CHAVES, Monsenhor Joaquim Raimundo Ferreira. Nasceu em 1913 na cidade de Campo Maior, Piauí; um ano depois do nascimento de Dom Avelar. Lembra com orgulho da sua ordenação sacerdotal em 1935 antes de completar 25 anos. Depois de um ano trabalhando no Seminário, foi nomeado reitor por Dom Severino Vieira de Melo (segundo bispo da Diocese do Piauí). Na gestão de Dom Avelar, foi escolhido para ser o Vigário Geral da arquidiocese, onde ocupou o cargo por 15 anos deixando-o quando Dom Avelar foi transferido para Salvador em 1971. Foi reitor e professor do Seminário Sagrado Coração de Jesus. Ministrou aulas de Francês, Português e História no Liceu Piauiense (Colégio Estadual Zacarias de Góis) e no Colégio Diocesano. Como escritor foi o primeiro colocado no concurso “O Piauí nas lutas da Independência do Brasil”, promovido pelo Governo do Estado do Piauí. Publicou as obras: Teresina – Subsídios para a História do Piauí; Cadernos Históricos; Apontamentos Biográficos dentre outras. É membro da Academia Piauiense de Letras.

como novo Arcebispo da Arquidiocese de Teresina. Monsenhor Chaves, nomeado Vigário Capitular para dirigir a Arquidiocese quando da morte de Dom Severino, recorda como os padres ficaram contentes com a chegada do novo Arcebispo ao Piauí, pois eles desejavam um bispo que trouxesse mudanças e que não fosse apenas uma continuidade ao governo do Dom Severino.

Na época dessa entrevista, aos oitenta e oito anos de idade, sua memória era como um álbum de fotografias de tempos diferentes, marcado de momentos sem preocupação com a sua continuidade. As reminiscências chegavam como ondas que vem e vão misturando os tempos, as lembranças e os acontecimentos.

Monsenhor Chaves lembra da Igreja Católica, quando da chegada de Dom Avelar ao Piauí:

Ele mudou totalmente as coisas aqui no Piauí, em matéria religiosa, no sentido de ação. Porque a religião é sempre a mesma, mas o modo de agir às vezes muda muito. Ele achou que a situação do Piauí era uma situação que estava muito atrasada em matéria de ação social e entrou por esse lado. Favoreceu os mais pobres, os promoveu, para eles poderem aceitar a religião. Fez isso através de pregações, quando o MEB que era pra educação do povo, era um trabalho de rádio levando escola para o povo. Eram rádios cativos, aqueles radiozinhos. Os caboclos só pegavam a pioneira para seguir as aulas. Quando as coisas estavam nesse ponto houve uma efervescência no país, a propaganda do movimento comunista tava muito grande no país todo. Então fundaram, começaram a fundação aqui, das ligas camponesas. Dom Avelar achou que devia, que tava na hora de se entrar também no campo, não só para modificar o que estava no campo, que era as classes dos proprietários de terra que eram muito tradicionais. Eles queriam que aqui continuasse a mesma coisa, e não podia ser porque havia muita injustiça. E os comunistas queriam ao modo deles, com violência, tomando as coisas. Dom Avelar não queria não, queria que fosse uma coisa dialogando, mostrando um pouco de como devia ser. Ele então fundou aqui, conseguiu reunir um grupo de matutos do interior e foram dados uns cursos, para eles em Teresina e eles começaram trabalhando. Trabalhando sob a direção do Dr. Manoel Emílio. Aí veio a revolução de 64 e nos pegou em pleno movimento no campo e o movimento (Movimento dos Militares) achou que aquilo era também uma espécie de ajuda ao comunismo, porque nós não estamos com eles. Então desfacelaram o movimento, prenderam os caboclos, fizeram perseguição. Dr. Manoel Emílio também foi preso. Foi uma hora muito complicada, mas felizmente a coisa passou. Dom Avelar ainda

ficou um bom tempo, depois foi transferido para a Bahia e veio Dom José.<sup>84</sup>

Para Monsenhor Chaves as novas atividades pastorais e sociais adotadas pelo novo arcebispo representaram ações que ajudaram a mudar as feições da Igreja Católica no Piauí tornando-a mais próxima do povo com ações que visavam a melhoria das condições de vida da população.

O clérigo relata as atividades desenvolvidas pela Igreja que tiveram maior repercussão no meio social, como as atividades de ação social na periferia de Teresina e no interior da Arquidiocese com a Educação de Base e a Sindicalização Rural.

Para Manoel Emílio<sup>85</sup>, a promoção do trabalhador do campo era entendida pela Igreja como fundamental para as reformas no país, especificamente a reforma agrária. Dessa forma, a base para o movimento rural era o sindicato e, portanto, era necessário formar lideranças capazes. O tempo de duração do trabalho de Sindicalização Rural foi breve: de 1962 até o início de 1964, antes de os militares chegarem ao poder, porque, com a instalação do regime militar, toda a atividade no campo foi desarticulada. Entretanto as inimizades geradas entre esse setor da Igreja e os proprietários rurais, por motivos de incompatibilidade de opiniões e ações, perduraram por todo o período do trabalho de sindicalização rural e se estenderam por muito mais tempo.

Em 22 de dezembro de 1963, o *Jornal Folha da Manhã* registrou que “[...] Teresina viveu horas de intenso movimento com a visita do chefe da nação”. Na ocasião, o Presidente João Goulart, em visita ao Piauí, convidou o arcebispo de Teresina para vir de carona com a comitiva presidencial. Dom Avelar que estava

<sup>84</sup> CHAVES, Raimundo Joaquim Ferreira. *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, abr. 1998 p.2.

<sup>85</sup> OLIVEIRA, Manoel Emílio Burlamaque. *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, mar. 1998.

retornando do Concílio, em Roma, e já se preparava para passar o Natal fora da sua Arquidiocese, por não conseguir nenhum vôo para Teresina. Assim achou o convite oportuno.

Monsenhor Chaves relembra os comentários que a elite conservadora fez ao ver o Arcebispo chegar a Teresina com o Presidente, pois para os conservadores aquilo era a confirmação das suas suspeitas.

O Dom Avelar, ele, naquele tempo se polarizava essas coisas, ou era direita ou era esquerda. Dom Avelar era tido como esquerdista. Ele não era esquerdista, ele era um homem que queria modificar as coisas que estavam erradas, que estavam em crise. Mas não comungava com o conservadorismo aqui, nosso, da cidade, de nossas elites. Eles até olhavam para ele com certa desconfiança. Então um dia Dom Avelar me surpreendeu. João Goulart veio aqui em Teresina, e eu fui receber o Dom Avelar que devia vir no avião e me surpreendi quando Dom Avelar chegou no avião do Presidente. Ele chegou com João Goulart, aí a turma do outro lado atacou: Não estou dizendo, o homem é do lado esquerdo mesmo. Mas não era, a questão é que ele foi convidado para vir no avião do Presidente. Era o Presidente da República e então ele veio aproveitando a carona. Mas ele não tinha nada com João Goulart, Mas foi uma hora muito ruim, ele sofreu muito aqui. Quiseram até prendê-lo, aqui só não foi preso porque nesta ocasião comandava a Guarnição Federal aqui, um homem, o Coronel Façanha. Aparentemente era uma figura assim, um homem rude, mas não era não. Ele era um homem muito sério, muito assim, que sabia o que queria, e moderado. Ele não queria perseguição, nem nada. Ele aparou muita coisa, mas o serviço no campo foi destruído, nunca mais se pode refazer. [...] Teve muitos que foram pedir ao coronel Façanha a prisão de Dom Avelar, mas o coronel disse que não era possível, ele era um homem profissional e disse que não tinha motivo, que ele não tinha feito nada contra as leis do país. Não concordava com aquilo que os militares queriam, mas isso não era significativo pra dizer que ele era contra o país. Ele era um patriota.<sup>86</sup>

Percebe-se como o desencadear de um trabalho de promoção humana pode despertar tantas querelas, mesmo que seja destinado a uma das categorias mais exploradas – trabalhadores rurais: explorados nos seus direitos e desrespeitados na sua dignidade, não somente no Piauí, como em todo o país.

---

<sup>86</sup> CHAVES, Raimundo Joaquim Ferreira. *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, abr. 1998.



Os conflitos que naquele tempo envolviam a questão da terra foram caracterizados por muita violência, inviabilizando qualquer tentativa de diálogo entre proprietários e posseiros, pois, para os proprietários de terras, devia prevalecer o direito da grande propriedade particular, sem considerar os direitos dos que não possuíam nenhuma gleba de terra de onde pudessem retirar o sustento.

Sobre essas questões, Simplício Mendes <sup>87</sup> defende que a educação no campo devia orientar o trabalhador para uma convivência harmoniosa, respeitando os costumes e as tradições do meio rural. Isso significa que um trabalho de conscientização, que fizesse os camponeses perceberem o quanto estavam subjugados pelos proprietários, seria no mínimo “conluio” com os comunistas e nunca poderia ser considerado como um trabalho de evangelização, de promoção do homem do campo. Percebe-se, em meio às elites, a permanência de uma visão tradicional de religião e de Igreja, isto é, atrelada às ideologias das camadas abastadas da sociedade. Deste modo a Igreja Católica teve a sua imagem associada ao comunismo pelas elites e por um grupo católico mais conservador, pois o discurso e a prática social em defesa dos oprimidos coincidiram com aquela defendida pelos grupos de esquerda do país. Vale ressaltar que depois do golpe de 1964, opor-se ao governo era declarar-se a favor dos comunistas, representando, assim, um perigo para a nação.

No Piauí, o trabalho social promovido pela Igreja Católica foi inspirado nas determinações do Concílio Vaticano II motivando, assim, o trabalho do MEB com a implantando da Rádio Pioneira e das escolas radiofônicas, veículo de comunicação pelo qual os assessores orientavam as comunidades na organização e no trabalho

---

<sup>87</sup> MENDES, Simplício de Sousa. Demagogia Revolucionária. *Folha da Manhã*, Coluna Televisão, Teresina, ano VI, n.1601, 10 de set. 1963. p.2.

de alfabetização. Aquela ação impulsionou a sindicalização rural, em parceria com o MEB, a prestar um relevante serviço de assistência técnica e jurídica ao trabalhador.

Sobre Movimento de Educação de Base, Monsenhor Isaac relata:

[...] Dom Avelar foi, eu sempre digo, foi um bispo profeta porque viveu intensamente, tensamente essa transformação sócio-cultural do Brasil, e então, ele trouxe para o Piauí o Movimento de Educação de Base. O Movimento de Educação de Base ele foi implantado em todas as paróquias do interior e ele visava, assim realmente o que nós estamos chamando de cidadania, e para muita gente é coisa nova, invenção nova, uma descoberta nova, mas toda pregação do MEB era exatamente de cidadania, formar um cidadão, quer dizer na sua amplitude, na sua integralidade. Então esse movimento é claro, visava uma educação de escola, alfabetização para se conhecer melhor a realidade brasileira, colocar um jornal na mão do povo, povo do interior. E ao mesmo tempo em que as pessoas se alfabetizavam iam pra escola, iam conhecendo aquilo que realmente são os seus direitos, direitos e deveres sociais, o seu trabalho na comunidade, e é por isso que esse nome é bem assim aplicado, Educação de Base. Hoje quando eu ouço a palavra cidadania como se fosse, assim, uma descoberta agora de poucos anos, eu sinto, experimento que nada mais é do que, vamos dizer um pouco mais de aprofundamento daquilo que de fato foi implantado há anos atrás na década de 60, 70, com o nome de Educação de Base, Movimento de Educação de Base. E é claro que todo esse movimento de cidadania ajuda cada vez mais a pessoa a tomar consciência de seus valores, da sua responsabilidade, da sua vida de comunidade, sentir-se, assim, mais responsabilizado pelo país. O país é de todos nós, todos nós somos igualmente responsáveis, não é só o governo federal, mas todos nós na medida em que nos compreendemos que somos cidadãos, todos nós temos essa dimensão, essa responsabilidade pelo bem estar e o progresso do nosso país, tanto o progresso político como o progresso religioso, a consciência de que nós somos cidadãos.<sup>88</sup>

Para os contemporâneos de Dom Avelar, dentre eles Monsenhor Isaac, o arcebispo teria vivido intensamente, enraizado na realidade do seu tempo, sentindo os anseios e as necessidades do povo, propondo alternativas no sentido de contribuir com a melhoria das condições de vida da população pobre e sem assistência.

---

<sup>88</sup> VILARINHO, Monsenhor Isaac José. *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, abr. 1998.

Tanto o MEB quanto a Sindicalização Rural foram movimentos de ação da Arquidiocese destinados a prestar uma orientação às comunidades rurais, enquanto os movimentos da Ação Católica, com exceção da JAC, mobilizaram os jovens das zonas urbanas.

A JAC foi um movimento que visava a organização e a permanência dos jovens no campo, possuía uma organização em nível nacional e teve um núcleo no Piauí, do qual Monsenhor Isaac foi um dos coordenadores arquidiocesanos. O clérigo chegou a participar de alguns encontros nacionais.

A JUC tinha seu núcleo na FAFI (Faculdade Católica de Filosofia) <sup>89</sup>, que se articulava, enquanto movimento estudantil universitário, com as outras faculdades na realização de eventos, palestras, festas, encontros e manifestações. A articulação estadual ou federal envolvia todos os níveis de organizações estudantis, secundaristas e universitárias <sup>90</sup>.

O movimento estudantil do Piauí contribuiu na década de sessenta para a implantação da Universidade Federal do Piauí, articulando os estudantes em prol daquele objetivo, mantendo contatos e fazendo reivindicações junto às autoridades federais e estaduais ao mesmo tempo em que representantes da UEE (União Estadual de Estudantes) participavam de encontros das entidades estudantis em nível nacional. Numa dessas viagens, Egídio Mota, vice-presidente da UEE e membro fundador do Comitê Pro-Universidade do Piauí, manteve contato no estado da Guanabara com autoridades federais, fazendo na ocasião justas reivindicações para os estudantes universitários. Em documento enviado a UEE ele antecipava as novidades dizendo:

---

<sup>89</sup> A FAFI – Faculdade de Filosofia foi fundada por Dom Avelar Brandão Vilela em 1958.

<sup>90</sup> O DIA. Teresina, n.1156, 26 de Jan. 1964. p. 3. (Coluna Universitária).

[...] O Conselho Ordinário da UNE encampou o movimento Pró-Universidade do Piauí, telegrafando neste sentido aos Srs. Presidente da República, Governador Petrônio Portela e Ministro da Educação e Cultura, adiantando que a semana em prol da nossa Universidade Federal a se realizar no próximo mês de fevereiro contará com as presenças de diversos Diretórios da UNE, de vários UEES e do próprio Ministro da Educação.

Como saldo positivo desta viagem Mota conseguiu do Presidente da CASES para a UEE do Piauí, um moderno restaurante para a universidade, fazendo igualmente um convênio com a SAPS para a permanente manutenção no referido restaurante.

Mota ainda recebeu um milhão de cruzeiros destinado á UEE no Orçamento Financeiro da União exercício do ano próximo findo.

Mota diz que causa uma justa revolta a forma desigual como são tratados os estudantes dos estados do Piauí e do Maranhão, aonde as escolas não dispõem do mínimo, ao menos para não fecharem as portas.<sup>91</sup>

O Jornal *O Dia* de fevereiro de 1964 registrou que a idéia da criação de uma Universidade que ganhava corpo no Piauí partiu dos próprios universitários que ao darem a sugestão foram logo “[...] empolgando o professorado, os intelectuais, o governo estadual, os líderes do comércio e da indústria”.<sup>92</sup> Depois de disseminada a idéia os estudantes persistiram nas reivindicações juntamente com as autoridades locais e federais, no entanto com o Golpe Militar o processo foi lento, somente se concretizando em 1970.

Mas se o projeto de criação da Universidade chegou a se concretizar embora tardiamente, o mesmo não se pode dizer dos movimentos sociais, principalmente daquele incentivados pela Igreja Católica que são objetos desta pesquisa. Os movimentos vinculados à Igreja, de caráter mais educativo e politizador, foram extintos ou mudaram seu caráter depois do Golpe de 64.

---

<sup>91</sup> Ibidem.

<sup>92</sup> O Dia. Universidade no Piauí. Teresina, ano XIV, n. 1174, 21 fev. 1964. p. 2.

## 2 FRAGMENTOS DE UMA MEMÓRIA OCULTA: as vozes dos atores sociais perseguidos pela Ditadura Militar.

[...] Olhe é o seguinte, eu posso lhe dizer que teve uma época a ditadura fechou tanto a possibilidade de se trabalhar que a Igreja era o chapéu institucional, era o guarda chuva para muitas correntes de pensamento [...].<sup>93</sup>

Quando comecei a construir esta narrativa, lembrei o início da pesquisa, quando, ainda na graduação, ouvi de algumas pessoas, inclusive de um dos possíveis entrevistados, a afirmação de que não se encontraria nada sobre o período da repressão, no Piauí, porque simplesmente não teria havido no Estado nenhuma manifestação contrária ao Governo dos Militares. Tudo permanecera sem alteração, mesmo o Governo do Estado continuara como antes. A esses comentários se acrescentariam outros confirmando que não teria existido nenhum grupo organizado, com alguma expressão, mas apenas uma extensão do que já havia em nível nacional, nada que tivesse uma característica própria do Estado.<sup>94</sup>

Mesmo diante dessa leitura prévia sobre o período (1964 - 1970), decidi buscar informações no universo da memória coletiva, pois não me propunha apenas encontrar fatos que tivessem ficado registrado nos jornais da época ou ganhado alguma notoriedade. Buscava capturar os fragmentos de memórias de pessoas que vivenciaram algum tipo de repressão naquele período e saber como aqueles acontecimentos repercutiram em suas vidas posteriormente.

---

<sup>93</sup> SOARES, João Gualberto dos Santos. *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, abr. 1998.

<sup>94</sup> RIBEIRO, Pedro. *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, abr. 1998. Nasceu em Guadalupe-PI aos 14 de fevereiro de 1931. cursou o Científico no Liceu Piauiense. Em 1952 ingressou na Faculdade de Direito concluindo sua formação em 1956. Em 1958, com a criação da Faculdade de Filosofia, cursou História e Geografia. Fundou o Colégio Eurípides de Aguiar do qual foi diretor. Foi professor do Colégio Liceu, da Escola Normal e do Colégio das Irmãs de Santa Catarina de Sena. Trabalhou no IBGE e no IAPE (Instituto de Aposentadoria e Pensão da Indústria). Ao ser aprovado em concurso, foi residir em Brasília onde também começou a dar aulas de História do Brasil em faculdade naquela capital. É autor de vários livros de Literatura Piauiense.

O primeiro contato para entrevista que fiz foi com João Gualberto<sup>95</sup>, a partir das informações oferecidas por ele, abriu-se um leque de outras informações e várias possibilidades de contatos com outros possíveis entrevistados. Então, os contatos com as outras pessoas foram sendo feitos por intermédio ou indicação dos próprios entrevistados. Quando entrevistava alguém, este já apontava uma lista de nomes de outras pessoas que teriam participado dos movimentos da Ação Católica e poderiam oferecer informações sobre a época. Dessa forma, foram sendo feitos contactos com a grande maioria dos indicados para entrevistas.

Fui percebendo que essas indicações ajudavam muito na aproximação com os outros depoentes, fator que facilitou muito para que houvesse uma maior abertura e disponibilidade daquelas pessoas para que falassem sobre sua experiência de vida naquela época.

Entretanto, lembro de um dos entrevistados que demonstrou certa indisposição para a entrevista e, quando se dispôs a falar, depois de muitas tentativas, faltava apenas um mês para a conclusão da monografia de final de curso. A conversa foi rápida, porém o tempo pareceu uma eternidade, pois naquela entrevista, o depoente parecia querer evitar o encontro com o passado. Acredito que o fez muito mais por minha insistência do que por vontade própria. As respostas às perguntas muitas vezes eram monossilábicas ou com frases curtas e rápidas. Meu sentimento foi de desapontamento, de constrangimento por estar forçando uma

---

<sup>95</sup> SOARES, João Gualberto dos Santos. Depoimento concedido á Maria do Amparo Alves de Carvalho. Teresina, ago. 1997. Sua indicação para essa entrevista foi dada por Rosângela Amorim, amiga de turma desta pesquisadora na graduação e que naquela época coordenava a CPT (Comissão Pastoral da Terra) Estadual. Gualberto nasceu na cidade de Caxias-Maranhão em 12 de julho de 1944 e foi membro da JOC na década de sessenta. Em 1997, época da entrevista, ele integrava a equipe administrativa do CEPAC (Centro Piauiense de Ação Cultural). Em 1964 quando o movimento foi desarticulado pela ação dos militares sua militância foi interrompida, mas renasceu em 1968, com a mobilização da juventude da zona sul de Teresina, após a chegada de padres italianos que fixaram residência no bairro Parque Piauí.

situação que exigia de uma pessoa falar e expressar opiniões e sentimentos que a magoaram tanto e que o tempo não conseguira apagar.

Muitas pessoas apontadas pelos entrevistados e que também tiveram participação significativa na década de sessenta não foram contatadas, deixando dessa forma algumas lacunas; por outro lado abriram-se possibilidades de continuidade da pesquisa em outra ocasião, inclusive por outras pessoas interessadas nesta temática.

As pessoas entrevistadas foram professores, intelectuais, padres, funcionários públicos, advogados, militantes políticos, economistas. Pessoas que tinham algo em comum, vez que na década de sessenta participaram dos movimentos de promoção social, patrocinado pela Arquidiocese de Teresina, pessoas que estavam envolvidas com a Sindicalização Rural, com o MEB e com os movimentos da Ação Católica, cujo núcleo mais significativo estava na FAFI, pois de lá saíam lideranças para outros movimentos. A maior parte das entrevistas foi realizada nas próprias residências dos entrevistados, tornando, dessa forma, a relação mais próxima. Outras aconteceram nos locais de trabalho.

Quando comecei as entrevistas, percebi o quanto me identificava com a história de vida daquelas pessoas, pois também vinha de uma participação ativa nas comunidades Eclesiais de Base (Cebbs) desde a segunda metade da década de 80, em Fortaleza, onde as Cebbs se configuravam como um movimento bastante organizado e atuante na formação eclesial e política das comunidades populares.

Aqui, é interessante relembrar Halbwachs<sup>96</sup> quando de suas reflexões sobre a memória coletiva. Para ele a memória pode ser adquirida de outrem que, devido à influência e à repercussão de determinados acontecimentos na vida das

---

<sup>96</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo; Vértice. Editora Revista dos Tribunais, 1990.

peessoas, passaram a absorver aquelas vivências como se as tivesse experimentado, e, no entanto, elas foram adquiridas de outras pessoas e esses indivíduos as identificam como suas.

Optei por esse objeto de pesquisa motivada pelo desejo de tornar conhecida a história de vida de pessoas que se comprometeram profundamente ao se envolverem com o trabalho desenvolvido pela Igreja Católica, por acreditarem estar prestando um serviço social a diversas comunidades e, no entanto foram confundidas pelos militares como agentes do comunismo, por haver em ambos os projetos sociais uma convergência de idéias e ações em benefício da população.

Ao ouvir aquelas pessoas fui percebendo o quanto as experiências vividas por elas no pós-64 tinham deixado marcas profundas em suas vidas. Algumas se emocionaram tanto que não controlaram o choro ao lembrarem momentos para elas tão difíceis. A professora Palmira<sup>97</sup> foi uma dessas pessoas que se emocionou e chorou ao lembrar as incompreensões sofridas em relação ao trabalho que desenvolvia no MEB, as pressões, à vigilância dos militares e muitas vezes ao descobrir que pessoas que ela considerava como amigas, não passavam de espões infiltrados na rádio e no trabalho para gravar tudo que fosse veiculado pelas professoras através da Rádio Pioneira. Ela lembra quando a Polícia Federal apreendeu o material de suas aulas e a levou para a DOPS, a fim de que prestasse àquele departamento os devidos esclarecimentos.

---

<sup>97</sup> SOARES, Palmira Luzia. Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho. Teresina, set. 1997. Palmira é natural de Palmeirais, nasceu em 07 de dezembro de 1924. Trabalhou como professora primária, formada pelo Instituto de Educação Antonino Freire. Foi professora do MEB de 1962 a 1973, assumindo as aulas radiofônicas. Kursou licenciatura em História e Pedagogia e especializou-se em Planejamento Educacional pela Universidade Federal do Piauí.



Uma das entrevistas mais comoventes foi a do Padre Carvalho <sup>98</sup>, pessoa de profunda sensibilidade, pacífico, simpático e afetuoso. Aos sessenta e sete anos, já com a saúde fragilizada, recebeu-me em sua casa, no bairro Horto Florestal. Ao relembrar os fatos do passado e principalmente a sua prisão, a sensibilidade aflorou, o choro foi incontrolável, mas percebia como ele gostava de relembrar o trabalho que havia desenvolvido junto à Juventude Operária no Piauí, mas considerava que sua saúde foi se fragilizando desde aquela época.

Ao se dispor a entrevistar pessoas, pode-se deparar com algumas surpresas, como a indisposição da pessoa para ser entrevistada, pois como diz Peter Burke <sup>99</sup> “[...] o historiador é alguém que quer lembrar de acontecimentos que os outros querem esquecer [...]”. Duas pessoas manifestaram um certo receio, talvez por não querer relembrar momentos e episódios que, além de trazerem marcas do passado, ainda permaneciam presentes principalmente pelas suas conseqüências, quando comprometiam, de certa forma, suas vidas, tanto no aspecto pessoal quanto no profissional. Considerando, de certa forma, as experiências dessas pessoas, naquele momento, pode-se compreender esse tipo de comportamento de quem foi preso ou sofreu algum tipo de repressão.

---

<sup>98</sup> CARVALHO, Francisco das Chagas. Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho. Teresina, nov. 1997. É natural da cidade de Batalha, Piauí. Fez seus estudos em Belo Horizonte e Recife. Foi primeiro vigário da Paróquia da Vila Operária e depois assumiu a Paróquia de Nossa Senhora de Lourdes, no bairro Vermelha ambas na Cidade de Teresina. Foi nomeado por Dom Avelar assistente da JOC, da qual foi militante e mentor do seu primeiro núcleo em Teresina. Sua militância ultrapassou os limites da Juventude Operária Católica, pois as organizações operárias, tanto da cidade como do interior, e até mesmo dos estados vizinhos como Ceará e Maranhão, convidavam-no para prestar assessoria às organizações, fossem elas Sindicatos ou Círculos Operários. Em Teresina foi Presidente dos Círculos Operários. Teve participação em vários encontros nacionais sobre a questão trabalhista e operária. Apoiou o movimento de reivindicação salarial dos militares em Teresina em 1963. Apoiou e participou da organização dos trabalhadores rurais no Piauí e da passeata pelas reformas. Por sua militância intensiva, foi considerado pelos militares em 1964 como um elemento subversivo e, por essa razão, recebeu prisão domiciliar por 45 dias sem licença nem para celebrar. A prisão domiciliar só ocorreu depois da interferência de Dom Avelar e de Teotônio Vilela, irmão do Arcebispo e Senador da República, pois os militares queriam prendê-lo no quartel.

<sup>99</sup> BURKE, Peter. A história como memória social. In: *O mundo como teatro: estudos de antropologia histórica*. Lisboa: Difel, 1992. p. 250. (Coleção Memória e Sociedade).

Algumas pessoas também lembraram os acontecimentos de forma entusiástica, mesmo tendo sido presas ou apenas sofrido algum tipo de repressão, demonstrando superação daquele momento, um certo equilíbrio e convicção por sentir ter cumprido seu papel social naquele momento histórico. Foi assim a entrevista com Antonio José Medeiros<sup>100</sup>, realizada na sua residência, depois de algumas conversas por telefone e pessoalmente. Houve uma empatia recíproca, sua disponibilidade, seu entusiasmo, sua liberdade e sua beleza interior eram elementos sempre recorrentes. Sua aparência era a de um vencedor. A entrevista foi marcada para a sua residência, no bairro Cristo Rei, foi lá onde o intelectual escolheu uma área da casa onde não seríamos incomodados. Ali gravamos o seu depoimento, acompanhado por uma orquestra natural de passarinhos que habitavam as árvores do seu jardim.

Ele contou que começou a participar do movimento estudantil muito jovem, aos 16 anos de idade e, entre os anos de 1964-70, foi preso por três vezes. Para ele, depois de seu envolvimento nos acontecimentos que decorreram da sua terceira prisão, começou a enfrentar muitas dificuldades para poder concluir seu curso universitário, pois os militares queriam impedi-lo de freqüentar a faculdade por considerá-lo como elemento subversivo. Contou que os militares em Teresina só não fizeram isso graças à coragem do Padre Raimundo José, que na época era o diretor da Faculdade de Filosofia e não permitiu que os militares fizessem qualquer interferência no sentido de impedir algum aluno de estudar.

---

<sup>100</sup> MEDEIOS, Antonio José de Castelo Branco. Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho. Teresina, Set. 1997. Filho da cidade de União, Piauí. Na época em que o entrevistei, estava com 47 anos. Aos 14 anos, entrou para o seminário em Teresina, para se formar padre, depois foi transferido para o Seminário de Fortaleza, onde viveu a efervescência das novidades do Concílio Vaticano II. Ao retornar a Teresina, como aluno da FAFI, integrou a equipe que se considerava esquerda católica responsável pela mobilização estudantil dentro da Faculdade e pela comissão de liturgia. Participou do congresso da UNE em Ibiúna, São Paulo, quando centenas de estudantes foram presas. Somente entre os anos de 1964-1970 foi preso por três vezes. Em Teresina esteve sempre vinculado aos movimentos sociais, à criação do Partido dos Trabalhadores e à fundação do CEPAC (Centro Piauiense de Ação Cultural).

Padre Raimundo José <sup>101</sup>, na época da entrevista com sessenta e cinco anos, dividia o seu tempo entre as atividades na capelinha próxima à sua residência, no bairro Tabuleta, e os cuidados com a sua biblioteca particular, além de atender aos chamados dos grupos da Arquidiocese para encontros de espiritualidade ou outras formações.

Para o padre Raimundo José, depois da implantação do regime militar, houve momentos muito tensos dentro da Faculdade de Filosofia, sobretudo quando em 1969 foram presos vários estudantes da FAFI. Ele e o professor Diogo acreditavam que agiram de acordo com suas consciências, mesmo envolvendo-se em conflitos e desentendimentos com os militares.

Em todos os entrevistados, mesmo os que demonstraram algum sutil receio em falar sobre aquele momento, percebe-se o esforço de colaboração e graças a todos e todas é que se tornou possível a construção desta história, conhecida a partir de suas falas, das percepções e das motivações que os envolveram.

O trabalho de Sindicalização Rural foi iniciado na Arquidiocese de Teresina no ano de 1962, quando Dom Avelar decidiu convidar o advogado Manoel Emílio para participar de um curso denominado “Curso para o Mundo Melhor”. O curso era realizado em Natal-Rio Grande do Norte, mas em maio de 1962 foi

---

<sup>101</sup> SOARES, Pe. Raimundo José Airesmorais. *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, Abr. 1998. Nasceu em 30 de março de 1933. Fez seus primeiros estudos em São Pedro do Piauí, sua terra natal. No Seminário Menor de Teresina fez o Curso de Humanidades. Em Olinda-Pernambuco cursou Filosofia e depois dando continuidade aos seus estudos fez Teologia e Bíblia na Pontifícia Universidade Gregoriana em Roma e Teologia Pastoral no Canadá, na Universidade de Montreal. Em Teresina foi assistente da JEC e diretor da Faculdade Católica de Filosofia (FAFI). Quando foi fundada a Universidade do Piauí, os diretores das faculdades teriam direito garantido como membro do Conselho Diretor da Universidade, mas o seu nome não foi aceito pelo governo por ser considerado uma pessoa que não comungava com os ideais do regime militar. Na Universidade, integrou o quadro dos professores do Curso de Filosofia. Foi vigário na Igreja de Nossa Senhora das Dores, coordenou a Pastoral da Arquidiocese de Teresina, a Regional Nordeste IV. Foi assessor da CNBB por sete anos, diretor do Instituto Nacional de Pastoral, participou da Conferência Episcopal Latino-americana em 1968, na cidade de Medellín-Colômbia. Foi assessor do Sínodo para a família e autor de vários artigos publicados na Imprensa.

realizado três desses cursos em Teresina para três categorias diferentes. Os ministrantes, que permaneceram nesta capital por nove dias, integravam a Equipe Nacional do “Movimento por um Mundo Melhor” tendo sido assessorada pelo Arcebispo Dom Avelar, pelos Padres Raimundo Melo e Raimundo José Airesmoraes e pelo advogado Manoel Emílio Burlamaque de Oliveira.

No curso para as religiosas, a participação foi de setenta pessoas. Na categoria estudante secundarista, foram cento e quarenta jovens, e, no curso para os adultos, cento e oitenta participantes, perfazendo um total de trezentos e noventa pessoas. O curso com duração mínima de quatro dias e previsão de oitenta cursistas por dia, vindos de todas as paróquias da Arquidiocese, tinha como principal objetivo preparar as lideranças cristãs para o trabalho comunitário a partir do conhecimento da realidade social e política, possibilitando que as pessoas tomassem consciência da sua missão de cristão na transformação da realidade do povo empobrecido e marginalizado.

Manoel Emílio <sup>102</sup> fala sobre seu ingresso no trabalho da Ação Social Arquidiocesana, lembrando que, a partir daquele curso, ele sofreu um processo de conversão e, motivado por essa nova experiência interior, resolveu aceitar o convite

---

<sup>102</sup> OLIVEIRA, Manoel Emílio Burlamaque. *Depoimento concedido à Maria doa Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, mar. 1998. Natural de Teresina, aos sessenta e quatro anos, além de advogado é técnico em desenvolvimento econômico. Na década de sessenta foi convidado por Dom Avelar para assessorar o trabalho nos sindicatos rurais. Depois de sua participação naquele curso, considera que sofreu um processo de conversão. Foi assessor e coordenador do Movimento de Sindicalização Rural do Piauí em contraposição ao movimento das Ligas Camponesas de Francisco Julião. Seu trabalho era o de formar lideranças sindicais com o objetivo de organizar sindicatos de inspiração cristã, a que ele daria assistência. Os sindicatos assessorados pela Igreja Católica foram perseguidos e destruídos no pós-64. Manoel Emílio, naquela época, tinha sido nomeado por Dom Avelar para assumir, também, a Secretaria de Planejamento da Mitra-Arquidiocesana; foi Secretário de Planejamento da antiga CODESE (Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado); trabalhou durante quatro anos na Barragem de Boa Esperança fazendo recenseamento e organizando comunidades; coordenou por quinze anos os trabalhos de colonização e assentamento de famílias no Alto Turi; assumiu a Secretária de Agricultura na Prefeitura de Teresina no segundo Governo de Wall Ferraz; presidiu a FUNABEM por alguns meses e junto à CONDESVALE, no Vale São Francisco, na condição de coordenador, realizou assentamento de imigrantes. Ao regressar para Teresina, assumiu a Secretaria de Indústria e Comércio no terceiro Governo de Wall Ferraz e Francisco Gerardo. No período em que o entrevistei estava coordenando a implantação das administrações regionais na cidade de Teresina.

de Dom Avelar para colaborar na promoção do trabalhador rural. Na época a Igreja Católica entendia como fundamental o trabalho no campo para a realização das chamadas reformas no país, e nesse caso, especificamente, a Reforma Agrária.

Para a instituição eclesiástica, a organização do sindicato seria a base do movimento rural, o principal mecanismo de luta dos camponeses. E organizar sindicato de inspiração cristã e de acordo com a legislação brasileira era, também, uma forma de fazer frente e se contrapor ao movimento às “Ligas Camponeses” de Francisco Julião, movimento que a Igreja considerava ligado ao “comunismo” e que não obedecia à legislação brasileira. Diante dessa realidade o Arcebispo de Teresina em sintonia com os bispos do Nordeste resolveu incentivar e apoiar a organização dos sindicatos rurais. Sobre o trabalho desenvolvido no Piauí, Manoel Emílio afirma:

Eu aceitei a incumbência de Dom Avelar e iniciei o processo de Sindicalização Rural; movimento, com a formação de liderança do meio rural. Essas lideranças eram, em grande parte, indicadas pelos párocos, pelos vigários nos municípios do interior. Nós propiciávamos cursos de duração mínima de dez dias para essas lideranças, onde era abordado o sindicalismo, cooperativismo, a doutrina social da Igreja e outras matérias que diziam respeito a formação do trabalhador rural. E, a partir daí, essas lideranças se encarregavam de propagar idéias do sindicato, da organização social. E, uma vez essa idéia propagada, nós fazíamos reuniões no interior, nos municípios e, às vezes, até em propriedades particulares no sentido de que fosse fundado um sindicato. Criado o sindicato, nós prestávamos assistência advocatícia, não apenas na organização, mas no sentido de defender os agricultores de todas as pressões. Bom, de tudo que era feito contra eles por parte do proprietário rural, do latifundiário que nunca aceitou essa idéia.<sup>103</sup>

Para Manoel Emílio, a sua experiência com a ação social no campo representava mais do que uma assessoria técnica, mas uma missão que nenhum cristão deveria se esquivar depois de ter passado por um processo de conversão. A orientação da Igreja naquele momento era a de que o cristão leigo assumisse sua

---

<sup>103</sup> OLIVEIRA, Manoel Emílio Burlamaque. Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho. Teresina, Mar. 1998.

missão no mundo a fim de transformar as situações de injustiças. Acreditava também que a evangelização só aconteceria, em algumas circunstâncias, se fosse acompanhada pela educação e promoção social dos grupos marginalizados.

A formação das lideranças rurais objetivava que o próprio trabalhador rural se tornasse capaz de liderar o movimento no campo, reivindicando melhores condições de vida e de trabalho, como também proporcionasse uma maior assistência às comunidades camponesas, principalmente em relação à educação e à saúde. Para a Igreja era fundamental que o pobre entendido como esse novo sujeito que passou a ter uma atuação mais efetiva nos movimentos sociais e eclesiais a partir das décadas de 50 e 60, fosse o protagonista da sua própria libertação das situações de pobreza e injustiça em que se encontrava.

Assim, a presença de um advogado como assessor dos sindicatos era uma forma de assegurar algumas conquistas e principalmente o direito de organização coletiva, mas também não deixava de ser uma forma de inibir determinadas práticas criminosas corriqueiras empreendidas por proprietários de terra no Piauí contra os agregados, como a queima de casas e a expulsão da terra. Representava, portanto, um aparato legal com o qual os trabalhadores rurais podiam contar para proteção, esclarecimento no tocante aos seus direitos sobre a propriedade e, principalmente, para apoio no processo de transformação das relações no campo.

A partir das atividades que proporcionavam uma maior conscientização e organização do trabalhador rural, aquelas lideranças assumiram uma postura política diante da realidade sofrida pelo povo do campo, no Piauí. O movimento, que aos poucos foi ganhando visibilidade, foi provocando uma série de tensões e

desentendimentos entre os proprietários de terra, as lideranças dos sindicatos rurais e o Arcebispo de Teresina. Em apenas dois anos, lembra Manoel Emílio:

Foram criados, naquela época, dez sindicatos inicialmente. E o movimento sindical se avolumou a tal ponto que houve uma oposição, digamos violenta, por parte dos proprietários rurais. Esses proprietários se reuniram para numa conversa com Dom Avelar [...] o que foi solicitado a paralisação desse trabalho [...] e Dom Avelar se recusou a ir [...] alegando que a postura da Igreja era a promoção dos desprotegidos, daqueles que não tinham noção nem da própria cidadania.<sup>104</sup>

As tensões eram reveladoras de uma sociedade tradicional que ainda tinha como base de sustentação a grande propriedade e a permanência do latifúndio em nome das tradicionais famílias, insensíveis à situação de pobreza e miséria em que viviam milhares de pessoas, desassistidas pelo poder público e vivendo de forma subserviente à mercê da exploração dos seus patrões.

Com o intuito de aprofundar o estudo e o debate sobre o meio rural piauiense, foi realizado em Teresina, nos dias 12 e 13 de janeiro de 1963, o I Encontro de Trabalhadores Rurais do Piauí.<sup>105</sup> Estiveram presentes os dirigentes sindicais dos municípios de Teresina, União, Regeneração, Angical, Amarante e Campo Maior. Naquela oportunidade o sindicato dos Trabalhadores Rural do Piauí tornou público o pensamento que orientava a luta do homem do campo por sua libertação e promoção. Também fez questão de lembrar às autoridades a sua responsabilidade na promoção do bem comum; aos proprietários de terra, os deveres da justiça social, e aos camponeses, a coragem e a lealdade, a caridade e a justiça, para eles elementos imprescindíveis para que sua luta atingisse a finalidade desejada.

---

<sup>104</sup> OLIVEIRA, Manoel Emílio Burlamaque. Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho. Teresina, Mar. 1998.

<sup>105</sup> O DOMINICAL. *I Encontro de Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Piauí*. Teresina, ano XXVIII, n. 4/63. 27 jan. 1963. p. 1.

No encontro os dirigentes sindicais também estabeleceram algumas normas e propósitos, relacionadas a seguir:

- a) Normas para a Ação Sindical que exigia por parte do proprietário tratamento humano ao camponês e respeito aos seus direitos e deveres;
- b) Fim do trabalho sem remuneração;
- c) Fiscalização pelos sindicatos das formas de pagamento da renda que só teriam aumento na proporção da melhoria da qualidade e quantidade da produção;
- d) Diária mínima a ser estabelecida com base no salário mínimo;
- e) Luta por mais justiça e menos exploração na zona de exploração do coco babaçu;
- f) As leis trabalhistas deveriam ser estendidas ao trabalhador rural e este não poderia ser expulso da terra sem mandato judicial;
- g) Os proprietários de gado deveriam indenizar os prejuízos causados por seus animais;
- h) A polícia só deveria interferir nas relações entre proprietários e lavradores apenas para manter a ordem;
- i) Seriam denunciados todos os casos de coação ao trabalhador para impedi-lo de se associar ao sindicato, pois os sindicatos lutariam para que cada trabalhador tivesse seu pedaço de terra própria;
- j) O agregado ou rendeiro deveria ter a preferência na compra da terra caso fosse vendida a propriedade, como também deveria criar cooperativas mistas como forma de se livrarem da exploração do capital sobre o trabalho;



- k) O MEB deveria consultar previamente o sindicato ao criar as escolas radiofônicas;
- l) Os sindicatos reivindicariam a sua colaboração aos órgãos públicos referentes à agricultura e a colaboração com os estabelecimentos bancários no que dissesse respeito à empréstimos ao lavrador;
- m) A organização lutaria contra a exploração política no meio rural e contra o voto de cabresto, ao mesmo tempo em que denunciaria os administradores públicos que não observassem o bem comum.

Dessa forma, a organização do sindicato naquela realidade do campo, fosse ele de inspiração comunista ou cristã, representava, em curto prazo, uma desagregação, ou mesmo uma ruptura das relações tradicionais existentes no meio rural. O grande proprietário percebeu que a lei deixou de existir apenas para ele aplicá-la a seu modo e que os trabalhadores rurais também poderiam ser beneficiários dela. No entanto, para os proprietários, seria muita ousadia dos camponeses desafiá-los. Talvez por isso foi que os donos de terra recorreram a Dom Avelar no propósito de que ele impedisse a continuidade do movimento, o que não se realizou antes de abril de 1964, quando os militares tomaram o poder e destruíram o trabalho no campo.

Para a Igreja Católica, seus agentes estavam desenvolvendo um tipo de trabalho legítimo, conforme a legislação do país e, no âmbito da Instituição, estavam atendendo aos apelos propostos pelo Concílio Vaticano II, de tornar a Igreja Católica mais comprometida com a situação de marginalização da população empobrecida. Então, para os agentes eclesiais, sua ação naquele tipo de trabalho representava uma missão que deveria contribuir para o processo de libertação das pessoas empobrecidas, que viviam em estado de opressão e exploração no continente latino-

americano, desde o período da colonização. Dessa forma, a Igreja, no Brasil, nutria a consciência de que sua contribuição no processo era indispensável e um dos caminhos era contribuir com a formação do povo para que ele se tornasse sujeito da sua própria história.

A organização do Sindicato Rural, apoiada pela Igreja Católica, proporcionou uma grande mobilização do trabalhador rural no sentido da busca dos seus direitos, como também provocou sérios desentendimentos entre o Arcebispo e os donos de terra. Para os proprietários, esse tipo de organização no campo tinha o objetivo de afrontá-los; para os sindicatos não havia outra forma de conquistar a cidadania no campo que não interferisse nos privilégios da elite e, sobretudo, que não desmontasse o sistema de sujeição imposta, no qual padecia o trabalhador rural. O camponês vivia subjugado às condições que os proprietários determinavam como relembra Manoel Emílio:

[...] havia contratos que eram chamados de agregacia que se determinava as obrigações dos agricultores no sentido de dar dias de trabalho gratuito aos proprietários e no sentido de investimento na terra que eles trabalhavam. Eles não podiam ter, por exemplo, casa de telha, de alvenaria, não podiam ter animais e criação de médio porte, eles não podiam escavar poços, eles não podiam ter plantas frutíferas. Tudo aquilo que pudesse representar numa indenização, no caso de serem postos fora da terra por parte do proprietário.<sup>106</sup>

Havia um nível de sujeição do trabalhador rural aos proprietários de terra que se julgava já ultrapassado. No Piauí, ainda persistia a obrigatoriedade do trabalho compulsório ao proprietário, assim como ainda hoje persiste em alguns lugares o trabalho escravo.

Para o trabalhador não havia possibilidades de melhorar as condições de vida porque qualquer atividade fora da lavoura era proibida, não podia criar animais

---

<sup>106</sup> OLIVEIRA, Manoel Emílio Burlamaque. Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho. Teresina, Mar. 1998.

e nem mesmo melhorar sua habitação. O camponês vivia e trabalhava apenas para a sua subsistência e de sua família, sem maiores perspectivas de vida.

Considerando tais condições do camponês piauiense, o sindicato representava um rompimento da cultura de submissão por meio da organização, da educação política e do acesso do trabalhador a condições de vida mais humanas, com maior liberdade e autonomia. A perspectiva dessas novas possibilidades para o trabalhador seria precursora do desmonte de uma cultura campesina tradicional, onde prevalecia a exploração no campo.

Conforme já se declarou, essa nova realidade que despontava com a criação dos sindicatos desagradou consideravelmente as elites agrárias piauienses, que chegaram a sugerir a Dom Avelar que mandasse suspender aquelas atividades no campo. O Arcebispo, entretanto, teve um posicionamento que contrariou os proprietários, que o tomaram por inimigo e acusaram a organização de conivência com o movimento comunista.

A indisposição dos proprietários rurais com as lideranças sindicais atingiu seu maior nível quando os sindicatos promoveram em sete de setembro de 1963<sup>107</sup> uma passeata pelas reformas no país, destacando com maior ênfase a Reforma Agrária. Faixas clamavam por “Reforma Agrária na lei ou na marra”, slogan comum nas passeatas daquele período.

Para Manoel Emílio, a passeata

Tinha cerca de sete mil pessoas, que vieram a Teresina por conta própria, a pé, de carroça, a cavalo, de qualquer maneira e fizeram uma enorme passeata como uma demonstração de unidade, uma demonstração também, evidentemente da força do Sindicato. Essa passeata, esse movimento teve o apoio do Governador, o então Petrônio Portela e do Prefeito Hugo Bastos, que foi encerrada como um comício monstro na Praça Rio Branco. A partir daí, as pressões,

---

<sup>107</sup> MENDES, Simplicio de Sousa. Confusão demagógica. *O Dia*. Teresina, ano VI n. 1604 p. 2. 1963. (Coluna Televisão).

as expulsões da terra, a queima de casa se intensificou até a revolução de sessenta e quatro.<sup>108</sup>

Pode-se Imaginar a cidade de Teresina, naquele momento, ainda tão pacata, ao perceber a concentração de pessoas do meio rural, expressando tanta indignação e vontade de transformação social. Para aquelas pessoas, a mudança da realidade no campo parecia ser apenas uma questão de tempo, pois as possibilidades já estavam chegando aos poucos e a mobilização era uma demonstração de organização em torno do que desejavam.

Para Monsenhor Chaves<sup>109</sup>, por causa dos acontecimentos, houve por parte dos proprietários, que eram católicos tradicionais, uma condenação velada à Igreja. O momento se revelava tenso, como relata Monsenhor Chaves, ao descrever uma reunião de Dom Avelar com os proprietários de terras:

[...] Então ele fazendo uma reunião lá na casa, no Palácio do Arcebispo, ele reuniu proprietários para ter uma conversa com eles, dialogar. Meu Deus, a coisa pegou fogo, porque alguns agiram, assim com certa, não propriamente com violência, mas com descortesia, com palavreado todo. Ele aceitou aquilo tranqüilamente. Era uma hora muito difícil aquela, os homens estavam muito radicalizados, ninguém queria saber de nada não. Era difícil dialogar com o pessoal naquele tempo.<sup>110</sup>

Os donos de terra não permitiam que uma mínima parcela de seus privilégios fosse estendida aos trabalhadores rurais, não como favor, mas como direito. Ao que nos parece, essa elite agrária desejava com toda a força a permanência das relações sociais arcaicas, que não se encaixavam com a emancipação do trabalhador rural. Deste modo, o diálogo tornou-se impossível entre proprietários de terra e o Arcebispo, como o mentor do sindicalismo. Mesmo naquela

---

<sup>108</sup> OLIVEIRA, Manoel Emílio Burlamaque. Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho. Teresina, Mar. 1998.

<sup>109</sup> CHAVES, Monsenhor Joaquim Raimundo Ferreira. Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho. Teresina, Abril 1998.

<sup>110</sup> CHAVES, Monsenhor Joaquim Raimundo Ferreira. Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho. Teresina, Abril 1998.

conjuntura, de ânimos acirrados, o trabalho no campo perdurou até 1964, antes de os militares tomarem o poder, quando o movimento foi totalmente desarticulado.

Para Manoel Emílio,

Na revolução de sessenta e quatro foi extinto o movimento, foram presas as principais lideranças e nós fomos proibidos de qualquer participação nos movimentos sindicalistas, fosse urbano ou rural; fomos proibidos de falar às rádios; fomos proibidos de escrever aos jornais e de participar de qualquer coisa nesse sentido. Havia um programa que dava apoio a todos esses movimentos que se chamava “Desperta Camponês” que a partir das seis e quinze da manhã, eu falava durante meia hora, através da Rádio Educativa do MEB, para o trabalhador rural. Esse programa foi fundamental nesse movimento.<sup>111</sup>

O relato do advogado esclarece o momento em que sua liberdade de expressão foi cerceada pelos militares, não sendo permitido a ele, depois da prisão, o direito de expressar-se na imprensa escrita ou radiofônica como era de costume. Diariamente, através do programa “Desperta Camponês”, pela Rádio Pioneira de Teresina, proporcionava apoio às atividades no campo e semanalmente escrevia na Coluna “Em Testemunho” do Jornal *O Dominical*, onde relatava as condições de vida do camponês piauiense. Algum tempo depois da sua prisão, ainda em 1964, escreveu para o jornal *o Dominical* explicando e refletindo sobre os motivos da sua prisão.

Sobre as prisões diz ele:

Eu tive preso por doze dias. O Presidente do Sindicato de Teresina foi preso e os presidentes dos sindicatos de Campo Maior, Regeneração, Miguel Alves, União. Em fim, praticamente de todos os municípios foram presos. Alguns demoraram vários dias presos, outros soltos à medida que eram ouvidos. Nós tivemos na época a sorte de que o Major designado para o IPM (Inquérito Policial Militar) foi de Fortaleza, era católico praticante e à medida que ele ouvia essas pessoas que eram presas no interior e remetidas para cá – ficando no 25º BC a maioria ou o total delas – ele liberava essas pessoas. Eu poderia dizer desse pessoal do sindicalismo rural, aqui no Piauí, não houve tortura física, houve uma espécie de tortura

---

<sup>111</sup> OLIVEIRA, Manoel Emílio Burlamaque. Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho. Teresina, Mar. 1998.

mental, pressões, xingamentos e de outras coisas, mas era suportada muita bem por todos nós porque na realidade o movimento era inspirado no cristianismo.<sup>112</sup>

As prisões deixaram muitas pessoas apavoradas, inclusive os padres do interior, que procuravam esconder as lideranças sindicais até no Seminário, na tentativa de livrá-las da prisão. Para os agentes sociais era incompreensível o que estava acontecendo, inclusive porque o tipo de trabalho se contrapunha à proposta das lideranças comunistas, que eram os alvos preferidos da repressão militar.

Em grande parte do território nacional, nos primeiros dias de abril de 1964, foi desencadeado o movimento “Operação Limpeza”<sup>113</sup>, que desejava varrer do território nacional qualquer ameaça comunista, eliminar todos os movimentos e respectivas lideranças que tivessem algum vínculo com o movimento comunista. Assim, qualquer discordância em relação às ordens e à inspiração do novo regime era compreendida como subversão.

Os sindicatos rurais organizados e assessorados pela Igreja não tinham uma orientação do partido comunista, mas certamente se articulavam com as ligas camponesas por terem objetivos comuns em relação aos projetos sociais que desejavam conquistar para os trabalhadores. Existia, no Piauí, no município de Campo Maior, o sindicato de trabalhadores rurais, orientado pela Igreja Católica e sindicatos orientados pelas Ligas Camponesas. Ao que tudo indica a diferença básica entre os dois estava na orientação política e ideológica.

Para os militares, no entanto, não havia diferença alguma, todos estavam promovendo a subversão dos camponeses. Havia uma idéia disseminada no seio da população de que os comunistas preparavam a revolução e as elites temiam ser enxotadas do poder. Portanto, para essas elites e para as camadas médias da

---

<sup>112</sup> Ibid. Id.

<sup>113</sup> O DIA. Em Ação a Operação Limpeza. Teresina, ano XIV, n.1266, 17 jun. 1964. p.1.

população, a medida mais clara e sensata seria apoiar as forças contrárias aos comunistas. No entanto, o obscuro veio com a “revolução” promovida pelos militares, e não demorou muito para que a população percebesse isso através das medidas repressoras adotadas por eles.

Antonio José manifesta a sua impressão sobre aqueles acontecimentos:

Quando houve o golpe, a nossa primeira impressão, a minha impressão era assim, pronto, agora vai haver reformas de base, a reforma agrária, a reforma universitária, mas sem o perigo dos comunistas, então achava que o golpe, que a revolução, como a gente chamava, ia fazer as reformas, tinha apenas afastado o perigo do comunismo. Tanto assim que eu quis ir pra Marcha da Família Com Deus pela liberdade, que aqui em Teresina só foi no dia sete de abril, já depois do movimento, e o Monsenhor Melo não deixou, porque disse que Dom Avelar estava numa posição de reserva com relação ao novo governo e quem quisesse ir pessoalmente que fosse, e eu fui. Mas, já logo pelo dia 15 de abril as coisas começaram a ficar claras pra mim, porque aí o Doutor Manoel Emílio, que era assessor dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, foi preso, e eu comecei a perguntar como o doutor foi preso se ele não é comunista? Ele está fazendo esse trabalho por inspiração cristã. Depois começaram a chegar no Seminário alguns padres do interior, como o padre Isaac, que era vigário de União, como o Padre Davi, que era vigário de Amarante, trazendo trabalhadores rurais pra esconder no Seminário, porque esses Trabalhadores Rurais eram presidentes ou dirigentes dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais em seu município, e começaram a ser perseguidos também como se fossem subversivos ou comunistas, ou mais subversivos. E aquilo começou a abrir os meus olhos. Nessa época o Padre Raimundo José e o Padre Luis Soares escreveram uns artigos muito importantes, no Jornal O Dominical, dizendo que tinha sido afastado o perigo comunista pelo movimento de 64, mas o rumo que o movimento tava tomando tinha uma coisa muito parecida com o comunismo, que era o aspecto ditatorial. [...] Ele fazia uma reflexão muito importante. Então a partir dessa época eu comecei a ser claramente contra o novo governo ainda sendo seminarista.<sup>114</sup>

Assim, como Medeiros, ainda muito jovem na época, parcela da sociedade e da Igreja tradicional acreditava que, instalados no poder, os militares realizariam as mudanças necessárias na sociedade, afastando a possibilidade de os comunistas tomarem o poder.

---

<sup>114</sup> MEDEIROS, Antonio Jose de Castelo Branco. Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho. Teresina, set. 1997.



**Figura 2: Marcha da Família com Deus pela liberdade no Piauí. *Jornal O Dia*, 15 Abr. 1964.**

A maior manifestação de apoio aos militares foi visível na conhecida “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, que ocorreu em todo o Brasil, inclusive no Piauí. A Marcha foi realizada em Teresina no dia 14 de abril, em Parnaíba e Miguel Alves no início do mês de maio.

Segundo informações da imprensa, a mobilização para a marcha em Teresina contou com o apoio de todas as classes sociais, sendo difícil precisar as adesões, mas, mesmo assim, apontou algumas organizações da época que seria difícil imaginá-las comungando dos mesmos ideais em outras circunstâncias, como:

[...] A UEE (União Estadual de Estudantes) e os diretórios acadêmicos das três Faculdades de Teresina hipotecaram integral solidariedade ao movimento e, por nosso intermédio, convidam todos os universitários a se fazerem presentes na MARCHA.

A Escola Antonino Freire [...] O Instituto Batista Afonso Mafrense [...] A Secretaria de Estado do Governo dirigiu convite a todos os chefes de repartições, autarquias e serviços públicos, bem como a todo o funcionalismo estadual para tomarem parte na MARCHA. Recomendou, por outro lado, o encerramento do expediente nas



repartições que funcionam à tarde, a partir das 15 horas, para que todos possam participar do movimento [...].<sup>115</sup>

O jornal *O Dia* seguiu noticiando a manifestação em três colunas, elencando o nome de instituições, de profissionais e autoridades que estavam envolvidos com o sucesso da marcha. As bandas de música da Polícia Militar e do 25º BC tiveram participação ativa. A banda da PM acompanhou desde a concentração no cruzeiro da Avenida Frei Serafim, passando pela Praça da Liberdade, pelas Ruas 24 de janeiro, Machado de Assis, Praça João Luis Ferreira, Ruas Sete de Setembro, Areolino de Abreu e finalizando na Praça Rio Branco, com discursos transmitidos pelas emissoras locais e a execução do Hino Nacional pela banda de música do 25º BC que já se encontrava no local.

Jornais e tipografias da cidade prestaram sua colaboração imprimindo músicas patrióticas e boletins que foram distribuídos à população. O Cinegrafista subtenente Barroso se dispôs a filmar em cores os principais momentos da marcha. Os fotógrafos Guilherme Muller, Antonio Barbosa, Pedro Leal, Sebastião Reis e outros fizeram a cobertura fotográfica da marcha.

---

<sup>115</sup> *O DIA*. Marcha da Família empolga teresinense. Teresina, ano. XIV n. 1216. p. 1-4, 14 de abril 1964.



**Figura 3: Marcha da Família com Deus pela liberdade no Piauí. *Jornal O Dia*, 15 Abr. 1964.**

A repercussão da “Marcha com Deus pela liberdade” na cidade de Teresina, da forma como foi noticiada pela imprensa, leva a crer que a cidade não parou “para ver a banda passar”, mas percorreu as ruas da cidade, provavelmente cantando versos de liberdade que depois daquele momento não passariam de um grande equívoco.

O Golpe aconteceu dois anos após a instalação do Movimento de Educação de Base, implantado no Piauí por Dom Avelar em 1962. Um ano antes fora assinado o decreto n. 50.370, que o criou, sendo publicado em 22 de março de 1961 pelo Presidente João Goulart, depois de acordo firmado com a Conferência dos Bispos do Brasil <sup>116</sup>. O movimento teve na rádio Pioneira seu principal instrumento de divulgação. Para Alcides Nascimento <sup>117</sup>, a emissora, de propriedade

<sup>116</sup> NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *História e memória da Rádio Pioneira de Teresina*. Teresina: Alínea Publicações Editora: 2004. p. 58.

<sup>117</sup> Ibid. Id.

da Arquidiocese de Teresina, entrou no ar em oito de setembro de 1962 com o propósito de prestar uma grande colaboração no processo de evangelização, de educação e de organização social.

Nesse período já se encontrava em Teresina uma equipe do MEB nacional para fazer o treinamento da equipe estadual que iria trabalhar com as escolas radiofônicas no Piauí. Tais escolas ofereciam orientações às comunidades assistidas pelo programa do MEB através de um monitor previamente escolhido e treinado, residente em cada localidade. As instruções veiculadas pelo rádio, que era o meio de comunicação mais fácil e de maior repercussão, tinham um alcance rápido e imediato sobre a comunidade.

Alcides Nascimento lembra também que antes das escolas radiofônicas do MEB serem instaladas, já funcionavam, em Natal, no Rio Grande do Norte, escolas radiofônicas assistidas pelo Serviço de Assistência Rural. Vale lembrar que o Movimento de Educação de Base, quando foi ampliado em 1962, se estendendo ao Piauí, já funcionava muito bem em quase todo o Nordeste. Considera-se que, para atingir as metas do movimento, o rádio teve importância capital.

A relevância do MEB para o Piauí foi indiscutível, pois o Estado carecia de investimento na promoção da educação, sobretudo no combate ao analfabetismo, situação que ainda hoje perdura no Brasil, sobretudo nos estados nordestinos. Frente a essa realidade, Dom Avelar percebeu que o processo de evangelização se tornaria ineficaz sem um investimento na pessoa humana, daí ter escolhido um lema que se mostrasse adequado aos novos tempos da Igreja “Evangelizar e Humanizar”.

Aqueles projetos, que visavam uma transformação da comunidade, objetivavam, em primeiro lugar, a modificação dos indivíduos, que deveriam pensar

e agir por iniciativa própria e não apenas conduzidos por uma cultura da subserviência.

O Jornal *O Dominical*, de maio de 1964, publicou uma matéria abordando a extensão do trabalho desenvolvido pelo Movimento de Educação de Base.

Mais de 25 municípios beneficiados – 286 escolas em funcionamento – Alfabetização para velhos e moços desce à casa do pobre – Escolas radiofônicas apresentam resultado satisfatório. MEB – Instituição da Conferência dos Bispos do Brasil funciona em convênio com o Governo Federal. As atividades foram realizadas na capital e em mais de 25 dos nossos municípios. O movimento surgiu em uma hora que era preciso levar ao homem do campo os primeiros alicerces de uma educação sadia, livre da inspiração perigosa dos princípios comunistas. O MEB teve início no Piauí com a Rádio Pioneira, com uma equipe preparada cuidadosamente composta por 16 pessoas sob a coordenação Geral do Pe. Isidoro Pires e sob a orientação de Dom Avelar.

Em dois anos de existência o MEB conta com 286 escolas radiofônicas, atingindo mais de oito mil alunos, nos municípios de Teresina, Campo Maior, Miguel Alves, Pedro II, Água Branca, Agricolândia, São Pedro do Piauí, Valença, Prata, Demerval Lobão, Natal, Barro Duro, Alto Longa, Beneditinos, Amarante e São Gonçalo do Piauí.

A sede do movimento fica em Teresina e a alma do movimento são os monitores e os supervisores. Os monitores são voluntários, ou seja, não recebem remuneração. Os trabalhos fora da sede compreendem visitas diárias e supervisão.<sup>118</sup>

Integravam a equipe MEB, no Piauí: Pe. Isidoro Pires, Wardine de Castro Lopes, Palmira Luzia Soares, Rosa Ribeiro Guimarães, Zélia de Deus Ferreira, Maria das Dores Batista da Silva, Leondina Guimarães, Maria Mercedes da Costa, Clóvis Agripino, Antonio Santana e Silva, Kleber do Rego Monteiro, Geraldo Lima Dourado, Leão Sombra do Norte, Luis de França, Raimundo Tavares e João Torres. Foram da equipe inicial Carmem Maria Almeida e Valdênia Santana Lima<sup>119</sup>.

O raio de ação do MEB dava uma visibilidade de sua importância e da sua influência no Estado, constituindo-se dessa forma em um dos motivos pelos quais os militares o colocarem como alvo das suas suspeitas, considerando-o

---

<sup>118</sup> Movimento de Educação de Base tem vasto trabalho de alfabetização. *O Dominical*. Teresina, n. 18, p. 1. 24 maio 1964.

<sup>119</sup> Ibid. Id.

subversivo e conivente com o comunismo; por outro lado, o movimento era caracterizado pela Arquidiocese como uma tentativa de conter a influência comunista oferecendo uma educação no campo pautado nos princípios cristãos. Mas, naquele momento, os discursos se confundiam e se fundiam, pois os anseios e as necessidades da população eram comuns a cristãos e comunistas. De acordo com as palavras de Frei Beto:

Marxistas e cristãos têm mais arquétipos em comum do que se supõe a nossa vã filosofia. Um deles é a utopia da felicidade humana no futuro histórico. Esperança que se faz mística na prática dos inúmeros militantes que não temem o sacrifício da própria vida. Marx chama isto Plenitude do Reino da Liberdade e, os cristãos, de Reino de Deus.<sup>120</sup>

A professora Palmira conta como começou o trabalho do MEB no Piauí.

Fui professora do MEB de 1962 a 1973 (onze anos). Nós começamos fazendo um treinamento. Veio uma moça da equipe nacional e fez um treinamento com a gente. Constou o treinamento de trabalhos em grupos, discussões em grupos, assuntos que eram colocados para serem discutidos e elaboração de script porque nós íamos trabalhar na Rádio Pioneira, como de fato elaboramos alguns programas e a gente andou dando aulas. No começo foi a Valdênia quem era responsável pelas aulas radiofônicas, e já em 63-64 eu assumi as aulas radiofônicas e também programas que nós tínhamos para as comunidades aos sábados, e o trabalho começou com esse treinamento.<sup>121</sup>

Como se percebe, a professora relembra os passos percorridos pela equipe estadual do MEB na criação e na capacitação dos seus membros. A capacitação constava sempre de treinamentos coordenados pela equipe nacional, que se deslocava do Rio de Janeiro para, durante alguns dias de formação, esclarecer a metodologia e os objetivos do trabalho. Além de oferecer oportunidades para as pessoas desenvolverem a leitura e a escrita dos signos lingüísticos, a proposta favorecia igualmente a possibilidade de leitura da realidade social e

<sup>120</sup> BETTO, Frei. *Marxismo & Cristianismo*. Petrópolis – Rio de Janeiro. 2. ed. Vozes, 1986. p. 10.

<sup>121</sup> SOARES, Palmira Luzia. *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, set. 1997.

política, dando condições às pessoas de discutirem os problemas do país, sobretudo aqueles que interferiam na sua condição de vida e de trabalho.



Figura 4: Equipe do MEB em treinamento. *Jornal O Dominical*, 24

O trabalho inicial da equipe estadual constava de conhecimento da localidade onde deveria ser implantada a escola radiofônica, com reuniões comunitárias, debates, levantamento dos problemas vividos pelos moradores e descobertas de alternativas para solucioná-los. Sobre essas questões Palmira esclarece:

Nós começamos conquistando, fazendo divulgações das escolas radiofônicas em determinados locais onde nós começávamos. E nós começávamos lá um debate com a comunidade, uma discussão e nós partíamos da colocação do problema, falta de trabalho, dificuldade de trabalho deles, falta de assistência médica, falta de escolas e desde essas colocações [...] nós discutíamos os problemas e, saindo dali, nós escolhíamos uma pessoa para ser o monitor, pra receber as aulas radiofônicas. Essas pessoas, que eram escolhidas, eram submetidas a um treinamento. Esse treinamento, no começo,, nós dávamos aqui em Teresina e depois passamos a dar no interior, e, quando chegava lá (quando os monitores voltavam para o interior), queriam voltar, pedindo pra gente emprego. Então nós verificamos que o contato deles, aqui, contribuía para eles terem um interesse muito grande de vir embora pra cidade, e já não servia pra nós. Então nós começamos realmente com a escola radiofônica. Já no fim nós fazíamos uma crítica (primeiro com a escola radiofônica), nós queríamos que em torno da escola radiofônica fosse criado um

núcleo de comunidade, se organizasse e começasse a trabalhar para superar suas dificuldades, seus problemas.<sup>122</sup>

As palavras da professora Palmira indicam a metodologia adotada pelo movimento. Segundo a professora Bomfim<sup>123</sup>, utilizava-se com adaptações o Método de Paulo Freire<sup>124</sup>, que propõe uma alfabetização a partir da reflexão crítica da realidade social e da posição política dos indivíduos. O Método vai também coincidir com o adotado pelos movimentos da Ação Católica o Ver-Julgar-Agir.

Naquele momento, o Método Paulo Freire já era uma prática de alfabetização conhecida em todo o Brasil e principalmente no Nordeste, onde as comunidades rurais viviam em situação de abandono educacional e político, sem garantia das condições básicas de sobrevivência.

A crítica que a professora Palmira fazia à equipe do MEB, ao iniciar o trabalho com a criação da escola radiofônica na comunidade, estava relacionada ao julgamento que ela fazia dos motivos pelos quais muitas pessoas não se interessavam pela escola, porque não haviam despertado ainda para a necessidade do uso da leitura e da escrita naquelas condições em que viviam. Na sua reflexão, considerava que aquelas pessoas precisavam ser despertadas a partir das suas necessidades de organização, para perceberem os limites que a falta de escolarização impunha a uma comunidade.

---

<sup>122</sup> Ibidem.

<sup>123</sup> . Nasceu em 10 de Janeiro de 1946 em Matões – Maranhão. Foi professora de 1º e 2º grau, trabalhou na Secretaria de Educação do Estado do Piauí como técnica em ação pedagógica e currículo. Trabalhou no MEB (Movimento de Educação de Base) no período de 1968 a 1972. Integrou a equipe fundadora do CEPAC, do qual foi a primeira coordenadora no período de 1982 a 1984. Atualmente é sócia desta entidade. Na sua formação acadêmica cursou o Mestrado na área de História e Filosofia da Educação pela PUC/São Paulo. Na época dessa entrevista estava doutorando-se em Educação nas áreas de História da Educação Brasileira e Educação e Movimentos Sociais.

<sup>124</sup> O Método Paulo Freire recebeu o nome do seu criador. Consiste em uma técnica de alfabetização de adultos a partir da leitura e interpretação da realidade social dos próprios alfabetizando. Ao alfabetizador cabia a tarefa de fazer um levantamento do universo vocabular daquela comunidade que deveria ser utilizado em sala de aula, como forma de despertar o interesse e a compreensão dos alfabetizando. Esse método, ao mesmo tempo em que alfabetizava as pessoas, despertava a consciência política do cidadão.

No entanto, o MEB não se preocupou apenas com o bom desempenho da escola radiofônica, mas também com o desenvolvimento de uma série de atividades, objetivando a organização comunitária e a superação das dificuldades, como nos diz a professora:

Bom, então nós trabalhamos com a escola radiofônica e depois trabalhamos... nós criamos grupos comunitários, casa de farinha comunitária, roças comunitárias, tinha criação de pequenos animais. Teve mesmo um grupo de Campo Maior que eles, a partir do trabalho, compraram terras para eles, nós queríamos de fato que os trabalhos deles evoluíssem e eles chegassem a superar ou pelo menos caminhar para resolver os problemas deles. Eles trabalhavam na roça deles, tinha dias que eles trabalhavam na roça comunitária; estes produtos da roça eram vendidos e empregados na necessidade deles.<sup>125</sup>

Percebe-se, pela fala da professora, que a preocupação do MEB ultrapassava a simples decifração dos signos lingüísticos, como se referiu anteriormente, e almejava que seus alunos pudessem perceber os mecanismos sociais, políticos e econômicos que determinavam as diferenças sociais e econômicas acentuadas que existiam (e ainda existem) na sociedade brasileira. Os monitores, bem como os seus comunitários, deveriam ser aptos a fazer uma leitura crítica da sua condição de vida, buscando soluções para transformar aquela realidade, a partir da conscientização política oferecida pelas escolas radiofônicas. Com base na discussão dos problemas da comunidade, formavam-se associações comunitárias, cujo objetivo era empenhar-se na resolução dos problemas comuns.

Segundo a professora, algumas comunidades conseguiram solucionar problemas mais comuns relacionados à produção de alimentos, criando as casas de farinha, as roças coletivas; à assistência médica; à educação, criando escolas e ao abastecimento de água, escavando poços.

Sobre essas ações, lembra a professora Bomfim:

---

<sup>125</sup> SOARES, Palmira Luzia. Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho. Teresina, set. 1998.



Outras atividades diretas se caracterizavam como reuniões de grupos comunitários de alfabetizadores, de monitores das escolas radiofônicas, encontros para avaliação dos trabalhos, tanto da alfabetização como dos grupos comunitários e também cursos de animação popular. Uma oportunidade que além de conteúdos necessários pra um conhecimento da realidade rural, pra entendimento do processo do trabalho comunitário eram feitos também trocas de experiências entre monitores e lideranças ligadas a comunidades rurais. As atividades eram basicamente essas. Outros tipos de atividades eram a elaboração de folhetos, jornalzinhos. Na época tinha o jornalzinho chamado JORNAL DA ROÇA e que divulgava informação de interesses comunitários para o trabalho e também experiências comunitárias.<sup>126</sup>

Nesse relato, percebe-se como havia um acompanhamento e assessoramento contínuo da equipe mebiana às atividades comunitárias, bem como o incentivo para a produção de material de divulgação daquelas ações. Os monitores não se limitavam apenas às atividades de alfabetização, mas se tornavam dinamizadores e atores sociais de ações transformadoras no campo. A produção de folhetos e jornais constituía-se certamente um incentivo a mais para o crescimento da leitura e da escrita naquelas comunidades.

A ação do movimento de Educação de Base no Piauí foi enfraquecida depois do golpe militar de 1964, embora não tenha sido totalmente paralisado, sofrendo as primeiras conseqüências com o corte das verbas do Governo Federal. Sobre as dificuldades enfrentadas no pós-64, a Professora Palmira relembra:

Depois do golpe de 64 nós tivemos dificuldades muito sérias até para a equipe [...] ficou vários meses sem receber o dinheiro, e até para a gente visitar os grupos, por exemplo, de União, nós aproveitamos as desobrigas do Padre Isaac, que nesse tempo era vigário lá, ele nos levava com ele e nós ajudávamos no trabalho dele, das desobrigas, dos batizados, de organização do povo pra estudar, pra cantar, pra tudo isso e aproveitamos para visitar nossos grupos porque nós não tínhamos dinheiro pra viajar, aliás, tivemos bem pouco tempo que não fosse de muita dificuldade, porque o MEB começou em 62, e 64 foi o golpe de estado, aí os sistemas foram até fechados pelo Brasil afora, mas, aqui nós de fato sofremos pressões, nossa programação de rádio era toda acompanhada, toda gravada e fomos chamados

---

<sup>126</sup> BOMFIM, Maria do Carmo. *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, ago. 1997.

várias vezes [...] já respondemos por essa programação, eu mesma que tive que comparecer duas vezes no DOPS, duas vezes no 25º BC; a última vez que estive lá respondi a um interrogatório.<sup>127</sup>

A professora aponta os obstáculos enfrentados e ressalta a vigilância da Polícia Federal à produção e transmissão dos programas radiofônicos e o corte das verbas, que significou um golpe mortal para a dinamização das atividades que dependiam daquele investimento do Governo Federal. Logo essa foi uma estratégia usada pelos militares para dificultar o funcionamento do Movimento de Educação de Base.

A professora Palmira caracterizou aquele momento histórico como “tempos difíceis”, onde a Polícia Federal mantinha uma fiscalização ostensiva à programação do MEB.

Diante daqueles entraves, o coordenador do MEB no Piauí, Pe. Isidoro Pires, acompanhado de sua equipe de assessores, depois de uma visita à Escola Radiofônica de Rodeador, no município de Altos, percebendo as dificuldades enfrentadas, principalmente pela falta de pessoal e de transporte, decidiu solicitar do Estado uma parceria através de convênio, uma vez que este tinha um plano para investir na alfabetização de adultos pelo rádio. Para a equipe, a possibilidade de um convênio do MEB com o Estado poderia significar maior eficiência no trabalho educacional. Porém, nesse caso, até onde foi pesquisado, não se verificou nenhuma concretização desse fato.

A outra linha de ação da Igreja destinava-se aos jovens, através dos movimentos da Ação Católica especializados em atuarem nas diferentes áreas de interesses da juventude na sociedade – juventude agrária, estudantil, operária, independente e universitária. Tinham em comum a metodologia do Ver-Julgar-Agir e

---

<sup>127</sup> SOARES, Palmira Luzia. Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho. Teresina, set. 1998.

visavam um maior comprometimento da juventude com a evangelização e a transformação da realidade do país. Os movimentos pretendiam mobilizar a juventude em todo o país para que tomassem consciência do seu protagonismo e, assim, buscasse maior envolvimento na luta por justiça social para o povo brasileiro.

Esses movimentos, que haviam plantado uma pequena célula no Piauí antes de 1964, foram desarticulados e chegaram mesmo a desaparecer depois que os militares assumiram o poder. Apenas algumas lideranças de maior visibilidade se destacaram, mas também foram mais visadas pelos militares.

Para cada área de atuação da juventude, havia um assessor. Da JAC (Juventude Agrária Católica), o Padre Isaac, que, naquela época, era vigário em União; da JEC (Juventude Estudantil Católica), o Padre Raimundo José; da JOC (Juventude Operária Católica), o padre Carvalho e da JUC, o Padre Isidoro Pires que também foi coordenador do MEB.

Alguns desses setores, em razão do nível de abrangência dos problemas sociais comuns, mantiveram um certo intercâmbio internacional, como era o caso da JAC e especialmente da JOC. O primeiro Congresso Internacional da JAC, ocorrido nos dias 27, 28, 29 de maio de 1960, na cidade de Lourdes, foi noticiado em Teresina, pelo jornal *O Dominical*<sup>128</sup>, antes de sua realização em novembro de 1959. A matéria abordava a temática da fome no mundo a ser discutida no encontro e convocava a juventude agrária a participar.

Nesse mesmo ano, no mês de agosto, ocorreu no Brasil o I Encontro Nacional de Juventude Agrária Católica<sup>129</sup>, na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, do qual participaram dois padres piauienses. O padre Davi Mendes foi um

---

<sup>128</sup> O DOMINICAL. 1º Congresso Internacional da J.A.C. Teresina, ano XXIII, n. 48/59, 29 nov. 1959. p.4.

<sup>129</sup> MENDES, Pe. Davi. Encontro Nacional da Juventude Agrária Católica – J.A.C. O Dominical. Teresina, ano XXIII, n.32/59, 9 ago. 1959. p. 1.

deles. Na época era assessor desse setor na Arquidiocese de Teresina e Vigário da cidade de Amarante. O encontro teve como metas principais a revisão do trabalho já realizado, a reafirmação dos seus princípios inspiradores e a elaboração de novas estratégias básicas de avanços do movimento.

O ano de 1959 foi fecundo de reflexões e encontros da Juventude Agrária Católica. Em novembro desse mesmo ano, foi realizado o I Encontro da JAC do Piauí<sup>130</sup>, no mesmo evento em que se realizou a Semana Ruralista de União e a terceira dessa modalidade no Piauí.

O primeiro programa de Semana Ruralista do Piauí realizou-se em Teresina no ano de 1956 quando se mobilizou um grande número de técnicos e de pessoas interessadas em assuntos rurais. O segundo programa foi realizado na cidade de Campo Maior em 1957, ocasião oportuna onde se discutiu assuntos de interesse geral. A terceira Semana Ruralista do Piauí, ocorrida na cidade de União, contou com a presença de vários técnicos desta área, dentre os quais registram-se um técnico de carreira agrícola do Banco do Brasil, o Dr. Hélio, e o Dr. Rodrigo Tenório, representante do Estado de Pernambuco. Como representante do Ministério da Agricultura esteve presente o Dr. Aníbal Rapold, assim como outro representante e técnico da Defesa Animal, além dos representantes da Juventude Agrária de várias paróquias do interior. Pode-se avaliar a dimensão daquele evento através do registro de *O Dominical*:

Abriram-se dois cursos no setor feminino: - Cursos para professoras leigas e curso intensivos de pequenas indústrias caseiras alimentícias e não alimentícias, com enorme afluência de pessoas interessadas.

Abriram-se também duas exposições: - uma de produtos agro-industriais e com grande mapa do Piauí desenhado no chão, contendo todas as cidades do Estado e margeado pelo rio Parnaíba, água natural, dividindo-o do Maranhão...

Idéia original e bem trabalhada.

---

<sup>130</sup> MENDES, Pe. Davi. I Encontro da J.A.C. O Dominical. Teresina, ano XXIII, n. 45/59, 8 nov. 1959. p. 1.

A outra exposição é de trabalhos manuais e pequenas indústrias, no Patronato. Variada e bem distribuída, com admirável riqueza de artefatos, a exposição encanta e merece ser visitada. Enquanto isso, o programa de Semana vai se desdobrando.<sup>131</sup>

O texto de *O Dominical* oferece uma visibilidade da dimensão daquele evento numa pequena cidade: a mobilização das pessoas para estarem presentes e tomarem parte das novidades, dos cursos oferecidos, das palestras, apreciando as exposições, aprendendo, conhecendo pessoas novas e novas possibilidades de realização de projetos de promoção social para as pequenas comunidades agrícolas.

Um dos palestrantes da Semana foi o Engenheiro Agrônomo Hugo Schimidt, administrador do Núcleo Colonial Rio Bonito, em Pernambuco, recém chegado dos Estados Unidos, onde esteve no meio rural americano com a finalidade de conhecer projetos possíveis de serem aplicados à situação rural brasileira. Para o agrônomo, uma das questões em pauta seria a formação de bons produtores rurais no Brasil, e para tanto, partindo das dificuldades: “o bom produtor pode se formar pela educação e pela instrução”.<sup>132</sup>

A programação da Semana previa atividades em comunidades do interior, como o Núcleo Colonial Davi Caldas e Posto da Gameleira. À noite, em União, as pessoas puderam apreciar sessões artísticas, assim como o desfile infantil, que marcou o encerramento das atividades da Semana Ruralista. Pelo registro que se fez daquele evento, acredita-se que as dezenas de pessoas que dele tomaram parte devem ter guardado em suas memórias muitas lembranças significativas. Depois desses eventos, novas lideranças eram despertadas para o movimento nas comunidades.

---

<sup>131</sup> O DOMINICAL. Semana Ruralista de União. Teresina, ano XXIII, n. 45/59, 8 nov. 1959. p. 1.

<sup>132</sup> O DOMINICAL. Formação do produtor rural. Teresina, ano XXIII, n. 46/59, 15 nov. 1959. p. 1.

A Ação no campo era considerada pela Igreja Católica como uma prioridade, pois com o desenvolvimento industrial, as autoridades do país descuidaram do setor agrícola e especificamente do pequeno produtor. Um dos objetivos do trabalho eclesial nesse setor visava à sensibilização das autoridades para as precárias condições da vida no campo, requerendo benefícios e investimentos para o setor. Para isso, também, tornava-se de suma importância o investimento na formação do agricultor.

Motivados pelas possibilidades de melhoramentos no campo, os trabalhadores rurais do Piauí foram ao poucos se organizando. Marco dessa iniciativa foi a realização em Teresina, no ano de 1961, do Primeiro Congresso de Trabalhadores e de Camponeses do Piauí <sup>133</sup>, que se encerrou no dia 1º de maio. O Congresso foi realizado no Clube dos Diários, por iniciativa dos trabalhadores, sem o comprometimento da Igreja Católica. No entanto, rumores e temores desencadeados por algumas pessoas espalhados pelo Congresso, levaram o Arcebispo a se manifestar através da imprensa, quando ressaltou a importância do bom êxito daquele encontro para os trabalhadores. Como estratégia, os próprios dirigentes do movimento, percebendo tamanha heterogeneidade de posições e a dificuldade para mediar aquela assembléia, elegeram o padre Carvalho presidente do Congresso, com a responsabilidade de coordenar as reuniões. Para assumir tal responsabilidade, o sacerdote teve a permissão de Dom Avelar.

O congresso rendeu grandes comentários como se pode perceber pela fala do arcebispo de Teresina:

O assunto vem suscitando os mais diversos comentários. Uns consideram o Congresso como simplesmente mais uma reunião inútil para o debate de problemas graves.

---

<sup>133</sup> VILELA, Dom Avelar Brandão. 1º Congresso de Trabalhadores e de Camponeses do Piauí. O *Dominical*. Teresina, ano XXVI, n. 18/61, 7 maio, 1961. p. 1.

Outros entendem que o Congresso serviu de oportunidade para certos ensaios de demagogia pré-eleitoral.

Outros ainda se ressentiram de não terem sido convidados a expor seu pensamento sobre a tese do programa, uma vez que se consideram especializados em questões rurais.

E certamente há quem estranhou a presença da Igreja no Congresso, uma vez que forças extremistas andaram pretendendo aproveitá-lo em benefício de sua causa.

E confesso até que, desde os primeiros pregões, fiquei apreensivo acerca da orientação que viesse a tomar o Congresso.<sup>134</sup>

Para o Arcebispo quatro grupos estiveram presentes ao evento: as forças político-partidárias que não tinham nenhuma ideologia definida e estavam lá para captar informações de todos os lados; as forças extremistas, desejosas de que o congresso tomasse o rumo das suas premissas; as forças operárias, que viam no evento um instrumento de promoção da sua classe, e por fim, a Igreja, que em meio a tanta diversidade, apresentava-se como força de equilíbrio.

Os comentários sobre a realização do Congresso de Trabalhadores e de Camponeses do Piauí surgiram mesmo antes da sua realização, e o Arcebispo chegou a se pronunciar no programa “Hora Católica” da rádio Pioneira, dizendo que mesmo não tendo nenhuma responsabilidade sobre o referido encontro, acreditava que seria uma oportunidade para aquela categoria discutir os seus problemas e sugeriu aos congressistas que discutissem a sua problemática dentro de uma linha ideológica segura e equilibrada para que pudessem abordar e pensar os grandes temas de interesse. Esse pronunciamento do Arcebispo desejava tornar pública a preocupação de algumas pessoas que estavam apreensivas com uma possível identificação do Congresso com as Ligas Camponesas de Francisco Julião e aos rumos que pudesse tomar o evento. Era talvez uma forma de dizer que aqueles problemas estavam sendo percebidos e abordá-los seria uma das formas de enfrentá-lo, diminuindo a sua força ou conduzindo-a no sentido da construção

---

<sup>134</sup> Ibid.id.

daquele movimento, pois pouco adiantaria os esforços de tantas pessoas sem resultados satisfatórios.

Em outra oportunidade, o Arcebispo ressaltou a normalidade com que ocorreu o Congresso e o valioso subsídio elaborado contendo as principais discussões e reivindicações dos trabalhadores.

Ressalta-se esse episódio para lembrar que em 1962, quando a Arquidiocese de Teresina começou a patrocinar os sindicatos rurais, naquele meio já existia um embrião do movimento, sendo que a Igreja só injetou maior dinamismo.

Percebe-se que o Sindicato, o MEB e a JAC eram organismos que tinham uma atuação no campo e, juntos, mas, distintamente, deveriam colaborar para a organização do movimento rural e para a melhoria das condições de vida das populações camponesas.

Dessa forma a Juventude Agrária Católica objetivava oferecer aos jovens do meio rural oportunidade de socialização e conscientização sobre a situação na qual vivia a juventude agrária no mundo, conduzindo-os a refletirem sobre suas próprias condições, procurando despertá-los para o estudo, para uma profissão e, através de outros meios, como o lazer, estimulá-los a descobrirem alternativas que os fizessem permanecer na sua própria comunidade, desencorajando o processo migratório por falta de oportunidades para os jovens.

Sobre a dinâmica de mobilização da JAC, Maria Elias<sup>135</sup> conta como conheceu esse movimento a convite da irmã Júlia (Congregação das Filhas de Santa Teresa) e do padre Mateus, quando ainda morava em Capitão de Campos:

---

<sup>135</sup> MACÊDO, Maria Elias de. *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, abr. 1998. Nasceu em 17 de janeiro de 1941 em Capitão de Campos - PI. Iniciou seu trabalho na JAC quando ainda residia em Capitão de Campos através do padre Mateus e da irmã Júlia. Tornou-se liderança de expressão no meio da juventude e quando foi residir em Campo Maior para continuar os estudos logo foi convidada para morar em Teresina e integrara a equipe estadual da JAC. Atuava nas cidades de União, Amarante, nos povoados e bairros orientando os jovens a organizarem-se para melhorar as suas condições de vida. Sua permanência na JAC ocorreu de 1961 a 1966.



Então eles me ingressaram no grupo como uma pessoa líder e tinha reuniões aos domingos. Essas reuniões eram pra falar de como os jovens devem se organizar melhor, se interessar pelos estudos, e então todos os domingos a gente se reunia pra fazer este trabalho de cultura, de envolvimento de lazer de uma juventude sadia. Então foi crescendo o movimento e surgiu a necessidade de expandir para outras cidades. Aí o padre Mateus morava aqui em Teresina e ele reunia a cada fim de mês, de três em três meses, ele pegava uma menina de Capitão de Campos, uma de União, uma de Amarante e promovia o encontro, e mais outros jovens, assim vinham dois ou três jovens de cada cidade dessas, passava dois ou três dias estudando. A JAC tinha uns programas, uns livros, uns folhetos como a gente se orienta para fazer as reuniões.<sup>136</sup>

A JAC, assim como os outros movimentos da Ação Católica especializada, buscava transformar os jovens em multiplicadores daquela ação. Para a depoente, aquele não era um trabalho fácil, porque faltava pessoal preparado, mas na cidade de Amarante existia um bom trabalho por causa da existência de uma boa equipe, da qual faziam parte algumas professoras que sabiam conduzir bem as atividades. Para Maria Elias, naquela cidade, a juventude conseguiu se organizar melhor.

Teresinha de Jesus<sup>137</sup> ingressou na JAC por intermédio do padre Isaac, que na época fazia as desobrigas em União e nos seus arredores. Ele a convidou para participar do movimento, levando-a para os encontros na cidade de União, onde ela conheceu a Maria Elias de Macedo e o padre Mateus, que já haviam participado de trabalhos na cidade de Amarante e já tinham conquistado duas lideranças jovens, o Antonio e o Sebastião, que ingressaram na equipe estadual.

---

<sup>136</sup> Ibidem.

<sup>137</sup> SANTOS, Teresina de Jesus. *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, abr. 1998. Nasceu em 21 de maio de 1943, na cidade de União-PI. Iniciou seu trabalho na JAC a convite do padre Isaac, que fazia desobrigas no lugarejo Sossego onde ela residia. Foi morar em União para articular o movimento, sendo posteriormente transferida para Teresina para compor a equipe estadual da JAC. Desenvolveu juntamente com a equipe trabalho nos bairros de Teresina e participou de encontros regionais entre os estados Maranhão, Piauí e Ceará denominado MAPICE. A JAC se articulava com o Movimento Católico Rural (ACR) e juntos desenvolviam um trabalho de conscientização dos direitos do trabalhador. Em Teresina foi funcionária da Biblioteca Pública Casa Anísio Brito, localizada na Praça Rio Branco. Foi convocada pela DOPS para prestar os esclarecimentos devidos sobre o trabalho de militância e seu relacionamento com outros líderes suspeitos pelos militares.

Ela acompanhou o trabalho nos bairros em União, mas a pretensão era atingir todas as cidades do interior. Entretanto, o movimento chegou somente até o povoado David Caldas, não se expandindo mais por causa das condições precárias das pessoas e por causa de sua vinda para Teresina, onde integrou a equipe local, passando a organizar o trabalho nos bairros e a participar do movimento da região, denominada MAPICE, porque abrangia os Estados do Maranhão, Piauí e Ceará.

Ela recorda quando participou de dois encontros regionais, um em Rosário no Maranhão e outro em Sobral no Ceará. Deste último encontro, participaram também membros da JOC, pois JAC e JOC às vezes se juntavam para fortalecer a organização, uma vez que a JOC abrangia os trabalhadores em geral, desde aqueles que trabalhavam no comércio, àqueles que não tinham carteira assinada como era o caso dos trabalhadores das olarias. A própria Teresinha foi convidada a integrar a equipe da JOC, quando a JAC não dispunha mais de condição financeira para manter a equipe em movimento.

A Juventude Operária Católica possuía uma organização em rede: articulava-se em nível local, estadual, regional, nacional e internacional. A Igreja Católica incentivava esse movimento para que promovesse uma transformação radical nas estruturas sociais, tornando mais humanas as condições dos (as) operários (as).

No Piauí, o padre Carvalho <sup>138</sup> foi uma das mais expressivas lideranças daquela organização e, por ter se envolvido no movimento de reivindicação da Polícia Militar e na passeata dos trabalhadores rurais, ambos ocorridos no ano de 1963, sua liderança tornou-se bastante evidente como articulador do movimento. Teve participação ativa nos encontros regionais e nacionais, de onde trazia para

---

<sup>138</sup> CARVALHO, Francisco das Chagas. *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, nov. 1997.

Teresina as notícias de acontecimentos mais importantes para a articulação da Juventude Operária.

Em Teresina a JOC realizava encontros de formação para seus líderes periodicamente visando, dentre outras coisas, o esclarecimento sobre os direitos e deveres do trabalhador na legislação brasileira, higiene no trabalho e sobre o papel do sindicato na promoção do operário.<sup>139</sup> No manifesto internacional da JOC de 1959, a maior preocupação dizia respeito aos grandes problemas da juventude trabalhadora em todo o mundo, chamando a atenção para a situação de exploração e comprometimento da sua saúde e do seu desenvolvimento físico. O manifesto também reclamava da situação da juventude rural, que vivia abandonada na sua aldeia natal, "[...] rapazes e moças viviam sem abrigo, sem defesa, sem recursos, abandonados a todas as tentações do vício, do roubo e da delinquência sob todas as suas formas".<sup>140</sup> Em Teresina, a JOC instalou, em junho daquele ano, sua primeira secção no Piauí, e o Comitê realizou, dois meses depois, a Semana Internacional da JOC, no bairro Vila Operária, quando se discutiu a realidade da juventude trabalhadora do Piauí.<sup>141</sup>

Para o padre Carvalho, a atividade de conscientização dos trabalhadores juvenil em Teresina ocorria no setor do comércio, nas pequenas fábricas, onde a equipe procurava detectar as situações em que os trabalhadores não tinham carteira assinada. Para o sacerdote, a situação mais crítica era a das moças que além de serem mal remuneradas não tinham carteira assinada.

A militância da equipe da JOC e, sobretudo do padre Carvalho, foi ganhando notoriedade, por tomar parte das grandes manifestações reivindicatórias, como aquela dos camponeses, já citada neste texto. Sua postura foi considerada

---

<sup>139</sup> O DOMINICAL. A J. O C. em marcha. Teresina, ano XXIII n 26/59, 12 jun. 1959.p. 6.

<sup>140</sup> O DOMINICAL. Manifesto internacional da JOC. Teresina, ano XXIII, n. 23/59, 16 ago. 1959. p. 1-6

<sup>141</sup> O DOMINICAL. Semana internacional da JOC. Teresina, ano XXIII, n. 23/59, 16 ago. 1959. p.1.

pelos representantes da elite tradicional do Piauí como aliada aos movimentos subversivos e posteriormente o padre foi rotulado de comunista.

Quando os militares assumiram o poder em 64, a situação ficou mais difícil. Padre Carvalho recorda que se encontrava em Belo Horizonte participando de um encontro de jovens quando recebeu um telegrama de Dom Avelar dizendo: “[...] terminando o seu trabalho volte imediatamente. A polícia acha que estou lhe escondendo na minha casa”.<sup>142</sup>

O padre recorda que ao retornar a Teresina, já no aeroporto encontrava-se esperando por ele, um oficial do Exército. Lá também estavam muitos populares assim como o Arcebispo e seu irmão Teotônio Vilela que na época era Senador da República. Quando o oficial o viu disse:

[...] Para onde o senhor pensa que vai?

Eu não penso que vou, eu tou chegando. Levei um pouco na esportiva assim. Eu moro na Vermelha, eu vou lá pra minha casa. Mas, agora eu tou recebendo aqui uma ordem de Dom Avelar pra ir para casa dele. Todos os pobres estavam lá no aeroporto. Quando eu cheguei de Belo Horizonte me levaram para a casa de Dom Avelar e foi lá que eu recebi a ordem de prisão, e esse irmão de Dom Avelar disse assim: ‘vamos comutar a prisão do quartel para domiciliar, aqui na casa do bispo’. Aí o comandante disse: ‘Aqui fica muito difícil pra eu conversar com ele. Ele fica preso na casa dele e não pode sair nem para igreja. [...] Assim eu fiquei na Vermelha, na casa paroquial, onde era percebida pelas pessoas a polícia rodeando a casa dia e noite. Foi um tempo assim, muito difícil, muito preocupante para nós, aqueles rapazes tudo pessoal pobre, que não entendia como era que a polícia ia rondar a casa de um padre.’<sup>143</sup>

Segundo o sacerdote, o oficial do Exército declarou que a sua prisão não era de interesse apenas local, mas tinha um caráter federal. O padre, entretanto, não tinha medo da prisão, ela poderia ser até mesmo no quartel, pois, segundo ele, tudo o que estava acontecendo era fruto da sua missão em ajudar as pessoas a

---

<sup>142</sup> CARVALHO, Pe. Francisco das Chagas. *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, nov. 1997.

<sup>143</sup> *Ibidem*.

terem mais dignidade e, para isso, deveria denunciar as situações de injustiças que as impediam de tais conquistas.

Na sua entrevista, padre Carvalho ressaltou ainda que ao participar do Encontro da JOC, em Macapá, presenciou uma das situações para ele das mais terríveis: cerca de dois mil trabalhadores brasileiros trabalhando na extração de manganês sem carteira assinada, sob a autoridade de cinco homens estrangeiros.

Quando ele recebeu a prisão domiciliar, o comandante disse-lhe que não falasse nada sobre sua presença em Macapá. No entanto, o padre assegurou que não poderia ficar calado diante daquela situação que tinha presenciado, depois de cumprida a sua prisão, ele iria dar uma entrevista ao Congresso Nacional o que de fato fez. Todavia não se chegou a pesquisar sobre as conseqüências e a repercussão daquela entrevista, se de fato as autoridades chegaram a tomar alguma providência.

Para João Gualberto <sup>144</sup>, a dinâmica do movimento jocista perdurou até 1964, quando o padre Carvalho foi processado e perseguido pelos militares. Para ele, a JOC do Piauí naquele momento praticamente morreu, mas aos poucos foi renascendo com características bastante diferenciadas da proposta anterior a 64.

Considera-se nesta pesquisa os dois momentos em que se aguçaram mais os conflitos entre os militares e os representantes da Igreja Católica no Piauí que estavam mais comprometidos com os movimentos de promoção social. O primeiro momento foi logo que os militares tomaram o poder, quando se desencadeou por todo o país um processo de perseguição àquelas pessoas consideradas pelo poder como subversivas, atingindo no Piauí os representantes do Sindicalismo Rural, do MEB e da JOC. O outro momento se acentuou no ano de

---

<sup>144</sup> SOARES, João Gualberto dos Santos. *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, ago. 1997.

1969, quando ocorreu a prisão dos alunos e do professor Diogo da Faculdade Católica de Filosofia, implicando algumas pessoas em IPM (Inquérito Policial Militar).

Sobre aquele momento vivido pelas lideranças no ano de 1969, Teresinha conta um pouco da sua experiência relembrando algumas dificuldades.

Mas quando a situação financeira começou a bater, a gente não tinha condição de fazer o trabalho e, quando entrou a Revolução que atingiu bastante o grupo, foi muito atingido mesmo, e aí todo mundo ficou com medo de acompanhar, de ser preso quando a gente começou a ser chamado. E o interessante é quem eles chamavam. Primeiro eles chamaram os universitários, aí quando terminaram os universitários, eles passaram para o pessoal da Igreja, todo mundo que fazia parte da Igreja foi à DOPS. Era a DOPS que chamava, que fazia os convites pra ir fazer os depoimentos. Aí passamos a ser perseguidos pela DOPS, a ser acompanhados. A gente saía de casa e a DOPS tava no pé da gente.<sup>145</sup>

Para Teresinha, o episódio que a levou até a DOPS resultou de uma denúncia feita por pessoas que, segundo ela, eram espiãs dos militares e foram infiltradas nas atividades da juventude. A DOPS a convocou porque o seu nome constava em uma lista organizada por um grupo de quatro pessoas denominado comissão de solidariedade aos dois presos políticos: Oswaldo Rocha - cujo nome de guerra era César – e o Benoni Alencar.

O César fazia parte de um grupo que tinha vindo para o Maranhão prestar assessoria aos camponeses com o objetivo de preparar a guerra popular no campo. O Benoni Alencar era líder dos estudantes secundaristas do Colégio Liceu e integrante da Ação Popular (AP) de inspiração marxista-leninista. O César, que já era uma pessoa visada pelos militares, costumava manter contatos com o Benoni, sendo que em uma de suas vindas a Teresina foi preso. Benoni já se encontrava preso, acusado de ter pichado a cidade no início de 1969.

---

<sup>145</sup> SANTOS, Teresinha de Jesus. *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, abr. 1998.

Daquela comissão de solidariedade aos dois presos políticos faziam parte o Venturo, que era do mesmo grupo do César, o Samuel Filho, que era jornalista do Jornal *O Dominical* e atualmente é jornalista em São Luís, o Geraldo Borges e o Antonio José <sup>146</sup>, que naquela época era militante da AP, que se considerava um grupo de esquerda católica de inspiração socialista cristã.

Em uma reunião marcada na coroa do rio Paraíba foram flagrados e presos pela polícia. Naquela ocasião, eles organizavam uma lista com o nome de pessoas que poderiam doar algum dinheiro para ajudar os que estavam presos. Dentre os nomes, estava o da Terezinha de Jesus, o do Alberico, o do João Gualberto, o do padre Raimundo José, o do Diogo e o da Socorro Veloso.

Era o ano de 1969, e sobre esse mesmo episódio, Antonio José lembra que não conhecia o César e o Ventura, só conhecendo este último no dia da reunião. Naquele ano, tudo era mais complicado, pois vigorava o AI-5.

Em 1968, antes do Congresso Nacional da UNE, houve um congresso regional em Fortaleza, preparatório para o Nacional. Antonio José recorda aquele momento e assegura:

Eu tive uma participação muito ativa, e lá, os vários grupos da esquerda que atuavam no meio estudantil me deram alguns documentos do PC do B, PCB, a própria AP, a Quarta Internacional. Pela primeira vez na minha vida foi que eu vim saber que existiam esses grupos no Brasil, eu sabia que existia um Partido Comunista, isso eu sempre soube, mas não sabia que tinha essas divisões, essas tendências, esses grupos, essas brigas, que minha participação era aquela história mais da esquerda católica aqui. E eu ingenuamente guardei todos esses documentos na minha casa, de forma que quando fui preso dessa vez, eles encontraram esses documentos lá em casa. E como encontraram também alguns panfletos da AP, na casa do Samuel, acusaram a gente de pertencer ao mesmo grupo e de tá organizando grupo político clandestino. <sup>147</sup>

---

<sup>146</sup> MEDEIROS, Antonio José de Castelo Branco. *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, set. 1997.

<sup>147</sup> MEDEIROS, Antonio Jose de Castelo Branco. Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho. Teresina, set. 1997.

Essa havia sido sua terceira prisão, e tudo se complicava mais depois que foi decretado o AI-5 em 13 de dezembro de 1968, quando a ditadura se enrijeceu ainda mais com a luta armada e a guerrilha urbana e rural. Antonio José declarou que sempre teve uma atitude de clareza nos depoimentos:

Eles tinham história de perguntar: você conhece o padre Raimundo José? Aí as pessoas diziam que não, eu não conheço, que era pra não envolver. Eu disse conheço, é meu professor, gosto muito dele, é meu amigo. Você conhece a professora Palmira? Conheço. Eu disse não, eu não vou fazer o jogo desses caras, dizer que estou praticando movimento clandestino, sem de fato estar. O certo é que por causa desses documentos, sobretudo, eles não me liberaram nem liberaram os outros por causa dos problemas dos outros também. Ficamos nove meses na prisão dessa vez. O César foi torturado, apanhou de palmatória nos pés e nas mãos, eu e os outros colegas que foram presos da segunda vez não fomos torturados. Uma vez ao ser interrogado estava um chicote de fio e uma palmatória em cima da mesa [...], mas não foi feita nenhuma menção, era mais um negócio lá simbólico pra intimidar. Mas eu nunca tive problema de fazer o jogo deles como se tivesse participando de uma conspiração grande. Nesses nove meses na prisão ficamos ali no Quartel da Polícia Militar, onde hoje é o Centro Artesanal, os quatro numa cela, os outros dois, o César e o Ventura ficaram separados no Quartel da Guarda Civil, que era ali na Praça Saraiva.<sup>148</sup>

A segurança demonstrada pelo depoente revela a firmeza de suas convicções pessoais. Ele não estava envolvido com nenhum grupo clandestino, no entanto sua participação naquela comissão de solidariedade aos presos, levou-o a uma condição de suspeito de envolvimento com atividades subversivas.

Dentro desse contexto, fato interessante aconteceu com Teresinha de Jesus, sendo sua postura bastante diferenciada. Ela lembrou que quando trabalhava na Biblioteca Anísio Brito, emprego que lhe foi arranjado por Simplício Mendes, lá existia uma pessoa que era parenta do Capitão Astrogildo, que naquela época era delegado da DOPS no Piauí. Conta que a dita parenta vigiava a sua conversa com os militantes do movimento de juventude e contava para o Capitão. Aquela situação

---

<sup>148</sup> Ibidem.



quase a fez perder o emprego, não fosse a intervenção do presidente da casa Anísio Brito, Sr. Simplício Mendes que, depois de uma conversa com Teresinha para esclarecimento dos fatos, pediu ao Capitão Astrogildo que não a convocasse mais para interrogatório.

Para Teresinha, a Biblioteca era um lugar estratégico para encontrar as pessoas e articular os jovens. Certo dia o João Gualberto lhe avisou que ela seria chamada para depor na DOPS. Ela, por medo, chegou a passar dois dias escondida na casa de João Gualberto, mas na segunda-feira, quando retornou ao trabalho, percebeu que um rapaz da DOPS se aproximava da Biblioteca com um envelope na mão. Ela, imediatamente, fechou a porta e, daquela vez, conseguiu adiar um pouco a convocação, mas à tarde o rapaz voltou e entregou-lhe o “convite”.

Teresinha foi convocada para depor por três vezes e sobre aquele momento lembra:

Aí eles investigaram primeiramente querendo saber o meu envolvimento com o Antonio José, com o Benoni [...] Qualquer coisa é perigoso dizer que conhecia aí eu disse: não conheço. Que quando eu vou saindo da investigação o Antonio José vai entrando. Ele não ficou surpreso. O Antonio José foi maduro. Aí você disse que não conhece, é lá da sua cidade. Aí eles pegaram os meus documentos, pegaram até o meu registro de nascimento. Eles leram e aí disseram: Você disse que não é parenta do Antonio José Medeiros, e sua avó é bem aqui é Medeiros, e lá de União. Não é parente. E ficaram desconfiados comigo, aí eu fiquei calada, não me alterei de jeito nenhum. Aí me despacharam, mas disse que eu ficasse de aviso que eu podia se chamada novamente.<sup>149</sup>

Teresinha ficou de certa forma desorientada e por medo achou melhor dizer que não conhecia até mesmo o Antonio José, que ainda era seu parente. Ela também lembra que:

[...] Eles queriam saber do movimento, a turma que fazia o trabalho com a gente, os padres, o Dom Avelar, se ele era subversivo. Eles

---

<sup>149</sup> SANTOS, Teresinha de Jesus. *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, abr. 1998.

insistiam que ele era subversivo, que era pra me amedrontar. [...] Eles falavam pra mim que Dom Avelar era subversivo e eu sabia. Então eles insistiam que eu dissesse qualquer coisa que incriminasse Dom Avelar e o padre Manoel de Jesus.<sup>150</sup>

O padre Manoel de Jesus era de Parnaíba, mas tinha vivido no Rio de Janeiro, trabalhando como professor e integrando a equipe nacional da JOC juntamente com a Marli, que era natural de São Luis. Eles haviam sido presos no Rio e, dos dois, ela foi a que mais sofreu com as torturadas.

Antonio José, em seu depoimento, não se caracterizou como pertencente a JEC, nem a JUC, mas se identificou como pertencente ao grupo de esquerda católica. Contudo ele esteve bastante envolvido com as atividades estudantis quando ainda era secundarista e depois como acadêmico na Faculdade Católica de Filosofia do Piauí.

Quando ainda estudante no Colégio Diocesano, no ano de 1964, também freqüentava uma academia literária no Seminário, onde havia a Academia Literária São Luis Gonzaga, para os menores, a Academia São Cura Dars, para os médios e a Academia Imaculada Conceição, para os maiores. Em 1963, foi eleito presidente da Academia Imaculada Conceição quando liderou uma campanha para transformar a Academia em Grêmio Estudantil. Depois de muita resistência do Monsenhor Melo, por causa da agitação do movimento de esquerda e do Partido Comunista, a proposta foi aprovada.

Depois da criação, o Grêmio, filiou-se à UPES (União Piauiense de Estudantes Secundaristas), que naquela época tinha como presidente o Cleber do Rego Monteiro, integrante da JEC e do MEB. Ele era uma referência dentro do movimento estudantil para a juventude católica. O importante é perceber que havia a célula da JEC fortalecendo o movimento estudantil no Piauí, que na década de

---

<sup>150</sup> SANTOS, Teresinha de Jesus. *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, abr. 1998.

sessenta teve importante participação nas mobilizações do momento, como se tem evidenciado ao longo dessa pesquisa.

Antonio José ressalta que no ano de 1967, juntamente com seu amigo Odilon Pinto, ambos estudantes secundarista, resolveram criar um panfleto de protesto contra a eleição indireta que deveria eleger Costa e Silva para suceder o Presidente Castelo Branco. Sobre aquele episódio ele diz:

E mandamos fazer dois mil panfletos, no jornal O Dominical, que era o Jornal da Diocese. Nós éramos amigos do pessoal lá, dos gráficos, e eles fizeram esses panfletos, e nós distribuímos; à noite saímos jogando dentro dos muros de todos os colégios pra quando os estudantes chegassem de manhã eles vissem lá os panfletos. Como o panfleto usava um clichê muito conhecido do jornal O Dominical, a polícia foi lá no Dominical e o senhor Mariano disse: 'Não, foi o Odilon e o Antonio José que pediram pra fazer esses panfletos aqui'. O Odilon foi preso e eu não fui preso porque era de menor, eu tinha dezessete anos na época, mas fui chamado pra prestar depoimento. Era o Coronel Jales, delegado da DOPS, aí eu falei tudo que tinha feito mesmo e que eu era democrata contra a ditadura e que aquilo era um protesto contra a eleição indireta, etc., aí ele foi mais dar uns conselhos, que cuidado tinha muito comunista metido nesse negócio que se envolvia a gente, etc. <sup>151</sup>

Percebe-se a postura segura do depoente, que se dizia também bastante consciente do que estava fazendo. Entretanto, quando seu pai soube dos acontecimentos, veio às pressas a Teresina e, juntamente com o deputado Bona Medeiros, foi à DOPS e anulou aquele depoimento, justificando que ele não poderia fazê-lo por ser menor de idade. Então o pai fez outro depoimento e assinou sem o comprometer. Para Antonio José, esse foi seu primeiro incidente com a ditadura.

Ao falar sobre 1968, diz que foi o ano em que começou a fazer Filosofia na FAFI, sendo que muitos estudantes, que entraram para a Faculdade naquele ano, tiveram participação na JEC e na Comissão Estadual de Liturgia, coordenada naquela época pelo professor Diogo. A equipe de Liturgia reunia cerca de 20 a 30

---

<sup>151</sup> MEDEIROS, Antonio José de Castelo Branco. *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, set. 1997.

peessoas, dentre elas faziam parte o Zé Reis, a Bomfim, a Conceição Mesquita que tinha sido da JEC em Floriano, a Maria Augusta, que era professora aposentada, a Socorro Veloso e o Antonio Ferreira.

Essa equipe tinha uma atuação mais voltada para o estudo e o debate de temas relacionados às novidades do Concílio Vaticano II, dos debates entre cristianismo e marxismo, mas em 1968, já na FAFI, esse grupo passou a ter uma atuação que eles consideravam mais política. Debatiam os temas da política nacional e os documentos da Igreja, publicavam e divulgavam aquele material entre os estudantes e as outras lideranças. A FAFI congregava também nos eventos as lideranças estudantes das outras faculdades existentes em Teresina como a Faculdade de Direito, de Medicina e Odontologia.

Antonio José ainda recordou que em 68, ano de grande mobilização da juventude, aquele grupo da FAFI promoveu uma palestra na Faculdade com Dom Fragoso <sup>152</sup>, que segundo ele, reuniu mais de trezentas pessoas e foi um acontecimento na cidade. A palestra foi toda gravada e depois de transcrita foi publicada e distribuída em toda a faculdade. Ele ressaltou que quando esteve preso sob a acusação de ter participado da pichação da cidade, os policiais diziam:

Que eu fazia parte do grupo Dom Fragoso, que de fato esse grupo não tinha esse nome, era um grupo de pessoas muito informal que o objetivo era mais debate e denúncia, era o espaço que a gente tinha pra manter um debate crítico de análise da realidade piauiense, da realidade brasileira e da análise das idéias novas do diálogo do cristianismo com o marxismo, socialismo, essas idéias que a gente discutia e fazia denúncias com recorte de jornais, com panfletos mais dentro da Faculdade. Tentamos uma vez nos aproximar um pouco do Sindicato dos Trabalhadores Rurais junto com o MEB, mas aí depois o pessoal, a polícia, a DOPS começou a acompanhar a gente nessas reuniões e o próprio pessoal do MEB ponderou que era bom não levar os universitários juntos porque eles, o MEB já tinha aquele

---

<sup>152</sup> Dom Fragoso era naquela época Bispo da Diocese de Crateús no Estado do Ceará, era amigo de Dom Avelar e tinha uma postura crítica ao regime militar, como parte do episcopado brasileiro que tinha uma postura que na época se dizia mais progressista. No depoimento de Antonio Ferreira ele declara que “bispos como Dom Hélder, Dom Fragoso, Dom José Maria Pires que davam total apoio ao movimento (contra a repressão) eram ‘personas non gratas’ ao regime”.

trabalho mesmo, mas levar os universitários juntos porque chamava a atenção da polícia e podia prejudicar o próprio trabalho.<sup>153</sup>

A Faculdade de Filosofia constituía-se, naquela época, como espaço de liberdade para a juventude, sobretudo de liberdade de expressão, de encontros de debates e reflexões, espaço onde se pensava sobre os problemas que afetavam a humanidade como um todo, tempo em que os jovens reconheceram seu potencial e não se intimidaram na busca de uma participação política mais efetiva e no exercício da cidadania. A FAFI teve uma representação considerável na vida daqueles que passaram por aquela instituição. O professor Diogo José<sup>154</sup>, que naquela época era uma liderança de destaque no meio estudantil daquela faculdade, relembra o que ela representou naquele momento:

A Faculdade de Filosofia era um espaço de discussão de idéias do ponto de vista mais avançado. A gente acompanhava toda a discussão que havia em âmbito nacional, a Faculdade de Filosofia levava isso à discussão em assembleias; havia naquela época as Semanas Culturais, noites de debate e isso era aberto ao público. Reuniam-se os estudantes e pessoas da sociedade e os temas eram discutidos abertamente com participação livre de todas, eram encontros bastante interessantes, sobre toda a problemática; os temas eram os mais variados, eram temas políticos, temas sociais eram levados à discussão nessas assembleias, nesses movimentos culturais que a FAFI promovia. E a FAFI tinha uma posição até reconhecida no local como sendo uma posição de vanguarda relativamente até às outras faculdades. O que eu diria era que a FAFI tinha uma presença de pensamento e isso congregava as pessoas. Isso eu vi desaparecer um pouco com a fundação da

---

<sup>153</sup> Ibidem.

<sup>154</sup> SOARES, Diogo José Airesmoraes. *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, set. 1998. É irmão do Padre Raimundo José, nasceu em São Pedro do Piauí em 2 de novembro de 1941. Estudou no Seminário de Fortaleza, onde cursou Filosofia e Teologia, mas não chegou a ser ordenado padre. Retornou do Seminário em 1967 e, a convite de Dom Avelar, assumiu a Coordenação Arquidiocesana de Catequese. Como jovem professor da FAFI foi bem quisto pelos estudantes pelo apoio e estímulo que os dava nos eventos, nos debates, nas discussões em assembleias. Em 1968 foi preso pelos militares juntamente com o grupo de estudantes da FAFI que era responsável por toda a efervescência dentro da Faculdade, suspeitos de terem participado da pichação da cidade. Permaneceu na prisão por 20 dias. Para os militares sua prisão foi uma forma de neutralizar a ação do movimento estudantil. Quando foi fundada a Universidade Federal do Piauí integrou o quadro dos professores daquela instituição. Teve que se ausentar enquanto fazia uma especialização, mas quando voltou, depois de uns três meses, foi demitido por razões políticas. Esse episódio o afastou do Piauí, permanecendo uma temporada no Rio, outra na Alemanha e por 13 anos em Brasília. Voltou para a Universidade Federal do Piauí por força da Anistia.

Universidade, muita coisa devido ao caráter de massa da universidade, isso desapareceu. Na FAFI os alunos não se reuniam apenas em sala de aula não, se você visitasse a Faculdade nessa época, a Faculdade funcionava, não em termos de aula, mas em grupos de estudos que funcionavam de segunda a segunda. Havia sábado e domingos, às vezes sábado à noite em que os alunos estavam em grupinhos, grupos que se revezavam, mas eles estavam discutindo determinadas temáticas da atualidade.<sup>155</sup>

O professor Diogo fala da dinamicidade da Faculdade, destacando os espaços de discussão da realidade construídos naquela instituição pelo protagonismo dos próprios estudantes que aos poucos iam tecendo as relações com a comunidade acadêmica e com a sociedade, proporcionando um debate mútuo, fértil e necessário ao Piauí naquele momento. No entanto, esse intercâmbio teve uma existência fugaz, pois logo aqueles protagonistas também foram reprimidos e calados por um regime fechado, com seus conceitos e pré-conceitos, que não admitia a pluralidade nem a tolerância como princípios construtores da liberdade. Dessa forma foi fechado um ciclo da nossa história que ainda estava por vir, foi retirado do palco o ator já pronto para o espetáculo que, de tão atordoado, saiu por aí a vagar, procurando um lugar onde pudesse se encontrar. E alguns deles não se encontraram, enquanto para outros o encontro com uma nova realidade foi doloroso, principalmente quando as acusações não eram respaldadas nas ações de subversão que os militares suspeitavam, mas os acusadores sustentavam as suas argumentações, deixando ao acusado um sentimento de injustiça.

Para Antonio Ferreira<sup>156</sup>, aquela época foi caracterizada por uma forte consciência política dos jovens, especialmente do estudante universitário, e um forte sentimento de rejeição e contestação ao regime político, à ditadura militar. Para ele:

No Piauí, a FAFI simbolizou esse movimento de resistência e de contestação ao regime implantado em 64 e representou o

---

<sup>155</sup> SOARES, Diogo José Airesmoraes. *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, set. 1998.

<sup>156</sup> SOBRINHO, Antonio Ferreira de Sousa. *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, jun. 1998.

pensamento mais progressista desse período, diferentemente da Faculdade de Direito, que representou o pensamento mais conservador e reacionário e que se aliava à ditadura militar. Os estudantes da FAFI, na sua grande maioria estavam organizados em vários tipos de movimentos de tendência mais marxistas como a AP (ação Popular) a movimentos de tendência mais religiosa como a JUC (Juventude Universitária Católica). [...] A FAFI foi ao meu entender um dos mais significativos símbolos da resistência ao regime militar de 64. A luta permanente da maioria de seus alunos, da maioria de seus docentes pela instituição do estado de direito, pelo fim da censura, por mais liberdades. Ali também se iniciou um processo de luta contra o desmonte da educação e da saúde pública no nosso país. A FAFI foi a melhor escola de formação para a cidadania que o Piauí já teve.<sup>157</sup>

Antonio Ferreira conta que chegou a participar da AP, mas não teve militância devido à prisão da principal liderança. Em 1969, ainda estudante daquela Faculdade, engajou-se no movimento de Educação de Base e lembra como a censura da época demonizava certas palavras como conscientização, liberdade, libertação dentre outras. Seu trabalho no MEB era diretamente com as populações carentes da zona rural de vários municípios piauienses, como Campo Maior, União, Regeneração e outros.

A juventude universitária piauiense se articulava com o movimento em nível nacional e, na mobilização estudantil em preparação para o Trigésimo Congresso da UNE (União Nacional de Estudantes), a realizar-se na cidade de Ibiúna, em São Paulo, organizado de forma clandestina, foi eleito o Antonio José representando o Piauí, que contou o seguinte sobre aquele Congresso:

Lá todo mundo foi preso, inclusive eu fui preso. Foi a primeira vez que fui preso. Ai, aquilo deu uma repercussão aqui em Teresina. Nesse tempo Dom Avelar era ainda Arcebispo de Teresina e coincidiu, de, em outubro, ser a festa da padroeira em União, Nossa Senhora dos Remédios. Dom Avelar foi pra União, pra festa da padroeira, foi quem levou a notícia pra minha família, foi lá confortar o papai e a mamãe. Quando aqui as notícias começaram a sair, ele entreviu junto a Rádio Pioneira, ao Jornal O Dominical pra que não fosse dada àquela versão de subversivo, preso, pra dar uma versão mais equilibrada da coisa; e fiquei preso oito dias em São Paulo respondendo interrogatórios, não houve tortura, prisão de estudantes

---

<sup>157</sup> Ibidem.

em massa, 700 estudantes, depois foi todo mundo solto; eles pegaram o pessoal do nordeste botaram dentro de um ônibus e mandaram deixar em Recife. [...] o dinheiro que eu tinha levado pra passar três dias em São Paulo, conhecendo São Paulo, deu pra pagar a passagem de avião de Recife pra cá. Aí fiquei visado como subversivo porque tinha sido preso em São Paulo, faz parte do movimento em nível nacional, etc. Aí nós ainda fizemos uma série de movimentos na Faculdade de Filosofia.<sup>158</sup>

Para o depoente aquela experiência foi uma grande aventura, relembra com naturalidade a sua primeira viagem de avião num DC3 da Varig de Recife a Teresina. Aquele episódio da prisão no Congresso clandestino da UNE marcou o início de uma militância que não seria bem vista pelos militares e teria suas conseqüências em outros momentos que se confrontou com os militares. E novos acontecimentos não demoraram a ocorrer.

Era o ano de 1969, período em que a AP já havia rompido com os ideais da esquerda católica, passando a se identificar com a proposta do marxismo-leninista. O grupo da AP de Teresina que estava mais ligado aos estudantes secundaristas, organizados no Colégio Liceu, cuja liderança era o Benoni Alencar, fez uma pichação na cidade com os dizeres: “Abaixo a ditadura... Fora o imperialismo...” E quando a cidade amanheceu toda pichada, os militares, não sabendo quem eram os autores de tamanha ousadia, foram prendendo todos os que eram considerados suspeitos de subversão. Acerca daquele momento lembra Antonio José:

Fui preso eu, foi preso o Diogo, foi preso o Ubiraci, foi preso o Zé Reis, foi preso o Evaldo Cunha e Silva, e foi preso também o Benoni, o Marcos Igreja, o Luis Ribamar, umas dezessete a dezoito pessoas foram presas. Aí todo mundo foi interrogado lá na Guarnição. Ficamos separados, cinco num lugar, cinco noutra, o Diogo ficou isolado aqui na Ilhota no Quartel da Polícia. E fomos interrogados no 25º BC, nessa época já era a Polícia a Guarnição Federal. Além de perguntar sobre a pichação, e eu muito tranqüilo porque realmente eu não tinha participação, aí ele perguntava sobre esse grupo Dom Fragoso e qual era nossos planos, como se a gente tivesse fazendo

---

<sup>158</sup> MEDEIROS, Antonio José de Castelo Branco. *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, set. 1997.



uma grande conspiração, existia só um processo e um debate cultural e uma denúncia política, ninguém nunca pensou em fazer luta armada, nosso grupo nunca pensou nisso. É, mas passamos dezessete dias na prisão, e isso foi mais ou menos em abril de 1969.

159

Aquela prisão dos estudantes e do professor Diogo constituiu-se motivo de querelas entre a Igreja Católica e os militares naquele momento. Como o Arcebispo encontrava-se ausente da cidade, o então Vigário Geral Monsenhor Chaves declarou que cada padre tomasse a decisão motivada pela sua consciência. Dessa forma coube ao Padre Raimundo José a iniciativa de reunir alguns clérigos e algumas freiras para discutirem o ocorrido. Daquela reunião saiu a decisão de ler nas missas do domingo um trecho da homilia do Cardeal Câmara do Rio de Janeiro, proferido no domingo anterior, em defesa dos padres Carmelitas de Belo Horizonte que haviam sido presos pela chamada “revolução”. Relembrando aquele momento conta o Padre Raimundo José:

E aí nós simplesmente lemos e contamos o episódio que foram presos na noite alguns estudantes, inclusive o professor Diogo, que era professor da Faculdade. Aí o pessoal dos militares achou ruim, aí publicaram uma nota na rádio, nas seis rádios dizendo que o clero tinha se insubordinado contra as autoridades, Dom Avelar não estava aqui, e que tinha sido encabeçada por mim porque eu era irmão do professor Diogo que não era padre. Eu tinha encabeçado essa reunião, inclusive, que o Vigário Geral não tinha aprovado, ele tinha votado contra. E aconteceu que no dia seguinte era domingo de manhã, quem primeiro leu a nota foi o padre Rego que era vigário, era capelão do hospital. Ele estava trabalhando na Maternidade. Na Maternidade assistia missa o Secretário de Segurança e o senhor Paulo Freitas... O padre Rego leu a nota ‘olha está havendo um movimento aí não sei o que houve, prenderam os estudantes, prenderam o Diogo e então mandaram a gente ler essa nota’, aí leu a nota não explicou nada.<sup>160</sup>

Os militares se aborreceram com a atitude do clero de Teresina não simplesmente porque alguns padres fizeram apenas a leitura sem dar as devidas explicações. Naquele momento qualquer atitude ou pronunciamento público

---

<sup>159</sup> Ibidem.

<sup>160</sup> SOARES, Pe. Raimundo José Airesmorais. *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, abr. 1998.

supostamente contrário às determinações dos militares poderia incorrer em grandes mal-entendidos.

Conforme já expresso no depoimento do padre Raimundo José, o fato de alguns padres lerem nas missas de domingo a homilia do Cardeal Câmara, explicando que situação semelhante estava acontecendo em Teresina com alguns estudantes e com o professor Diogo, desagradou bastante aos militares, que logo em seguida elaboraram uma nota <sup>161</sup>, que chegou a ser veiculada nas rádios a cada quinze minutos, justificando as prisões efetuadas e advertindo a população contra os padres que estavam querendo sublevar o povo usando o púlpito da Igreja. Com a divulgação daquela nota, os militares queriam que o Monsenhor Chaves, como maior autoridade eclesiástica naquele momento, proibisse os padres de fazerem a leitura da homilia do Cardeal do Rio nas missas, mas isso não ocorreu como lembra o padre Raimundo José:

Aí os militares publicaram a nota. De quinze em quinze minutos a rádio dava, dizendo que eu tinha encabeçado a reunião, que o Vigário Geral não tinha aceitado, mas que a Igreja estava usando pregação pra se rebelar contra as autoridades constituídas e que Exército ia abater que não ia deixar que a baderna se intrometesse. Aí eu gravei a nota porque eles não dão nada pra ninguém. Gravei uma nota e depois tirei cópias e fui ao Vigário Geral, aí eles disseram que Monsenhor Chaves ia dizer que não era mais para ler a nota (quer dizer a homilia). Aí eu fui ao Monsenhor Chaves e disse: Eu acho que pelo menos você não deveria deixar que essa nota fosse lida na Rádio Pioneira. O Monsenhor Chaves foi conversar com eles, eles concordaram, a nota não foi lida na Rádio Pioneira, mas passou a ser lida nas outras. Eu disse a Monsenhor Chaves, eu digo o seguinte: eu vou ler na missa todas as notas, aqui, e vou explicar. Eu ainda tenho duas missas pra celebrar, e eu vou ler na missa a não ser que você me proíba de celebrar, mas se eu celebrar eu vou fazer. Ele disse: não, não proíbo de celebrar, aí eu fiz. Então nós impetramos um mandato de segurança para soltura do Diogo, mas o mandato de segurança foi negado aqui; nós apelamos para Brasília, levaram para Brasília e ele terminou ficando quase um mês preso. O interrogatório dele foi a coisa mais estapafúrdia do mundo, eles perguntaram cada coisa fora de rumo, e aí eles fizeram um IPM, e foram chamados a depor eu por ser da Faculdade, o Monsenhor Luis

---

<sup>161</sup> Ver a nota em anexos.

Soares e o Padre Ivo que era um padre francês que naquele tempo era lá do Parque Piauí.<sup>162</sup>

Nesse trecho da entrevista percebe-se a preocupação e o empenho do Padre em fazer algo que pudesse contornar aquela situação. No entanto, depois da decisão de falar nas missas de domingo sobre as prisões de estudantes e do professor da FAFI, a situação parecia se complicar ainda mais, uma vez que os militares, ao se sentirem desafiados, utilizaram as rádios para veicularem nota contra a atitude do clero. Se os militares estavam agindo corretamente ao efetuaram as prisões de pessoas subversivas, porque não prenderam os padres que, segundo eles, tinham feito protestos nas missas se rebelando contra as autoridades constituídas tentando sublevar o povo?

Naquele domingo as missas em algumas igrejas não tiveram o clima tranqüilo, sereno e meditativo, em que muitas pessoas buscam alívio para as suas angústias. Para alguns padres, o clima fora de indignação, por aquelas pessoas estarem sofrendo e sendo presas injustamente. Aquele domingo foi longo, de manifestações do clero nas missas, manifestações dos militares pelas rádios locais, conversas, negociações entre Monsenhor Chaves e os militares tentando impedir que a nota dos militares fosse veiculada na rádio da Igreja Católica. Aquele foi um domingo de ânimos exaltados.

O Padre Raimundo José escreveu uma longa carta <sup>163</sup>, datada de 18 de fevereiro de 1969, dirigindo-se às autoridades responsáveis pela segurança em Teresina e, ao longo de 21 itens, procurou explicar e esclarecer qualquer equívoco sobre a atitude do clero contra as prisões efetuadas e que, segundo ele, foram mal interpretadas pelos militares quando divulgaram a nota nas rádios.

---

<sup>162</sup> SOARES, Pe. Raimundo José Airesmorais. *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, abr. 1998.

<sup>163</sup> Ver carta em anexo.

Quando Dom Avelar retornou a Teresina e tomou conhecimento daqueles acontecimentos, escreveu duas cartas <sup>164</sup> ao Comandante da Guarnição Federal, uma datada de 18 de fevereiro de 1969, solicitando esclarecimentos sobre o envolvimento do Padre Raimundo José em um IPM (Inquérito Policial Militar), e a outra, de 15 de maio do mesmo ano, requerendo informações acerca do resultado do IPM que envolveu o professor Diogo, que na época exercia funções ligadas à Igreja.

Cessados esses acontecimentos entre o clero e os militares depois da soltura das pessoas presas, lembra o Antonio José que, mesmo tendo entrado uma ditadura mais “braba”, eles continuaram o movimento estudantil, com muita cautela, mas em setembro de 1969, ocorreu a sua terceira prisão, quando ele e outros participavam de uma reunião na coroa do Rio Parnaíba em solidariedade aos presos políticos, como foi mencionado anteriormente. Tendo permanecido na prisão por nove meses, ele ficou reprovado por falta, mas como o regimento da Faculdade permitia fazer “segunda época” quando fosse reprovado por falta, ele tomou a seguinte decisão:

Eu fiz um requerimento para o Juiz, e o Juiz me autorizou a ir fazer as provas de “segunda época” em fevereiro de 70. Mas, aí um agente da DOPS me acompanhou lá do quartel de polícia pra Faculdade. Na primeira vez ele quis entrar na Faculdade, aí o Padre Raimundo José disse: ‘aqui você não entra, eu me responsabilizo pelo rapaz, você vem até a porta e entrega ele, eu lhe devolvo ele na porta’. Na primeira vez o cara não aceitou, voltamos de novo para o Quartel pra ele perguntar ao Capitão Astrogildo, que era o Delegado, se podia deixar ou não. O Capitão disse: bom se o padre se responsabiliza, tudo bem. Então aí foi a atitude do padre Raimundo José. <sup>165</sup>

Nesse trecho da entrevista Antonio José ressalta a postura do padre Raimundo José quando proibiu o policial de escoltar o estudante até à sala de aula,

---

<sup>164</sup> Ver cartas em anexo.

<sup>165</sup> MEDEIROS, Antonio José de Castelo Branco. *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, set. 1997.

deixando-o livre dentro da faculdade para fazer as provas. Ele relembra também como naquele tempo houve muita pressão do Secretário de Segurança para que houvesse repressão aos estudantes dentro da Faculdade. Mas, para ele, houve sempre um clima de muita liberdade,

[...] Uma época eu era candidato à presidente do DCE (Diretório Central dos Estudantes) e o vice era até o padre Tony que era aluno da Faculdade, e a irmã aqui do hospital de São Vicente, irmãs Caridade São Vicente de Paula, era secretária da chapa. Pra você ver todo esse grupo da chamada esquerda católica que estava na chapa. E veio o ofício do Secretário de Segurança, que era o Sebastião Leal, que eu não fosse candidato, senão iria aplicar o decreto 477, me expulsando da universidade, se o diretor não tomasse providência. Aí o padre Raimundo José saiu de classe em classe lendo esse ofício, mas, que a decisão era minha. Nós reunimos a chapa, foi melhor eu sair. A candidata foi a Maria Augusta, no meu lugar. Nós fomos eleitos, eu não pude ser presidente, mas, nossa chapa foi eleita.<sup>166</sup>

O depoente ressalta que mesmo em clima de grande vigilância por parte dos militares, na Faculdade prevalecia um clima de liberdade e opção em relação à organização estudantil e ao debate dos problemas políticos e sociais vigentes, embora por vontade dos militares devesse prevalecer a repressão.

Sobre essas questões o padre Raimundo José lembra que os militares quiseram intervir na Faculdade porque havia um grupo muito ativo, era o mesmo grupo de pessoas que o Antonio José denominava de esquerda católica cujos nomes já foram citados anteriormente. Mas para o padre,

[...] A intervenção maior que eles queriam fazer na Faculdade era provocara a expulsão de Antonio José da Faculdade. Eu era diretor da escola e um dia eu recebi a visita do Secretário de Segurança, na ocasião, o Sebastião Leal. Ele foi lá e me disse que eu devia expulsar o Antonio José da Faculdade. [...] Então eu disse 'olha o Antonio José, eu não tenho nada contra ele, ele é um bom aluno e eu não tenho como expulsá-lo; ele disse, 'mas o comandante da Guarnição Federal, do 25º BC manda dizer para o senhor que ele deve ser expulso'; eu disse, 'pois então diga o comandante da Guarnição que se ele quiser venha expulsá-lo porque eu não expulso, agora como vocês têm o poder na mão vocês podem

---

<sup>166</sup> Ibidem.

inclusive me tirar da direção da Faculdade, se puderem porque a faculdade é particular, da Arquidiocese, e Dom Avelar tem muito prestígio. Então ele voltou a insistir e eu disse, pois não vou expulsá-lo. E de fato não expulsei, mas o Antonio José foi preso. Aí eles tiveram muitas dificuldades de ordem geral, estavam fazendo muitas arbitrariedades. Aqui fizeram várias Comissões parlamentares de Inquérito, Inquérito Policial Militar (IPM) Eu respondi a um deles, fui indiciado, meu nome está na lista daquele livro de Dom Paulo Evaristo.<sup>167</sup>

O narrador manifesta certa indignação diante da proposta do Secretário de Segurança de expulsão do estudante. Mas numa atitude destemida ele o desafia dizendo que não acatará as suas ordens deixando aos militares a alternativa para eles tomarem as decisões, inclusive em relação à direção da própria Faculdade.

Para esse sacerdote, aqueles momentos foram muito tensos, pois em meio a tantas dificuldades havia suspeitas de que os militares seriam os responsáveis pela explosão de uma bomba na Faculdade. No entanto, depois desse episódio, a situação foi se acalmando.

Diante daquela situação nenhuma medida foi tomada pelos militares que contrariasse a decisão do clérigo, mas as conseqüências vieram depois, no período em que foi criada a Universidade Federal do Piauí, em 1970. Os diretores das Faculdades, que se agruparam para aquela fundação, tinham lugar garantido no Conselho Diretor da Universidade até que se completasse o mandato. Como reitor foi nomeado o Professor Robert Wall de Carvalho, que era Desembargador e professor da Faculdade de Direito. A Universidade começou a funcionar sem o Conselho Diretor e, de acordo com o padre Raimundo José, circularam alguns boatos de que o Conselho Diretor não tinha sido nomeado por causa dele, que vivia falando contra a “revolução”. Em razão desse mal entendido relembra o prelado:

Aí então Dom Avelar fez uma carta para o ministro da Educação, que na ocasião era o Jarbas Passarinho, querendo saber se tinha

---

<sup>167</sup> SOARES, Pe. Raimundo José Airesmoraes. *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, abr. 1998.

veracidade esse boato. O Ministro da Educação respondeu que tinha. Que eu de fato poderia ser uma pessoa destemida, mas que o governo não iria concordar nomear pra membro do conselho da Universidade uma pessoa que não concordava com o governo. Se Dom Avelar não mudasse, não estaria colaborando para o desenvolvimento do Piauí, e que Jarbas Passarinho tinha enviado a Teresina um emissário pessoal dele e esse emissário comprovou que eu vivia falando contra a “revolução”. Eu nunca falei contra a revolução publicamente. Apenas quando eles quiseram intervir na Faculdade eu me opus. Aí Dom Avelar escreveu para o Ministro dizendo que se ele desse um argumento convincente, provas, ele me trocaria, mas senão ele não trocaria, eu merecia a confiança dele e ele não me mudava. Nessa época Dom Avelar foi transferido para Salvador, aí veio Dom Falcão, eu contei toda a história a Dom Falcão e aí ele disse: ‘olhe rapaz eu não vou criar problema com esse pessoal, não quero brigar com eles, eu vou conservar seu nome, mas vou botar mais um’. Ele botou outro nome, eram três, mas só dois entraram e é claro que nomearam os outros dois e eu fiquei de fora. Nomearam o Monsenhor Chaves e o Professor Clemente.<sup>168</sup>

Nota-se que aquelas pessoas que de alguma maneira contrariaram as determinações dos militares, sofreram algum tipo de punição, que na grande maioria das vezes se constituiu na negação ou na falta de acesso aos direitos sociais e políticos garantidos aos cidadãos.

A marcação dos militares a Antonio José perdurou por todo o período de militância estudantil e continuou mesmo depois de terminados seu estudo acadêmico, quando foi convidado por Manoel Emílio, ex-assessor dos sindicatos católicos até 64, para trabalhar na DEMABE (Companhia de Desenvolvimento da Boa Esperança), na organização comunitária das populações de Nova Iorque e Guadalupe, que estavam sendo deslocadas por causa da construção da barragem. Ele aceitou o convite, mais depois de dois meses Manoel Emílio começou a ser pressionado pelo SNI para dispensá-lo, pois não deveria trabalhar em órgão público, visto que aquela empresa tinha convênio com a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste).

Depois daquele episódio, Antonio José, desapontado e decepcionado, conseguiu, através do Padre Raimundo José, uma indicação para fazer um curso

---

<sup>168</sup> Ibidem.

com os padres Jesuítas em Salvador em 1971, época em que Dom Avelar já havia sido transferido para aquela capital. Como lá o curso era para nível secundário, o Padre André, que o recebeu em Salvador, orientou-o para procurar Dom Avelar, que ele o recomendaria ao diretor do Curso do IBRADES no Rio de Janeiro, pois o curso já havia iniciado. Sobre aquele momento ele recorda seu encontro com Dom Avelar:

Aí eu criei coragem e fui até lá um dia almoçar com Dom Avelar. O Tony era seminarista lá e fazia às vezes um pouco de secretário particular de Dom Avelar, almoçamos juntos, eu, Dom Avelar e o Tony, lá no Palácio de Dom Avelar. E o Dom Avelar fez um bilhete me apresentando e que o Padre Ávila me recebesse. Ele recebeu esse bilhete, lá disse: 'olha eu lhe mostro esse bilhete', aí mostrou esse bilhete dizendo que Dom Avelar gostava muito de mim e que eu era o menino de ouro dele, usa até essa expressão que até hoje eu fico orgulhoso de dizer isso. Com a recomendação de Dom Avelar eu fiquei no IBRADES e fiz um ano do curso lá, que primeiro, no semestre a gente estudava Introdução à Sociologia, Introdução à Economia, Introdução à Economia, Introdução à Política e Introdução à Teologia e no segundo semestre a gente estudava Economia Brasileira, Sociologia Brasileira, Cultura Brasileira, Política Brasileira e Igreja no Brasil. Foi a minha passagem da Filosofia para a Sociologia, foi um dos anos que eu estudei mais na minha vida, a gente tinha uma bolsa tempo integral, tinha as aulas de manhã, ficava de tarde pra estudar e às vezes eu ficava à noite lá, li como nunca tinha lido.<sup>169</sup>

Para esse entrevistado, depois de uma tentativa frustrante ao ser impedido pelos militares de trabalhar em uma empresa pública, ele conseguiu mais uma vez a proteção e o encaminhamento para os estudos através da instituição católica que acolheu muitos perseguidos político. Depois que ele terminou o curso do IBRADES passou para o Mestrado no final de 1972. Sua estadia no Rio de Janeiro foi em um ambiente católico onde a Igreja tinha um espaço alternativo de discussão crítica. Ele relembra como viveu naquele período uma crise de fé e que o Padre Antonio Abreu, Jesuíta, era a pessoa da sua confiança com quem tinha toda a abertura e confiança para falar daquela experiência que se aguçava. Foi orientado a fazer muitas leituras e na tentativa de encontrar alguma resposta, chegou a ler

---

<sup>169</sup> Ibidem



quatorze livros, um seguido do outro. Depois de passada a crise de fé viveu uma crise existencial da qual ele diz:

[...] Eu não queria luta armada, tinha aquele negócio à juventude no disbunde de sexo, de drogas que eu não queria ficar só um intelectual, e nessa angústia resolvi dar uma volta ao mundo. Vendi tudo que tinha, coloquei a mochila nas costas e sai andando aí pela Amazônia e depois subi a América Central e fui bater no Canadá. E lá no Canadá encontrei muitos brasileiros exilados e o pessoal insistiu muito e eu terminei ficando por lá. Quando eu voltei pra cá (Teresina-Piauí) em 76, aí eu abri uma livraria porque não consegui emprego em lugar nenhum, nem na universidade.<sup>170</sup>

O retorno do entrevistado para Teresina permitiu que ele encontrasse com os grupos sociais ligados à Igreja Católica, pois já havia iniciado aqui o trabalho da CPT (Comissão Pastoral da Terra), que era uma ação desenvolvida pelos Padres do Parque Piauí, sobretudo pelo Padre Sandro e pela Suzana, que para o entrevistado foi uma das pioneiras no trabalho da CPT no Piauí. Também foi convidado por aquele grupo para atividades de assessoria e a partir daquela prática ele assegura que fez nascer o CEPAC (Centro Piauiense de Ação Cultural), a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e o PT (Partido dos Trabalhadores).

Para Antonio Neto<sup>171</sup>, na década de 1970, quando ele começou a participar dos grupos de jovens na sua Paróquia, no bairro Redenção, os jovens daquela época não tinham uma visão politizada da sociedade; entre eles predominava uma concepção mais festiva e voltavam-se para a participação na missa jovem. Mas aos poucos eles foram introduzindo uma nova filosofia de participação na Igreja: a filosofia dos movimentos da Ação Católica, onde se discutia a problemática do desemprego, da fome e da marginalização, caracterizando um trabalho mais politizado.

---

<sup>170</sup> MEDEIROS, Antonio José de Castelo Branco. *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, set. 1997.

<sup>171</sup> SOUSA NETO, Antonio Rodrigues de. *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, out. 1997.

Para esse entrevistado, quando o movimento jovem assumiu esta linha mais festiva, sem preocupação com a situação do país, por causa da repressão militar, o movimento conseguiu reunir nos encontros realizados no Centro de Treinamento da Socopo, cerca de quinhentos jovens. Foi com muita cautela que eles conseguiram formar pequenos núcleos da JOC nos bairros Redenção, Monte Castelo e Parque Piauí, e realizar algumas ações mais específicas, como reivindicações dos ônibus, devido à precariedade do serviço de transporte. Posteriormente, começaram a organizar as comemorações do Primeiro de Maio, e, na década de 80, o fortalecimento dos movimentos sociais culminou com a passeata realizada no Parque Piauí, organizada por lideranças ligadas à Paróquia. Daquela passeata participaram alguns intelectuais, artistas e jornalistas, quando os militares cercaram todo o bairro. Esse movimento foi influenciado pela greve dos metalúrgicos em São Paulo, na década de oitenta, e pelo processo de abertura política.

Para Antonio Neto os ex-militantes da JOC, na década de oitenta começaram a participar dos sindicatos e da sua atuação nasceu um sindicato mais combativo.

Para João Gualberto <sup>172</sup>, o movimento da Ação Católica deu grande contribuição à organização dos trabalhadores, assim como as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) porque tinham uma linha de trabalho conscientizadora. No entanto, essas atividades eclesiais foram positivas no Piauí graças ao espírito apostólico do Arcebispo de Teresina, Dom Avelar, e da sua preocupação com uma ação social direcionada para as pessoas menos assistidas como poderemos constatar no próximo capítulo.

---

<sup>172</sup> SOARES, João Gualberto dos Santos. *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, ago. 1997.

### 3 DOM AVELAR E AS CONTROVÉRSIAS DO SEU TEMPO.

[...] Eles falavam pra mim que Dom Avelar era subversivo e que eu sabia. Então, eles insistiam que eu dissesse qualquer coisa que incriminasse Dom Avelar e o Padre Manoel de Jesus. Você conhece, quer dizer, sempre assim, eles botavam forte nestas duas investigações com essas pessoas, eram as pessoas que eles procuravam mesmo e tinham certeza que era uma pessoa da subversão. Dom Avelar foi visado e teve um outro bispo que também foi visado como subversivo, foi Dom Hélder Câmara [...].<sup>173</sup>

Este ano de 1964 tem sido um ano de grandes provocações para a minha vida pastoral pessoal. Além do mais, um ano de terríveis equívocos. De sofrimentos íntimos, da mais dura expressão. Graças a Deus, não tenho perdido a serenidade, nem tenho tido a tentação de amaldiçoar os agulhões que ferem as fibras mais sagradas do coração.

Não vamos contar essa história. Desejo, apenas, referir-me a um capítulo recente e dos mais desagradáveis.<sup>174</sup>

Deseja-se contar um fragmento da vida de Dom Avelar, mencionar os serviços apostólico e social que prestou à comunidade piauiense, tendo como intenção abordar aspectos sociais, políticos e religiosos da realidade piauiense no período objeto desta investigação.

Sua vinda para Teresina foi marcada por expectativas para os membros da Igreja local, que mesmo antes da sua nomeação já se posicionavam de forma desejosa de mudanças. O clero local queria um novo Arcebispo que promovesse mudanças na dinâmica pastoral e não apenas fosse uma continuidade ao governo de Dom Severino, que na visão dos padres da Diocese, estava identificado com uma postura eclesial tradicional, o que era comum na Igreja da época do seu bispado.

---

<sup>173</sup> SANTOS, Teresinha de Jesus. *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, abr. 1998.

<sup>174</sup> VILELA, Avelar Brandão. ESCLARECIMENTO SOBRE DISTORÇÕES DA IMPRENSA O *Dominical*. Teresina, ano XXIX, n. 31/64, p. 1-3. 23 ago. 1964.

Monsenhor Chaves <sup>175</sup>, ao lembrar aquele contexto, evidenciou o fato de ter viajado por duas vezes, como representante do clero diocesano, para conversar com o Núncio Apostólico <sup>176</sup> sobre o perfil do novo bispo que desejavam para a Arquidiocese de Teresina. O prelado disse ainda que a Nunciatura já estava preparando um bispo que continuasse o trabalho de Dom Severino, mas depois daquela conversa sentiu que haveria a possibilidade de mudança. Logo para o clero local não houve surpresa maior do que o telegrama da nunciatura avisando da nomeação de Dom Avelar. Se aquela conversa do Monsenhor Chaves com o Núncio Apostólico influenciou na decisão da nomeação do novo bispo, não se pode assegurar de forma absoluta, mas para o clérigo não poderia ter havido escolha melhor.

Antes da sua vinda para Teresina, Dom Avelar <sup>177</sup> havia sido Bispo da Diocese de Petrolina, onde já desenvolvia um trabalho de Ação social. Chegou ao sacerdócio com apenas 23 anos de idade e foi sagrado Bispo aos 34 anos. Sua

---

<sup>175</sup> CHAVES, Raimundo Joaquim Ferreira. *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, abr. 1998.

<sup>176</sup> O Núncio Apostólico é o representante do Vaticano no Brasil. A sede da Nunciatura fica em Brasília. Naquele período era Núncio no Brasil Dom Armando Lombardi.

<sup>177</sup> Avelar Brandão Vilela era natural de Viçosa no Estado de Alagoas. Seus pais eram proprietários do engenho "Mata Verde" onde moravam. Nasceu em 13 de junho de 1912, sendo seus pais Elias Brandão Vilela e Isabel Brandão Vilela. Foi ordenado sacerdote em Aracajú no Estado de Sergipe em 27 de outubro de 1935. Em Sergipe, foi Secretário do Bispado, professor do Seminário, Capelão da Igreja de São Salvador, Cônego do Cabido Diocesano, Diretor Espiritual do Seminário, primeiro Assistente Diocesano da Ação Católica, Professor de Psicologia do Colégio Estadual de Aracajú, professor de Português e Literatura Luso-Brasileira do mesmo colégio e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Foi eleito Bispo de Petrolina em junho de 1946 pelo Papa Pio XII e sagrado naquela mesma cidade em 27 de outubro do mesmo ano. Como Bispo da Diocese de Petrolina, realizou dois Congressos Eucarísticos e várias semanas ruralistas de Iniciação Profissional do Instituto São José. Organizou vários setores especializados em Ação Católica e instalou a Campanha Nacional de Educação Rural. Projetou-se nacionalmente pelas funções que assumiu junto ao episcopado como Diretor Nacional do Movimento de Educação de Base; Vice-Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Presidente do Conselho Episcopal Latino Americano, cargo que o responsabilizou pela coordenação da Conferência de Medellín em 1968. Ocupou cadeira como membro das Academias Alagoana e Piauiense de Letras. Participou da elaboração do primeiro Sínodo dos Bispos a convite do Para Paulo VI.

nomeação como Arcebispo da Arquidiocese de Teresina ocorreu em cinco de maio de 1955 e a posse em cinco de maio de 1956, quando completaria 44 anos.

Para Medeiros <sup>178</sup>, o lema “Evangelizar e Humanizar” refletia a sintonia que o novo Arcebispo mantinha com a recém-criada CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), bem como com os novos rumos da Igreja no Brasil. Para realização do programa que propunha para a Arquidiocese de Teresina, criou a Ação Social Arquidiocesana (ASA), assumindo funções educativas de formação e mobilização da população através da realização de cursos de formação para as lideranças e preparação de semanas da criança, da família e ruralista.

Monsenhor Isaac <sup>179</sup> relembra que antes da chegada de Dom Avelar à Arquidiocese de Teresina, a Igreja se parecia com aquela do tempo da Idade Média, onde se vivia mais um espírito de cristandade. Mas aquelas características medievais não se restringiam apenas à Igreja Católica do Piauí, era uma marca fundamental na fisionomia eclesial anterior ao Concílio Vaticano II, com exceção para algumas dioceses especialmente do Nordeste, que se anteciparam ao Concílio na promoção de mudanças pastorais, sociais e educativas. A Igreja Católica de forma geral conservava aquela mentalidade principesca e religiosa, herdada do período medieval, visto que era uma instituição que, embora tenha passado por muitas mudanças e adaptações aos novos tempos depois do Concílio, conservava muitas permanências, que dentro da perspectiva historiográfica do grupo dos *Annales* encontra-se identificada com o que Fernand Braudel<sup>180</sup> qualificou como a longa duração, ou a manutenção das estruturas.

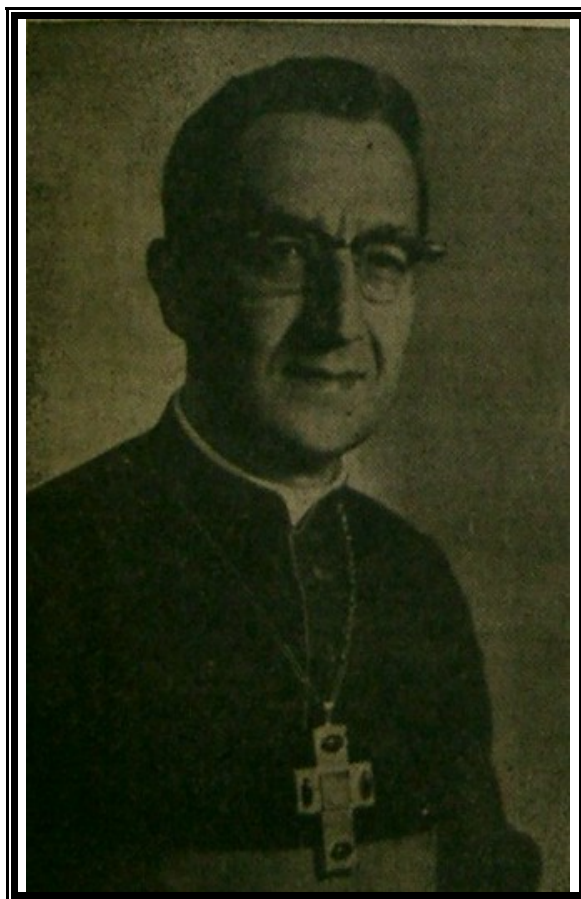
---

<sup>178</sup> MEDEIROS, Antonio José de Castelo Branco. *Movimentos sociais e participação política*. Teresina (PI): CEPAC, 1996.

<sup>179</sup> VILARINHO, Monsenhor Isaac. *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, abr. 1998.

<sup>180</sup> VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In: *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.). Rio de Janeiro: Elsevier, 1997 – 13ª Reimpressão.

Dom Avelar chegou ao Piauí quando a Igreja Católica no mundo e especialmente na América Latina ensaiava algumas mudanças que ainda não eram visíveis por estas plagas, impulsionadas pela Ação Católica. Coube a ele, naquele contexto histórico social e religioso, a tarefa de desbravador e dinamizador do trabalho de evangelização criando, assim, num primeiro momento, a Comissão Arquidiocesana e entregando-lhe a responsabilidade pela catequese, bem como proporcionando ao clero local um relacionamento mais próximo com a comunidade, depositando-lhe confiança e liberdade de ação.



**Figura 5: Dom Avelar Brandão Vilela. *Jornal O Dominical*, 03 Mai. 1964.**

A inserção de Dom Avelar na realidade piauiense foi aos poucos forjando sua imagem de pastor, de homem sensível e sintonizado com a problemática do seu tempo. A sua diplomacia no encaminhamento ou na resolução de conflitos entre a

Igreja e o Estado foi sendo construída paulatinamente pela imprensa local a partir da posição que ocupou como representante da CNBB e do CELAM. A imagem de pastor se refletiu principalmente na criação de obras sociais, de formação e de assistência à periferia da capital, Teresina.

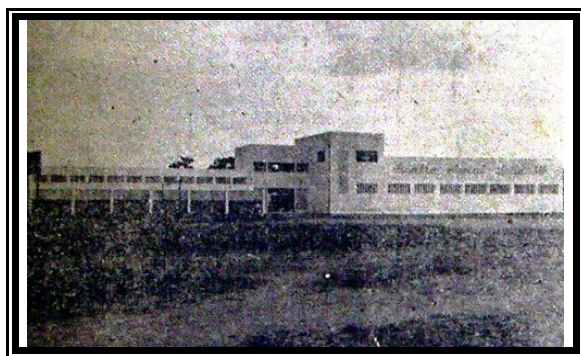
Para se evidenciar o que ora se aborda, se recorre ao jornal *O Dominical*<sup>181</sup> que registrou em 1961, no quinto aniversário de posse do Arcebispo as diversas obras sociais de sua administração e as suas realizações como a criação de quatro novas paróquias: a de São José Operário e Nossa Senhora de Lourdes, em Teresina, a de Elesbão Veloso e São Miguel do Tapuia, além de suprir a vacância de padres nas paróquias de Altos e Miguel Alves.

Ao completar o oitavo ano do seu pastoreio, o mesmo jornal caracterizava o seu trabalho como uma obra gigantesca dada à construção de centros sociais e de formação, que se multiplicaram em vários bairros da Capital: o Centro Social Leão XIII, na Vila Operária; o Centro Social Nossa Senhora de Fátima, no bairro de Fátima; o Centro Social Cristo Rei, com atividades semelhantes, no bairro da Catarina; o grupo do Memorare e Pio XII, além do posto de puericultura Santo Antônio. Para o arcebispo, aquelas construções foram realizadas com muitas dificuldades e bastante empenho para a obtenção de investimentos, fossem eles federais, da Arquidiocese e de particulares a fim de concretizar os serviços de assistência social.<sup>182</sup>

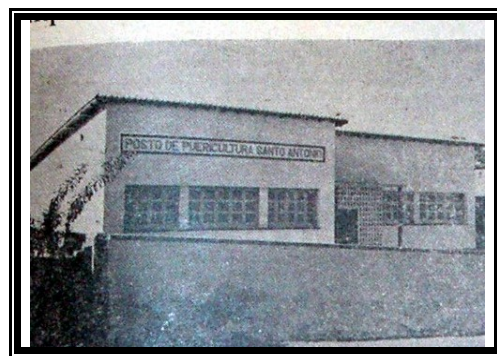
---

<sup>181</sup> EVANGELIZARA E HUMANIZAR. *O Dominical*. Teresina, ano XXVI n. 18/61, 7 mai. 1961. p. 1-3.

<sup>182</sup> *O DOMINICAL*. DOM AVELAR COMPLETARÁ OITO ANOS DE SACRIFÍCIO, AMOR E LUTA EM FAVOR DO PIAUÍ. Teresina, ano XXIX, n.15/64, 3 Maio 1964. p. 1



**Figura 6: Centro Social Leão XIII. *Jornal O Dominical*, 10 Mai. 1964.**



**Figura 7: Centro de Puericultura. *Jornal O Dominical*, 16 Ago. 1964.**

A imagem de homem realizador e de personalidade, que prestou grandes benefícios ao Estado do Piauí, pode ser constatada também por meio das homenagens de despedida no final do seu governo em maio de 1971. Na época a imprensa local noticiava a sua ação evangelizadora através da criação de sete novas Paróquias em Teresina, vez que, além das já citadas no corpo deste trabalho, também criou a de Nossa Senhora das Graças, Cristo Rei, Nossa senhora de Fátima, São João Evangelista, no Parque Piauí, São Raimundo, no bairro Piçarra. No interior da Arquidiocese, criou as paróquias de São Félix, na cidade de São Félix, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, na cidade de Água Branca e São João Batista, na cidade de Pimenteiras, além de ter se empenhado na Ação Social e Cultural.<sup>183</sup> O Arcebispo criou, também, a Prelazia de São Raimundo Nonato e as reuniões ordinárias e extraordinárias da Província Eclesiástica do Piauí.

O Jornal Estado do Piauí ressaltava, ainda, que o Arcebispo de Teresina assumiu por certo período a administração das Dioceses de Oeiras e Parnaíba, até que fossem nomeados novos bispos para assumir aquelas vacâncias. A Diocese de Oeiras esteve sem bispo de dezembro de 1957 a outubro de 1959, quando foi

<sup>183</sup> A NOSSA MODESTA HOMENAGEM A DOM AVELAR BRANDÃO VILELA. *Estado Piauí*. Teresina, ano XLIII, n. 1.358. 6 maio 1971. p. 1-3.



nomeado Dom Edilberto Dinkelborg; já Parnaíba ficara apenas alguns dias sem administrador em 1959.

A imprensa local também enfatizava que durante sua administração Dom Avelar procurou aproximar-se dos seus fiéis mais distantes através dos programas radiofônicos a “Hora Católica”, na Rádio Difusora, e, diariamente, por meio da “Oração por um Dia Feliz”, na Rádio Pioneira.

O jornal *O Dominical* destacava que Dom Avelar, objetivando a dinamicidade das atividades pastorais e sócio-educativas, convidou para Teresina várias congregações religiosas: os Redentoristas, que se instalaram na Vila Operária; os Jesuítas, a quem ele entregou a administração do Colégio Diocesano; os Franciscanos, que se instalaram no bairro Piçarra; as Irmãs Filhas de Santa Teresa, no Bairro Vermelha, na recém criada Paróquia Nossa Senhora de Lourdes; as Irmãs de São José Operário, na Vila Operária, e os Padres de Verona, que se instalaram no Parque Piauí. A cada uma daquelas congregações o Arcebispo entregou, conforme os seus carismas, as responsabilidades pela Educação, Espiritualidade, organização social das massas e serviços na Arquidiocese. Apoiou os movimentos leigos da Ação Católica e incentivou o movimento de sindicalização rural, como já se fez referencia, além de ter criado a Faculdade Católica de Filosofia, instalado a Rádio Pioneira e o MEB, com suas escolas radiofônicas.

A imagem de Dom Avelar esteve associada à de um homem público preocupado e empenhado com a transformação social, uma vez que assumiu parceria com o Governo do Estado do Piauí na criação da Faculdade de Odontologia e Medicina e, posteriormente, na Instalação da Universidade Federal do Piauí, além

de ter organizado a SEPLAN <sup>184</sup>, com o objetivo de colaborar com os poderes públicos no aproveitamento e na gestão dos recursos naturais do Estado.

Para Medeiros <sup>185</sup>, a influência de Dom Avelar repercutiu no Estado, pois, além de assumir a Presidência da Província Eclesiástica do Piauí, tornou-se também uma figura de destaque nacional representativa do episcopado brasileiro. Responsabilizou-se por funções fora da jurisdição eclesiástica, quando assumiu a Presidência Estadual da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos <sup>186</sup> (CNEG), estendendo a rede de ginásios. Em 1961, já havia construído cinco ginásios: o Popular da Vermelha, em Teresina, o Pedro II, o de Fronteiras, o de Canto do Buriti, a Escola de Comércio de Oeiras e a Escola de comércio de José de Freitas. Quando assumiu a Arquidiocese, havia apenas um daqueles ginásios, em Jaicós; no final do seu governo, já se somavam trinta e dois. <sup>187</sup>

Sua personalidade esteve associada à de um exímio administrador daquelas obras sociais como também de um profundo conhecedor da doutrina social da Igreja e da sua importância no campo religioso.

O Arcebispo de Teresina integrava uma equipe de bispos que lideravam tanto a CNBB quanto o CELAM, e muitos deles se tornaram verdadeiros porta-vozes da doutrina social da Igreja e defensores da justiça social. Por ocasião da assembléia em Bogotá, no ano de 1959, onde os bispos brasileiros Dom Hélder Câmara, Bispo auxiliar do Rio de Janeiro, e Dom Agnelo Rossi, Bispo de Barra do

---

<sup>184</sup> SEPLAN: Secretaria de Planejamento da Arquidiocese de Teresina cuja finalidade era o assessoramento arquiocesano e planejamento das atividades da Igreja nos diversos setores em que atuava, visando a promoção do homem e da sociedade. Objetivava também colaborar com os Poderes Públicos e Entidades Privadas, no sentido de apresentar-lhes planos e projetos viáveis de execução, firmados em estudos sérios da realidade piauiense, principalmente no que se referia ao processo de desenvolvimento sócio-econômico da região. Todos os projetos da Arquidiocese eram importantes, mas havia prioridade aos problemas que apresentassem uma solução imediata dos problemas.

<sup>185</sup> MEDEIROS, Antonio José de Castelo Branco. *Movimentos sociais e participação política*. Teresina (PI): CEPAC, 1996.

<sup>186</sup> A CNEG depois se denominou em Campanha Nacional de Escola da Comunidade – CNEC.

<sup>187</sup> A NOSSA MODESTA HOMENAGEM A DOM AVELAR BRANDÃO VILELA. *Estado do Piauí*. Teresina, ano XLIII, n. 1.358, 6 de maio 1971. p. 1.

Piraiá, no Amazonas, estiveram representando o Brasil, o episcopado latino americano publicou uma declaração sobre a justiça social na qual assim se expressavam:

[...] Ninguém que se possa chamar de cristão de verdade pode eximir-se do seu cumprimento. Não se pode esquecer que duas terças partes da população do mundo e da América Latina sofrem subdesenvolvimento e fome. Essa situação constitui o grande pecado e o maior perigo do nosso tempo. Cabe aos católicos da América Latina nesta hora decisiva para o destino de suas nações, esta grande missão: a de dar à ordem econômica e social e política que está se renovando, uma forma e conteúdo autenticamente humano e cristão [...].<sup>188</sup>

Essa declaração dos bispos é representativa da ação de muitos clérigos que, imbuídos daquele espírito de solidariedade e compaixão pelos mais pobres, assumiram a vanguarda de ações e projetos de promoção humana daqueles que tinham menos oportunidade de acesso aos direitos básicos, como educação, saúde e trabalho. No Nordeste, bispos como Dom Hélder, Dom Avelar, Dom Frago e Dom José Maria Pires estavam identificados com aquela proposta de engajamento social.

A realidade social do Piauí sensibilizou e envolveu o Arcebispo de tal forma que Medeiros chegou a constatar que “[...] Diante dos problemas urbanos crescentes e na ausência de uma ação mais efetiva do governo, a ação social da arquidiocese se transformou numa espécie de ‘Estado assistencial’ [...]”<sup>189</sup>. Aquela realidade se tornou mais evidente com o flagelo das enchentes no Piauí, em abril de 1960, quando Dom Avelar assumiu a vanguarda junto aos poderes federais na busca de soluções para as calamidades, criando como alternativa o Banco da Providência para atender aos desabrigados. Em face da situação vivida pelos

---

<sup>188</sup> DECLARAÇÃO DO CELAM SOBRE JUSTIÇA SOCIAL. *O Dominical*. Teresina, ano XXIII, n. 52/59. 25 dez. 1959. p.4-5.

<sup>189</sup> MEDEIROS, Antonio José de Castelo Branco. *Movimentos sociais e participação política*. Teresina (PI): CEPAC, 1996. p. 89.

flagelados no Estado, o *Jornal do Piauí* publicou matéria enfatizando que frente ao sofrimento do povo:

[...] O arcebispo metropolitano da Província Eclesiástica do Piauí, Dom Avelar Brandão Vilela é uma dádiva do céu para o momento angustioso que passa o Piauí.

As cheias catastróficas dos rios Parnaíba, Uruçuí, Gurguéia, Canindé, Itaueira, Poti, Piauí, Guaribas, Itain, e na impetuosidade das suas águas, como furacões devoradores, destruíram cidades, vilas, povoados, fazendas, fortunas e vidas, espargindo por aquelas regiões nordestinas misérias, lágrima e luto.

O arcebispo, angustiado, deixa sua arquidiocese e credenciado pela caridade cristã, pelo governo do seu Estado e outras entidades etc., vem pedir urgentes socorros ao governo federal, aos seus ministros, senadores, deputados, às companhias de transporte etc., para atender os clamores aflitivos daquelas vítimas que jazem sem abrigo, sem veste, sem víveres, errantes pelos caminhos ásperos do infortúnio [...].<sup>190</sup>

Diante daquela realidade vivida pela população, o jornal *O Dominical* registrou que o arcebispo fez um apelo dramático às autoridades no Rio de Janeiro, noticiando as desgraças provocadas pelas enchentes. José Rego conta que em certa ocasião o Arcebispo defendia que, “[...] Para exprimir a revolta dos meus irmãos nordestinos, não vejo partido, nem chefe, nem correligionários, nem conveniências, nem compromissos [...]”<sup>191</sup>. Assim pensado, Dom Avelar viajou ao Rio de Janeiro, representando a Igreja do Piauí e o poder estadual para reforçar a solicitação de medidas imediatas de socorro às vítimas das inundações. Foi somar esforços junto aos políticos piauienses membros da bancada federal que já se encontravam empenhados no encaminhamento de soluções. Segundo Dom Avelar<sup>192</sup>, naquele momento já havia uma campanha de sensibilização da opinião pública, desencadeada por Dom Hélder, em favor das vítimas das enchentes do Açude Orós no Estado do Ceará. Para Dom Avelar, aquela campanha deveria romper as

<sup>190</sup> DOM AVELAR BRANDÃO NOS PLANOS DA PROVIDÊNCIA. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano IX, n. 811 p. 5. 24 abr. 1960.

<sup>191</sup> RÉGO, José. *Apelo Dramático de dom Avelar Brandão Vilela, Arcebispo de Teresina, Através D’ “O Semanário”*. *O Dominical*. Teresina, ano XXIV, n.16/60 p. 1-3. 117 abr. 1960.

<sup>192</sup> ENTREVISTA DOM AVELAR. *O Dominical*. Teresina, ano XXIV, n. 17/60, 24 abr. 1960. p. 1-4

barreiras do Orós e transformar-se numa campanha em favor do Nordeste, o que proporcionaria a partilha das verbas federais.

Para o Arcebispo do Piauí não foi fácil romper as barreiras do Orós, pois segundo ele, ao chegar à capital fluminense, os jornais já noticiavam que a Assembléia Legislativa do Rio já havia votado uma ajuda de Cr\$ 4.000.000,00 para o Ceará e de Cr\$ 1.000.000,00 para o Piauí. Para Dom Avelar, diante daquela decisão da Assembléia Legislativa em ter votado tão flagrante desproporção, já não havia mais possibilidade de que esclarecimento dos fatos revertesse tal decisão. Em meio às evidências, além das articulações já empreendidas por ele na tentativa de sensibilizar as autoridades federais e estaduais, considerava necessária a sua participação em programas das emissoras de televisão, assim como a concessão de entrevistas aos jornais. Após empenho em conjunto para esclarecer a lamentável situação sofrida pelos piauienses, foram conseguidas ajudas de algumas toneladas de gêneros alimentícios e em dinheiro que foram depositados no Banco da Providência em Teresina, quantidade insuficiente para atender aos desabrigados.

Depois de concluídas as negociações no Rio de Janeiro, alguns senadores sugeriram a Dom Avelar que fosse até ao governador de São Paulo para um contato mais estreito. Conseguiu do Governador Carvalho Pinto quase uma tonelada de medicamentos <sup>193</sup> e continuou a sua peregrinação, acompanhado de uma representação do Senado e da Câmara, estendendo a visita até à residência do Cardeal Arcebispo de São Paulo. Naquela ocasião, foi também até Belo Horizonte a convite da Colônia Piauiense, recebendo, logo na saudação no aeroporto, da família Barros residentes em Ouro Preto, um cheque no valor de Cr\$ 20. 000,00.

---

<sup>193</sup> DOM AVELAR BRANDÃO NOS PLANOS DA PROVIDÊNCIA. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano IX, n. 811, 24 abr. 1960. p. 5.

Concluída a peregrinação, quando do seu retorno ao Piauí, concedeu entrevista ao jornal *O Dominical*, onde falou ao povo piauiense dos encaminhamentos das negociações. Sobre aqueles acontecimentos, o Arcebispo chamou a atenção para: “[...] Um aspecto que não deve ser esquecido: o Piauí esteve presente na cadeia da solidariedade em que todas as televisões do Rio, São Paulo e Belo Horizonte se empenharam em esclarecer a opinião pública acerca do problema das enchentes [...]”.<sup>194</sup>

Como se pode perceber pelas declarações do Arcebispo, ele empreendeu grandes esforços para prestar solidariedade aos mais necessitados de sua circunscrição eclesiástica. Grande parte das suas ações esteve voltada para assistir aos mais necessitados, o que talvez justifique a afirmativa de Medeiros ao dizer que a ação social da Arquidiocese se assemelhava a um Estado Assistencial, pois a sua ação ultrapassou aos limites da assistência espiritual e pastoral.

Alcides Nascimento<sup>195</sup>, também assinala como o Arcebispo de Teresina se envolvia em questões que estavam fora da sua jurisdição eclesiástica como, por exemplo, quanto a sua influência foi substancial nos encaminhamentos que levaram à assinatura dos “[...] Decretos nº 39.284/56 e 46.350 e 48.385 de sete de Julho de 1959 respectivamente sobre o Núcleo Colonial do Gurguéia, Barragem do Parnaíba, Produção Agrícola e Educação e Saúde [...]”.

A criação do Núcleo Colonial do Gurguéia foi uma das experiências pioneiras no Piauí de recolonização da população pobre, quando se esboçou um primeiro projeto de reforma agrária no Brasil. O projeto propunha a criação da Barragem no Rio Parnaíba e tinha a finalidade de produzir eletricidade para o Piauí, para o leste maranhense e o oeste cearense, além de proporcionar as condições

---

<sup>194</sup> ENTREVISTA DOM AVELAR. *O Dominical*. Teresina, ano XXIV n. 17/60, 24 abr. 1960. p. 1-4.

<sup>195</sup> NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *História e Memória da Rádio Pioneira de Teresina*. Teresina: Alínea Publicações Editora: 2004.

para a navegabilidade em cerca de 300 quilômetros do rio <sup>196</sup>. Esses projetos foram elaborados por técnicos da SEPLAM em parceria com os órgãos públicos competentes a partir de estudos sobre a sua viabilidade.

O terceiro projeto estava incluído na Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) do Ministério de Educação e Cultura, que previa a constituição de um grupo especializado que pudesse planejar e executar uma Campanha de Educação e Saúde nas áreas periféricas e rurais de Teresina e em alguns municípios vizinhos. A tentativa de concretização do projeto já durava dois anos e somente foi concretizada em 1959, no município de Campo Maior, local previamente escolhido e aprovado por aquele Ministério.

A equipe técnica foi previamente preparada em um curso de especialização e dela faziam parte um agrônomo, uma enfermeira formada e uma assistente social que deveriam prestar serviços àquelas comunidades, onde estava previsto que:

[...] A equipe vai operar mais no campo geral da educação coletiva, da chamada educação de base. Vai examinar o *modus vivendi* de certos núcleos populacionais da zona rural para orientar os seus problemas, verificar seu espírito de iniciativa, suas possibilidades. Fazer, por outro lado a demonstração de como introduzir novas técnicas agrícolas trabalhando pela fixação do homem à terra e aproximando dessas comunidades tudo quanto já existia de criado em seu proveito, embora ainda não esteja participando de seus benefícios [...]. <sup>197</sup>

Como se percebe, a educação rural previa o melhoramento e aperfeiçoamento das técnicas agrícolas rurais, a introdução e orientação de novas técnicas para as comunidades. Na área da saúde, a orientação deveria ser no campo da educação sanitária, com levantamento de problemas da vida rural que

---

<sup>196</sup> II ENCONTRO DOS BISPOS DO NORDESTE. *O Dominical*. Teresina, XXIII, n. 29/59, 19 jul. 1959. p. 1.

<sup>197</sup> CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO RURAL *O Dominical*. Teresina, ano XXIII, n. 19/59, 10 mai. 1959. p. 4.

pudessem ser solucionados posteriormente pelos órgãos competentes. O serviço social deveria ser direcionado para trabalhos em grupo, valorizando a dimensão comunitária. O projeto como um todo previa a educação do trabalhador de forma que ele pudesse melhorar suas condições de trabalho e de produção, buscando junto aos órgãos públicos competentes os subsídios de que necessitava. Esse tipo de ação no campo antecipava o trabalho do Movimento de Educação de Base que foi implantado no Piauí em 1962.

Os três projetos requeridos por Dom Avelar para o Piauí já haviam sido discutidos no I e no II Encontros dos Bispos do Nordeste reunidos em Natal<sup>198</sup>. Graças às reivindicações dos bispos, muitos projetos comuns para o Nordeste foram aprovados pelo governo, principalmente aqueles voltados para o atendimento das necessidades do trabalhador rural e para a implantação da educação de base.

Para Manoel Emílio <sup>199</sup>, além do projeto de colonização do Vale do Gurguéia, outra iniciativa de reforma agrária ocorreu quando Dom Avelar solicitou a elaboração do projeto de utilização de terras pertencentes à Igreja que estavam situadas na região entre os municípios de Batalha e Piracuruca. O projeto de colonização agrícola denominado “Monte Alegre” funcionou graças ao financiamento de uma entidade estrangeira <sup>200</sup>, mas logo depois da saída do Arcebispo, aquela terra foi vendida aos próprios donos dos lotes, sendo posteriormente vendidos a um pequeno proprietário que se tornou o verdadeiro e único dono das terras. Aquele sonho de reforma agrária não encontrou as devidas condições de concretização.

---

<sup>198</sup> CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – II ENCONTRO DOS BISPOS DO NORDESTE – NATAL (R. G. N.), 24 A 26 – 5 – 59.. *O Dominical*. Teresina, ano XXIII, n. 24/59. 14 jun. 1959. p. 4-6.

<sup>199</sup> OLIVEIRA, Manoel Emílio Burlamaque. *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, mar. 1998.

<sup>200</sup> MISEREOR: Entidade Alemã que ainda hoje financia a execução de projetos de promoção social mantidos pela Igreja Católica.



Pelo relato do depoente, não foi possível se obter maiores detalhes de como ocorreu a organização daquela comunidade, nem a venda dos lotes, no entanto fica um questionamento: por qual motivo aquele projeto de colonização “Monte Alegre” não vingou como o da Colônia do Gurguéia, uma vez que o Arcebispo defendia a reforma agrária e aquela poderia ter sido a primeira experiência de reforma agrária na Arquidiocese de Teresina? E por quais razões não regularizou a situação daquela terra para que a Igreja não pudesse mais dispor dela?

Durante a permanência de Dom Avelar em Teresina foram realizados alguns eventos que tiveram grande repercussão, fossem pela dimensão social ou religiosa, como já se teve a oportunidade de abordar ao longo deste texto. Dentre os eventos religiosos, o que talvez tenha tido maior repercussão entre os populares e meios de comunicação, pela dimensão missionária e evangelizadora, foi o Congresso Eucarístico. Era o ano de 1960, quando a Arquidiocese se mobilizou para realizar o Primeiro Congresso Eucarístico de Teresina, ocorrido nos dias 26 a 30 de outubro, quando, naquele evento, comemoravam-se os 25 anos de sacerdócio do Arcebispo.

O Jornal *O Dominical* <sup>201</sup>, de setembro de 1960, já anunciava como a cidade de Teresina se preparava para receber os fiéis católicos de todo o Estado, assim como os padres, as freiras e muitos bispos do Nordeste e de outros estados brasileiros. Para a Igreja de Teresina, aquele fora um momento de evangelização em massa, um dos maiores eventos civis já vistos no Piauí, não deixando obviamente a imprensa de registrá-lo.

---

<sup>201</sup> O DOMINICAL. Primeiro Congresso Eucarístico de Teresina (26 a 30 de outubro de 1960). Teresina, ano XXIV, n.39/60 p. 1, 25 set. 1960.

Para se ter uma dimensão daquele evento, basta que se tome conhecimento da sua programação. No jornal *O Dominical* encontram-se registros do Congresso Eucarístico, sendo possível se perceber como foram realizadas várias sessões de estudos para diferentes categorias de pessoas sobre o tema do Congresso: *Jesus Cristo, Caminho, Verdade e Vida* e outros relacionados à especificidade do grupo. Muitos bispos e padres convidados presidiram aquelas sessões que foram representativas da dimensão daquele evento.

As sessões de estudos foram realizadas por categorias diferentes e catalogadas em número de treze. Dentro da sessão para a juventude foram realizadas nove sessões simultâneas em locais diferenciados; para os operários foram realizadas sete sessões simultâneas, também em locais distintos. As sessões de estudos ficaram assim distribuídas: no Salão Nobre do Hospital Getúlio Vargas, realizou-se sessão de estudos para médicos, odontólogos e farmacêuticos sobre o sentido cristão da Família; No Clube dos Diários, houve sessão para bacharéis, engenheiros e professores sobre Deontologia Jurídica; na Polícia Militar, a sessão de estudo foi dirigida aos militares com o tema do congresso; no Círculo Operário Nossa Senhora do Amparo, foi realizado sessão para os vicentinos sobre a organização e funcionamento das Conferências Vicentinas; no Cine Rex a sessão de estudo foi especificamente para as senhoras, e no Teatro 4 de Setembro, para as moças; na Rádio Difusora de Teresina, a sessão de estudo contemplou as professoras primárias com o tema *Religião e Pedagogia*.

Para a juventude, foram realizadas sessões de estudos simultâneos nos colégios: Estadual, Arquidiocesano, Leão XIII, Demóstenes Avelino, Des. Antonio Costa, Industrial, Sagrado Coração de Jesus e Escola Normal Antonino Freire, com o tema; "O amor força máxima da juventude, à luz da Eucaristia".

As sessões de estudos para homens reuniram, no Clube dos Diários, funcionários, comerciantes, industriais, agricultores, e, simultaneamente, na Rádio Difusora realizavam-se estudos para rapazes.

Efetivaram-se, também, na Faculdade Católica de Filosofia e na Faculdade de Direito, sessões de estudo para Grupos Especializados da Ação Católica (JAC-JEC-JIC-JOC-JUC) sobre assuntos de seus interesses com os assistentes locais e convidados.

Para os operários, foram realizadas simultaneamente várias sessões em diversos lugares e diversos bairros: Círculo Operário Nossa Senhora de Fátima, no bairro de Fátima; Centro social Leão XIII no bairro Vila Operária; União Artística Operária Teresinense, no bairro Vermelha; Igreja São Raimundo, na Piçarra; Capela Nossa Senhora das Graças, no bairro do Aterro; Grupo Escolar Simão Filho, na Catarina. Nesses encontros foi debatido o tema o sentido cristão do trabalho.

Para as crianças, foi realizada uma Hora Santa <sup>202</sup>, na Igreja Nossa Senhora do Amparo, assim como para o clero e para as religiosas, na Capela do Colégio Sagrado Coração de Jesus em horários diferenciados <sup>203</sup>. Também se destinou Hora Santa para a juventude estudantil e para as domésticas. Houve também pregação para os presidiários, assim como apelo pelo rádio para aqueles que estivessem ausentes da praça do Congresso pudessem se aproximar.

Para os cristãos, naquele Congresso dois momentos mereceram destaques: a missa realizada para as Senhoras e Moças, por se caracterizar pela maior “comunhão coletiva do Congresso”, e a missa dos Homens e rapazes de todas as categorias realizada à meia noite do dia 30, por eles considerados talvez a mais comovente cerimônia do Congresso.

---

<sup>202</sup> Oração de adoração ao Santíssimo Sacramento.

<sup>203</sup> 1º CONGRESSO EUCARÍSTICO DE TERESINA. *O Dominical*. Teresina, ano XXIV, n.46/60, 13 nov. 1960. p. 1-4.

Assim registrou *O Dominical*:

[...] O avançado da hora, o silêncio absoluto, quebrado apenas pelos cantos e as orações dos homens, a voz do Sr. Arcebispo falando com o coração na mão aos seus filhos, a seriedade impecável da assistência, tudo concorreu para fazer da missa dos homens um dos pontos altos do congresso. Onze a doze mil homens comungaram na madrugada bendita, desde o Exmo. Sr. Governador do Estado, do Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça ao mais humilde gari da Prefeitura, desde o Presidente da Academia Piauiense de Letras ao mais iletrado roceiro [...].<sup>204</sup>

No Congresso se reuniram diferentes tipos de homens e mulheres, motivados por um objetivo comum, a fé católica. Naquele momento, foi possível experimentar a unidade na diversidade, unidade proposta pela Igreja Católica, pois como em acontecimentos posteriores a esse, como os relacionados aos direitos dos trabalhadores rurais, quando os discursos evidenciaram as fendas sociais e os ânimos marcharam ao encontro de mudanças, aqueles letrados e iletrados estavam em lados opostos, havia se quebrado uma frágil unidade, sendo que o seu restabelecimento só seria possível a um custo muito alto, que estaria associado, entre outras coisas, à perda de privilégios ou sua extensão de direitos a todos. Sabe-se que esses desejos eram apenas utópicos.

Além das sessões de estudos foram realizadas também naquela ocasião cinco exposições: a Catequética, motivada pelo tema do Congresso; a de Pequenas Indústrias de aproveitamento das riquezas regionais, sob a coordenação da Madre Cândida; uma de Livros, organizada pelas irmãs Paulinas, que vieram de Recife especialmente para o evento; outra da Ação Social, realizada pela ASA, em maquetes e gráficos destacando o trabalho de Dom Avelar, e por último uma de Arte Sacra, considerada pela Igreja de rara beleza e valor histórico.

---

<sup>204</sup> 1º CONGRESSO EUCARÍSTICO DE TERESINA. *O Dominical*. Teresina, ano XLV, n. 48/60, 20 nov. 1960. p. 1-3.

Entretanto, para os católicos, o ponto culminante daquele evento foi a realização solene e simultânea, das 25 missas celebradas pelo Arcebispo, juntamente com mais 25 sacerdotes, na praça do Congresso, no dia 27 de outubro, em Ação de Graças pelos 25 anos de sacerdócio de Dom Avelar.

Sobre aquele momento, assim registrou *O Dominical*:

[...] A praça do congresso, francamente iluminada, repleta de congressistas, as bandeiras agitadas pela aragem que passava suavizando o clima, a Banda da Polícia Militar tocando músicas do seu repertório, o Coral do Congresso, todo uniformizado colocado na sua galeria, os Exmos. Srs. Arcebispos e Bispos, na imponência de vestes episcopais, as Exmas. Autoridades Cíveis e Militares, juntos ao altar monumento, os graciosos pagens, fazendo guarda às Autoridades, as diversas Ordens e Congregações Religiosas com seus hábitos característicos, numerosos sacerdotes do Clero Regular e Secular, as bandeirantes, Seminaristas do Seminário Menor e Maior constituíam o monumental cenário desta noite memorável de 27 de outubro de 1960 [...].<sup>205</sup>

Aquele acontecimento talvez tenha sido um dos últimos representativos de um tempo em que a Igreja Católica do Piauí vivia um tempo em que se tentava reunir tantas categorias diferentes de pessoas sob o mesmo credo e quando a instituição eclesiástica no Piauí era ainda uma das mais influentes formadoras da conduta humana.

Dom Avelar, através da sua ação pastoral, fomentou a evangelização, mas acrescentou a ela o aspecto da promoção social e humana, contribuindo para modificar a face da Igreja do Piauí. Para Monsenhor Isaac, ele adaptou a Igreja às novas exigências daquele momento eclesial de um comprometimento maior dos seus pastores com a melhoria das condições de vida da população. Essas mudanças ganharam maior força depois das determinações do Concílio Vaticano II, como se referiu anteriormente.

Sobre a postura do Arcebispo naquele período, revela Monsenhor Isaac:

---

<sup>205</sup> Ibidem.

[...] Olha, o Dom Avelar foi realmente, eu costumo dizer um Bispo profeta. Ele veio substituir naturalmente, todos os bispos que eu conheci tiveram o seu valor dentro da sua época, da sua mentalidade. Nós tivemos aqui durante muitos anos uma espiritualidade muito profunda, mas ao estilo daquele tempo que não era muito diferente do estilo da Idade Média. Quando nós começamos a estudar também, a história da Igreja na Idade Média, nós não achamos assim, muita diferença na maneira de falar, de vestir, do tempo do meu Seminário Menor que foi o tempo de Dom Severino Vieira de Melo. Então para você ter uma idéia nós tínhamos que aprender o latim não somente para, vamos dizer, por erudição, mas para escrever e para falar, porque as aulas eram dadas em latim, do mesmo jeito que eram dadas na Idade Média. Então nós vivíamos aqui uma fase histórica muito parecida com a Idade Média, e antes do Concílio já havia também muitos movimentos de Igreja de promoção social, de abertura, de conscientização. Dom Avelar entrou no Piauí na época dessa efervescência de participação do povo, abertura maior da Igreja para as pessoas, para os pobres, para as diversas classes sociais, e então foi na gestão de Dom Avelar que se implantou a Rádio Pioneira, também o progresso tanto no interior como nas periferias, da educação de base, da cidadania.<sup>206</sup>

Como se percebe pela fala de Monsenhor Isaac, tanto ele como o próprio Dom Avelar viveram a transição e as mudanças ocorridas na Igreja Católica nas décadas de 50 e 60 do século passado, culminando com a realização do Concílio, que colocaria aquela instituição em sintonia com os problemas atuais da humanidade. Como se tem acompanhado ao longo dessa narrativa, a trajetória de vida do Arcebispo pode-se perceber que a sua ação pastoral desde o princípio do seu ministério sacerdotal, ainda em Aracajú, e depois, em Petrolina, esteve sempre comprometida com ações voltadas para a educação de base e para a promoção do trabalhador.

A preocupação dos bispos do Nordeste com a questão social nasceu da influência dos movimentos da Ação Católica e principalmente do movimento da Ação Católica Rural, que se fortaleceu no Brasil por volta dos anos 50. Neste período Dom Avelar já integrava a equipe de bispos do Nordeste, que sofrera na sua formação

---

<sup>206</sup> VILARINHO, Monsenhor Isaac José. *Depoimento concedido à Maria do amparo Alves de Carvalho*. Teresina, abr. 1998.

alguma influência da Ação Católica e certamente, naquele período histórico, possuíam uma visão geral da situação de pobreza e marginalização em que vivia a população do Nordeste e principalmente do Piauí, considerado naquela época o estado mais pobre da federação.

Para Mariae <sup>207</sup>, as contribuições mais significativas dos movimentos da Ação Católica Especializada à renovação da Igreja no Brasil dizem respeito à elaboração e vivência de novas bases de ação pastoral, respaldada na relação da Igreja com o mundo, ao surgimento de um novo estilo de coordenação pastoral, delegando maiores responsabilidades à Igreja particular para que a mesma criasse suas estruturas organizacionais de forma mais flexível atuando de forma diferenciada nos meios sociais. Esses movimentos serviram de apoio aos bispos e sacerdotes ao assumirem essas novas perspectivas pastorais que estavam se delineando através do diálogo com os leigos.

A emergência histórica das classes sociais na década de sessenta precipitou algumas mudanças na sociedade e, de certa forma, elas permearam o seio da instituição eclesial, que a conduziu a um processo de transformação e organização própria. A Igreja caminhou para um maior amadurecimento construindo uma nova dimensão para o diálogo ecumênico. As relações com o colegiado se tornaram mais participativas e atuantes na reflexão sobre a “práxis”. Houve maior abertura à participação dos leigos, os bispos se envolveram mais nos serviços sociais e os padres passaram a receber uma formação mais aberta, priorizando o trabalho social com o povo. Essas mudanças na Igreja ganharam maior impulso quando a CNBB lançou o Plano de Emergência em 1962, que visava num primeiro momento a reforma paroquial, a reforma do ministério sacerdotal, dos educandários

---

<sup>207</sup> MARIAE, Servus. *Para entender a Igreja no Brasil: a caminhada que culminou no Concílio Vaticano II (1930-1968)*. Petrópolis; Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p. 85. (Coleção Igreja no Brasil).

e da pastoral de conjunto e, num segundo momento, ressaltava as questões econômicas e sociais, tendo em vista as frentes agrárias, estimulando a sindicalização rural, o Movimento de Educação de Base e a formação de lideranças cristãs.

O Plano de Emergência foi a primeira tentativa de a Igreja do Brasil organizar um plano pastoral de conjunto. Esse plano tornou-se necessidade urgente da época. Em meio a tantas divisões no país, o episcopado entendia que os católicos necessitavam de orientações oficiais que buscassem o equilíbrio de um programa pastoral coordenado e elaborado em bases técnicas, sem perder de vista as atividades internas e sua projeção no social. Esse Plano de Emergência foi uma experiência preparatória para a elaboração do Primeiro Plano de Pastoral de Conjunto que foi adotado pela CNBB em janeiro de 1966 vigorando até dezembro de 1970. Aquela era uma estratégia da CNBB para introduzir os clérigos e os leigos nas novas exigências do Concílio. Vale lembrar também que no ano de 1966 se acentuaram os conflitos entre a Igreja e o Estado relacionados a dois aspectos da vida nacional, respectivamente aos estudantes e aos problemas no Nordeste.

O Primeiro Plano de Pastoral de Conjunto compreendia seis linhas essenciais de trabalho assim especificadas:

- 1-Promover uma sempre mais plena unidade visível no seio da Igreja.
  - 2-Promover a ação missionária.
  - 3-Promover a ação catequética, o aprofundamento doutrinal e a reflexão teológica.
  - 4-Promover a Ação Litúrgica.
  - 5-Promover a Ação Ecumênica.
  - 6-Promover a melhor inserção do Povo de Deus como fermento na construção de um mundo segundo os desígnios de Deus.
- Esta última linha de trabalho se ocupa de modo especial da presença do cristão no mundo e na política. Inclui ainda as relações Igreja-Estado, e de modo especial hierarquia-Estado.[...] E vem reforçar a



tomada de posição de bispos, sacerdotes, religiosos e leigos frente à situação de emergência em que vivia o país.<sup>208</sup>

Percebe-se que a atuação pastoral dos bispos, dos clérigos e dos leigos, considerando essas seis linhas definidas pelo Plano de Pastoral de Conjunto, concorreu para redimensionar a vida da Igreja a partir da promoção e do apoio à renovação catequética e litúrgica, da participação em atividades sociais, da atuação nos meios de comunicação social, nas instituições educacionais e na renovação paroquial. Naquele período, a Ação Católica Especializada encontrou “solo fértil” na Igreja do Brasil onde se expandiu e proporcionou uma experiência peculiar de transformação e adequação da instituição eclesial aos tempos modernos.

A Ação Social desenvolvida pelo Arcebispo de Teresina foi influenciada por aquela conjuntura eclesial. Com a ascensão dos militares ao poder em 1964, a postura do episcopado, sobretudo do Nordeste, causou estranheza aos militares que passaram a pressioná-lo. Com a conjuntura política instalada, foi-se construindo uma série de desentendimentos entre os militares e o episcopado. Para a Igreja, aquela postura dos bispos estava condizente com a missão que eles tinham que desempenhar junto aos mais carentes, mas para os militares muitas ações dos bispos, principalmente na promoção e defesa do sindicalismo rural, eram entendidas como afronta ao novo governo e fortalecimento do movimento comunista.

Em razão da pressão que alguns bispos sofreram do governo militar, ao serem acusados de conivência com o movimento comunista, muitas ações de promoção social foram suspensas para evitar maiores conflitos. No Piauí, por exemplo, o Arcebispo fez declaração pública atestando a suspensão do patrocínio da Igreja ao sindicalismo rural. Esse setor da promoção do homem do campo como

---

<sup>208</sup> PRANDINI, Fernando. PETRUCI, Vitor A. DALI, Frei Romeu (orgs). *As relações Igreja-Estado no Brasil: durante o governo do Marechal Castelo Branco (1964-1970)*. São Paulo: Edições Loyola, 1986, p. 62-63. Vol. I (Coleção Igreja-Estado).

já se referiu, se constituiu um dos pontos nevrálgicos dos conflitos entre as lideranças da Igreja e os proprietários de terra, representantes da elite tradicional do estado, que era conivente com os militares no poder. No ano de 1964, outro episódio, além daqueles relacionados ao sindicalismo rural, causou muito desconforto ao Arcebispo de Teresina, dizia respeito a uma reportagem reproduzida de *A Tribuna da Imprensa*, do Rio de Janeiro, por meio do jornal *Voz do Piauí*. Para o Arcebispo o jornal local havia distorcido o sentido da matéria comprometendo o Arcebispo de Teresina com inquéritos Policiais Militares. Referindo-se aos acontecimentos do ano de 1964, Dom Avelar declarou:

Este ano de 1964 tem sido um ano de grandes provocações para a minha vida pastoral pessoal. Além do mais, um ano de terríveis equívocos. De sofrimentos íntimos, da mais dura expressão. Graças a Deus, não tenho perdido a serenidade, nem tenho tido a tentação de amaldiçoar os agulhões que ferem as fibras mais sagradas do coração.

Não vamos contar essa história. Desejo, apenas, referir-me a um capítulo recente e dos mais desagradáveis.

Hoje, fui surpreendido com uma manchete do jornal “Voz do Piauí” que pretendendo reproduzir uma reportagem de “A Tribuna da Imprensa”, do Rio, acerca de inquéritos no Conselho Nacional do SESI e na Confederação Nacional da Indústria, assim gritava aos seus leitores – “Tribuna: Inquérito compromete arcebispo do Piauí”. Fui reler o jornal carioca. Observei que esta palavra “*compromete*”, diretamente ligada à pessoa do Arcebispo de Teresina, não estava em seu relatório.

Supus uma agressão pura e simples de “Voz do Piauí”. Mas, o jornal dizia que os agressores são outros. Na dúvida, e para fins de esclarecimento, resolvi dirigir-me ao Diretor do jornal.<sup>209</sup>

Sobre esses fatos, o jornal *Voz do Piauí* se desculpou com o Arcebispo, fazendo declaração pública do equívoco provocado por aquela empresa de comunicação.

No pós-64, Dom Avelar viveu seu pastoreio com uma certa dose de martírio, quando teve sua ação em favor dos pobres mal interpretada pela elite agrária do Piauí e pelos militares.

---

<sup>209</sup> ESCLARECIMENTO SOBRE DISTORÇÕES DA IMPRENSA. *O Dominical*. Teresina, ano XXIX, n. 31/64, 23 ago. 1964. p. 1-3.

Para Monsenhor Chaves o Arcebispo viveu na Arquidiocese momentos muitos difíceis, pois:

[...] teve muitos que foram pedir ao Coronel Façanha a prisão de Dom Avelar. Mas, o coronel disse que não era possível, ele era um homem profissional e disse que não tinha motivo, que ele não tinha feito nada contra as leis do país. Não concordava com aquilo que os militares queriam, mas isso não era significativo pra dizer que ele era contra o país. Ele era um patriota [...].<sup>210</sup>

Os equívocos entre o Arcebispo e as autoridades dirigentes do Estado já vinham se processando desde o ano de 1963, quando o Padre Carvalho, como Presidente dos Círculos Operários, envolveu-se nas reivindicações da Polícia Militar, fato que desagradou profundamente o Governador Petrônio Portela, pois aquela crise não foi fácil de contornar.

Ainda em 1963, surgiram alguns equívocos em relação à forma de expressão de algumas lideranças responsáveis pelos programas veiculados pela Rádio Pioneira de responsabilidade do MEB e do sindicalismo rural. O questionamento partiu do Sr. Simplício Mendes, numa nota publicada na imprensa, criticando a postura e as expressões usadas por algumas lideranças de movimentos sociais da Igreja. Em sua opinião deveriam ser afastados da função pela maneira agressiva com que se referiam principalmente aos proprietários de terras nas suas relações com os camponeses.

Em resposta àqueles questionamentos, Dom Avelar fez também uma declaração que foi publicada no Jornal *Estado do Piauí* explicando:

[...] O Arcebispo declara que, em princípio, são responsáveis pelos programas exatamente aqueles que os elaboram e os transmitem ao público.  
Declara mais que assim dizendo não quer transmitir para outros a parte que realmente lhe caba no conjunto da operação, isto é,

---

<sup>210</sup> CHAVES, Raimundo Joaquim Ferreira. *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, abr.1998.

encontra-se pronto e sempre disposto a ouvir justas reclamações, sugestões razoáveis e colaboração construtiva.

Mas que essa reclamação, sugestão ou colaboração não podem ser feitas de maneira arbitrária ou passional e sim dentro de certas normas ditadas pela razão e pelo bom senso.

Não há de ser porque a professora de alfabetização errou uma vez, seja qual for o motivo, não há de ser porque o responsável pelo programa rural se excedeu num momento de mau humor, na maneira de apresentar os fatos, que devamos acabar as escolas e suprimir a essa quota de responsabilidade moral junto ao movimento de sindicalismo ora em marcha no Piauí, como também não há de ser porque um proprietário de terra tenha cometido alguma injustiça, que deixe de ser válido o direito de propriedade.

[...] Não é de boa tática a atitude daqueles que, a pretexto de não combinarem com este ou com aquele programa, investem desabridamente contra a Autoridade Eclesiástica, criando um clima de desconfiança e confusão, que só pode favorecer aos verdadeiros inimigos de Deus e da Igreja [...].<sup>211</sup>

Com essa declaração pública, o Arcebispo manifesta de certa forma como a ação social desenvolvida pela Arquidiocese, através do MEB e do sindicalismo rural, constituía-se um incômodo ao grupo dos proprietários rurais, que estavam sempre atentos a qualquer manifestação daquelas lideranças responsáveis pelos dois setores, no sentido de perceber alguma falha que pudesse incorrer na punição de algumas daquelas pessoas responsáveis pelos referidos programas.

O Arcebispo também se mostrou à disposição dos seus fiéis e dos demais grupos da sociedade para examinar e esclarecer os problemas que estiverem ao seu alcance. Deixou transparecer que aquelas manifestações contra alguma atitude dos responsáveis pelos programas eram tentativas de pessoas ou grupos insatisfeitos com a ação social arquidiocesana e, por essa razão, tentavam levantar alguma suspeita em relação às intenções do Arcebispo no que se referia ao trabalho social.

A insatisfação dos proprietários de terra do Piauí com o Arcebispo ficou evidenciada por meio dos artigos escritos pelo professor e, na época, Presidente da Academia Piauiense de Letras, Sr. Simplício de Sousa Mendes, que também era um

---

<sup>211</sup> DECLARAÇÃO. *Estado do Piauí*. Teresina, ano XXXIV, n. 561, 28 jul. 1963. p. 1.

dos grandes proprietários de terras do Piauí. Mantinha a coluna *Televisão* nos jornais *Folha da Manhã* e *O Dia*. Na dita coluna publicou uma série de quatro artigos ressaltando, no primeiro a importância da Doutrina Social da Igreja enfocada pelas duas últimas Encíclicas <sup>212</sup> papais, que focalizavam a justiça social e a necessidade de solução do problema da terra; no segundo artigo versava sobre “A democracia e seus fundamentos”, afirmando que em uma democracia social não haveria lugar para o socialismo materialista que viesse a controlar os excessos individualistas e do poder econômico e, dessa forma, o Sindicalismo seria um dos aspectos mais perigosos do socialismo para a democracia, uma vez que nos regimes democráticos, os sindicatos seriam livres e estendidos a todas as categorias sociais. O perigo maior, na sua visão, seria a formação de um comando único como alternativa para a unidade sindical. Dessa forma, o autor do artigo considera que o apoio ao sindicalismo era um erro do Episcopado brasileiro, pois os bispos não haviam se apercebido do perigo das idéias comunistas, que provocariam a subversão. No terceiro artigo, Simplício Mendes criticava a visão dos bispos quando falam sobre a Reforma Agrária sem luta de classes, mas como promoção do trabalhador; no quarto artigo falava sobre o sindicalismo, discordando da postura dos 18 bispos que assinaram uma declaração por ocasião do dia do trabalhador, em maio de 1964, apoiando os cristãos que militavam nos sindicatos rurais.

Em resposta àqueles artigos do professor Simplício Mendes, o Arcebispo publicou no jornal *O Dominical* uma “Carta Aberta” que visava apresentar os devidos esclarecimentos sobre determinadas questões que para ele não foram apresentados na sua devida proporção pelo referido professor.

---

<sup>212</sup> As Encíclicas que tiveram grande influência sobre a Igreja do Brasil foi a *Mater et Magistra* de 1961 e a “*Pacem in Terris*” de 1963, ambas do Papa João XXIII.

Dom Avelar, ao tentar esclarecer que a atuação do episcopado em setores que ele caracteriza como subdesenvolvidos, dizia que foi motivado pela voz da sua consciência popular e não por estar atrelado a algum governante. Considerando que as expectativas no setor rural não foram atingidas como desejavam as lideranças eclesiais, considerava válida a intenção que tiveram com o trabalho no campo e que o julgamento precoce daquela ação rural poderia incorrer em grande equívoco, pois para os clérigos caberia à história o julgamento. O Arcebispo ressaltava que o patrocínio do episcopado ao sindicalismo não tinha a pretensão de resolver todo o problema agrário brasileiro, mas algumas ações como a realização das Semanas Ruralistas, os encontros dos bispos do Nordeste, a criação de Grupos de Trabalhos e as experiências concretas de colonização vinham chamando a atenção dos governantes e de particulares para o problema rural brasileiro. Ressaltava também que já havia alguns anos em que o episcopado vinha se dedicando de forma exaustiva a estudos que favoreciam a solução de problemas de interesse coletivo e em consequência do envolvimento de alguns bispos com problemas de difícil solução tinham comprometido seriamente a sua saúde.

Na carta aberta ao Professor Simplício Mendes, o Arcebispo enfatizou que a Igreja não aceitou o caminho do sindicalismo como estratégia de reorganização da vida social no campo, mas:

[...] A Igreja aceitou o sindicalismo rural, porque o sindicato é um órgão de classe e, dentro da democracia, as classes podem unir-se para a defesa dos seus direitos.

E se havia o perigo iminente de esses sindicatos caírem nas mãos dos comunistas a Igreja procurou antecipar-se ao seu trabalho, ou entrar na luta pela criação de sindicatos autênticos, correndo uma série de riscos, inclusive o de não ser bem compreendida.

Ao lado dos sindicatos que não devem ser extintos, mas regulamentados, em nosso modo de ver, deve surgir uma ação muito clara e muito objetiva, de ordem governamental, para o equacionamento e solução do problema.

A nova declaração dos Bispos de Recife é uma palavra de conforto a quantos estiveram empenhados nesse esforço heróico e delicado do sindicalismo rural.

É a reafirmação de que o problema do campo continua a existir e a pedir solução [...].<sup>213</sup>

Naquela mesma carta o Arcebispo declarou a toda a sociedade que tinham sido suspensas todas as atividades sindicais rurais patrocinadas pela Igreja no Piauí. Dizia que os sindicatos são de responsabilidade do Governo a quem compete apresentar as linhas da sua política agrária definindo o destino dos sindicatos.

Durante o governo militar, Dom Avelar procurou estabelecer diálogo entre as hierarquias da Igreja e do Estado e, por sua diplomacia, tornou-se na CNBB o principal elo das relações entre a Igreja e o Estado<sup>214</sup>. Assumiu a tarefa de negociar, esclarecer os fatos, manter o diálogo com a cúpula governista naquilo que fosse necessário, desde a regulamentação dos contratos de repasse de verbas para manter alguns projetos sociais como o do MEB, à solução de algum conflito quando padres, bispos e religiosos eram acusados ou presos como suspeitos de atos subversivos pelos militares.

Essa sua tarefa foi um tanto espinhosa, pois nenhuma declaração dos bispos passava despercebida aos olhos dos militares. Sobre os episódios da época, um fato souo como punição a Dom Avelar por parte do governo militar. No ano de 1973, quando o Arcebispo já era o Primaz do Brasil, foi indicado em Pernambuco para receber a medalha de mérito pernambucano na qualidade de Bispo de Petrolina, ao tempo em que em Salvador foi escolhido para receber o título de Cidadão Honorário. Aqueles dois eventos que aconteceria em locais diferentes

---

<sup>213</sup> VILELA, Dom Avelar Brandão. *Carta Aberta* (de Dom Avelar ao Prof. Simplício). O Dominical. Teresina, ano. XXIX n. 16/64, 10 mai. 1964. p. 1-4.

<sup>214</sup> PRANDINI, Fernando. PETRUCI, Vitor A. DALI, Frei Romeu (orgs). *As relações Igreja-Estado no Brasil: durante o governo do Marechal Costa e Silva (1967-1970)*. São Paulo: Edições Loyola, 1986, p.43-44. Vol. II (Coleção Igreja-Estado).

foram automaticamente suspensos pelos governadores dos seus respectivos estados logo após uma entrevista de Dom Avelar, onde ele defendia o respeito aos direitos fundamentais do ser humano e aos princípios éticos sobre os quais deve reger a consciência coletiva.<sup>215</sup>

Conforme se pretendeu mostrar nos limites deste estudo, muitas são as possibilidades de investigação abertas ao estudo deste período no Piauí, tendo Dom Avelar Brandão Vilela como ponto de partida. Intenciona-se futuramente construir uma biografia histórica deste personagem.

---

<sup>215</sup> PRANDINI, Fernando. PETRUCI, Vitor A. DALI, Frei Romeu (orgs). *As relações Igreja-Estado no Brasil: durante o governo do General Médici (1970-1974)*. São Paulo: Edições Loyola, 1986, p. 63-65. Vol. III (Coleção Igreja-Estado).



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção desta narrativa nos proporcionou compreender o comportamento de alguns grupos sociais que estiveram, sobretudo, na década de sessenta, comprometidos com a Ação Social Arquidiocesana, desenvolvendo atividades na área da educação através do MEB, no setor do sindicalismo rural, na organização dos movimentos da Ação Católica, cujo maior núcleo estava na Faculdade de Filosofia.

Os movimentos da Ação Católica (JAC-JEC-JIC-JOC-JUC), desenvolvidos no Brasil na primeira metade do século XX, passaram a influenciar consideravelmente o episcopado brasileiro, especialmente o do Nordeste, onde as condições de vida da população eram das mais precárias do país, e melhorar aquela situação requeria investimentos públicos que pudessem solucionar problemas básicos de saúde, alimentação, educação, moradia e outros, em quase a totalidade do território nordestino, onde aquelas populações viviam à mercê da sua própria sorte.

Diante dessa realidade, a grande maioria dos bispos se empenhou junto ao poder público, criando as possibilidades de acesso daquela gente a alguns direitos básicos, promovendo-os como cidadãos. Os trabalhos de promoção social e humana desenvolvidos pelo episcopado nordestino ganharam maior visibilidade a partir da década de cinquenta com a ação junto aos camponeses, proporcionando-lhes acesso à educação básica através de uma alfabetização politizadora. O método proporcionou ao camponês (as) uma consciência maior do seu nível de marginalização assim como dos seus direitos básicos não garantidos.

O nível de conscientização e politização sempre mais crescente chegou na década de sessenta a incomodar a elite agrária das regiões onde se

desenvolviam tais atividades, gerando grandes conflitos a partir de 1964, quando os militares tomaram o poder no Brasil.

O Piauí, naquele período, tinha como Presidente da Província Eclesiástica do Estado o então Arcebispo de Teresina Dom Avelar Brandão Vilela, que, em comunhão com as diretrizes da CNBB, reforçadas pelas orientações das duas Encíclicas do Papa João XXIII, “Mater et Magistra” e “Pacem in Terris”, que abordavam as questões sociais e a paz no mundo. Ele desenvolvia atividades de Ação Social, educação e assessoria à sindicalização rural. Os movimentos voltados para a Educação de Base e para o patrocínio da sindicalização rural foram, segundo o Arcebispo, mal interpretados pelos proprietários de terra que os rotularam de subversivos ou propagadores da subversão.

Ao tentar reconstruir a memória individual e coletiva de alguns sujeitos sociais que estiveram comprometidos com os movimentos patrocinados pela Igreja Católica, acima citados, percebemos o quanto eles sofreram com a repressão militar por causa do tipo de ação que desenvolviam em favor das comunidades rurais.

Algumas lideranças foram presas, como o advogado e assessor do sindicalismo rural, Manoel Emílio de Oliveira Burlamaque, e os presidentes dos sindicatos rurais. Com a perseguição e prisão das lideranças, o movimento campesino foi arrasado. Na prisão eles sofreram pressão psicológica e xingamentos.

Dentre os penalizados estava o Padre Carvalho, que atuava no movimento da JOC desde a criação do seu primeiro núcleo em Teresina em 1959 e era também Presidente dos Círculos Operários. Era o articulador da Juventude Operária Católica no Estado e, com essa função, participava dos encontros em nível nacional e dos movimentos reivindicatórios locais. Atuou em favor dos Policiais Militares, quando estes fizeram greve em 1963 reivindicando melhoria salarial.

Participou, como Presidente eleito, do Primeiro Congresso de Camponeses do Piauí, em 1961, e da passeata realizada pelos trabalhadores rurais em sete de setembro de 1963, fato este que acirrou ainda mais as querelas entre a Igreja e os donos de terras, que consideraram aquele evento como uma demonstração de força dos sindicatos e uma afronta aos donos de terras. Estando a sua imagem relacionada com todos esses acontecimentos, quando os militares assumiram o poder decretaram logo a sua prisão por considerá-lo elemento subversivo. Como o referido sacerdote não se encontrava na cidade de Teresina houve tempo para Dom Avelar e seu irmão Teotônio Vilela, que era Senador naquela época, negociarem a sua prisão. Depois de muita conversa o coronel aceitou que o padre tivesse prisão domiciliar por 45 dias na sua residência, no Bairro Vermelha, sem direito a sair mesmo para celebrar a missa.

Igualmente foi preso um dos assessores do MEB, Cleber do Rego Monteiro, que também era presidente da UBES (União Brasileira de Estudantes Secundaristas). A professora Palmira, responsável pela programação da Escola Radiofônica, transmitida pela Rádio Pioneira, foi chamada à DOPS para responder pela programação, além de ter tido todo o material diariamente fiscalizado.

Esses episódios ocorreram logo no princípio de abril de 1964, quando algumas pessoas, certamente ligadas aos proprietários de terras, chegaram a pedir à Guarnição Federal a prisão de Dom Avelar, alegando que ele era contra o governo militar e havia apoiado a sindicalização rural e delegado poder ao Padre Carvalho para, como representante da Arquidiocese, participasse do movimento e apoiasse os camponeses e operários.

Durante o governo militar, a Igreja e o Estado no Brasil viveram intensos conflitos gerados pela forma autoritária assumida por aquele governo, mas,

sobretudo pelo desrespeito aos direitos humanos. Qualquer pessoa que não concordasse com os atos desse governo seriam fortes suspeitos de subversão. Dois problemas mereceram maior esforço de diálogo: a questão ligada aos estudantes e aos problemas do Nordeste. Esses conflitos se acentuaram a partir de 1968.

Em Teresina o ano de 68 foi marcado também por algumas manifestações estudantis, que aconteceram na maioria das vezes dentro das próprias faculdades, sendo que o maior núcleo de discussão e debate concentrava-se na FAFI e tinha como referência um grupo de estudantes que se denominavam de esquerda católica, inspirados no socialismo cristão. O grupo promovia discussões e debates sobre os problemas da atualidade, além de publicarem matérias e distribuírem ao público.

Existia também um núcleo de estudantes secundaristas no colégio Liceu Piauiense, sob a liderança de Benoni Alencar, vinculados à AP (Ação Popular), de inspiração marxista-leninista. Aquele grupo, atendendo ao apelo nacional da juventude para pichar muros do Brasil contra o governo militar, fez uma pichação na cidade: “Abaixo a Ditadura”, “Fora o Imperialismo”. O grupo de esquerda católica da FAFI foi preso, juntamente com o professor Diogo, irmão do Padre Raimundo José, por terem sido suspeitos daquela pichação juntamente com o grupo da Ação Popular.

Por causa da prisão dos estudantes da FAFI e, sobretudo do Professor Diogo, o Padre Raimundo José se encarregou de reunir os clérigos e os religiosos e, juntos, tomaram a decisão de se pronunciarem nas missas de domingo sobre aquelas prisões, fato este que desagradou profundamente os militares, que imediatamente veicularam nota nas rádios locais, exceto na Rádio Pioneira, contra a

atitude do clero e principalmente do Padre Raimundo José, por ter encabeçado o movimento.

Aquele episódio veio inflamar ainda mais as relações da Igreja com os militares e, dessa vez, o conflito estava focalizado na Faculdade de Filosofia. Dentre as pessoas mais visadas estavam o Professor Diogo, o Padre Raimundo José, que respondeu a um IPM, e o Antonio José, que havia sido preso juntamente com todos os participantes do 30º Congresso da UNE em Ibiúna no Estado de São Paulo em outubro de 1968.

De todas as pessoas que foram entrevistadas nessa pesquisa, algumas manifestaram queixas de como aqueles episódios provocaram alguma complicação em suas vidas. O Padre Carvalho, na sua entrevista, lembrou chorando, pois já se encontrava bastante adoentado e atestava que seu estado de saúde fora agravado por aquela situação de opressão. O Padre Raimundo José relatou que o Ministro da Educação Jarbas Passarinho assegurou que o Conselho Diretor da Universidade Federal não havia sido formado por ser ele um dos representantes da Arquidiocese, e o governo não aceitava, no Conselho alguém que se posicionasse contra o regime. Ele assumiu sua função como professor com uma carga horária mínima de 12 horas. O Professor Diogo foi impedido de assumir sua função de professor, voltando para a Universidade somente depois da anistia. Antônio José, depois de ser preso pela terceira vez, já depois que vigorava o AI-5, foi ameaçado pelo Secretário de Segurança de expulsão da Faculdade. Fato este que não se consolidou em razão da resistência da Diretoria da Faculdade em não permitir que os militares intervissem naquela instituição. Depois que terminou a sua graduação, foi impedido durante um certo tempo de assumir qualquer função em Empresa Pública.

Ao longo desta narrativa tentou-se atingir os objetivos propostos, isto é, mostrar a partir da memória de alguns agentes sociais como se teceu a trama histórica entre a Igreja Católica de Teresina e o sistema político-militar implantado em sessenta e quatro. Espera-se ter contribuído para elucidar, esclarecer e registrar alguns fatos necessários para a compreensão de nossa história, que poderão ser retomados e aprofundados por outros estudiosos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES

### 1 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *Um engenho anti-moderno - A Invenção do Nordeste e Outras Artes*. Campinas, SP: Unicamp, 1994, Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1994.

ALVES, Maria Helena Moreira. Organizações de Base ligada à Igreja. In: *Estado e Oposição no Brasil (1964 – 1984)*. 4 ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1987. p. 230-236.

----- . Dialética dos Direitos Humanos. In: *Estado e Oposição no Brasil (1964 – 1984)*. 4 ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1987. p. 200-208.

AMADO Janaína. A culpa nossa de cada dia: ética e História oral. In: *Projeto História*, São Paulo, n. 15, p. 145-155. Abr. 1997.

----- . O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em História oral. In: *História*, São Paulo, v. 14, p 125-136, 1995.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. As Origens do Regime Militar. In: *Brasil Nunca Mais*. 25. ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1985. p. 53-59.

----- . Os Setores Sociais. In: *Brasil Nunca Mais*. 25 ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, p.147-154.

BARROS, Myriam Moraes Lins de. Memória e Família. *Estudos Históricos*, rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 29-42, 1989.

BENJAMIM, Walter. Sobre o conceito da História. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sergio Paulo Rouanet. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas; v. 1).

BETTO, Frei. *Cristianismo & Marxismo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. Trad. Carlos Moisés/Ana Maria L. Ioriatt. São Paulo: Companhia das letras, 1986.

BOFF, Leonardo. BOFF, Clodovis. *Como fazer Teologia da Libertação*. 3 ed. Petrópolis-Rio de Janeiro: Ed. Vozes/lbase. 1986. (Coleção Fazer).

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: T. A Queiroz, 1987. p. 448.

BOUTIER, Jean & JÚLIA Dominique. Em que pensam os historiadores? In: (Orgs.) *Passados recompostos*. Campos e canteiros da História. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/FGV, 1998. p. 21-61.

BURKE, Peter. *A escrita da História*. Novas Perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

-----A invenção da biografia e o individualismo renascentista. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.19, 1997.

----- *O mundo como teatro: estudos de antropologia histórica*. Lisboa: Difel, 1992. (coleção Memória e Sociedade).

CARDOSO, ELIZÂNGELA BARBOSA. *Múltiplas e Singulares: História e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.

CASTELO BRANCO, Edwar de A. Deslumbramento e Susto: maravilhas tecnológicas captura social e fuga identitária nos anos sessenta. In: *Todos os Dias de Paupéria* - Torquato Neto e uma contra-história da Tropicália. São Paulo: Annablume, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: O longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001. p.164.

CARVALHO, Maria do Amparo Alves de. *Relações Igreja – Estado em Teresina de 1964 a 1970*. 1998. 116f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso). Centro de Ciências Humanas e Letras. Universidade Federal do Piauí, Teresina, 1998.



CERTEAU, Michel de. Práticas de Espaço. In: *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. - Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*, Lisboa: Difel, 1990.

-----, A História Hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, p. 97-113, 1994

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Os anos de Chumbo: memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FAUSTO, Boris. A Sucessão Presidencial. In: *História do Brasil*. 2ª ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995 p. 436-443.

FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO Janaína. (orgs.) *Usos & abusos da história oral*. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

FREITAS, Sônia Maria de. *História Oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FALCON, Francisco. *História Cultural*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p 211.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura, In: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989, p. 13-41.

GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 380p.

HALL, Stuart. *A Identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro –8. ed. – Rio de Janeiro DP&A, 2003.

HUNT, Lynn. *A nova História cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

IANNI, Otávio. *O Colapso do Populismo no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira. 1997.

JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA (JOC). *Os Jovens trabalhadores conquistando trabalho e justiça*. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.

LE GOFF, Jaques. Memória: In: *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão. 3 ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1994.

LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (Dir) – *História – Novos Problemas. Novos Objetos. Novas Abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, 3vols.

LE MOS, Oswaldo. *Petrônio Portela Nunes: depoimentos á História*. Teresina, COMEP, 1983.

LIMA, Antônia Jesuíta de. *Favela COHEBE: uma história de luta por habitação popular*. Teresina-PI (Dissertação de Mestrado PUC/SP, 1990).

MARIAE, Servas. *Para entender a Igreja no Brasil: a caminhada que culminou no Vaticano II (1930-1968)*. Petrópolis, R.J: Vozes, 1994. (Coleção Igreja no Brasil).

MEDEIROS, Antônio José. *Movimentos Sociais e Participação política*. Teresina: CEPAC, 1996.

MELO, Cláudio Pe. *Piauí, Diocese e Providência Eclesiástica*. Teresina: Arquidiocese de Teresina, 1993.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *História e memória da Rádio Pioneira de Teresina*. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2004.

NEVES, Lucília. Os desafios da história oral – ensaios metodológicos. In: *Cidade: história e memória*. PINHEIRO, Áurea da Paz; NASCIMENTO, Francisco Alcides do (orgs). Teresina: EDUFPI, 2004.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*, São Paulo, n.10, p.7-28, dez. 1993.

PEREIRA, Luciana de Lima. *O discurso da Igreja Católica de Teresina e a formação do ideário cristão através de "O Dominical"*. 2005. 94 Fls. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) Centro de Ciências Humanas e Letras. Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.) *História Cultural – experiências de Pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

-----. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n. 3, p. 25-39, 1997.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In: *Projeto História*, São Paulo, n.14, p. 25-39, 1997.

-----. Memória e Diálogo: Desafios da História oral para a Ideologia do século XXI. In: Ferreira, Marieta de Moraes et. Ali. *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz/CPDOC, 2000.

PRANDINI, Fernando. PETRUCI, Vitor A. DALI, Frei Romeu (orgs). *As Relações Igreja-Estado no Brasil: durante o governo do Marechal Castelo Branco (1964-1967)*. Centro de Pastoral Vergueiro (CPV), São Paulo: Edições Loyola, 1986, V. I. (Igreja x Estado no Brasil).

-----. *As Relações Igreja-Estado no Brasil: durante o governo do Marechal Costa e Silva (1967-1970)*. Centro de Pastoral Vergueiro (CPV), São Paulo: Edições Loyola, 1986, V. II. (Igreja x Estado no Brasil).

-----. *As Relações Igreja-Estado no Brasil: durante o governo do General Médici (1970-1974)*. Centro de Pastoral Vergueiro (CPV), São Paulo: Edições Loyola, 1986, V. III. (Igreja x Estado no Brasil).

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense. 1990.

RIDENTI, Marcelo. Que história é essa? In: REIS, Daniel Aarão Fº, GASPARI, Elio (orgs). *Versões e Ficções: o seqüestro da história*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. A luta da memória contra o esquecimento. In: *Memória coletiva e teoria social*. São Paulo: Annablume, 2003.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Sessenta e Quatro: anatomia da crise*. São Paulo: Vértice. 1986.

SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo Biografias... Historiadores e Jornalistas: aproximações e afastamentos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 19, p.1-17, 1997.

SKIDMORE, Thomas. A Igreja: uma força de oposição. In: *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Tradução: Mário Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. p. 269-274.

TEMPO E PRESENÇA. *Vinte anos de 68: Realidade e Utopia*. Publicações do CEDI, n 233. Ago. 1988. s/l

Queiroz, Teresinha de J. Mesquita. História e Olhar sobre as fontes. In: *Caderno de Teresina*. Teresina, FCMC, ano10, n.24, dezembro de 1996.

TOLEDO Caio Navarro. *O governo de Goulart e o golpe de 64*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. (Coleção Tudo é História.).

WANDERLEY, Luís Eduardo. Igreja e Sociedade no Brasil: *Revista religião e sociedade*, n 3, out. p. 93 – 107. 1978. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.

VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In: *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*/Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.). Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. 13º Reimpressão.

VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

## 2 FONTES

## 2.1 DEPOIMENTOS

Antonio José de Castelo Branco Medeiros – *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, Set. 1997.

Antonio Ferreira de Sousa Sobrinho – *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, Jun. 1998.

Antonio Rodrigues de Sousa Neto – *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, Out. 1997.

Diogo José Airemoraes Soares – *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, Set. 1998.

Iracema Santos Rocha – Depoimento concedido ao Jornal O DIA. Teresina, 24 Mai. De 1998.

João Gualberto dos Santos Soares – *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, Ago. 1997.

Manoel Emílio Burlamaque de Oliveira – *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, Mar. 1998.

Maria Célis Portella Nunes – *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, Abr. 1998.

Maria do Carmo Alves Bomfim – *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves Carvalho*. Teresina, Set. 1997.

Maria do Rosário de Fátima Bezerra Rodrigues – *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, Out. 1997.

Maria Elias de Macedo – *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, Abr. 1998.

Monsenhor Isaac José Vilarinho – *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, Abr. 1998.

Monsenhor Joaquim Raimundo Ferreira Chaves – *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, Abr. 1998.

Palmira Luzia Soares – *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, ago. 1997.

Padre Francisco das Chagas Carvalho – *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, Abr. 1998.

Padre Raimundo José Airemoraes Soares – *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, Abr. 1998.

Padre Raimundo Nonato Nery Sobrinho – *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, Abr. 1998.

Pedro S. Ribeiro – *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, Abr. 1998.

Teresinha de Jesus Santos – *Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho*. Teresina, Mar. 1998.

## **2. 2. NOTAS**

Nota veiculada nas rádios locais, pelos militares, por ocasião da prisão do professor Diogo e alguns alunos da FAFI. – Teresina, Março de 1969.

Notas de esclarecimentos àquelas divulgadas pelos militares nas rádios locais. Teresina, Mar. 1969.

## **2.3. CARTAS**

Carta 1: Dom Avelar escreve ao Comandante da Guarnição Federal. Teresina, Mar. 1969.

Carta 2: Dom Avelar escreve ao Comandante da Guarnição Federal. Teresina, Mai. 1969.

## **2.4. BOLETINS**

- BOLETIM DA AÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA, 1960, p. 3-14.

-CAMINHADA DA IGREJA DO BRASIL DEPOIS DO CONCÍLIO VATICANO II. Década 60-70 (Medellín – Puebla) Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

-INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL, 1994. p.10. S/L.

- A CAMINHADA DOS 20 ANOS PÓS-CONCÍLIO VATICANO II, Publicações do CEDI, São Paulo. S/d.

## **2.5. JORNAIS**

- O DOMINICAL - DE 1959 a 1971
- O DIA – 1964 a 1971
- ESTADO DO PIAUÍ DE 1963 -1965 -1971
- JORNAL DO COMÉRCIO DE 1961 - 1963 -1964
- JORNAL DO PIAUÍ DE 1960 – 1968 – 1969
- FOLHA DA MANHÃ DE 1963 a 1964
- FOLHA DO NORDESTE DE 1962 a 1963

## **2.6. ENCÍCLICAS**

- MATER ET MAGISTRA: De Sua Santidade o Papa João XXIII sobre a Evolução da Questão Social à luz da Doutrina Cristã.
- RERUM NOVARUM: De Sua Santidade o Papa Leão XIII sobre a Condição dos Operários.



## **ANEXOS**

## **ANEXO I**

### **DEPOIMENTO DA PROFESSORA PALMIRA LUZIA SOARES**

Eu trabalhei no MEB em 1962 a 1973 (11 anos). Nós começamos fazendo um treinamento, veio uma moça da equipe nacional e fez um treinamento com a gente. Constatou o treinamento de trabalhos em grupos, discussões em grupos, assuntos que eram colocados para serem discutidos e elaboração de script porque nós íamos trabalhar na Rádio Pioneira, como de fato elaboramos alguns programas, e a gente andou dando aulas.

No começo foi a Valdenia quem era responsável pelas aulas radiofônicas e já, em 1963-1964, eu assumi as aulas radiofônicas e também programas que nós tínhamos para as comunidades aos sábados, e o trabalho começou com esse treinamento. Terminado treinamento, nós passamos um período de estudo e começamos mais ou menos em Janeiro e me parece que começamos a trabalhar no MEB, trabalhar nas comunidades em Maio em 62.

Nós começamos conquistando, fazendo divulgações das escolas radiofônicas em determinados locais, onde nós começávamos; e nós começávamos lá em debate com a comunidade, uma discussão e nós partíamos da colocação do problema, falta de trabalho, dificuldade de trabalho deles, falta de assistência médica, falta de escolas e dentro dessas colocações eles colocavam os problemas deles também, e nós então discutíamos os problemas, e saindo dali nós escolhíamos uma pessoa pra ser monitor, pra receber as aulas radiofônicas. Essas pessoas que eram escolhidas elas eram submetidas a um treinamento.

O treinamento, no começo, nós dávamos aqui em Teresina e depois passamos a dar no interior, e quando chegava lá queriam voltar pedindo pra gente emprego. Então nós verificamos que o contato deles aqui contribuía para eles terem um interesse muito grande de vim embora aqui pra cidade, e já não serviam pra nós.

Então nós começamos realmente com a escola radiofônica. Já no fim nós fazíamos uma crítica, primeiro com a escola radiofônica. Nós queríamos que em torno da escola radiofônica fosse criado um núcleo de comunidade, e a partir da escola radiofônica, a comunidade se organizasse e começasse a trabalhar para superar suas dificuldades, seus problemas.

Já quando saí do MEB, a gente criticava se de fato tinha sido uma boa, ou se de fato era o mais atrativo começar pela escola radiofônica, quando o pessoal de fato só quer aprender a lê quando, sente necessidade de leitura, não é? Então lá eles não tinham necessidade de leitura, não tinham jornal coisa nenhuma, não tinham emprego que requeresse naquilo, então porque eles iriam se interessar por leitura? E já nós criticávamos achando que não deveríamos ter começado pela escola radiofônica, mas sim por um trabalho comunitário.

Um trabalho em que eles descobrissem as necessidades deles e começasse a se organizar para superar essas dificuldades. Mas até quando eu saí a gente trabalhava com a escola radiofônica, só que já nessa época nós, ao invés de começarmos com a escola, nós procurávamos fazer um trabalho com eles na comunidade achando, na nossa maneira de ver, que o trabalho que o desenvolvimento da comunidade ia solicitar deles o aprendizado da leitura. Isso já era uma crítica que nós fazíamos ao trabalho; nós não deveríamos ter começado com escola, mas ter começado com o trabalho de comunidade que depois viesse a necessidade de trabalho, fizessem com que eles sentissem interesse pela leitura.

Além da escola radiofônica, quando eu deixei o MEB, porque como eu disse, a gente queriam que a partir da escola eles se organizassem em comunidade para trabalharem na superação de suas dificuldades. E a escola era também, deveria ser mantida por eles O monitor era um voluntário, não ganhava dinheiro para isso, e eles deviam manter escola. A gente dava o rádio, para algumas escolas, mais tarde a gente arranhou petromax, mas no começo, era lamparina mesmo, e eles deveriam comprar querosene. Foi dificuldade, primeiro porque muito pobres que são, e depois nós não temos, eu acho que ainda hoje está muito pouco desenvolvido, esse sentido da gente se juntar pra resolver as dificuldades que temos, e acho mesmo que a gente é muito individualista, procura tratar só dos seus próprios interesses, imagine naquela época, hoje já está melhor.

Bom, então nós trabalhamos com a escola radiofônica e depois trabalhamos com grupos comunitários, nós criamos grupos comunitários. Tinha casa de farinha comunitária, roças comunitárias, tinha criação de pequenos animais, criação comunitária, teve mesmo um grupo de Campo Maior, Santo Antonio, que a partir do trabalho compraram terras para eles. Nós queríamos de fato que os trabalhos deles evoluíssem e eles chegassem a superar ou pelos menos caminhar para resolver os problemas deles. Depois nós tivemos nas roças comunitárias, eles trabalhavam, na

roça deles, e tinha dias que eles trabalhavam na roça comunitária, entendeu? Estes produtos da roça eram vendidos e empregados em necessidades deles.

Em Conceição eles compraram motores pra casa de farinha; na Bela Fonte tinha escola radiofônica e teve também um trabalho comunitário, casa de farinha comunitária. Lá eles montaram a casa de farinha e compraram o motor, quer dizer, eles foram caminhando pra com o dinheiro que eles faziam da farinha comunitária. Eu tenho a impressão de que a farinha começou mesmo quando não era motor, era um roda que tinha caititu. Agora depois eles compraram, já quando a casa estava montada, chegaram a comprar motor em Bela Fonte; também trabalhavam em questão de suprir a necessidade de água, se reunia a comunidade, então em conjunto abriu um poço comunitário. Em Volta dos Cadetes (município de União) eles trabalhavam, tinha roça comunitária, também abriram o poço comunitário, era no município de União e Bela Fonte, também em União. E teve também no Zundão do Binhas e lá nós fomos chamados pra trabalhar com eles quando eles já tinham começado um tipo de quitanda comunitária. Era isso aí o trabalho, tinha uma equipe nacional e as equipes regionais, aqui nós tivemos um tipo de sistema, o de Teresina.

Quando eu sai parece que criaram um sistema em Floriano, mas eu não sei bem como é que foi, pra frente ou não. A equipe nacional, o trabalho do MEB, ele era programado com as próprias comunidades, entendeu? Um trabalho comunitário. A escola, nós tínhamos a nossa programação, programa de alfabetização, e quando eu sai a gente já tinha turmas mais adiantadas que já estavam além da alfabetização, até nós já tínhamos um pequenino jornal, o Jornal da Roça.

***AMP: Qual o ano que vocês iniciaram o trabalho com o jornal?***

Não me recordo bem, mas não foi logo no início, já estava com um trabalho adiantado, nós já tínhamos um trabalho de grupo, porque no começo não tínhamos só a escola radiofônica. Depois foi que nós tivemos onde tinha a escola radiofônica, tínhamos trabalho de grupo também, ou então começávamos com um grupo pra só depois irmos pra escola radiofônica e, como eu disse, nós passamos a perceber que a leitura só era de interesse das pessoas quando elas sentiam necessidade dela. Então foi que nós passamos a criar grupos onde a escola, ao invés de começar pela

escola, começar pelo trabalho comunitário, por exemplo, no Zundão dos Binhas, lá eles começaram com a quitanda.

Bom como eu ia dizendo, tinha a equipe nacional, mas a programação era feita em cada sistema, e também até especialmente com cada grupo. Quando nós estávamos trabalhando com grupos comunitários, a gente fazia treinamentos com eles num lugar, encontros e estudos. E então neste encontro eles ajudados pela gente, eles definiam o que queriam fazer e programavam. O nacional não ditava nada pra nós, o trabalho era definido aqui, planejado, executado e os estudos eram feitos com a própria comunidade. Nós mandávamos a nossa programação para o nacional, o nacional não impunha, mas, simplesmente eles nos subsidiavam com treinamentos e encontros e também com material de estudo.

***AMP: O que fez a Senhora se envolver com um trabalho desse tipo, nessa organização da comunidade, nessa mobilização da comunidade?***

Bom quando nós começamos o trabalho do MEB, nós já pensávamos que a partir da escola radiofônica atingir a comunidade, fazer trabalhos em que eles de início descobrissem quais eram os problemas deles, eles definissem um trabalho por onde eles queriam começar e nós achamos que no trabalho deles mesmo, nas atividades que eles exerciam se eles se unissem era daí que deveria partir. Por exemplo, estavam querendo fazer cooperativa, por ai, nós éramos contra esse negócio de pegar organizar logo cooperativa ou com uma diretoria ou com tudo.

***AMP: Quem era que estava organizando essa cooperativa?***

No Brasil existia esse movimento cooperativista não só pelo MEB, mas estava em voga o movimento cooperativista que havia treinamento, havia palestras, havia encontros sobre isto.

Nós éramos a favor do cooperativismo, mas achávamos que eles não deveriam começar como se começa, como quem quer formar uma cooperativa aí aquele pessoal que queriam formar cooperativa, elegia logo uma diretoria que ficava responsável por um único trabalho e os sócios nunca se manifestavam.

Nós achávamos que deveria começar por um trabalho cooperativo, mas justamente pra conscientizar as pessoas antes de se tornar formal, nós começávamos com um trabalho informal no sentido de que ele não era uma institucionalização, não era uma instituição, uma cooperativa organizada, nós pretendíamos partir dos grupos para organização de cooperativas, que nem chegamos a oficializar isso.

Quando eu saí do MEB os grupos que nós tínhamos ainda funcionando sem ter diretoria formais, quer dizer: tinha alguém que eles escolhiam pra ficar coordenando, mas não existiam aquelas diretorias formais como existem nas cooperativas. Para esses trabalhos nós tivemos convênios com a SUDENE, entendeu? A SUDENE fez convênio conosco e, aliás, possibilitou algum tempo para realizar o trabalho, porque depois, aliás, logo no começo o MEB enfrentou dificuldades muito grandes porque ele era um movimento que era mantido pelas arquidioceses e pelo governo.

O governo tinha um convênio com a CNBB, porque o MEB tinha um diretório Nacional, através do diretório nacional o governo fez convênio conosco, começou, antes do golpe de 1964, então de início nós tínhamos esse dinheiro, depois foi uma dificuldade. Depois do golpe de 64 nós tivemos dificuldades muito sérias até para a equipe, ficou vários meses sem receber o dinheiro e até para gente visitar os grupos, por exemplo. Em União nós aproveitamos desobrigas do Padre Isaac, que nesse tempo era vigário de lá, ele nos levava com ele e nós ajudávamos no trabalho dele, das desobrigas, dos batizados, de organização do povo pra estudar, pra cantar, pra tudo isso, e aproveitávamos para visitar nossos grupos, porque nós não tínhamos dinheiro pra viajar. Aliás, tivemos bem pouco tempo que não fosse de muita dificuldade, porque o MEB começou em 62 e 64 foi o golpe de Estado, aí os sistemas foram até fechados pelo Brasil a fora. Aqui nós de fato sofremos pressões, nossa programação de rádio era toda acompanhada, toda gravada, tinha gente mesmo gravando, fomos chamados, várias vezes, a responder por essa programação; eu mesma que fazia a programação tive que comparecer duas vezes no DOPS, duas vezes no 25º BC, a última vez que estive lá eu respondi a um Interrogatório. Também quando eu fui ao DOPS fui muito menos pela programação do MEB, mas mais por causa de um amigo nosso que estava envolvido com o movimento e deu o nome de padres e pessoas conhecidas dele como pessoas que

eram adeptas do movimento dele e por isso vários padres foram chamados e eu fui também, fui interrogada no DOPS.

***AMP: Quem era essa pessoa?***

A pessoa que tinha esse movimento, ele deu o nome da gente, o nome dele era Benoni; eu não me lembro o sobrenome dele; ele trabalhava no Banco do Amazonas, ele foi embora daqui. Ai em 64 como eu entrei nesse assunto de dizer que nós tivemos pouco tempo pra trabalhar tranqüilo, porque em 62 nós começamos a trabalhar, começamos a divulgar as escolas a pegar os monitores, a criar as escolas; isso em 62, já depois, lá para o fim do ano, no começo de 63 e em 64 nós já tivemos o golpe do Estado; aí o MEB, como eu disse, vários sistemas tiveram pessoas presas, aqui mesmo no Piauí, o Cleber que trabalhava conosco, prenderam ele e levaram o Cleber pra interrogatório, eu não fui presa graças a Deus. Cleber do Rego Monteiro era um colega nosso de trabalho.

***AMP: Ele ainda mora aqui?***

Não. O Cleber morreu.

Já quando nós começamos a trabalhar com os grupos a dar mais atenção a organizar o povo para fazer trabalhos comunitários, foi já no período que tinha o golpe do regime militar em 64, nós tivemos, nos facilitou muito o trabalho, o convênio, eu não sei se facilitou, pelo menos nos possibilitou o convênio que nós fizemos com a SUDENE.

A SUDENE tomou conhecimento do nosso trabalho, participou do treinamento nosso com os trabalhadores que nós fazíamos, grupos de estudos com eles, onde eles discutiam os problemas deles, onde a gente dava alguns conhecimentos. Por exemplo: porque a terra estava na mão de poucos, quer dizer porque tinha o latifúndio, tínhamos nos encontros, informara a eles como tinha começado o latifúndio no Brasil, capitânicas hereditárias, então a gente dava pra eles doses de informações que a gente achava para eles irem se formando e criando consciência crítica entendeu? Nos nossos treinamentos.

***AMP: Além do que a Senhora falou, que muitas pessoas sofreram perseguição, o próprio MEB, o sindicato, nesse momento que apoio vocês tinham dos bispos, dos padres?***

Olhe, Dom Avelar deu todo apoio a gente, aliás, Dom Avelar, eu acho que ele tinha a posição muito boa no sentido de que ele deixava que a gente se autodeterminasse, contanto que não fizesse, quer dizer, nós definíamos o trabalho que nós íamos fazer, ele não se metia, ele tomava consciência. Algumas vezes tivemos com ele, colocamos como estávamos realizando o trabalho, mas o trabalho era programado por nós, de iniciativa nossa com os grupos que nós trabalhávamos, mas a definição era do grupo conosco, entendeu? E algumas vezes tínhamos encontros com Dom Avelar, onde ele tomava conhecimento do trabalho que a gente fazia sem interferir nas decisões, a não ser assim como orientador, como uma pessoa que reflete sobre o valor da pessoa humana, sobre o valor do cristianismo, sobre a evangelização, porque o trabalho era um meio para evangelizar e promover o homem para que ele aderisse ao evangelho de forma consciente. Entendeu?

Eu acho a posição de Dom Avelar conosco era uma posição de confiança, de apoio e de respeito. Alias, eu estive falando sobre Dom Falcão, que Dom Falcão, quando chegou aqui eu não me recordo, foi em 68? Foi bem pertinho de sair, logo que ele chegou, eu sai em 73. Até que eu disse assim: não Dom Falcão teve uma atitude diferente de Dom Avelar; mas depois de refletir, quem sabe a gente tinha sido chamada pelo Exército, eu pelo menos era considerada comunista, eu acho que lá, junto dele, o pessoal dele é tudo isso, mas quando eu estivesse falando naquele dia com você, eu pensei sobre o assunto, quem sabe se ele não estava certo, mas tinha motivos pra ficar apreensivo e nem confiar.

Dom Avelar conhecia a gente, começou com a gente, ele que escolheu a gente pra trabalhar e tudo isso, eu era de lá do Palácio, conversava com ele, colocava meus problemas para ele e tudo isso. As outras pessoas que trabalhavam, todas elas tinham um relacionamento.

Dom Falcão quando chegou aqui, eu não sei, ele também queria trazer também o pessoal dele que trabalhava no MEB, em Limoeiro; quando nós fomos saindo ele foi preenchendo as vagas que a gente deixava com o pessoal dele; e eu naquele dia comecei a falar com você, e eu comecei até com uma crítica, e eu, também, até que, talvez, eu tenha mudado um pouco a respeito de Dom Falcão



depois da reflexão que eu fiz; eu era magoada com ele, quando eu coloquei aquilo pra você, eu disse até que não queria falar, eu senti que eu tinha uma mágoa contra ele, só que depois daquela conversa que tive com você, aí eu refleti: quem sabe Dom Falcão chega aqui não conhece a gente, encontra a gente trabalhando, soube que a gente andou envolvido com exército, com interrogatório, ele não conhecia a gente, não sabia bem exatamente como tinha sido, e desde o dia que tanto haviam pessoas afoitas, que se davam até motivos para ter essas repressões por parte do governo militar, como tinha gente muito conformista. Eu não sei, se até achando que aqueles movimentos revolucionários era uma coisa boa, e ele então se colocava contra a gente ou então ele deve ter chegado aqui dentro desse clima e certamente não viu; e eu tive com você, o meu sentimento em relação a Dom Falcão, que eu fui pensar mesmo, e me colocando no lugar dele, chegasse aqui visse o pessoal perseguido, porque de fato teve muita gente que se aproveitou no movimento do MEB, que quis fazer movimento, às vezes foi até preso por motivos, não aqui, a nossa equipe nunca teve nem uma atividade clandestina, é tão que no dia que fui interrogada no Exército, eu disse que eu me admirava muito aquele interrogatório, porque não fazia nada escondido, meu trabalho tinha grande parte dele feito no rádio e que era aberto pra todo mundo, a rádio que todo mundo estava ouvindo, eu me admirava desse conceito que estavam fazendo da gente, de nós sermos subversivos, de fato nós éramos subversivos no bom sentido da palavra, ou então nós éramos subversivos porque nós queríamos de fato que a coisa mudasse, que aquela situação de vida, aquela estrutura do país que estava, nós éramos no sentido de querer mudar, então nós éramos subversivos; agora no sentido de nós andarmos fazendo e pregando revolução aramada, essas coisas nós éramos no sentido de querer mudar, caminhar para promoção humana que os grupos com que nós trabalhássemos, eles se provessem, tomassem consciência dos direitos deles e lutassem por eles, nós queríamos assim.

Mas como eu estava falando do Dom Falcão, eu depois daquela conversa que eu tive com você naquele dia, fiquei pensando, refletindo porque eu acho que nunca tinha me detido a refletir sobre isso deste jeito, porque eu acho que nunca tinha me inteirado a respeito da ação de Dom Falcão com a gente, ele não tinha em nós a confiança que Dom Avelar tinha. Agora hoje eu já faço essa ressalva, porque quem sabe ele tinha razão por causa do contexto em que estávamos vivendo.

***AMP: Dom Avelar tinha um respaldo muito grande na sociedade em Teresina e em nível nacional por ser presidente da CNBB e do CELAM e por intermediar as Relações entre a Igreja e o Estado no Brasil em várias situações.***

E de fato, ele, Dom Avelar, começou o movimento de promoção de grupos, ele começou aqui em Teresina com os Centros Sociais, foi ele quem criou os Centros Sociais daqui, começou o trabalho de promoção de assistência social; de assistência tinha médicos, tinha tudo, mas também onde o povo tinha oportunidade de ter informações para adquirir consciência de seus direitos.

***AMP: Quando a Senhora deixou o MEB em 73 foi por iniciativa própria?***

Eu saí, mas saí porque estava me sentindo, não pessoa grata, eu não me sentia aceita pelo Bispo, eu me sentia, entendeu? Eu não me sentia...

***AMP: Como foi a questão das pessoas que lecionavam?***

Sim, só que no período terrível não só em termos do MEB como no Brasil todo, porque todo lugar, na faculdade FAFI tinha espiões pra todo lado, a gente não sabia, e, olhe, depois um dia me disseram, e eu fiquei seriamente preocupada, tinha uma pessoa que se dava comigo, me convidava pra eu sair com ela, até fui almoçar com ela, essa pessoa foi colocada pra me espionar, então essa pessoa tinha como objetivo me ouvir pra levar o que eu falava pra eles; quando eu soube disso, eu não acreditei, mas essa pessoa se afastou de mim e nunca mais se aproximou de mim, como se aproximava antes; então hoje eu já penso que, não sei se de fato era verdade, mas tem muita coisa pra eu supor que era, por causa da atitude dela, no período, e depois parece que ela se convenceu de que não tinha ações clandestinas nem coisa nenhuma, e então ela se dá comigo, encontra comigo, fala comigo. Mas, era dessas pessoas de me buscar na minha casa porque eu ia almoçar com ela na casa dela entendeu?

Então teve dessas coisas, coisas terríveis mesmo, colega nosso, um que é meu compadre lá de dentro do MEB, porque eu estava passando férias em Iparana, e um senhor disse: Olha Palmira não sei como Dom Avelar colocou fulano lá dentro do MEB, você pode ficar certa que o material que vocês trabalham, cartazes, livros,

todos os tipos de divulgação, textos de estudos, tá tudo lá no Exército, então eu disse pra ele que não acreditava. Quando o negócio engrossou mesmo, que começaram a nos pressionar, eu estava preparando uma programação, quando ele chegou lá, eu disse: olha, compadre, me disseram isso, você leva nosso material pra lá, que você é um elo de ligação entre o exército e nós do MEB. Eu não acreditei, mas aí quando ele falou, você sabe assim o movimento facial da pessoa, parece que ele se tocou com o que eu disse e os músculos do rosto dele parecem que caíram, né.

Alguma vez quando cheguei, ele já estava lá, disse que eu dava aula, eu fui interrogada sobre este material, então foi um momento horrível, eu tava dando aula e um camarada que se descobre que era nosso funcionário lá no MEB, que sustentava, tava lá com um gravador gravando tudo que eu dizia, lá no microfone, ele estava lá na sala de estúdio gravando, foi muito, muito difícil.

***AMP: Qual foi o ano desse sofrimento maior foi 68 quando houve o movimento estudantil?***

Eu acho que foi em 68 o pior, o Cleber deve ter sido antes, mas o Cleber, ele participava de outro grupo além do MEB, mas também por causa do MEB, o Cleber foi preso; foi lá no MEB, levaram ele com soldados com o fuzil atrás dele. Agora Dom Avelar não deixou ninguém enquanto esteve, porque, por exemplo, eu fiz a faculdade, eu fiz História, eu fiz em 70, eu fiz vestibular e eu quase não me matriculei porque na primeira chamada eles exigiam, e o Raimundo José pediu, que era o diretor da faculdade nesse tempo, que fosse apresentado um atestado de domínio de idoneidade política, um negócio de política que era dado pelo DOPS e pelo 25º BC, e eu não consegui, porque o Padre Raimundo mesmo com a intervenção de Dom Avelar, eles não me deram o atestado, então ele omitiu e eu não dizia que precisava do atestado. Ai quando foi na segunda chamada, o Pe. Raimundo José estudou bem nesse sentido e então não dizia que precisava desse atestado não; então ele omitiu e eu me matriculei na segunda chamada, mas eu quase não entro por causa disso; aí o DOPS não deu, era pra ser dado pelo DOPS, o DOPS alegava que era do Exército, que não dava e tudo isso, entendeu?

Eu tive vários programas apreendidos, isso aí da “revolução” e o trabalho eu acho que o MEB foi a escola melhor do que a universidade mesmo, um trabalho que

exigia da gente que a gente estudasse, era um trabalho que não te dava nada pronto, quer dizer, você ficava aberto à criatividade e a sua própria iniciativa, a seu esforço; a equipe nacional fornecia os estudos, dava treinamentos encontros, mas, não dava pronto, a gente fazia, programava e mandava pra eles; eles aprovavam ou então questionavam, não respondiam nada, questionavam tudo e este questionamento era pra ser respondido.

Então foi um trabalho que me fez crescer muito, não só intelectualmente, como pessoa, como gente, foi a melhor experiência na minha vida, foi o MEB, só que eu já não sei mais nem falar. Em Teresina a gente contribuía com o sindicato, a gente dava treinamentos para eles e com as paróquias, e nesse tempo não existia os movimentos que hoje existe, alias, só o MEB e o sindicato que foi criado pela orientação da Arquidiocese, o Sindicato Rural, foram os movimentos que mais se destacaram naquela época; mas aí as paróquias tinham o pessoal, os italianos, os padres italianos, moças que não eram freiras, mas italianos também, e nas paróquias faziam estudos, e tinham aqueles encontros de conscientização e que a gente era chamado pra participar. E quanto a Dom Avelar nem sei dizer foi inestimável.

## ANEXO II

### DEPOIMENTO DE ANTÔNIO JOSÉ MEDEIROS

Meu nome é Antônio José Castelo Branco Medeiros, 47 anos. Meu endereço aqui é rua Aurora nº1705, no Cristo Rei, telefone 228-1722, hoje sou professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Piauí e também da equipe do CEPAC, Centro Piauiense de Ação Cultural, são as duas atividades que eu considero assim que faço. Eu vou te passar um texto escrito que eu escrevi pro livro que deve ser publicado no próximo ano, era pra ser publicado esse ano (1998) que fala um pouco sobre 64. Que, 64 não foi muito significativo pra mim, porque eu tinha 14 anos, na época, era seminarista e o seminário tava vivendo um período de renovação que era justamente do Concílio Vaticano Segundo. E uma nova metodologia de trabalho, pra você ter uma idéia em 1964, nós não estudávamos no Seminário, pela primeira vez, nós passamos a estudar fora no Colégio Diocesano, tínhamos algumas disciplinas no Seminário, mas não tinha o curso específico, freqüentava o ginásio no Colégio Diocesano, que era um colégio aberto, e uma das coisas também dessa mudança foi que nós tínhamos, no Seminário algumas academias literárias, era a academia de São Luis Gonzaga para menores, a Academia São Cura D'ars para os médios e a academia Imaculada Conceição para os maiores.

Em 1963, eu fui eleito o presidente da academia Imaculada Conceição e nós lideramos uma campanha, a diretoria nova, pra transformar a academia num grêmio estudantil como uma maneira dos estudantes do seminário participar na vida da política estudantil, e o Monsenhor Melo que era o Reitor do Seminário, resistiu muito e ponderou, porque estava um clima em 63, já estava um clima de agitação muito grande, o pessoal de esquerda e do Partido Comunista era muito ativo. E ele temia nossa participação, e a nossa argumentação era justamente essa, de que os cristãos precisavam ser ativos para não deixar os comunistas tomarem conta da situação. E depois de muita luta conseguimos o apoio do Monsenhor Melo. Com a aprovação dele, transformamos a academia em grêmio, ele foi filiado a UPES (União Piauiense dos Estudantes Secundários). Naquela época o presidente da UPES era o Cleber do Reino Monteiro que era ligado as JEC (Juventude Estudantil Católica), uma pessoa que se interessava para... 64, depois ele se aquietou, mas era o

presidente, inclusive o Monsenhor Melo nos orientou que a gente sempre procurasse a orientação do Cleber dentro dessa questão do movimento estudantil.

Quando houve o golpe, a nossa primeira impressão, a minha primeira impressão era assim, pronto, agora vai haver reformas de bases, a reforma agrária, a reforma universitária, mais sem o perigo do comunismo, então achava que o golpe, que a revolução, como a gente chamava, ia fazer as reformas, tinha apenas afastado o perigo do comunismo. Tanto assim que eu quis ir pra Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que aqui em Teresina só foi no dia sete de abril, já depois do movimento e o Monsenhor Melo não deixou, porque disse que Dom Avelar estava numa posição de reserva com relação ao novo governo e quem quisesse ir pessoalmente fosse e eu fui. Mas, já logo lá pelo dia 15 de abril as coisas começaram a ficar claras pra mim, porque aí o doutor Manoel Emílio que era o assessor dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, foi preso e, eu comecei a me perguntar como o doutor foi preso se ele não é comunista, ele está fazendo esse trabalho por inspiração cristã. Depois começaram a chegar no Seminário, alguns padres do interior, como o padre Isaac que era vigário de União, como o padre Davi que era vigário de Amarante trazendo trabalhadores rurais pra esconder no seminário, porque esses trabalhadores rurais eram presidentes ou dirigentes dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais em seu município e começaram a ser perseguidos também como se fossem subversivos ou comunistas, ou mais subversivos. E aí aquilo começou a abrir os meus olhos, nessa época o padre Raimundo José e o padre Luis Soares escreveram uns artigos muito importantes no Jornal O Dominical dizendo que tinha sido afastado o perigo comunista pelo movimento de 64, mas o rumo que o movimento tava tomando tinha uma coisa parecida com o comunismo, que era um aspecto ditatorial, em alguns artigos muito interessante do padre Raimundo José sobre o que era subversão. Ele fazia uma reflexão muito importante. Então a partir dessa época eu comecei a ser claramente contra o no governo ainda sendo seminarista. Em 65 fui para o seminário de Fortaleza, lá fiquei mais estudando mesmo. No final de 65 saí do seminário, com uma idéia já meio revolucionária, porque eu achava que o padre tinha que se formar no meio do povo, aí vim morara muna casa de palha num bairro, aqui que não era muito da periferia, mas era uma casa simples aqui perto, já no Barroço, na rua Barroso, já depois da Joaquim Ribeiro, na Vermelha. E eu estudava no Diocesano, portanto em 66, e participava da comissão estadual de liturgia com o padre Isaac e

uma irmã missionária que era a irmã Estela, e ajudava o padre Emídio no trabalho de comunidades de base em União e ajudava a Linir Barros num trabalho de comunidades de bases aqui na Cidade Nova, tinha um Centro Social São Francisco, era o meu engajamento, mais assim num trabalho popular dentro da igreja. Mas muito numa linha de comunidade de fé, de esperança, de caridade, que era a linha do plano pastoral de conjunto da CNBB, era um trabalho que tinha uma crítica sócia mais muito de comunidade mesmo eclesiástica. E em 67, ainda estudante secundarista, eu era muito amigo do Odilon Pinto, que era um estudante também do colégio Diocesano, foi a época da eleição indireta do Costa e Silva pra suceder Castelo Branco, então nós resolvemos fazer um panfleto de protesto contra a eleição indireta pedindo eleição direta sem assinar, mas, sendo um folheto mais para divulgar. E mandamos fazer dois mil panfletos, no jornal O Dominical, que era o jornal da Diocese; nós éramos amigos do pessoal, éramos pessoas ligadas à igreja, amigos do pessoal lá, dos gráficos, e eles fizeram esses panfletos, e nós distribuímos, à noite, saímos jogando dentro dos muros de todos os colégios pra quando os estudantes chegassem de manhã eles vissem lá os panfletos. Como o panfleto usava um Clichê do retrato do Costa e Silva e aquele clichê era muito conhecido do jornal O Dominical, a polícia foi lá no Dominical e o senhor Mariano disse: “Não, foi o Odilon e o Antônio José que pediram pra fazer esses panfletos aqui”; o Odilon foi preso e, eu não fui preso porque era de menor, eu tinha 17 anos na época, mas fui chamado pra prestar um depoimento; era o coronel Jales, delegado da DOPS, ai eu falei tudo que tinha feito mesmo, e que eu era democrata contra a ditadura e que aquilo era um protesto contra a eleição indireta, etc., aí ele foi mais dar uns conselhos, que cuidado, que tinham muito comunista metido nesse negócio, que isso envolvia agente e etc. Não, eu to muito consciente do estou fazendo. Quando papai soube dessa história lá em União - minha família morava em União - veio aqui correndo procurar o deputado Bona Medeiros que é meu primo, aí com o papai e Bona Medeiros foram de novo lá na DOPS, eles disseram, não, você não podia fazer esse depoimento, porque você é menor. Vamos fazer outro depoimento, aí, ele chamou lá o escrivão, o próprio Bona Medeiros e foi fazendo as mesmas perguntas, mais ele mesmo respondendo do jeito que não me compromettesse, eu disse só peço para não comprometer o Odilon, mas como eu não vou assinar, é o papai que vai assinar, vocês podem botar aí ao que quiser. Então esse foi o primeiro incidente meu com a ditadura, já como consequência

disso, e a gente tinha uma atividade, eu e o Odilon no Diocesano no jornal mural que a pregava notícia, etc.

No final do ano eu fiz o vestibular pra Faculdade de Filosofia. O ano de 1968 foi um ano muito ativo, se antes de 64 até 68, era mais igreja, os intelectuais, esse ano foi um ano de muita mobilização estudantil e eu comecei a fazer Filosofia, ainda não existia universidade, era Faculdade Católica de Filosofia na praça Saraiva, e o diretor era o padre Raimundo José, e um professor de quem os alunos gostavam muito, que tinha muita influência sobre os alunos, era o professor Diogo José. Nessa época já não existiam a JUC e a JEC aqui em Teresina, organizados, porque depois de 64 elas se desorganizaram um pouco. Quem acompanhava a JUC era o padre Isidoro, que a maioria dessas pessoas da JUC, depois foi ser professor na Faculdade de Filosofia, hoje alguns são professores na Universidade, ainda. E muito deles foram trabalhar no MEB, mais a partir de 64 a JUC se desestruturou, eu não participava da JUC porque não era universitário antes de 64. E não participava da JEC também que era orientação um pouco pelo padre Isidoro, mais muito pelo padre Djalma, que morava em Floriano, mas era o assistente da JEC no Piauí. Eu também não participava, porque eu era mais seminarista interno, de forma que nós nos considerávamos em 67 e 68 como um grupo de cristãos católico de esquerda. Como esquerda católica, era assim que nós nos definíamos. Não era um grupo organizado, mas era um grupo que nessa época, eu já não estava mais, 67, 66 eu estava na comissão da liturgia, ela funcionava ao lado do Diocesano onde tinha sido o MEB, que hoje, acho que foi até vendido para o próprio colégio Diocesano, que fizeram um prédio ali. Era como se hoje fosse o Paulo VI, lá funcionava comissão estadual de catequese e a comissão estadual de catequese. Eu era da comissão estadual de liturgia. O professor Diogo era o coordenador da comissão estadual de catequese. Eu era da comissão estadual de liturgia e lá tinha uma biblioteca muito boa a revista Paz e Terra a editora Paz e Terra publicava muitos livros na linha da renovação, mais da linha do concílio vaticano II, do diálogo entre cristianismo e marxismo e a gente tinha toda essa literatura lá e um grupo de mais ou menos 20 a 30 pessoas que participavam, o Zé Reis, a Bonfim, participava a Conceição Mesquita que tinha sido da JEC em Floriano, participava a Maria Augusta que hoje é professora aposentada pela Universidade, participava a Socorro Veloso, participava o Antônio Ferreira, nós éramos um grupo que nos reuníamos na catequese pra discutir esses textos pra conversar e não tínhamos assim muita atuação política em 67, passamos



a ter atuação mais política em 1968, porque a maioria desse grupo entrou na Faculdade de Filosofia onde o ambiente era mais aberto e num ano que estava tendo muitas coisas no Brasil; tinham passeatas do cem mil no Rio de Janeiro por causa da morte de um estudante, e o que a gente fazia era o seguinte, a gente fazia muito debate na Universidade, nós divulgávamos aqui o material que era publicado, por exemplo, um dos primeiros materiais que saiu foi um manifesto dos bispos do Centro Oeste, que chamava “Eu ouvi os clamores do meu povo” então nós tiramos umas cem a duzentas cópias no mimeografozinho de tinta que a gente mesmo rodava, lá na catequese no secretariado de catequese e distribuimos esse documento dos bispos para as pessoas que tinham participação, liderança. Depois saiu um documento da ACO de Recife, eu não me lembro o título, nós também divulgamos aquele documento aqui. Em 68 nós trouxemos o Bispo de Crateús, Dom Fragoso, pra fazer uma palestra, aqui em Teresina, lá na Faculdade, aliás, foi até no diocesano a palestra, uma palestra que deu mais de 300 pessoas, foi assim um acontecimento na cidade, nós gravamos, depois transcrevemos, era a equipe, cada um transcrevia um pedaço, a gente fazia cópia de papel, mimeografamos, dessa palestra nós tiramos bem umas 3000 cópias e distribuimos praticamente em toda a Universidade, etc. e depois quando fui preso até que eles diziam que eu fazia parte do grupo Dom Fragoso, que de fato esse grupo não tinha esse nome, era um grupo de pessoas, um grupo muito informal que o objetivo era mais debate e denúncia, era o espaço que a gente tinha pra manter um debate crítico de análise da realidade piauiense, de análise da realidade brasileira e da análise das idéias novas do diálogo, do cristianismo com marxismo, socialismo, essas idéias que a gente discutia e fazia denúncias, com recorte de jornais, com panfletos mais dentro da faculdade. Tentamos uma vez nos aproximarmos um pouco do Sindicato dos Trabalhadores Rurais junto com o MEB, mas ai depois o pessoal, a polícia, a DOPS, começou a acompanhar a gente nessas regiões e o próprio pessoal do MEB ponderou que não era bom levar os universitários juntos, porque eles, o MEB, já tinha aquele trabalho mesmo, mais levar os universitários juntos porque chamava mais a atenção da polícia e podia prejudicar o próprio trabalho.

Nessa época de 68, nessa grande mobilização estudantil, houve o trigésimo congresso da UNE, da reunião nacional dos estudantes que era ilegal. E eu fui eleito aqui, delegado para o congresso da UNE, e fui clandestinamente para o congresso e lá em Ibiúna, aquela cidade, lá, perto de São Paulo. E lá todo mundo foi preso,

inclusive eu, fui preso. Foi a primeira vez que fui preso. Aí, aquilo deu muita repercussão aqui em Teresina, nesse tempo Dom Avelar era ainda o arcebispo de Teresina e coincidiu, de em outubro ser a festa da padroeira em União, Nossa senhora dos Remédios, Dom Avelar foi pra União, pra festa da padroeira, foi quem levou a notícia pra minha família, foi lá confortar o papai e a mamãe. Quando aqui as notícias começaram a sair, ele entrevistou junto à rádio Pioneira, ao jornal O Dominical pra que não fosse dada àquela versão de subversivo, preso, coisa assim, pra dar uma versão mais equilibrada da coisa...e fiquei preso oito dias lá em São Paulo respondemos interrogatórios, não houve tortura, prisão de estudante em massa, 700 estudantes, depois foi todo mundo solto, eles pegaram todo pessoal do nordeste botaram dentro de seis ônibus e mandaram deixar em Recife, e de Recife, pela primeira vez viajei de avião na minha vida, o dinheiro que tinha levado pra passar uns três dias em São Paulo, conhecendo São Paulo, que eu não conhecia e pra pagar a passagem de volta, de ônibus, deu pra pagar uma passagem de avião, num DC3 da Varig de Recife pra cá. Aí fiquei visado como subversivo porque tinha sido preso em São Paulo, faz parte do movimento a nível nacional etc. Aí nós ainda fizemos uma série de movimentos na Faculdade de Filosofia. No começo de 69 tinha um grupo de estudantes secundaristas que era organizado mais no Liceu, liderado pelo Benoni Alencar, mas nós realmente do grupo mais de esquerda católica que atuava mais na Faculdade de Filosofia, nós não tínhamos ligação com o pessoal lá, era um pessoal que àquela altura, a gente veio saber só depois, já estava ligado com Ação Popular, como a AP, era um grupo de esquerda, só que a AP, naquele momento já tinha deixado de ser um grupo de inspiração católica e passado a ser um grupo mais marxista-leninista. Eu acho que eu não participei da AP no primeiro momento, quando eu era mais da esquerda católica, mesmo porque era seminarista também interno. E esse grupo nosso, ele tinha muito, aquela linha da antiga AP, no sentido de uma esquerda que procurasse um socialismo, inspirado no pensamento cristão, mas essa AP que já existia, agora, já tinha sido rompida com suas origens católica. E esse grupo fez uma pichação aqui na cidade, abaixa a ditadura! ... Fora o imperialismo! ... E um belo dia amanheceu a cidade toda pichada. E como eles não sabiam quem era, eles prenderam todo mundo que era considerado subversivo. Fui preso eu, foi preso o Diogo, foi preso o Ubiraci, foi preso o Zé Reis, foi preso o Evandro Cunha e Silva e foi preso também o Benoni, o Marcos Igreja, o Luis Ribamar, umas dezessete ou dezoito pessoas, foram presas. Aí todo mundo foi

interrogado lá na guarnição. Ficamos separados cinco num lugar, cinco no outro, o Diogo ficou isolado aqui na Ilhota, no Quartel da Polícia. E fomos interrogados, no 25º BC, nessa época já era a polícia a Guarnição Federal. Além de perguntar sobre a pichação, e eu muito tranqüilo, porque realmente eu não tinha participação, aí ele me perguntava sobre esse grupo Dom Fragoso e qual era nossos planos, como se a gente tivesse fazendo uma grande conspiração, existia só um protesto e um debate cultural e uma denúncia política, ninguém nunca pensou, em fazer luta armada, nosso grupo nunca pensou nisso; é, mas passamos dezessete dias na prisão, e isso foi mais ou menos, em abril de 1969, a primeira prisão tinha sido em outubro de 68, lá em São Paulo e a segunda prisão foi em abril de 69. Aí a coisa estava começando a ficar mais perigosa porque tinha havido, o AI (Ato Institucional Número 5) em dezembro de 68, aí entrou mesmo uma ditadura mais braba, foi o tempo que começou a luta armada de alguns grupos, seqüestro de embaixadores lá pelo sul e a ditadura começou a ficar braba também, mais mesmo assim a gente continuava com muita cautela, o nosso trabalho no movimento estudantil, mais crítica de debate e de denúncia.

Quando foi em setembro de 69 esse grupo da AP que tinha aqui, apoiava um trabalho no Maranhão que até o Manoel da Conceição, participava, ali no Pindaré, trabalho na zona rural, e um rapaz que era um dentista piauiense, mas que tinha morado em São Paulo muito tempo, tinha vindo para o Maranhão pra trabalhar com os camponeses, que eles tinham uma idéia de preparar a guerra popular do campo, esse rapaz se chamava Oswaldo Rocha, mas ele tinha o nome de guerra chamado César. Esse grupo tinha essa participação aí, e numa dessas vezes que ele veio aqui em Teresina, o César, que tinha contato com o Benoni, eles foram presos. Aí o pessoal ligado ao Benoni no caso o Samuel Filho, que hoje é jornalista em São Luiz, me convidou pra gente fazer uma reunião que organizasse uma comissão de solidariedade aos presos políticos. Quando nós estávamos nessa reunião pra formar essa comissão, na coroa do rio Parnaíba chegou a polícia e prendeu nós quatro. No caso era eu, o Ventura, um rapaz do mesmo grupo deles, aí que tinha vindo de São Luis, o Samuel e o Geraldo Borges, já estavam presos o Benoni e César, eu já conhecia o Benoni e eu não conhecia o César. O Ventura eu conheci no dia da reunião. Deixa o seguinte, que naquele período de 68 quando, eu fui para o congresso nacional da UNE, teve um congresso regional, aqui em Fortaleza, preparatório do congresso nacional da UNE, eu tive uma participação muito ativa, e

lá, os vários grupos da esquerda que atuava no meio estudantil me deram um bocado de documentos do PC do B, PCB, a própria AP, a Quarta Internacional, pela primeira vez na minha vida foi que eu vim saber que existiam esses grupos no Brasil, eu sabia que existia um Partido Comunista, isso aí eu sempre soube, mas não sabia que tinha essas várias divisões, essa tendências, esses grupos, essas brigas que minha participação, era aquela história mais da esquerda católica aqui. E eu, ingenuamente guardei todos esses documentos na minha casa, de forma que quando fui preso dessa vez, eu já morava numa pensão, ali na rua São João, quando eu fui preso eles encontraram esses documentos lá em casa. E como encontraram também uns panfletos da AP, na casa do Samuel e tudo, acusaram a gente de pertencer ao mesmo grupo e de tá organizando aqui, grupo político clandestino. Eu sempre tive uma atitude muito clara nos depoimentos, é incrível como todas às vezes, fui preso e fui pra depoimento era uma fortaleza muito grande pra falar. Aí eu contei a história praticamente como eu estou contado aqui. Eles tinham história de perguntar. Você conhece o Pe. Raimundo José? Aí as pessoas diziam, não, eu não conheço, que era pra não envolver. Eu disse conheço, é meu professor, gosto muito dele, é meu amigo.

- Você conhece a professora Palmeira?
- Conheço. Porque as pessoas tinham um medo de dizer que são do mesmo grupo, uma rede. Eu disse não, eu não vou fazer o jogo desses caras, dizer que estou praticando movimento clandestino, sem de fato estar. O certo é que por causa desses documentos, sobretudo, eles não me liberaram nem liberaram os outros por causa dos problemas dos outros também, ficamos nove meses na prisão dessa vez. O César foi torturado o que já tinha sido preso antes, apanhou de palmatória nos pés e nas mãos, eu e os outros colegas que foram presos da segunda vez não fomos torturados. Uma vez ao ser interrogado estava um chicote de fio e uma palmatória em cima da mesa. Quem era o Secretário de Segurança era o Sebastião Leal que foi deputado aqui, naquela época ele já deputado, mas não foi feita nenhuma menção, era mais um negócio lá simbólico pra intimidar. Mais eu nunca tive problema de fazer o jogo deles como se tivesse participado de uma conspiração grande. Nesses nove meses na prisão ficamos ali no Quartel da Polícia Militar, onde hoje é o Centro Artesanal, os quatro numa sela, os outros dois, o César e o

Oswaldo os de São Luis, ficaram separados no quartel da guarda civil, que era ali na praça Saraiva, dois num lugar e quatro no outro.

- *AMP: Nesta época você ainda era seminarista?*
  
- Não. Quando eu entrei na Faculdade de Filosofia comecei a me envolver nesta participação estudantil, eu fui pouco a pouco me afastando de qualquer envolvimento em atividade da igreja. Sai da Comissão de Liturgia, e continuava muito amigo, eu não me lembro direito quando Dom Avelar foi embora.
  
- *AMP: Em 71.*
  
- Então é no final, no último ano, então Dom Avelar ainda estava aqui, eu me lembro, tava sim, que a mãe do Samuel foi várias vezes conversar com Dom Avelar, porque o Samuel trabalhava no jornal Dominical, o jornal da Diocese. Foi várias vezes conversar com Dom Avelar. Dom Avelar escreveu para mamãe, agora eu me lembro, na terceira prisão ele ainda estava aqui, que durou nove meses. O padre José era... E nessa época o padre Emídio já tinha deixado de ser padre, e era o vigário de União o padre Chavier e o padre José, os dois espanhóis, padre José, que hoje é o Dom José, me visitou, o padre Ivo um Francês – que morava no Parque Piauí – também me visitou lá na prisão, a Irmã Joana também, tinha muito apoio assim da igreja. Para você ter uma idéia, um episódio assim mais ligado à igreja. Na época de organização do Congresso da UNE, veio aqui para articular um, rapaz que nós só o conhecíamos como Sílvio. A gente sabia que o nome dele não era aquele, mas ninguém queria saber mesmo o nome dele. E ele por questão de segurança, me deu um envelope, dizendo o seguinte: Antônio José, aqui está meu nome verdadeiro e o endereço da minha família. Se eu for preso, se tiver qualquer coisa comigo, aqui esta o endereço; você deve se comunicar. Entregue para uma pessoa de confiança. E eu entreguei esse envelope pra irmã Joana, contando a história para ela, uns cinco ou seis anos depois, ela me devolveu esse envelope. E engraçado, com relação a esse rapaz, é que depois, na Fundação da ANDES, Associação Nacional da Docência Superior,

um belo dia eu vou para Fundação, chego lá e encontro o Ernesto, que de fato se chamava Silvio Franco Allen, e esse rapaz morreu, ele teve um desastre de carro, já agora, uns três, quatro anos atrás. Ele era professor na Paraíba. Ele sofreu em desastre de carro e foi para o Hospital, nada, lá tudo bem, uns três ou quatro meses depois, descobriram que o pulmão dele tinha sido perfurado na batida e já estava sem jeito. O cara deveria ter uns 50 anos hoje, morreu em 95.

Então eu não era mais da Comissão, mais me considerava um católico, em cristão e tinha uma relação de amizade e de participação, assim em várias coisas da igreja, mais é como eu disse e, sobretudo, na prisão houve uma mudança, eu tive uma crise de fé, aí foi um período que eu passei uns quatro anos lendo muito refletindo muito, até que hoje eu não me considero nem católico nem cristão, eu hoje sou uma pessoa agnóstica, acho que é uma questão muito séria, que é uma pergunta muito séria, mas acho que não tem resposta. Eu tenho uma ligação muito grande com a igreja, que voltei a ter, sobretudo, depois, por causa do trabalho de base, de conscientização, de organização e tenho uma relação de amizade, mais envolvimento religioso eclesial, eu não tenho mais. Agora do ponto de vista ético eu estou numa formação, os valores que assimilei na formação no seminário uma formação mais de preocupação com o outro, a questão do perdão, da doação, da generosidade, tudo isso continuo. Os valores evangélicos continuam orientando minha vida. Só que a interpretação que eu dou hoje, disso, é que são os melhores valores culturais que a humanidade conseguiu criar. Eu não vejo isso como algo revelado, mais não vem ao caso isso aqui. É eu acho que foi muito boa, minha participação na igreja. Porque ela me deu um sentimento muito grande da finitude e relatividade das coisas, e um certo sentimento de mistério, que a gente nunca entende as coisas completamente, pode ser que tenha algo mais. E isso sempre me fez não ser dogmático, não ser sectário, não ser radicalóide, porque sempre vejo as coisas com muita relatividade e também como me preparou muito a minha aproximação com o marxismo e com o socialismo, já foi uma aproximação crítica, porque eu vinha de uma inspiração cristã, então já tinha uma crítica com relação ao que acontecia nos países comunistas, ao aspecto dogmático do marxismo tal como predominava lá, da questão do totalitarismo, da falta de respeito às liberdades, a questão

da liberdade religiosa, eu já fui me tornando cada vez mais ideologicamente socialista, mas já vacinado contra esse tipo de socialismo burocrático autoritário do comunismo. Agora, bom depois terminei a faculdade, acho que pra você vê como é importante, eu saí da prisão no final de..., Fui preso em setembro de 69 e saí em junho de 70. Agora, pra você ter alguns fatos bastante importantes não só dessa minha ligação com a igreja, mas da atitude da igreja. O diretor da Faculdade era o Pe. Raimundo José, quando foi em dezembro, eu tinha sido preso em setembro, perdi o semestre, por falta. E naquela época o regimento da Universidade permitia você fazer Segunda Época quando você era reprovado por falta. Eu fiz um requerimento para o juiz, e o juiz me autorizou a ir fazer as provas de Segunda Época em fevereiro de 70. Mas aí, ia um agente do DOPS me acompanhou lá do quartel de polícia pra Faculdade. Na primeira vez ele quis entrar na Faculdade, o agente, aí o Pe. Raimundo José disse: "Aqui você não entra, eu me responsabilizo pelo rapaz, você vem até a porta e você me entrega ele, eu lhe devolvo ele na porta". Na primeira vez o cara não aceitou, voltamos de novo pra o quartel pra ele perguntar ao capitão Astrogildo, que era delegado se podia me deixar ou não. O capitão disse, bom, se o Pe. se responsabiliza, tudo bem. Então aí foi a atitude do Pe. Raimundo José. Houve muita pressão do secretário de segurança para que houvesse repressão à gente dentro da Faculdade. Isso sempre foi um clima de muita liberdade, uma época eu era candidato à presidente do DCE e o vice era até o Tony, que era aluno da Faculdade, e a irmã Maria Galdino que era uma irmã aqui do hospital de São Vicente, irmãs Caridade São Vicente de Paula, era secretária da chapa. Pra você ver era todo esse o grupo da chamada esquerda católica que estava na chapa. E veio o ofício do Secretário de Segurança, que era o Sebastião Leal, que eu não fosse candidato, senão, iriam aplicar o decreto 477, me expulsando da Universidade se o diretor não tomasse providência. Aí o Pe. Raimundo José saiu da classe em classe lendo esse ofício, mas que a decisão era minha. E nós reunimos a chapa, foi melhor eu sair. A candidata foi até a Maria Augusta, no meu lugar. Nós fomos eleitos, eu não pude ser presidente, mas nossa chapa foi eleita. Também quando eu saí da prisão em junho de 70 terminei o terceiro ano, em 71 terminei o quarto ano, me formei. Aí o Manoel Emílio aquele que tinha sido assessor dos sindicatos católicos

antes de 64 estava nesse tempo coordenando um trabalho aqui na barragem de Boa Esperança na DEMABE, Companhia de Desenvolvimento da Boa Esperança, que era um problema de organização comunitária, daquelas populações tanto de Nova Iorque como de Guadalupe que estavam sendo deslocadas, e me convidou, depois de formado para ir trabalhar com ele. Eu estava dando aula como professor de português, no colégio Elvídio Nunes e no colégio Álvaro Ferreira substituindo o Padre Emídio. Para você ver, aí como é a amizade e aquela solidariedade da igreja sempre teve. A igreja sempre teve muito dessas atitudes de solidariedade àqueles que eram perseguidos politicamente. Então era tão assim que no primeiro ano quem assinava a caderneta era o Pe. Emídio porque eu não podia ser professor, só no segundo é que o secretário deixou que eu fosse professor, eu tinha feito o curso da ACADES, pra poder ser professor de português. ACADES era um exame de suplência que o Ministério da Educação fazia pra você poder ser professor por algum tempo, mesmo quem não era formado naquela área, eu estava me formando em Filosofia, mas fiz pra português e fui aprovado. Ai quando eu terminei que o Manoel Emílio me convidou, mas depois de dois meses ele recebeu pressão do SNI, que eu não podia trabalhar num órgão público, que a DEMABE era ligada à Boa Esperança, e era o convênio com a SUDENE, Aí então o Pe. Raimundo José me indicou pra fazer um curso do CEAS, em Salvador que os Jesuítas tinham lá, aquela revista que ainda hoje tem, Cadernos do CEAS, eles tinham, um curso. Nessa época Dom Avelar já estava em Salvador, justamente em 71. Quando eu cheguei lá, o Pe. André, que era até espanhol, André Matto, que era um Jesuíta, eu já conhecia daqui, pois tinha passado por aqui, o trabalho de base que começava junto com o Pe. Ivo, esse francês lá do Parque Piauí, que nessa época um trabalho muito forte também que faziam era o Clube de Jovens nos bairros.

-

- *AMP: O Pe. André era da Vila Operária?*
- Não, o Pe. André é um Jesuíta de Salvador, mas que vinha por aqui, as pessoas que participavam dos contatos com André era o Pe. Ivo, esse francês lá do Parque Piauí, o Diogo e o Pe. Nery que era o vigário de Amarante. A gente começava a organizar grupo, ai eu comecei também. Eu



participava também, dava palestra pros trabalhadores rurais em Amarante que eram grupos...,foi um embrião da CPT. Já era quando a igreja estava fazendo o trabalho de base, a gente chamava comunidade de base, o grupo da ACR Ação Católica Rural. Eu ajudava muito a ACR nessa época, em 70 e 71, quando eu sai da prisão. Era o Pe. Nery era uma pessoa que valia a pena você conversar, porque teve um trabalho em Amarante muito importante, o Diogo teve lá também, a gente andou tentando aplicar o método do Paulo Freire por lá, era uma coisa assim de muito boa intenção, a gente fazia política como quem faz pedagogia, um trabalho miúdo pequeno, porque a situação era muito ruim.

E lá em Salvador o André disse o seguinte: Olha rapaz, esse curso que tem aqui é mais para o nível secundário, o curso que tem pra nível superior é no Rio de Janeiro no IBRADES. O curso chamado Realidade Nacional e Desenvolvimento, já começou, mas se Dom Avelar te recomenda, com certeza o Pe. Ávila te aceita lá. Aí eu criei coragem e fui até lá um dia almoçar com Dom Avelar. O Tony era seminarista lá e fazia às vezes um pouco de secretário particular de Dom Avelar, almoçamos juntos, eu, Dom Avelar e o Tony, lá no Palácio do Dom Avelar. E o Dom Avelar fez um bilhete me apresentando e que o Pe. Ávila me recebesse. Ele recebeu esse bilhete lá, ele disse: “olha eu vou lhe mostrar esse bilhete”, aí mostrou um bilhete dizendo que Dom Avelar gostava muito de mim e que eu era o menino de “ouro” dele, usa até essa expressão, que até hoje eu fico muito orgulhoso de dizer isso. Com a recomendação de Dom Avelar eu fiquei no IBRADIS e fiz um ano do curso lá, que no primeiro semestre, a gente estudava Introdução à Sociologia, Introdução à Economia, Introdução à Antropologia, Introdução à Política e Introdução à Teologia e no segundo semestre a gente estudava Economia Brasileira, Sociedade Brasileira, Cultura Brasileira, Política Brasileira e Igreja no Brasil. Foi a minha passagem da Filosofia para a Sociologia, foi um dos anos que eu estudei mais na minha vida, a gente tinha uma bolsa tempo integral, tinha as aulas de manhã, ficava de tarde pra estudar e às vezes eu ficava a noite lá, li como nunca tinha lido. No fim tinha decidido estudar Ciências Sociais aí foi quando eu fiz a primeira seleção para o mestrado no final de 72, e passei para o mestrado lá. Esse período do Rio de Janeiro foi aquele período muito grande, quer dizer, era um ambiente católico também, pra você ver aí toda a igreja tendo um espaço alternativo de discussão crítica. E nesse período foi aquela crise de fé se aguçava, eu tive

conversa muitos sérias com o padre de lá, o Abreu, uma pessoa que gosto muito, um jesuíta o Pe. Antonio Abreu foi com quem eu me abri mais. Antes eu tinha conversado aqui com o Pe. Raimundo José, ele passou alguns livros, eu li uns quatorze livros, um atrás do outro pra ver se assim eu tinha algumas respostas. O livro que mais me marcou é de um teólogo protestante alemão que foi viver nos Estados Unidos que se chamava “Coragem de ser”. É um livro que quando eu quero me renovar espiritualmente eu leio. E com o Abreu tive muitas conversas, mas cada vez mais eu fui deixando a vida mais eclesial de participação na igreja. Então foi meu último envolvimento mais direto com a igreja antes desse meu último envolvimento político, agora de trabalhar junto porque nessa época eu estava ainda sem saber, se era cristão ou não, se acreditava ou não acreditava, cheguei a participar de vaias celebrações eucarísticas e colocava a minha situação de crise de fé. Foi um período de muita angústia pra mim.

***AMP: Quando você estava preso nessa época que estava preso o Diogo, quem mais passou os nove meses com vocês?***

O Diogo foi preso naquela época em abril de 69, quando nós passamos dezessete dias. Na época de nove meses estava preso eu, o Geraldo Borges, o Samuel, o Benoni, os quatro aqui de Teresina. E estava preso o Ventura, o Oswaldo (o César) do Maranhão. Só éramos os seis. Dessas seis pessoas, a que tinha uma ligação maior com a igreja era eu. As quatro pessoas, o Geraldo Borges e o Benoni não tinham e o Samuel muito pouco, porque ele era só um jornalista do jornal O Dominical, mas não tinham uma militância assim na igreja. Bom eu tinha falado mais ai só até 70, 72 quando eu tive lá no IBRADIS, mais eu passei pro mestrado a primeira vez de Sociologia e fiquei 73 e 74 fazendo mestrado, no Rio de Janeiro. No final de 74 eu estava numa crise, já tinha passado aquela crise da fé, estava numa crise existencial. Depois que eu perdi a fé deu umas crises existenciais de vez em quando. E naquela época eu estava sendo professor na Universidade Santa Úrsula porque aí é outra ligação com a Igreja também, porque o Padre Manoel de Jesus que tinha sido assistente da JOC no Piauí e Maranhão, que eu tinha dito que éramos amigos, participávamos aqui das reuniões da JOC, do grupo de esquerda católica, ele tinha deixado de ser padre e era professor na Santa Úrsula. E quando eu passei no Mestrado, além de ter uma bolsa eu precisava de mais dinheiro e ele conseguiu

pra eu dar aulas de Filosofia na Santa Úrsula, lá no Rio de Janeiro. Lá era um seleiro de ex-padres, dando aula lá na Santa Úrsula na Filosófica e na Sociologia. Eu estava com a vida até bem estabelecida dando aula na Universidade Estadual tendo uma bolsa, terminando minha dissertação do mestrado. Mais aquele negócio, eu, não queria luta armada, tinha aquele negócio, a juventude no disbunde, de sexo, de drogas que, eu, não queria ficar só um intelectual e nessa angústia resolvi dá uma volta ao mundo. Vendi tudo que eu tinha, coloquei a mochila nas costas e sai andando ai pela Amazônia e depois subi a América Central e fui bater no Canadá. E lá no Canadá encontrei muitos brasileiros exilados e o pessoal insistiu muito e terminei ficando por lá. Fiz a seleção pro mestrado, ai retornando o mestrado passei um ano e meio no Canadá 75 e 76 até julho de 76.

Quando eu voltei pra cá em 76 aí eu abri uma livraria, porque não consegui emprego em lugar nenhum, nem na Universidade. Mas nessa época já tinha começado o trabalho da CPT e eu comecei a me aproximar do Pe. Sandro e da Suzana, se você for pegar de 75 pra frente é importantíssimo o depoimento de Suzana. Você conhece a Suzana Amorim, ela foi Freira da ordem de São José, trabalhou em Pimenteiras, deixou e casou-se com Rivaldo, ela faz Agronomia hoje, trabalhou na CPT muitos anos e foi das pioneiras aqui. É importantíssimo o depoimento dela aqui. Como é importante o depoimento do Pe. Sandro. Geralmente em julho e agosto ele vem por aqui com um grupo de italianos, que ainda hoje fazem um trabalho de solidariedade. Porque assim no Parque Piauí tinham tido o Pe. Ivo, um francês em 68. A partir de 70 com o Pe. Júlio, Pe. Riguinho, que começaram no aterro, na Capelinha de Palha, depois foram para o Parque Piauí, foi um núcleo da igreja muito importante na resistência à ditadura e nesse trabalho de reconstituição do movimento popular a partir da base, tem um papel histórico. Então quando eu voltei era muito solicitado pelo Sandro e pela Suzana para ajudar em análise de conjuntura nas reuniões da CPT e participava muito com os grupos lá do Parque Piauí, nas favelas e comecei a assessorar. E foi essa prática que deu no CEPAC que deu na CUT, no PT, foi esse movimento que vem daí. E tem um episódio interessante, uma vez a Susana disse: “Antonio José nós estamos com um problema muito sério, Dom José Falcão proibiu de te chamar pra ser assessor”. Mas porque? Pois eu vou lá conversar com ele. Aí foi engraçado, porque eu cheguei e disse: “Dom José, eu soube que o senhor está fazendo restrições a eu assessorar encontros da CPT. Eu gostaria de saber porque? O que o senhor tem contra mim?”

Sem arroudeio, ele disse: “Porque o senhor é comunista”. A resposta que ele deu direto, aí eu ri e disse: “Dom José, desculpe, mas eu me admiro uma pessoa que tem a formação, as informações, o nível de formação que o senhor tem, fazer uma afirmação assim tão direta”. Porque uma pessoa que seja despolitizada diga que qualquer um que é contra o Governo Militar seja comunista, tudo bem, porque eu não sou comunista por convicção, Dom José, eu sou uma pessoa, sou socialista, mas o senhor sabe a distinção entre o que é um socialista democrático e um socialista comunista”. Então aí nós conversamos foi muito, então ele disse: “Eu agradeço você ter vindo aqui. Mas eu não quero ofender Dom José, mas a opinião que eu, tenho dele hoje é muito ruim, eu acho que não é só uma questão de convicção filosófica não, eu acho que é uma questão de posicionamento político, Dom José não é só uma pessoa que tem idéias conservadoras, eu acho que ele é uma pessoa conivente com as forças conservadoras, é a opinião que eu tenho dele, que não é só uma questão de convicção filosófica não, eu acho que é uma questão de posicionamento político. Não só por este fato que eu contei, não é nada pessoal, é do que eu ouvi de umas pessoas sérias, de depoimento, depois de pessoas que, quando chegava com adesivos do PT numa reunião na igreja, ele reclamava e as pessoas que chegavam com o adesivo do PFL, PDS ele não reclamava, e por aí tem dezenas de pequenos episódios que revelam que a coisa não era tão inocente, era muito consciente”.

## ANEXO III

### DEPOIMENTO DO PADRE RAIMUNDO JOSÉ

AMP: O senhor como diretor da Faculdade de Filosofia nesse período de 60 até 64, qual a sua visão acerca da postura da Juventude na sociedade nesse período?

*Pe. RJ: Naquela época a juventude assumia uma postura muito participativa. É o tempo final daquilo que se chamou Ação Católica brasileira. A Ação Católica brasileira é uma ação católica especializa, a juventude estava dividida entre os grandes setores da atividade humana. Havia a JAC Juventude Agrária Católica, JEC Juventude Estudantil, a JIC Juventude Independente, a JOC Juventude Operária, e a JUC Juventude Universitária. Sobretudo a JEC, a JOC e a JUC, eram muito engajada com todo o esforço e empenho de transformar a sociedade naquela época, nós fazíamos parte do chamado terceiro mundo e havia mentalidade de desenvolvimento, mas já estava começando a consciência da exploração do primeiro mundo sobre o terceiro mundo. Então, a juventude naquela época começou a se conscientizar muito com a própria situação interna do Brasil, o retrato do mundo que oprimia, ele se repetia aqui no Brasil. Havia uma pequena elite, ainda hoje existe isso, uma elite que explorava grande massa da população. A política era feita simplesmente por algumas pessoas e seus interesses pessoais, não havia consciência de povo. E foi exatamente através da juventude que essa consciência começou a se expandir e depois a se solidificar. E isso provocou uma reação das elites dominantes que culminou na revolução de 1964, chamada. E por sua vez também foi protestada por causa do poder se encontrar nas mãos do parente do Getúlio Vargas, João Goulart, que era de tendência meio populista, então por causa disto quando o João Goulart assumiu como vice-presidente e então o pessoal não aceitou e houve uma tentativa de golpe depois culminou na chamada Revolução de 64. Isso depois se voltou contra todas as forças que estava se conscientizando, sobretudo contra os jovens, os estudantes operários e universitários e houve uma verdadeira perseguição ostensiva, sobretudo aos militantes da JOC e da JUC. Muitos das elites que estão à frente do Brasil hoje, naquela época tinha sido deportada. Agora antes já tinha havido uma espécie de tensão entre a hierarquia da igreja e a juventude universitária católica que depois também passou pra JEC. A*

*juventude universitária católica se bandeou muito para uma espécie de projeto socialista popular chamado Ação Popular. Isso terminou criando a ruptura entre a JUC e a hierarquia da igreja, a JUC se desligou. Logo em seguida houve o golpe e muitos desses universitários foram perseguidos e deportados, a JEC foi mais perseguida, mas não foi em alto grau, exatamente por causa da idade deles. Mas houve uma espécie de perseguição branca, quer dizer, a própria educação depois cuidou de alguma forma de afastar a juventude da consciência política. E a JOC que tinha uma militância muito maior foi muito mais perseguida, teve também muitos militantes presos e assim por diante.*

**AMP: O Sr. Foi assistente da Ação Católica aqui em Teresina e assistente da ação católica como todo?**

*Pe. RJ: A Ação Católica se organizava de duas maneiras, havia ação católica organizada de maneira unificada, e a ação católica geral. Esse era o esquema que se usava na Itália. No Brasil começou assim, mas depois a ação católica brasileira pegou um veio francês que era a ação católica especializada. Então não havia um assistente da ação católica em geral, para cada ramo havia um assistente. Havia um assistente da JAC, da JEC, da JOC, e da JUC. Eu fui assistente da JEC.*

**AMP: Como se deu o desenvolvimento desses movimentos de ação católica em Teresina, eles se expandiram muito?**

*Pe. RJ: Se expandiram muito como em todo o Brasil por força da própria dinâmica do movimento. A alma da ação católica, é que “o apóstolo do jovem é o jovem”, o apóstolo do militante é o militante, então eles próprios militantes que enucleavam outros membros e depois eles tinham sempre um grande programa bastante vivo para desenvolver a cada ano... Tinham um programa e através da ação desse programa eles sempre nucleavam mais pessoas que queriam participar. Terminou de fato sendo uma força expressiva, que ainda hoje deixou suas marcas, ainda temos muitas pessoas hoje que foram formadas na ação católica que tem uma mística muito grande, quer dizer, isso é o que eu acho que falta nesse movimento e em muitas pastorais inclusive. A ação católica possui uma mística muito grande, isso aí me parece que foi a força que deu não apenas militância forte, mas também uma*

*perseverança bastante grande. Depois foi o tempo que chegou a revolução e nessa época a ação católica começou a se dissolver, a se dispersar. Na época do Concílio Vaticano II, veio a começar os movimentos populares mais amplos. Começaram as comunidades de base e as comunidades de base de alguma maneira também concorreram para o anucleamento dessas forças da ação católica. As comunidades de base começaram a ser uma espécie de modelo único de formação da igreja no Brasil. Aí então a ação católica terminou se dissolvendo, eles estão voltando novamente com esse outro nome de pastoral, que hoje tem a pastoral da juventude, a pastoral universitária, mas não tem aquela militância que tinha a ação católica nem aquele vigor. Está ainda faltando chegarmos lá e voltarmos... Cada época tem seu momento. Não se pode mais querer restaurar a ação católica nos mesmos moldes de anteriormente. Mas o que é certo é que hoje falta, no melhor dizer, a essas organizações populares e pastorais falta o élan e ao mesmo tempo a organização que teve a ação católica. Nós não tínhamos tão grande força, mas tínhamos uma organização muito grande que era de alguma forma regida por eles mesmos. O assistente não há dúvida que de fato era um dos dirigentes do movimento.*

**AMP: Como o Sr. Avalia a repercussão do movimento militar em 64 em Teresina?**

*Pe. RJ: Acho que aí não precisa nem avaliar, hoje em dia nós temos condições de fazer uma espécie de verificação. Foi um movimento que começou um pouco inclusive sob a égide de uma espécie de cristianismo tradicional, a célebre marcha da família, pela família, pelas tradições, pela propriedade e era exatamente esse tipo de católicos mais tradicionais de estado social burguês foram eles que encabeçaram isso tiveram o apoio do exército, tinham medo da proletarização do país e de uma socialização do país feitas pelo próprio presidente, então eles fizeram aquela célebre marcha a qual aderiu o governo que terminou não depondo o governo João Goulart num primeiro momento, mas terminou tirando as funções do presidente que estabeleceu no Brasil o parlamentarismo. Com a experiência o parlamentarismo foi feito no Brasil e o primeiro ministro parlamentarista foi o Tancredo Neves. Depois então as coisas continuaram e eles viram que o parlamentarismo também não resolvia nos moldes que eles queriam, e aí os militares terminaram açambarcando todo o poder através dos atos institucionais que culminaram no AI V, que deu todo o*

*poder de cessão ao presidente de dissolver o parlamento e compor um parlamento, ou seja, um parlamento submisso ao presidente. E então essa repercussão no Brasil houve uma repressão muito grande pela supressão das liberdades fundamentais, liberdade de comunicação, de reunião houve uma perseguição violenta na base da denúncia anônima e houve muita injustiça e a igreja sofreu muito com isso e teve também que assumir a defesa dos membros produzidos. Esse capítulo está documentado naqueles trabalhos feitos pelas dioceses de São Paulo, pela comissão de Justiça e Paz, que publicou dois grandes volumes, o livro Brasil Nunca Mais, o segundo volume, Perfil dos Denunciados no Período.*

AMP: Como repercutiu entre os estudantes na faculdade, já que nesse momento era a efervescência do movimento estudantil e o Sr. era diretor da faculdade de filosofia?

**Pe. RJ:** *Entre os estudantes primeiro ficaram apavorados, a grande massa de estudantes se retraíram, seja pela pressão do país, naquele tempo os pais ainda tinham certa ascendência sobre os filhos, hoje isso não existe mais dentro das escolas e aqueles mais arrojados terminaram sendo vítimas do AI V. Uns foram presos, tanto estudantes como professores e na faculdade, eles quiseram intervir, de maneira sobretudo da direção das escolas das faculdades, na faculdade mesmo naquela época havia um grupo lá na FAFI que era bastante ativo. Fazia parte deste grupo um número de pessoas que hoje estão dirigindo os destinos daqui do estado o Sr. Antonio José, que era estudante naquela época, Antonio José Medeiros, José Reis, Ubiraci, e muitos outros que depois também foram perseguidos saíram daquilo. A intervenção maior que eles queriam fazer na faculdade foi provocar a expulsão de Antonio José da Faculdade. Eu era diretor da escola e um dia eu recebi a visita do secretário de segurança, na ocasião Sebastião Leal. Ele foi lá e me disse que eu devia expulsar o Antonio José da Faculdade. Antonio José tinha participado do Congresso de Ibiúna/SP e lá ele foi preso. Foi preso e voltou preso aqui para Teresina, esteve preso aqui no quartel e aqui foram presos outros, José Reis que foi preso, Diogo José, meu irmão, foi preso e o Padre Carvalho também foi muito visitado. O Padre Carvalho já tinha uma pendência com o governador Petrônio Portela por causa da polícia militar. Naquele tempo, soldado ganhava muito pouco e o Padre Carvalho era assistente dos Círculos Operários que faz parte da JOC. Por*



conta disso, ele se envolveu com essa reivindicação e o Petrônio Portela se desentendeu com ele, inclusive com Dom Avelar. Por causa disso, como eu estava dizendo, o secretário de segurança queria que eu expulsasse Antonio José, então eu fui lá e ele disse: “Olha, você deve expulsar o Antonio José”, então eu lhe disse: “Olha, o Antonio José, eu não tenho nada contra ele, ele é um bom aluno e eu não tenho como expulsá-lo”, ele disse: “Mas o comandante da Guarnição Federal, do 25º BC, manda dizer para o Senhor que ele deve ser expulso” e eu disse: “Pois então diga para o comandante da Guarnição que se ele quiser venha expulsá-lo porque eu não expulso, agora como vocês tem o poder na mão, vocês podem inclusive me tirar da direção da faculdade se puderem, porque a faculdade é particular, da arquidiocese, e Dom Avelar tem muito prestígio”. Então, ele voltou a insistir, e eu disse: “Pois não vou expulsá-lo”. E de fato eu não o expulsei, mas Antonio José ficou preso. Aí eles tiveram muitas dificuldades de ordem geral, estavam fazendo muitas arbitrariedades. Aqui fizeram várias comissões parlamentares de inquérito, comissão de inquérito, inquérito policial militar, IPM. Eu respondi a um deles, fui indiciado, meu nome está na lista daquele livro de Dom Paulo Evaristo. Depois de algum tempo, eles maneiraram um pouco e permitiram que Antonio José freqüentasse porque ele não queria perder o ano. Mas, como ele estava preso, não podia cumprir suas aulas. Aí Antonio apelou para Fortaleza, ao comandante da Guarnição Federal de lá, e pediu autorização pra freqüentar as aulas. Aí deram, mas aqui o chefe do DOPS disse que ele só ia se fosse escoltado por dois soldados. Eu estava na faculdade quando ele chega lá com dois soldados, aí eu disse: “Os dois soldados ficam aqui até a entrada da universidade, pra aula não vão não”. Então disseram: “Ah, mas o capitão Astrogildo disse que tinha que ser assim”, e eu disse: “Pois diga ao capitão Astrogildo que não vai não, eu gostaria de saber a ordem do comandante”, eles disseram: “Ah, foi a ordem da portaria. Eu disse: “Eu gostaria de ver o telegrama”, não falava nada disso. Aí por fim, ele resolveu deixar que o Antonio José fosse às aulas e que os soldados ficassem no pátio, e o Antonio José podia ir para as aulas. E assim foram esses momentos mais tensos, nessa ocasião também explodiu uma bomba na faculdade, suspeita-se que foram eles que colocaram a bomba, mas por fim terminou todo mundo se acalmando.

APM: Fale um pouco da repercussão entre os professores e principalmente da prisão do Profº Diogo.

*Pe. RJ: Bom, o profº Diogo estava vinculado a FAFI, ele era professor da Faculdade de Filosofia. Ele foi quem ficou preso mais tempo. Nessa ocasião, a Arquidiocese também se envolveu porque quando ele foi preso, ele era o coordenador da catequese aqui na arquidiocese de Teresina. Ele tinha terminado o curso de Teologia lá em Fortaleza, mas não tinha se ordenado e aí no dia em que ele foi preso, nós reunimos o clero, Dom Avelar não estava na cidade, e aí então fizemos a reunião pra saber o que fazer, então os padres ficaram divididos, com as freiras também. Terminou dizendo que a gente ia ler na missa um trecho da homilia do Cardeal Câmara do Rio de Janeiro, pois ele tinha feito uma homilia defendendo os padres de Belo Horizonte, Carmelitas que tinham sido presos pela “revolução”. E aí nós simplesmente lemos e contamos o episódio que foram presos na noite alguns estudantes, inclusive o profº Diogo, que era professor da Faculdade de Filosofia, aí o pessoal dos militares achou ruim, aí fizeram uma nota na rádio, nas seis rádios, dizendo que o clero tinha se insubordinado contra as autoridades, que Dom Avelar não estava aqui e que tinha sido encabeçada por mim porque eu era irmão do profº Diogo, que não era padre. Eu tinha encabeçado essa reunião, inclusive o vigário geral não tinha aprovado, o vigário geral ele tinha votado contra. E aconteceu que no dia seguinte, era domingo, isso foi num sábado, era domingo de manhã, quem primeiro leu a nota foi o padre “Rego”, que era o vigário, era capelão do hospital. Ele estava “celebrando” na maternidade. Na maternidade, assistia a missa o Secretário de Segurança e o Dr. Paulo Freitas. O Padre Rego leu a nota: “Olha, está havendo um movimento aí, não sei o que houve, prenderam os estudantes, prenderam o Diogo e então mandaram a gente ler essa nota”, aí leu a nota, não explicou nada.*

*Aí os militares publicaram a nota. De quinze em quinze minutos, a rádio dava, dizendo que eu tinha encabeçado a reunião, que o Vigário Geral não tinha aceito, mas que a igreja estava utilizando pregação pra se rebelar contra as autoridades constituídas e que o exército ia abater, que não ia deixar que a baderna se intrometesse. Aí eu gravei a nota porque eles não dão nada pra ninguém. Gravei uma nota e depois tirei cópias, e fui mostrar ao Vigário Geral, aí eles disseram que, Monsenhor Chaves ia dizer que não eram mais pra ler a nota não. Aí eu fui ao Monsenhor Chaves e disse: Eu acho que pelo menos você não deveria deixar que essa nota fosse lida na Rádio Pioneira. O Monsenhor Chaves foi conversar com eles, eles concordaram, a nota não foi lida na Rádio Pioneira, mas passou a ser lida*

*nas outras. Eu disse a Monsenhor Chaves, eu digo o seguinte, eu vou ler na missa todas as notas aqui e vou explicar. Eu ainda tenho duas missas pra celebrar, e eu vou ler na missa, a não ser que o senhor me proíba de celebrar, mas se eu celebrar, eu vou fazer. Ele disse: “Não, não proíbo de celebrar”, aí eu fiz. Então nós impetramos um mandato de segurança para soltura do Diogo, mas o mandato de segurança foi negado aqui, nós apelamos para Brasília, negaram em Brasília, e ele terminou ficando quase um mês preso. O interrogatório dele foi à coisa mais estapafúrdia do mundo, eles perguntaram cada coisa fora de rumo, e aí eles fizeram um IPM, e foram chamados a depor, eu, por ser da faculdade, o Monsenhor Luís Soares e o Padre Yves, que era um padre francês que naquele tempo era lá do Parque Piauí. Depois ele saiu e foi professor da Universidade de Pernambuco. E aí então, além disso, eles também fizeram uma intervenção no MEB, indiciaram algumas pessoas do MEB também, o MEB era acusado de sublevar o público, e prenderam também o Dr. Manoel Emílio, que era o animador pastoral do movimento rural, ele tinha um programa na rádio todo dia pela manhã e ele falava para os camponeses e ele foi preso também. Mas ele foi solto logo. Depois ficou só esse clima de insegurança e instabilidade.*

AMP: O que eles alegavam como justificativa para a prisão do Diogo?

**Pe. RJ:** *Não houve nada, eles justificavam que em 1968 houve uma data nacional que era para pichar o Brasil todo contra a “revolução”. Eles acusaram os alunos da faculdade de liderados pelo Diogo de ter feito essa pichação. Esse foi o motivo. Mas o motivo maior era que eles estavam fazendo reuniões com o povo, e sublevando o povo.*

AMP: Nessa mesma época, 64 – 70, como foi a postura de Dom Avelar aqui na Arquidiocese?

**Pe. RJ:** *Dom Avelar sempre se manteve de maneira bastante independente, sempre dialogava com os militares, mas conservando o lugar dele. Houve ainda um incidente com Dom Avelar porque naquela ocasião ele era o presidente do “CELAM”, ele tinha de fato uma ascendência muito grande e no Brasil, então ele era muito escutado. A Escola Superior de Guerra convidou Dom Avelar para fazer uma*

*aula lá. Ele foi, só que de acordo com os Cânones da Escola Superior de Guerra, quem fosse falar não devia dizer nada do que disse. Quando Dom Avelar saiu, a imprensa perguntou a Dom Avelar o que ele disse, e ele disse: isso, isso e isso. E o pessoal ainda quis reagir, foi quando Dom Avelar disse: “Olha, eu não vim aqui em segredo, eu vim pra dizer o que eu disse lá eu digo agora. Eles ficaram muito irritados e nessa época houve o centenário de Dom Vital, Dom Avelar foi condecorado com o título de cidadão pernambucano, mas o pessoal da “revolução” forçou o governo de lá a cassar. Eles cassaram, mas também Dom Avelar teve muitas conversas com o coronel encarregado das investigações, e naquela pasta que tem sobre Dom Avelar, todas as intervenções dele, ele sempre deixava por escrito... e eles sempre respeitavam Dom Avelar.*

AMP: A Faculdade de Filosofia foi até 70.

**Pe. RJ:** *Naquela época, o Piauí estava se movimentando para ter universidade, era um dos estados do Brasil que não tinha, o outro era Sergipe, depois Sergipe conseguiu e ficou só o Piauí. Então o governo se interessou para fazer universidade e como a Faculdade de Filosofia na época era a maior do Estado, tinha a Faculdade de Direito com poucos alunos, a Faculdade de Odontologia tinha poucos, a Faculdade de Filosofia tinha vários cursos, então fez a fundação da universidade, a instituição como a fundação e nessa fundação a arquidiocese tinha lugar no conselho diretor em duas vagas, dois pela arquidiocese, dois do governo do estado por causa da Faculdade de Odontologia, dois da Faculdade de Direito, dois do Presidente da República, um do Ministério da Educação e um da Faculdade da Parnaíba de Administração. Então cada uma dessas entidades indicava dois membros do conselho diretor que eram quem dirigia a universidade. Mas, aí o primeiro reitor foi nomeado, foi o professor Wall, não o Wall Ferraz, mas o professor Robert Wall de Carvalho, ele era desembargador, e era professor da Faculdade de Direito. E nessa ocasião eu era diretor da Faculdade de Filosofia, e pelo estatuto da fundação todos os diretores das faculdades deveriam permanecer em seus cargos até completarem o mandato. Mas aí nunca fizeram o Conselho Diretor da universidade, nesse caso a universidade estava funcionando sem o conselho diretor. Nesse tempo Dom Avelar ainda era o Arcebispo daqui. Aí começaram a circular alguns boatos de que o Conselho Diretor não era nomeado por causa de mim. Dom*

*Avelar indicou duas pessoas para membro do conselho, nomeou o antigo diretor da faculdade que era o Clemente Fortes e indicou o meu nome. E disseram que eu não podia porque eu vivia falando contra a revolução. Aí então Dom Avelar fez uma carta para o Ministro da Educação, que na ocasião era o Jarbas Passarinho, querendo saber se tinha veracidade esse boato. O Ministro da Educação respondeu que tinha. Que eu de fato podia ser uma pessoa destemida, mas que o governo não iria concordar nomear para membro do conselho da universidade uma pessoa que não concordava com o governo. Se Dom Avelar não mudasse não estaria colaborando para o desenvolvimento do Piauí, e que Jarbas Passarinho tinha mandado a Teresina um emissário pessoal dele, e esse emissário comprovou que eu vivia falando contra a revolução. Eu nunca falei contra a “revolução” publicamente. Apenas quando eles quiseram intervir na faculdade em que me opus. Aí Dom Avelar escreveu para o ministro dizendo que se ele desse um argumento convincente, provas, ele me trocava, ms senão ele não trocava, eu merecia a confiança dele e ele não me mudava. Nessa época Dom Avelar foi transferido para Salvador, aí veio Dom Falcão, eu contei toda a história a Dom Falcão e aí ele disse: “Olha rapaz, eu não vou criar problema com esse pessoal, não quero brigar com eles, eu vou conservar seu nome, mas vou botar mais um”. Ele botou outro nome, eram três, mas só dois entraram e é claro que nomearam outros dois e eu fiquei de fora, nomearam o Monsenhor Chaves e o Professor Clemente. Bom isso aí, eu quando era diretor da Faculdade fiquei diretor da universidade, mas quando Alberto Silva foi nomeado pela primeira vez pela “revolução”, ele disse que só viria pra cá se conseguisse um reitor lá na universidade de Brasília. Aí veio o professor Élcio... Foi o segundo reitor. O professor Élcio que veio mudou muita coisa, inclusive mudaram o estatuto da universidade que não podia mudar. Fizeram isso naquela época que não podia. Tiraram um membro da Arquidiocese do Conselho Diretor e deixaram só um e fizeram todas essas coisas. E quando eu terminei meu mandato, me comuniquéi com o reitor, perguntando como é que ia ficar minha situação. Naquela ocasião havia regime de serviço de 12 horas e 20 horas, 40 horas e tempo integral, ele disse: O Senhor fica com 12 horas. Aí ele me transferiu da Faculdade de Filosofia para a Faculdade de Educação. Aí eu disse pra ele que não aceitava porque não tinha graduação em letras, eu era formado em Filosofia e não ia pra letras. Aí ele me voltou para o depto. De filosofia. E aí foi isso, até que veio depois, o Petrônio conseguiu tirar o reitor por razões políticas e nomeou o professor Camilo e o*

*professor Camilo retomou de novo a Faculdade de Filosofia. O professor Élcio queria acabar com o curso de filosofia, porque era a política do país naquele tempo todo. Eles queriam acabar com todos os cursos de Ciências Humanas, economia, sociologia, filosofia porque era o pessoal que discutia mais, que era mais contestador. Ele queria enfatizar a parte técnica.*

AMP: Tem mais algum aspecto dessa época que o senhor considera importante e gostaria de ressaltar?

**Pe RJ:** O importante é que apesar de tudo isso, a igreja continuou crescendo em Teresina fazendo sua missão agora e eles conseguiram dispersar todo trabalho de sindicalismo que a igreja tinha começado. E então, muita gente nessas horas passa para o outro lado, não tem uma formação devida, então culminou esse trabalho de sindicalismo no interior sendo de alguma maneira destruído. Mas, ainda ficaram alguns líderes bastante conscientes, o que tem de mais importante é isso mesmo.

## ANEXO IV

### DEPOIMENTO DE MANUEL EMÍLIO BURLAMAQUE DE OLIVEIRA

Trabalhou entre sessenta e dois e sessenta e quatro na Organização Sindical do Piauí.

*AMP: Em que consistia o seu trabalho?*

Em 1962, depois de ter participado de um curso para o Mundo Melhor em Natal, fui convidado por D. Avelar para trabalhar na Arquidiocese no sentido da promoção do trabalhador rural, entendida pela igreja - na época - como fundamental para que houvesse as chamadas reformas no país, principalmente a Reforma Agrária.

O sindicato seria a base do movimento rural.

Na época, havia surgido em Pernambuco, com o auxílio do Julião as conhecidas “Ligas Camponesas”. A igreja se contrapôs ao movimento das “Ligas Camponesas” porque julgava que fosse um movimento ligado ao “comunismo” e incentivou o laicato a trabalhar no meio rural criando sindicato de acordo com a legislação. Uma vez que as “Ligas Camponesas” não obedeciam a legislação brasileira.

Eu aceitei a incumbência de D. Avelar e iniciei o processo de sindicalização rural; movimento, com a formação de liderança do meio rural. Essas lideranças, em grande parte, indicadas pelos párocos, pelos vigários nos municípios do interior.

Nós propiciávamos cursos de duração mínima de dez dias para essas lideranças, onde era abordado o sindicalismo, cooperativismo, a doutrina social da igreja e outras matérias que diziam respeito à formação do trabalhador rural.

E, a partir daí, essas lideranças se encarregavam de propagar idéias do sindicato, da organização sindical. E, por sua vez, essa idéia propagada, nós fazíamos reuniões no interior, nos municípios e, às vezes, até em propriedades particulares no sentido de que fosse fundado um sindicato.

Criado o sindicato, nós prestávamos assistência advogatória, não apenas na organização, mas de defender os agricultores de todas as pressões, de todas as... bom, de tudo que era feito contra eles por parte do proprietário rural, do latifundiário que nunca aceitou essa idéia.

Foram criados, naquela época, dez sindicatos inicialmente. E o movimento sindical se “avolumou” a tal ponto que, houve, uma oposição – digamos “violenta” – por parte dos proprietários rurais.

Esses proprietários se reuniram para, num diálogo com D. Avelar...o que foi solicitado a paralisação desse trabalho...e D. Avelar se recusou a ir...alegando que a postura da igreja era a promoção dos desprotegidos daqueles que não tinham noção ainda nem da própria cidadania. Com o movimento sindical eles passaram a conhecer os direitos de cidadania, passaram a conhecer os bens deles e passaram a lutar contra a exploração no campo e naquele tempo era feita através do que se chamava de cambão. Os agricultores eram chamados de agregados pelos próprios proprietários e havia uma série de proibições a eles no trato da terra, no trato da casa e no trato da própria família.

Essas proibições, inclusive, constavam no contrato. Eram raros contratos que realmente era uma tradição. Mas havia contratos que eram chamados “contratos de “agregacia” que se determinava as obrigações dos agricultores no sentido de dar de trabalho gratuito aos proprietários e no sentido de proibir qualquer tipo de investimento na terra que eles trabalhavam.

Eles não podiam ter, por exemplo, casas de telhas, de alvenaria, não podiam ter animais de criação de médio porte, eles não podiam escavar poços, eles não podiam ter plantas frutíferas...Tudo aquilo que algum dia pudesse representar numa indenização no caso de serem postos fora da terra por parte do proprietário. Quer dizer, pelo Código Civil, ele era proibido de executar, de fazer, de possuir.

Esse movimento se alastrou. Houve de fato uma “luta” entre o trabalhador rural, camponês e o proprietário - não era, na realidade, uma luta armada, não era uma luta de tomar a terra, não era uma luta contra as pessoas, mas era uma luta pelos direitos assegurados em lei - era uma luta pelo salário mínimo, era uma luta contra a obrigatoriedade de dar dia de trabalho para a fazenda; era uma luta pelos direitos de ter e viver melhor, era uma luta pelo direito à educação e, evidentemente, uma luta dentro do espírito da justiça social.



Em 1963, no dia sete de setembro, houve em Teresina uma passeata por parte desses sindicalizados trabalhadores rurais.

Tinha cerca de sete mil pessoas que vieram à Teresina por conta própria - a pé, de carroça, a cavalo, de qualquer maneira - e fizeram uma enorme passeata. Como uma demonstração de unidade, uma demonstração, também, evidentemente de força do sindicato.

Essa passeata, esse movimento teve apoio do Governador de então, Petrônio Portela e do Prefeito de Teresina Hugo Bastos que foi encarada com um comício monstro na praça Rio Branco.

A partir daí, as pressões, as expulsões da terra, a queima de casa se intensificou até a Revolução de Sessenta e Quatro.

Na revolução de Sessenta e Quatro foi extinto o movimento; foram presas as principais lideranças e nós fomos proibidos de qualquer participação nos movimentos sindicalistas, fosse urbano ou rural; fomos proibidos de falar nas rádios; fomos proibidos de escrever aos jornais e de participar de qualquer coisa nesse sentido.

Havia um programa que dava apoio a todos esses movimentos que se chamava “Desperta Camponês” que a partir daí das seis horas, seis e quinze da manhã, eu falava durante meia hora através da Rádio Educativa do MEB para o trabalhador rural. Esse programa foi fundamental nesse movimento.

O movimento não era um movimento só do Piauí ou só da arquidiocese, era um movimento no país todo. E ele era mais forte exatamente no nordeste, mesmo em função das condições de trabalho do nordestino, das condições de dominação do latifúndio.

Era um movimento organizado em que cada estado tinha os seus responsáveis, leigos, trabalhando como militantes católicos e que a partir daí planejavam e programavam as suas atividades no nordeste como um todo.

Com a revolução de 1964, a igreja se retraiu e a grande maioria desses leigos foi perseguida, foi processada, foi condenada, muitos deles foram assassinados pela revolução de 64.

Bispos, individualmente como D. Avelar aqui do Piauí, fizeram tudo ao seu alcance para que o laicato e mesmo padre ligado ao movimento não sofresse com a perseguição que houve após sessenta e quatro.

Mas isso foi conseguido com muita dificuldade em alguns estados, em outros estados os bispos nem ligaram pra isso. Deixaram esses leigos soltos. Esses leigos completamente sem defesas no regime autoritário, muitos deles abandonaram a própria igreja em função disso.

No Piauí, após esse movimento, o de 64, continuei a trabalhar com D. Avelar já em projetos sociais na implantação daquilo que se queria ter como uma proposta, uma execução, inclusive, de pequena monta é verdade, muito relativo, mas daquilo que se propugnava e D. Avelar, então solicitou a elaboração de projeto para utilização das terras que pertenciam à igreja. A fim de que essas terras fossem distribuídas numa espécie de pequena reforma para seus moradores. Isso foi feito no Projeto “Monte Alegre” no município de na época era...é...bom, não estou lembrando agora o nome do município. E, em terras pertencentes à igreja naquela região entre Batalha e Piracuruca mais ou menos por ali.

O Projeto “Monte Alegre” foi à frente. Conseguindo financiamento por parte da MISEREOR e hoje, após a saída de D. Avelar de Teresina - se não me engano – o bispo Dom José Falcão vendeu essas terras que tinham sido loteadas aos próprios donos do lote.

A notícia que eu tenho é que esse projeto acabou e um daqueles pequenos proprietários possui outras propriedades, conseguiu comprar o lote de todos os outros e hoje é o verdadeiro dono dessas terras.

*AMP: O programa da rádio que o Sr. fazia durou até quando?*

Durou até pouco antes da revolução.

Eu estive no dia nove de março no Rio de Janeiro e lá tomei conhecimento de que iria acontecer.

Na minha volta, eu reuni as lideranças sindicais, principalmente as diretorias dos sindicatos, e comuniquei a eles que dentro de poucos dias deveria ocorrer um golpe no país. Isso porque eu havia observado, tanto no Rio de Janeiro como através, também de inúmeros líderes que trabalhava com a gente no Brasil todo. Nós tínhamos certeza que o golpe iria ocorrer e pedi, então, a cada liderança dessa que voltassem a sua região; aos seus municípios e nada mais fizessem porque estariam correndo o risco de prisão e outras coisas mais.

O programa continuou até as vésperas da revolução. Não pode ir adiante porque fomos proibidos pelo poder militar, pelos militares que aqui se encontravam, mas ele - o programa - durou enquanto foi possível, até março de sessenta e quatro.

*AMP: Sobre as prisões de líderes em Teresina e no Piauí, como ocorreu? O Senhor foi um deles?*

Eu estive preso por doze dias. O presidente do sindicato de Teresina foi preso e os presidentes dos sindicatos de Campo Maior, Regeneração, Miguel Alves, União; enfim, praticamente todos os municípios também foram presos. Alguns demoraram vários dias presos; outros soltar na medida em que eram ouvidos. Nós tivemos na época a sorte de que o Major designado para o IPM (Inquérito Policial Militar) foi de Fortaleza, era católico praticante e à medida que ele ouvia essas pessoas que eram presas no interior e remetidas para cá - ficando no 25° BC a grande maioria ou o total delas - ele liberava essas pessoas.

Eu poderia dizer com respeito a esse pessoal do sindicalismo rural, aqui no Piauí, não houve tortura física; houve uma espécie de tortura mental, pressões, xingamentos dentre outras coisas, mas era suportado muito bem por todos nós. Porque, na realidade, o movimento era inspirado no cristianismo; o movimento era uma dedicação do cristão católico militante em favor da promoção do homem no campo. Não era apenas e simplesmente um movimento sindical como qualquer outro, mas era também baseado na religião, era um movimento baseado na fé. Por isso, esse tipo de sofrimento era um sofrimento que não abatia ninguém, porque todos estavam ali, muito mais em nome de Cristo do que em nome dos homens.

*AMP: Sobre as prisões, houve intervenção de Dom Avelar na liberação de alguém?*

Não, D. Avelar fez o possível. Mas ele não foi muito ouvido em Teresina. Porque o maior inimigo da igreja era um capitão que inclusive, escreveu artigos chamando D. Avelar de "comunista". Então, ele fez todos os esforços. Ele conseguiu, inclusive, que os padres ligados ao movimento - inclusive o próprio Pe.

Carvalho que era da Juventude Operária JOC - não fossem presos, mas não conseguiu impedir a prisão dos leigos.

Eu estive conversando com ele - pouco antes da minha prisão - e ele disse isso: "Manoel, eu infelizmente não tive forças para conseguir que você não seja preso, você pode aguardar que a sua prisão virá em breve. O que eu consegui ainda às duras penas, foi preservar os meus padres".

Então, houve realmente todo um esforço de D. Avelar como nosso arcebispo para evitar tanto às prisões como as torturas. Mas, aquela época, em função de toda uma ira por parte, quer seja dos militares, quer seja dos latifundiários; ele não conseguiu muita coisa no que diz respeito ao laicato, mas o MEB foi preservado, em parte, houve prisões também do MEB, mas o MEB foi preservado não apenas no Piauí, mas houve todo um movimento no Brasil. Houve pressões muito grandes que resultaram, inclusive, no falecimento do presidente do MEB que na época era o arcebispo de Sergipe -Aracajú. Mas, o MEB depois continuou a existir. Ao passo que o movimento sindical, esse que era promovido pelo laicato, este morreu em 64.

*AMP: Esse capitão que você falou, você lembra o nome?*

Moura Lima.

*AMP: A Igreja não desenvolveu mais trabalho nessa área após 64?*

Não.

*AMP: Mas você tem conhecimento de alguma atividade continuada?*

Ah! Tenho, sim.

Se você for hoje a FETAG, por exemplo, você vai encontrar gente dessa época, que foi formada nessa época; fez parte do sindicalismo dessa época.

No Maranhão, encontrei o presidente da FETAG, que era o Manoel - não estou lembrando o sobrenome dele - que era líder sindical aqui formado, inclusive protestante. Participou de nossos cursos, fundou sindicatos aqui em

Teresina. E, quando estive trabalhando no Maranhão eu fui conversar com a Federação dos Trabalhadores do Maranhão e lá o encontrei como presidente da Federação, ainda, lutando pelos mesmos princípios e da mesma maneira como foi iniciada a nossa luta aqui. Morreu o movimento da igreja, esse eu não conheço, mas o sindicalismo, da maneira como ele foi colocado em termos de defesa dos direitos do trabalhador rural e pela Reforma Agrária, este continua.

As lideranças continuaram a maior parte deles nesse movimento: alguns se transferiram para Brasília, para Goiânia, para outros estados do Brasil. Mas, aqueles que permaneceram, uma grande parte continuou, ainda hoje, no movimento sindical.

*AMP: O senhor teria outros pontos importantes, além dos já mencionados?*

No momento, eu não tenho muita coisa a acrescentar porque, evidentemente, já faz trinta e cinco anos desse movimento. Mas eu diria apenas sem citar nomes, lembrar os esforços que foram realizados por lideranças leigas nos estados do nordeste, principalmente no estado de Pernambuco, no estado do Rio Grande do Norte, no estado da Paraíba, enfim, no nordeste como um todo.

No Maranhão e aqui no Piauí, eu gostaria de citar a participação realmente básica de três padres, a fora todos os vigários, porque nós tínhamos reuniões quinzenais, mensais com os vigários do interior do Piauí para tratar exatamente deste assunto: fazer uma diferenciação entre o papel do padre, o papel do pároco e o papel do laicato para que não houvesse confusão, para que não houvesse interferência da igreja como instituição no trabalho do leigo, mas houvesse respeito e houvesse, também uma integração naquilo que o padre pudesse realizar como pessoa.

Então nós temos, eu citaria aqui o Pe. Isidoro, o Pe. Carvalho, o Pe. Raimundo José e o Pe. Mateus -que já faleceu – também foi uma liga-mestra no entendimento, na concepção e na postura que eles tiveram durante todo esse período.

Tivemos, também, o apoio do Vigário Geral Monsenhor Chaves e principalmente o apoio de D. Avelar.

Entretanto, a responsabilidade de todo esse trabalho foi sempre assumida por nós leigos. Todo o processo, toda a perseguição, todas as

pressões...nós não podíamos jogar a responsabilidade para a igreja. Isso nós sempre assumimos.

Se a igreja posteriormente não quis ou não pode, ou por qualquer outro motivo político, não continuou a trabalhar junto com esse laicato, muitos deles foram “jogados às onças”, nós não responsabilizamos à igreja por isso. Isso só pode ser responsabilidade individual. Isso e por motivo qualquer, não nos compete julgar, acharam que não deviam mais participar.

Não foi o caso do nosso arcebispo que continuou a dar uma demonstração a dar um testemunho daquilo que ele acreditava, que era uma das missões da igreja era exatamente a promoção humana.

*AMP: O projeto teve continuidade com a saída de D. Avelar?*

Não. Pois foi até quando D. Avelar esteve aqui.

Depois, não foi dada continuidade: a terra foi vendida para seus ocupantes da época, que eram os colonos, vendida pelo bispo que substituiu D. Avelar.

Meu nome é Manoel Emílio Burlamaque de Oliveira. Sou teresinense, sessenta e quatro anos. Trabalho sou advogado – Técnico do Desenvolvimento Agrônomo.

Eu me envolvi com a igreja, ainda me considero militante. Eu me envolvi com a igreja a partir do curso do Mundo Melhor onde sofri um processo de conversão.

Já trabalhava com o desenvolvimento na Secretaria de Planejamento, antiga CODESE Comissão Permanente de Desenvolvimento Econômico do Estado e antes disso eu fui Secretário de Planejamento da Mitra-Arquidiocesana nomeado por D. Avelar.

Após sessenta e quatro, eu continuei meu trabalho no planejamento do Governo Elvídio Nunes e no governo de Junqueira. Fui Secretário de Planejamento, depois disso fui trabalhar...Passei quatro anos em Boa Esperança fazendo reassentamento de comunidades, de organização de comunidade.

Daí a setenta e um fui para o Maranhão, onde passei quinze anos fazendo trabalho de colonização. Lá, nós conseguimos, eu fui coordenador executivo do projeto do alto TURI, de colonização e conseguimos assentar cerca de

quinze mil famílias numa região de um milhão de hectares. E hoje, está dividida em cerca de dez municípios - se não me falha a memória.

Depois disso, trabalhei aqui na Prefeitura de Teresina como Secretário de Agricultura no segundo Governo de Wall Ferraz.

Estive como presidente da FUNABEM durante um ano e alguns meses. Depois disso, fui fazer um trabalho de assentamento de imigrantes com a CODEVASPE no Vale do São Francisco. Regressei para Teresina e estive como Secretário de Indústria e Comércio no terceiro governo de Wall Ferraz e Francisco Gerardo.

E hoje, estou como coordenador para implantação das administrações regionais.

## ANEXO V

Nota veiculada nas rádios locais por ocasião da prisão do professor Diogo e de alguns estudantes da FAFI.

As autoridades responsáveis pela segurança nesta área prestam ao público os seguintes esclarecimentos.

1. Que ontem foram detidos para averiguação acusados de atividades subversivas o professor Diogo José Airemorais e outros elementos já conhecidos pelo seu comportamento e implicados em inquérito policial militar em curso.

2. Que hoje em diversas igrejas, por ocasião da missa dominical, alguns sacerdotes aproveitaram o púlpito para proferir sermão de protesto contra as prisões, hipotecando solidariedade ao aludido professor que não é sacerdote, mas irmão do Reverendíssimo Pe. Raimundo José a quem coube promover uma reunião do clero e dos religiosos realizada ontem |à noite para tratar do assunto.

3. Que as manifestações de alguns padres, embora se referissem à falta de liberdade foram feitas livremente do púlpito, sendo várias delas assistidas por autoridades, inclusive oficiais das Forças Armadas sem que houvesse interrupção de qualquer natureza.

4. Que as autoridades atendendo às normas que recomendam o bom entendimento com o clero, logo após a ocorrência desses fatos, procuraram a mais alta autoridade eclesiástica, no momento, em Teresina Mons. Joaquim Chaves, Vigário Geral da Arquidiocese para inteira-lo à situação e pedir providências junto ao clero visando impedir que a Igreja seja transformada em veículo de propaganda contrária aos princípios que inspiraram a “revolução”.

5. Que Mons. Joaquim Chaves declarou lamentar a impossibilidade em que se encontra de evitar a manifestação porque, infelizmente é minoria transitória entre 17 sacerdotes que ontem, à noite, numa reunião de padres e religiosos, verificada no



Seminário Arquidiocesano decidiram por nove votos contra oito formular protestos nas missas a começar de hoje contra as prisões efetuadas.

6. Que tais protestos merecem a maior estranheza porque não está o clero defendendo um sacerdote e nem se tem notícia de que os padres que resolveram protestar tenham adotado qualquer medida no sentido de evitar que os presos de ontem persistissem na prática de atos de subversão.

7. Que as autoridades estão prontas para manter dentro das normas recebidas dos escalões superiores o diálogo como as autoridades eclesiásticas, não transigindo, porém das suas prerrogativas de vez que a Igreja é aclamada hoje como sempre para um melhor entendimento visando a consolidação das instituições democráticas e evitar a participação de elementos que pelas posições exercidas utilizam até o púlpito religiosos para confundir a opinião pública neste momento em que o país marcha para a solução dos problemas coletivos.

Transcrição do Pe. Raimundo José de fita que ele gravou da transmissão feita pelas rádios de Teresina

## ANEXO VI

### Carta 1

Teresina, 18 de fevereiro de 1969.

Senhor Comandante da Guarnição Federal

Tomei conhecimento de que o Padre Raimundo José Airemorais foi convidado ao 25° BC para um encontro, relacionado com um IPM.

Como se trata da pessoa de um sacerdote dependente da minha Circunscrição Eclesiástica, e levado pelo desejo de mútua cooperação, desejo que V.S. me informe:

- a)- O convite, aliás, muito bem conduzido, quero dizer, encaminhado, se prende à pessoa mesma do padre, com tal?
- b)- Refere-se à sua função de Diretor de Estabelecimento de Ensino Superior, supondo-se, nessa hipótese, que os demais já foram ou serão chamados também?
- c)- Possui outro sentido que idealmente não consigo descobrir?
- d)- Se, por ventura, o caso se prende ao item n° 1, desejo saber qual o conceito do Padre Raimundo José junto às Forças Armadas.

Certo de que me assiste o direito e o dever de formular estas perguntas para a minha orientação pessoal e funcional, subscrevo-me atenciosamente,

em Cristo Jesus,

Dom Avelar B. Vilela.

Arcebispo de Teresina.

## ANEXO VII

### Carta 2

Teresina, 15 de Maio

de 1969.

Sr. Comandante da Guarnição Federal.

Paz!

Levando em consideração que, durante a minha ausência, foi detido para averiguações, o prof. Diogo José Morais, pessoa que não sendo sacerdote nem clérigo, exerce algumas funções ligadas à Igreja, e, por isso mesmo, merece seja acompanhado pela Autoridade religiosa, venho à sua presença, como o fim especial de pedir-lhe informações acerca dos resultados do inquérito realizado.

Acredito que esta solicitação se explica por si mesma.

Para mim seria de grande importância que as autoridades militares me dissessem se o dito professor é, de fato, considerado elemento subversivo. Sob que aspecto ele se fundamenta, em caso positivo, essa suspeita ou convicção.

Em consequência, quais os argumentos concretos que levaram as autoridades militares a essas conclusões.

Todas essas perguntas, para mim, são necessárias, porque, para determinadas providências, no campo religioso, devo possuir elementos seguros, mesmo porque, pela delicadeza do assunto, terei de pedir ao professor, no que tange àquelas atividades mais relacionadas com a Arquidiocese, as necessárias explicações.

Certo de poder contar com a sua colaboração, sou eu, em Cristo Jesus,

Dom Avelar Brandão Vilela.  
Arcebispo de Teresina.

## ANEXO VIII

### Carta 3

Às autoridades responsáveis pela segurança nesta área  
Teresina/Piauí/Brasil

Teresina, 18/03/1969.

Assunto: Notas divulgadas nas emissoras locais

Exmos. Srs.:

1-Tomando o conhecimento das notas que motivadas pelas homilias de alguns sacerdotes, por ocasião das Santas Missas de Domingo último, Vossas Excelências mandaram divulgar nas emissoras locais, a propósito da prisão para averiguação do Professor Diogo José Airemorais e outros elementos, aproveitando a oportunidade em que Vs. Exas. manifestaram disposição de estabelecer diálogo com as autoridades eclesiásticas (n° 7), para propor-lhes esse diálogo sobre o conteúdo das mencionadas notas e as autoridades dos sacerdotes religiosos a quem elas se referem.

2-O que nos move é o desejo de testemunhas a Verdade e viver a caridade, na esperança de ser fiéis, na igreja, ao Cristo que é o nosso Salvador, Redentor de todos e de tudo, das pessoas das nações entre as quais está o Brasil, a nossa Pátria que queremos amar com um patriotismo inspirado nos princípios do Evangelho, a Boa Nova de Filho de Deus, que, cremos com a fé mais viva, é o único Senhor Soberano da História, querendo-a, contudo, construída por homens, já neste mundo, conforme as exigências da Verdade e da Liberdade, da justiça e do amor.

3-O que nos anima é a vontade de servir a todos os homens sem exceção, na edificação do Reino de Deus, já a partir desta terra, imitando, assim, o Cristo que

se fez o servo de todos a fim de que todos pudéssemos dirigir-nos, com sinceridade a Deus, invocando-o como o devemos chamar – Pai Nosso -, e a fim de que pudéssemos, com autoridade tratar uns aos outros como irmãos e que somos, por natureza e pela graça.

4- Em número 2 vem afirmando que alguns sacerdotes aproveitando o púlpito para fazer sermões de protesto contra as prisões “em causa”. Tal realmente não aconteceu. O que os padres fizeram foi ler um trecho da declaração dos Membros da Comissão Central das Conferências dos Bispos do Brasil, recentemente publicada, bem como uma parte da homilia que D. Jaime de Barros Câmara, distribuiu aos padres do Rio de Janeiro, no terceiro Domingo do Advento, situando ambas essas citações no contexto dos acontecimentos em tela e no quarto da liturgia do quarto domingo da Quaresma.

5-Ainda em número2, transparece que a solidariedade prestada ao Professor Diogo nas homilias, o tenha sido simplesmente porque ele seja “irmão do Revmo. Pe. Raimundo José” uma vez que ele não é sacerdote.

6- Em sendo verdade que o Prof. Diogo não seja sacerdote, não se lhe prestou solidariedade pelo motivo acima apontado, senão que pelo fato de desempenhar ele por incumbências do Ex.mo Sr. Arcebispo Metropolitano, D. Avelar Brandão vilela, a função de Coordenador da Comissão Arquidiocesana de Catequese, e de já ter concluído com aprovação unânime dos padres presentes à reunião geral do clero em que se tratou do assunto, o processo de sua ordenação sacerdotal.

7-Ao final do mesmo número 2 tem-se a impressão que teria sido uma indisciplina a realização do encontro no Seminário para refletir sobre o assunto. Julgamos, todavia, que mais não fizemos que obedecer a um imperativo de nossa consciência no exercício de um direito natural que nos assiste como pessoas humanas e no cumprimento de um dever de caridade.

8-O número 3 pretende encontrar uma incoerência e até uma contradição entre o que os padres falaram e a situação em que o falaram: - falaram contra a falta de

liberdade, quando lhes não faltou liberdade para anunciá-lo, porque falaram “sem que houvesse interrupção de qualquer natureza”.

9-A falta de liberdade pode encarar-se, pelo menos, de duas maneiras ou como falta de liberdade total ou como falta de liberdade em campos determinados. Se falaram contra a falta de liberdade parcial, no concreto, evidentemente não se referiam à falta de liberdade naquela hora, para dizer o que disseram (seria uma ingenuidade), mas se referiram às restrições da liberdade em outros campos, o que ninguém pode negar. Além do mais, não se verifica a falta de liberdade para falar apenas quando se interrompe, na hora, quem está falando, posteriormente, se tomam ou ameaçam tomar medidas coercitivas por causa do que se disse.

10-O número 4 manifesta a apreensão das autoridades de que as homilias proferidas pelos sacerdotes viessem a concorrer para transformar a Igreja “em veículo de propaganda contrária aos princípios que inspirarão a revolução”.

11-A mensagem da homilia foi calcada no Evangelho e nos ensinamentos do Magistério da Igreja, apresentados pelos Membros da Comissão Central de Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, na sua Declaração, aplicados pelos pregadores a uma situação existencial, que esta é a sua missão profética de anunciadores da palavra de Deus. Se tal mensagem é propaganda contrária aos princípios que inspiraram a revolução não temos todos os elementos para julgá-lo.

12-O número 5 traz duas versões bastante diferentes entre si. Em ambas as versões, afirma-se que “Mons. Chaves (Vigário Geral da Arquidiocese), declarou lamentar a impossibilidade que se encontrava para evitar as manifestações”. A divergência se situa na motivação de tal impossibilidade: enquanto a primeira versão apresenta o Mons. Chaves sendo “minoría transitória entre os 17 sacerdotes que decidiram por nove votos contra oito formular protestos nas Missas, a começar de hoje, contra as prisões efetuadas”; a Segunda apresenta na referida impossibilidade, porque infelizmente, “dada a divisão do clero no assunto, a questão foi posta para cada um como um problema de consciência e Mons. Chaves se absteve de quere violentar a consciência de quem quer que

seja, respondendo cada qual por sua atitude; em conseqüência resolveram formular protestos nas Missas, a começar de hoje, contra as prisões efetuadas”.

13- Conhecemos perfeitamente a posição de Mons. Chaves. Ele preferiu não dar nenhuma determinação autoritária como Vigário Geral, tendo manifestado sua opinião pessoal. Daí os padres que fizeram as homilias estarem plenamente conscientes de que em as fazendo não cometeram a mais mínima desobediência.

14- Ao ler este número das duas versões, fica-se com a impressão de que o núcleo do problema tratado era uma opção que os padres deviam fazer entre protestar e não protestar contra as prisões efetuadas. O problema, todavia, não era este. Todos os sacerdotes presentes à reunião foram unânimes em que se deviam prestar solidariedade ao professor Diogo. Apenas não houve unanimidade em aceitar a conveniência ou não de, nas missas dominicais de 16 último, fazer-se com as devidas explicações a leitura acima mencionada de uma parte da declaração dos membros da comissão central da CNBB, em que se fala da possibilidade de que venham a ser na atual situação do país violados alguns direitos naturais da pessoa humana. Achamos que se trata de algo bem diferente de “formular protestos nas Missas, a partir de hoje, contra as prisões efetuadas”.

15- A estranheza Express em o número 6 pode ser suficientemente desfeita com as considerações propostas acima. (n° 06).

16- Quanto à pretensa omissão dos padres em não terem adotado qualquer medida no sentido de evitar que os presos de ontem persistissem na prática de atos de subversão, pensamos que a nossa pregação do Evangelho e dos ensinamentos da Igreja seja uma advertência contra a sua subversão.

17- Em o número 7, dá-se a entender que os sacerdotes que fizeram as homilias se aproveitaram do “púlpito religioso para confundir a opinião pública”.

18- Não podemos aceitar esta afirmativa, vez que outra coisa não falamos além do acontecido, procurando levar os fiéis à reflexão sobre os fatos, à luz dos

princípios do Cristianismo a que nos referimos acima, na mais viva convicção de que “nada existe oculto que não venha a revelar-se” (Mt. 10,26) e de que a “Verdade nos libertará” (Jo. 8,32). E para nós a verdade é Cristo. (Jo. 14,6) “Ontem, como hoje e pelos séculos” (Heb. 13,8).

19- Acreditando na sinceridade de Vs. Exas. Quando se dizem dispostos ao diálogo, solicitamo-lhes sejam feitas as devidas retificações nos “esclarecimentos”, tão prodigamente prestados ao público, que por direito natural, faz sempre jus a informações verdadeiras. De nossa parte estamos dispostos a todo qualquer diálogo democrático e construtivo.

20- Em virtude de declaração de Vs. Exas. (nº 7) de que estão prontos a manter o diálogo com as autoridades eclesásticas, encontrando-se ausente o nosso Arcebispo, solicitamos a Mons. Joaquim Chaves, nosso Vigário Geral, faça chegar a essas pessoas esse nosso pensamento.

21- Na esperança de que todos nós estejamos dispostos a prestar desinteressadamente uma colaboração autêntica, decisiva e digna nos destinos históricos de nossa Pátria, para a construção de um Brasil verdadeiramente cristão dentro de um mundo aberto aos imperativos da Justiça e da Liberdade, da Verdade e da Fraternidade, da Paz e do Amor.

Atenciosamente.

Pe. Raimundo José Airemorais  
Coordenador Arquidiocesano da Pastoral  
Por um grupo de sacerdotes.



# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)